



2022
Volume 9 | N. 1

REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS
LUSOPHONE JOURNAL OF CULTURAL STUDIES

**MEDIAÇÃO INTERCULTURAL, CIDADANIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
**INTERCULTURAL MEDIATION, CITIZENSHIP
AND SOCIAL DEVELOPMENT**

Editoras temáticas | Thematic editors

Ana Maria Costa e Silva

Margarida Morgado

Monika Hřebáčková

Director | Director

Moisés de Lemos Martins



Título | *Title*: Mediação Intercultural, Cidadania e Desenvolvimento Social | *Intercultural Mediation, Citizenship and Social Development*

Diretor (Editor da Varia) | *Director (Varia Editor)*: Moisés de Lemos Martins, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal
Diretora Adjunta | *Associate Editor*: Zara Pinto-Coelho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Editoras Temáticas | *Thematic Editors*

Ana Maria Costa e Silva, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal
Margarida Morgado, Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies/Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal
Monika Hřebacková, University of Chemistry and Technology in Prague, República Checa

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Alda Costa, Direção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique; Aldina Marques, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Alexandre Costa Luís, PRAXIS - Centro de Filosofia, Política e Cultura, Universidade da Beira Interior, Portugal; Ana Carolina Escosteguy, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Ana Gabriela Macedo, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Ana Paula Coutinho, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Universidade do Porto, Portugal; Anabela Gradim, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Annabelle Sreberny, Centre for Global Media and Communications, University of London, Reino Unido; Annamaria Palácios, Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Antonio Carlos Hohlfeldt, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Armando Jorge Lopes, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique/Gabinete de Qualidade, Universidade Politécnica, Moçambique; Barbie Zelizer, School for Communication, University of Pennsylvania, Estados Unidos da América; Carlos Assunção, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal; Catarina Moura, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Cátia Miriam Costa, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; Círcia M. Krohling Peruzzo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil/Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; Eduardo Costa Dias, Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; Eliseu Mabasso, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique; Elton Antunes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Emília Araújo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Fabio La Rocca, Laboratoire d'Études Interdisciplinaires sur le Réel et les Imaginaires Sociaux, Université Paul Valéry Montpellier 3, França; Fernanda Ribeiro, Departamento de Ciências da Comunicação e Informação, Universidade do Porto, Portugal; Fernando Paulino, Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil; Helena Pires, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Helena Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Isabel dos Guimarães Sá, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Isabel Ferin Cunha, Instituto de Comunicação da Nova, Universidade Nova de Lisboa, Portugal/Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; Isabel Macedo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Janet Wasko, School of Journalism and Communication, University of Oregon, Estados Unidos da América; Jean Martin Rabot, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; João Victor Gomide, Universidade FUMEC, Brasil; José Carlos Venâncio, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal/Universidade da Beira Interior, Portugal; José Casquilho, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Timor-Leste; José Manuel Pérez Tornero, Departamento de Periodismo y de Ciencias de la Comunicación, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha; José Roberto Severino, Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Joseph Straubhaar, Department of Journalism and Media Studies, University of Texas, Estados Unidos da América; Juremir Machado da Silva, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Lourenço do Rosário, Universidade Politécnica, Moçambique; Luís António Santos, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Lurdes Macedo, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal/Universidade Lusófona do Porto, Portugal; Madalena Oliveira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Maria da Luz Correia, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, Brasil; Maria Manuel Baptista, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal; Mário Matos, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Martins Mapera, Faculdade de Letras e Humanidades, Universidade Licungo, Moçambique; Messias Guimarães Bandeira, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Muniz Sodré, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Nelia R. Del Bianco, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil/Universidade Federal de Goiás, Brasil; Neusa Bastos, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Paulo Bernardo Vaz, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; Paulo Osório, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Paulo Serra, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Raúl Fuentes Navarro, Departamento de Estudios de la Comunicación Social, Universidade de Guadalajara, México; Regina Pires Brito, Centro de Comunicação e Letras, Universidade Mackenzie de São Paulo, Brasil; Rita de Cássia Aragão Matos, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Rita Ribeiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Rosa Cabecinhas, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Rosânia da Silva, Universidade Politécnica, Moçambique; Sara Pereira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Silvana Mota Ribeiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Silvino Lopes Évora, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde; Sonia Livingstone, Department of Media and Communications, London School of Economics and Political Science, Reino Unido; Teresa Ruão, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Urbano Sidoncha, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal; Vincenzo Susca, Département de Sociologie, Université Paul-Valéry Montpellier 3, França; Vítor Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; Xosé López García, Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Conselho Consultivo | Advisory Board

Alain Kiyindou, Laboratoire de recherche MICA, Université Bordeaux Montaigne, França; Antonio Albino Canelas Rubim, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Aníbal Alves, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal; António Fidalgo, Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Universidade da Beira Interior, Portugal; Cláudia Leite, Teatro Circo, Braga, Portugal; Edilene Dias Matos, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil; Eloy Rodrigues, Serviços de Documentação e Bibliotecas, Universidade do Minho, Portugal; José Bragança de Miranda, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal; José Teixeira, Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, Portugal; Maria Eduarda Keating, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Margarita Ledo Andión, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; Michel Maffesoli, Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, Université Paris Descartes Sorbonne, França; Miquel de Moragas, Centre d'Estudis Olímpics, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha; Murilo César Ramos, Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil; Norval Baitello Junior, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Orlando Grossegese, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Portugal; Philippe Joron, Institut de Recherche en Sociologie et en Anthropologie, Université Paul Valéry Montpellier 3, França

Produção Editorial | Editorial Production

Assistente Editorial | *Editorial Assistant*: Marisa Mourão, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal
Tradução e Revisão Linguística | *Translation and Linguistic Revision*: Anabela Delgado, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal
Apoio Editorial | *Editorial Support*: Sofia Salgueiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Indexação e integrações | Indexation and integrations

ERIH PLUS | DOAJ | REDIB | Google Scholar | BASE | JournalTOC's | Open Access in Media Studies | ROAD | RepositóriUM | RCAAP

Imagem da Capa | Cover Image: JULIAN ALEXANDER (Unsplash) **Design da Capa | Cover Design**: Sofia Gomes

URL: <https://rlec.pt/> **Email**: rlec@ics.uminho.pt

Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies é editada semestralmente (dois volumes/ano), em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit should go to URL above.

Editora | Publisher:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | *Phone*: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

© Autores / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

e-ISSN: 2183-0886



Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).

This publication is funded by national funds through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the Multiannual Funding of the Communication and Society Research Centre 2020-2023 (which integrates base funding UIDB/00736/2020 and programmatic funding UIDP/00736/2020)

SUMÁRIO | CONTENTS

Entre a Emergência e a Transformação: Unindo Pontos, Tecendo Laços	7
<i>From Emergence and Transformation: Aligning Points, Opening Channels</i>	
Ana Maria Costa e Silva, Margarida Morgado & Monika Hřebačková	

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

Corpo Estendido Versus Corpo Intercultural: Reflexões Sobre o Uso dos Meios de Comunicação e a Interculturalidade	17
<i>Extended Body Versus Intercultural Body: Reflections on the Use of the Media and Interculturality</i>	
Patricio Dugnani	

As Potencialidades do Kamishibai Plurilingue na Educação Para a Diversidade Cultural	31
<i>The Plurilingual Kamishibai: Its Potential in Education for Cultural Diversity</i>	
Francisco Rocha & Rosa Maria Faneca	

O Filme <i>Ilha da Cova da Moura</i>, os Média e a Permanência dos Racismos na Sociedade	51
<i>The Film Ilha da Cova da Moura, the Media and the Permanence of Racism in Society</i>	
Isabel Macedo	

A “Cidade Amiga do Idoso” Acidental: Expetativa Pública e Experiência Subjetiva em São Paulo	67
<i>The Accidental “Age-Friendly City”: Public Expectation and Subjective Experience in São Paulo</i>	
Marília Duque & Adriana Lima de Oliveira	

Mudando Perspetivas: O Papel das Indústrias Criativas em Projetos de Inovação Social Para Empoderar as Comunidades Locais	87
<i>Changing Perspectives: The Role of Creative Industries in Social Innovation Projects to Empower Local Communities</i>	
Ana Margarida Cruz Silva & Clara Maria Laranjeira Sarmento e Santos	

“Cadê o Museu?” Reflexões Sobre o Impacto da Pandemia nos Espaços Culturais e Educadores Surdos de Museus	105
<i>“Where’s the Museum?” Reflections on the Impact of the Pandemic on Cultural Spaces and Deaf Museum Educators</i>	
Maria Izabel dos Santos Garcia, Rebeca Garcia Cabral & Bruno Ramos da Silva	

Turismo de Risco na Sociedade Viral: Um Estudo Usando a Análise Híbrida do Discurso	127
<i>Risk Tourism Within Viral Society: A Study Using Hybrid Discourse Analysis</i>	
Pedro de Andrade	

VARIA | VARIA

Comunicação Política Digital na Lusofonia: Plataformização e Engajamento	155
<i>Digital Political Communication in the Portuguese-Speaking World: Platformization and Engagement</i>	
Berta García-Orosa	

Interconexões Conceituais e Metodológicas em Pesquisas Sobre Comunicação, Jornalismo e Relações de Gênero	169
<i>Conceptual and Methodological Interconnections in Communication, Journalism, and Gender Relations Research</i>	
Carlos Alberto de Carvalho	

Debates Midiáticos Sobre Reforma Agrária em Contextos de Ruptura Institucional: 1932–1936 na Espanha e 1964 no Brasil	187
<i>Media Debates on Agrarian Reform in Contexts of Institutional Breakdown: 1932–1936 in Spain and 1964 in Brazil</i>	
Camila Garcia Kieling & José Manuel Peláez Roperó	

Aproximações e Distanciamentos. Vítimas de Catástrofes em <i>Brumadinho: A Engenharia de um Crime e Tragédia em Mariana</i>	211
<i>Approximations and Distancing. Disaster Victims in Brumadinho: A Engenharia de um Crime and Tragédia em Mariana</i> Carlos Henrique Pinheiro & Elton Antunes	

LEITURAS BOOK REVIEWS	229
--------------------------------	------------

Recensão do Livro <i>Rockonomics: O Que a Indústria da Música Nos Pode Ensinar Sobre Economia e Sobre a Vida</i>	231
<i>Book Review of Rockonomics: A Backstage Tour of What the Music Industry Can Teach Us About Economics and Life</i> Daniel Morgado Sampaio	



ENTRE A EMERGÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO: UNINDO PONTOS, TECENDO LAÇOS

FROM EMERGENCE AND TRANSFORMATION: ALIGNING POINTS, OPENING CHANNELS

Ana Maria Costa e Silva

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Margarida Morgado

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisbon, Portugal

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal

Monika Hřebačková

Department of Economics and Management, University of Chemistry and Technology in Prague, Praga, República Checa

Pensar as sociedades contemporâneas, particularmente nos últimos 3 anos, inclui necessariamente recorrer às diversas experiências sensoriais: o que observamos, ouvimos, sentimos, fazemos. Vivemos tempos de crise social e contextos de emergência devido à situação pandémica da COVID-19, a nível mundial; um fenómeno extensivo a todos os continentes e populações, que deu visibilidade à força e à fragilidade da globalização, à interdependência geográfica, económica e social de continentes, países, instituições e pessoas. Assistimos chocados ao deflagrar da guerra e à escalada de agressividade não apenas em locais longínquos e noutros continentes, mas suficientemente próximo de onde vivemos para despoletar em nós a reflexão sobre a defesa confiável da liberdade e dos valores europeus. Face às manifestações visíveis no confronto, nas mortes e na guerra verbal e física, na dicotomia entre o ocidente e o oriente, reconhecemos a importância do diálogo e da mediação para a defesa dos direitos humanos e da paz no mundo.

Todos, ainda que a diferentes níveis e graus de intensidade, fomos/somos afetados. Seguramente a experiência da fragilidade está mais presente e as relações das pessoas são revisitadas, abrindo brechas de distanciamento, solidão e reinvenção. Neste processo, as populações mais vulneráveis (a nível social, económico, demográfico, cultural) estão mais expostas aos riscos e, neste caso, os idosos isolados, os migrantes e refugiados, as crianças, os trabalhadores precários foram/são afetados de forma particular. Sem dúvida os contextos multiculturais são mais visíveis e intensos e interrogam a noção e a experiência de cidadania, ao mesmo tempo que ameaçam as noções de vida social e de comunidade como as conhecemos. Provavelmente, há referenciais que perderam sentido e outros que progressivamente invadem as nossas realidades e os nossos imaginários. O “estado de emergência” em que vivemos é complexo a vários níveis, de isolamento profilático, de afastamento físico das pessoas, de violência psíquica, física e social, de acentuação de vulnerabilidades e desigualdades de populações mais fragilizadas e marginalizadas.

Faz sentido convocar a metáfora “entre totalidade e infinito”, que Martins (2019) utiliza para pensar e analisar a “crise dos refugiados” na Europa. Na sua argumentação recorre a Euclides para retomar a figura geométrica “ponto”, afirmando

vejo nesta figura geométrica, de um alinhamento de pontos descontínuos, intermitentes, a metáfora da vida contemporânea, que é menos linha a indicar um fundamento seguro, um território conhecido e uma identidade estável, do que um alinhamento de pontos inconstantes, em travessia. Mas com o desenho de linhas e o alinhamento de pontos, podemos figurar cordas físicas e tácteis. As linhas, tal como os pontos alinhados em reta, podem ser cordas tensas, abrigos contra o abandono, a impessoalidade e o isolamento. (Martins, 2019, p. 31)

Curiosamente, ou talvez não, percebemos esta metáfora como cada vez mais atualizada e pertinente. Está presente na densidade dos dias que correm e no nosso imaginário simultaneamente perplexo, expectante e confiante no alinhamento dos pontos e nas retas que possam tecer cordas tensas e fortes. É com esta perplexidade e confiança que ousamos falar de mediação e cidadania, condições fundamentais para o desenvolvimento social e humano. Ousadia e perseverança essenciais para (re)construir permanentemente as pontes quebradas e (re)alinharmos os pontos dispersos.

A mediação é o procedimento de comunicação construtiva para a prevenção e gestão positiva dos conflitos, a produção de diálogos transformadores e o tecimento dos laços sociais (Silva, 2018). Convocar e produzir diálogos interculturais transformadores são ações essenciais para desconstruir fronteiras (Silva et al., 2019) e descobrir saídas inesperadas, criativas e inovadoras em tempos de mudança como os que descrevemos. Outro desiderato fundamental é estimular a análise de objetivos plurais e multifacetados em contextos de grande transformação social, recorrendo a práticas de mediação intercultural, de construção de cidadania multicultural e de desenvolvimento positivo da sociedade que sejam transformadoras e “regeneradoras” numa lógica humanista de cuidado do outro e de construção de possibilidades de reinterpretação da sociedade em contextos de crise. Definir as pré-condições para a transferência bem-sucedida e para o derrube de potenciais obstáculos constitui um garante de eficiência de todo o processo transformador.

As transformações de natureza tecnológica, cultural e social introduziram profundas alterações nas estruturas sociais e na organização das comunidades humanas, abrindo espaço ao questionamento da noção de cidadania, ao seu aprofundamento, reivindicação e reconhecimento a diversos níveis, concretamente na diversidade e na diferença sexual, racial, étnica, diaspórica, ecológica, tecnológica e cosmopolita (Martins et al., 2017, p. 7).

São muitas e diversas as perguntas que podemos formular face aos desafios de transformação de sociedades em crise social, cultural e de identidade:

- Que impactos são sentidos na coesão social e territorial e nos modos de cada indivíduo, grupo ou comunidade pensar a cidadania e a sua atuação cidadã?
- Que espaços emergentes de segurança e de interculturalidade são criados e como?
- Quais as intervenções culturais e sociais que fazem maior sentido?

- Que espaços (emocionais, físicos, digitais, etc.) emergentes, convencionais e não-convencionais (i.e., éticos, estéticos, pedagógicos, sociais) de mediação se criam e como se alimentam?
- Como se tem perspectivado a reconstrução de identidades plurais, de comunidades multiculturais e interculturais, assim como o sentido de pertença a um espaço social plural e diverso durante e pós-pandemia?
- Como é que a situação pandémica de crise social e emergência sanitária afeta o trabalho de mediadores interculturais nas suas diversas esferas de atuação (social, cultural, educativa)?

Este número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* reúne um conjunto de textos temáticos que discorrem sobre várias destas questões, identificam e discutem fragilidades reais e potenciais e inventariam potencialidades e desvios criativos às situações de perturbação social e humana, experienciadas nos últimos anos em diversos territórios geográficos, sociais e humanos. Sob o tema “mediação intercultural, cidadania e desenvolvimento social”, os sete textos que incluem o núcleo temático desta edição ampliam horizontes e desafiam formas de vida mais íntegras, interculturais e inclusivas, trazendo contributos reflexivos sobre possibilidades de intervenções culturais e sociais, em tempos pandémicos e pós-pandémicos, de diálogo e de mediação intercultural, de cidadania e de desenvolvimento social em contextos diversos e a partir de múltiplas perspetivas.

Patricio Dugnani, em “Corpo Estendido Versus Corpo Intercultural: Reflexões Sobre o Uso dos Meios de Comunicação e a Interculturalidade”, apresenta um conjunto de questões: será que os média digitais conseguem expandir o sistema nervoso? Como podem as teorias da perceção ser alargadas e qual a nova forma de organização das sociedades interculturais? Qual o novo paradigma intercultural e quais as estratégias de comunicação que se devem desenvolver num mundo globalizado? Estes tópicos são objeto de análise e reflexão, colocando-se hipóteses e construindo-se argumentos que abrem modos possíveis de prevenir o desaparecimento da alteridade e da sociedade moderna. O autor aponta três competências-chave que devem ser desenvolvidas para apoiar as relações harmoniosas entre indivíduos e para o funcionamento democrático de sociedades e instituições interculturais futuras.

A gamificação como instrumento pedagógico de ensino-aprendizagem tem estado no centro de diversos debates. Francisco Rocha e Rosa Maria Faneca, em “As Potencialidades do *Kamishibai* Plurilingue na Educação Para a Diversidade Cultural”, focam-se na necessidade de abertura da comunidade escolar a culturas diferentes da nossa, a estilos de vida diversos e a formatos e técnicas para compreender outros padrões de pensamento, valores e normas diferentes daqueles a que nos habituámos, a partir das potencialidades da narração de histórias por meio de peças dramáticas visuais, feitas à mão, que se originaram no século XII em templos budistas japoneses. O *kamishibai*, uma nova inspiração para educadores, culturalmente muito rico, pode facilitar o diálogo e a inclusão nas escolas quando usado como recurso educativo sob a forma de *kamishibai* plurilingue. Este é avaliado tanto em termos das suas limitações como da sua contribuição para o desenvolvimento da competência intercultural no ensino básico do primeiro ciclo, descrevendo-se de forma aplicada os passos necessários para o seu uso e para criar um impacto no autodesenvolvimento da criança, na sua comunicação e no desenvolvimento das suas capacidades cognitivas.

Isabel Macedo apresenta, no texto “O Filme *Ilha da Cova da Moura*, os Média e a Permanência dos Racismos na Sociedade”, o papel dos média na formação dos jovens, na construção de representações e estereótipos e na sua desconstrução. Através da análise do filme *Ilha da Cova da Moura* de Rui Simões, a autora analisa e discute a mensagem do filme, nomeadamente o papel do associativismo, a ideia de pertença e agência à/na comunidade e os estereótipos sociais e discriminação racial vivenciados por habitantes de um bairro periférico de Lisboa.

No texto seguinte, “A ‘Cidade Amiga do Idoso’ Acidental: Expectativa Pública e Experiência Subjetiva em São Paulo”, as autoras Marília Duque e Adriana Lima de Oliveira apresentam uma experiência em São Paulo, que denominam de “cidade amiga do idoso acidental”. A partir da caracterização demográfica das sociedades contemporâneas, do seu envelhecimento e das políticas públicas orientadas para o envelhecimento ativo, documentam o movimento entre a expectativa pública de medidas inovadoras, como as relacionadas com as cidades inteligentes e as cidades amigas dos idosos, com a experiência subjetiva e objetiva dos idosos face aos meios disponíveis e a sua acessibilidade aos mesmos. A experiência que documentam discute a inclusão digital e social dos idosos e apresenta a construção de uma rede de interação e suporte de um grupo “acidental” através do recurso ao WhatsApp.

No artigo seguinte, “Mudando Perspetivas: O Papel das Indústrias Criativas em Projetos de Inovação Social Para Empoderar as Comunidades Locais”, as autoras Ana Margarida Cruz Silva e Clara Maria Laranjeira Sarmento e Santos abordam as novas perspetivas oferecidas por projetos de inovação social que criam oportunidades para o desenvolvimento cultural de áreas rurais no centro de Portugal no período pós-pandémico. As autoras exploram o papel desempenhado pelas comunidades locais que, quando empoderadas, atuam sobre o ambiente global a partir de culturas locais, criando um espaço intercultural no mundo globalizado. Uma breve revisão da literatura configura alguns conceitos de inovação social e de estratégias de sustentabilidade e tendência “glocais” que afetam o desenvolvimento das indústrias criativas com impacto no funcionamento de comunidades locais.

No texto “‘Cadê o Museu?’ Reflexões Sobre o Impacto da Pandemia nos Espaços Culturais e Educadores Surdos de Museus”, Maria Izabel dos Santos Garcia, Rebeca Garcia Cabral e Bruno Ramos da Silva discutem a inclusão de pessoas surdas e o seu acesso à cultura. Os autores refletem sobre a importância do acesso à cultura, nomeadamente a museus, o qual foi particularmente afetado e suspenso com a pandemia da COVID-19 no Brasil. Nesse contexto, foram especialmente afetadas as pessoas surdas, antecipando os autores propostas concretas de reinvenção dos museus para proporcionarem a inclusão e o acesso à cultura, conferindo particular relevância à existência de mediadores culturais surdos nos museus para facilitar a comunicação e a inclusão.

O núcleo temático encerra com o texto “Turismo de Risco na Sociedade Viral: Um Estudo Usando a Análise Híbrida do Discurso” de Pedro de Andrade. O autor aporta uma nova visão sobre a emergência de processos sociais híbridos e a sua relação com as noções de sociedade viral, turismo de risco viral e alfabeto de relações inter-conceituais,

incluindo um glossário de uma recém-constituída terminologia nas áreas do turismo urbano e da análise híbrida do discurso. O texto começa por se focar nas transformações das formações sociais face à pandemia da COVID-19, interpreta a informação publicada na rede social digital Wikipedia e avalia argumentos em contextos teóricos e práticos.

A secção Varia conta com quatro importantes contribuições. Berta García-Orosa apresenta-nos uma análise das estratégias de comunicação política digital de 25 partidos políticos de cinco países lusófonos. A autora verifica tendências já identificadas em estudos anteriores, como a inovação nas narrativas digitais, o uso de diversas plataformas e o envolvimento na interação comunicativa. São ainda identificadas novas tendências, entre elas encontram-se o uso de mensagens instantâneas, o podcast e a implicação na neutralização das “notícias falsas”.

De seguida, Carlos Alberto de Carvalho traz-nos uma reflexão conceptual e metodológica sobre comunicação, jornalismo e as relações de género, salientando o quanto as dinâmicas sociais das relações de género são potencialmente disruptivas. Para isso, parte de trabalhos de investigação sobre a cobertura noticiosa da violência física e simbólica contra mulheres, de acontecimentos que envolvem a homofobia e as suas consequências, refletindo, ainda, sobre os primeiros casos tornados públicos de síndrome da imunodeficiência adquirida.

A secção Varia integra, também, um estudo comparativo, em que se apresenta uma análise dos debates mediáticos sobre a reforma agrária no período de 1932 a 1936 em Espanha e em 1964 no Brasil. Camila Garcia Kieling e José Manuel Peláez Roperó analisam os textos jornalísticos publicados pelo jornal monárquico *ABC* (Espanha) e pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (Brasil), explorando o discurso da imprensa em dois importantes eventos que marcaram o século XX: a tentativa de golpe de Estado, que deu início à Guerra Civil Espanhola no ano 1936, e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil.

Por fim, Carlos Henrique Pinheiro e Elton Antunes oferecem-nos uma análise de dois livros-reportagem sobre catástrofes ocorridas recentemente no Brasil: *Tragédia em Mariana*, de Cristina Serra (2018); e *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, de Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019). Os autores exploram os modos de aproximação jornalística a estes acontecimentos, a partir de três dimensões analíticas — as marcas de escuta e presença autoral; personagens (s)em enredo e projeto; e paratextos —, procurando analisar como cada autor-reporter se posiciona perante a catástrofe e que tipo de registo jornalístico é construído.

O livro *Rockonomics: O Que a Indústria da Música Nos Pode Ensinar Sobre Economia e Sobre a Vida*, de Alan B. Krueger, em que o autor parte da indústria musical para explicar os princípios da economia e as forças que modelam a nossa vida económica, é objeto de uma revisão por Daniel Morgado Sampaio. Esta revisão encerra este número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais*.

Tradução: Ana Maria Costa e Silva e Margarida Morgado

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Martins, M. L. (2019). A “crise dos refugiados” na Europa – Entre totalidade e infinito. *Comunicação e Sociedade* [Volume Especial], 21–36. [https://doi.org/10.17231/comsoc.o\(2019\).3058](https://doi.org/10.17231/comsoc.o(2019).3058)
- Martins, M. L., Sidoncha, U., & Bandeira, M. (2017). Nota introdutória – Estudos culturais, cidadania e democracia. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 4(2), 7–11. <https://doi.org/10.21814/rlec.237>
- Silva, A. M. C. (2018). O que é mediação? Da conceptualização aos desafios sociais e educativos. In M. A. Flores, A. M. C. Silva, & S. Fernandes (Eds.), *Contextos de mediação e de desenvolvimento profissional* (pp. 17–34). De Facto Editores. <https://hdl.handle.net/1822/62112>
- Silva, A. M. C., Cabecinhas, R., & Evans, R. (2019). Culturas, memórias, diálogos em construção. *Comunicação e Sociedade* [Volume Especial], 7–11. [https://doi.org/10.17231/comsoc.o\(2019\).3056](https://doi.org/10.17231/comsoc.o(2019).3056)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Maria Costa e Silva é doutorada em ciências da educação, professora do Instituto de Educação e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Os seus interesses de investigação centram-se sobretudo na mediação de conflitos, nas identidades profissionais e nos estudos curriculares. Tem coordenado e participado em diversos projetos nacionais e internacionais financiados no âmbito da formação e investigação em mediação. É autora e coautora de diversas publicações, livros, capítulos e artigos científicos com particular incidência na mediação e nas identidades profissionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7243>

Email: anasilva@ie.uminho.pt

Morada: Campus de Gualtar, IE, Universidade do Minho, 4700-057 Braga, Portugal

Margarida Morgado é doutorada em literatura inglesa pela Universidade de Lisboa. É professora coordenadora de estudos culturais ingleses na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. É investigadora associada de educação intercultural, formação de professores e aprendizagem integrada de conteúdos e língua no Centro de Estudos Ingleses de Tradução e Anglo-Portugueses da Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto. Possui diversas publicações sob a forma de artigos, capítulos de livros e livros na área da educação intercultural e mediação intercultural e tem participado em muitos projetos de investigação aplicada financiados pela União Europeia.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3651-3030>

Email: marg.morgado@ipcb.pt

Morada: Escola Superior de Educação, Rua Prof. Dr. Faria de Vasconcelos, 6000-266 Castelo Branco

Monika Hřebáčková, doutorada, coordena cursos de língua e de desenvolvimento da competência intercultural e social para alunos de licenciatura e de mestrado da Escola de Negócios da Universidade de Química e Tecnologia de Praga, na República Checa. É especialista nas áreas de competência comunicativa intercultural, inglês para negócios, e colaboração em ambiente global e desenvolvimento de competências comportamentais. Na qualidade de professora convidada já apresentou workshops e seminários na Hungria, Finlândia e no México. Possui experiência alargada na coordenação de projetos, tendo ganho com a sua equipa o prémio de melhor projeto internacional Erasmus+ 2018 no ensino superior. Publica regularmente sobre tópicos de inovação no ensino aprendizagem.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0780-9676>

Email: monika.hrebackova@vscht.cz

Morada: VŠCHT Praha, Technická 5, 166 28 Praha 6 – Dejvice, IČO: 60461373, DIČ: CZ60461373



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

ARTIGOS TEMÁTICOS | *THEMATIC ARTICLES*

CORPO ESTENDIDO VERSUS CORPO INTERCULTURAL: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A INTERCULTURALIDADE

Patricio Dugnani

Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil

RESUMO

Esse artigo busca refletir sobre a relação entre a extensão da percepção, prevista pela teoria dos meios de Marshall McLuhan (1964/2016), e a organização de uma sociedade intercultural, baseada nos estudos de autoras como Maria Aparecida Ferrari (2015), Lisette Weissmann (2018) e Natália Ramos (2013). Partindo do conceito de extensão, como afirma McLuhan, de que os meios de comunicação são capazes de ampliar o alcance do próprio sistema nervoso, pretende-se pensar nessa extensão da percepção como uma extensão virtualizada do próprio corpo humano. Tomando essa premissa, busca-se entender quais as consequências desse fenômeno em relação à constituição de uma cultura globalizada. Ou seja, busca-se responder à seguinte questão: basta o corpo ser estendido virtualmente pelos meios digitais para se constituir uma sociedade globalizada e ética, ou seria necessária uma estratégia de comunicação intercultural para que isso ocorra? Dessa forma, parte-se da hipótese de que não basta o corpo estar estendido virtualmente pelos meios de comunicação para se organizar como uma cultura globalizada, mas sim que seria necessária uma estratégia de comunicação intercultural para desenvolver uma cultura globalizada, onde as trocas de informação sejam equilibradas, e para que se desenvolva uma relação ética entre as diferentes culturas. Essa reflexão tem o propósito de evitar que a relação globalizada entre as culturas se transforme em mais uma maneira de imposição de modelos culturais etnocêntricos. Por isso, acredita-se que é preciso desenvolver uma sociedade globalizada que respeite as diferentes culturas, mais do que um corpo expandido pelos meios de comunicação. Dessa forma, torna-se necessário desenvolver um corpo intercultural, para que seja possível resgatar a alteridade da sua falência, bem como, a própria sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

meios de comunicação, extensão, interculturalidade

EXTENDED BODY VERSUS INTERCULTURAL BODY: REFLECTIONS ON THE USE OF THE MEDIA AND INTERCULTURALITY

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the relationship between the extension of perception, predicted by Marshall McLuhan's media theory (1964/2016), and the organization of an intercultural society, based on the studies of authors such as Maria Aparecida Ferrari (2015), Lisette Weissmann (2018) and Natalia Ramos (2013). Starting from the concept of extension, as stated by McLuhan, that the media can expand the reach of the nervous system itself, it is intended to think of this extension of perception as a virtualized extension of the human body itself. Taking this premise, we seek to understand the consequences of this phenomenon in the constitution

of a globalized culture. In other words, it seeks to answer the following question: is it enough for the body to be extended virtually by digital media to constitute a globalized and ethical society, or would an intercultural communication strategy be necessary for this to occur? Thus, it starts from the hypothesis that it is not enough for the body to be virtually extended by the media to organize itself as a globalized culture, but that an intercultural communication strategy would be necessary to develop a globalized culture, where exchanges information are balanced, and to develop an ethical relationship between different cultures. This reflection intends to prevent the globalized relationship between cultures from becoming another way of imposing ethnocentric cultural models. Therefore, it is believed that it is necessary to develop a globalized society that respects different cultures more than a body expanded by the media. In this way, it becomes necessary to develop an intercultural body so that it is possible to rescue otherness and society from its disappearance.

KEYWORDS

media, extension, interculturality

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de lentes possibilitou a revelação de dimensões antes desconhecidas pela humanidade: um micromundo e um macro mundo. Os telescópios revelaram aos olhos dos astrônomos a organização das órbitas dos planetas: o macro mundo. Os microscópios revelaram o universo dos microrganismos — bactérias, protozoários, entre outros — o que revolucionou a medicina e o tratamento e prevenção de doenças. Os meios de comunicação têm esse potencial: além de transmissores de informações, para Marshall McLuhan (1964/2016), eles são extensões da percepção humana, extensões do próprio sistema nervoso. Além disso, para o autor canadense, os meios, assim como a informação, alteram comportamento e consciência, tanto da sociedade, como dos indivíduos. Logo, os meios são informação pura, são mensagens.

Durante as idades mecânicas projetamos nossos corpos no espaço. Hoje, depois de mais de um século de tecnologia elétrica, projetamos nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço (pelo menos naquilo que concerne ao nosso planeta). Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos. (McLuhan, 1964/2016, p. 17)

Essa visão diferenciada que McLuhan (1964/2016) tem sobre os meios de comunicação revolucionou as teorias da comunicação, inaugurando uma nova linha de pesquisa, a teoria dos meios. Partindo do entendimento de que os meios, mais do que transmissores, são extensões humanas, pretende-se recomendar a necessidade do estudo da relação entre o uso dos meios de comunicação e a visão da interculturalidade na formação de uma sociedade, para que se desenvolva o respeito pela multiplicidade de culturas que compõem os diferentes grupos humanos.

Entende-se, aqui, que a extensão dos sentidos humanos se desdobra como uma extensão do próprio corpo humano do indivíduo, e, conseqüentemente, do corpo social de uma comunidade, logo, a extensão promovida pelos meios acaba por estender o corpo do indivíduo, bem como, o corpo da própria sociedade.

Mediante essa reflexão inicial, este artigo busca observar a relação entre a extensão da percepção humana, prevista pela teoria dos meios de McLuhan (1964/2016), e a organização das relações interculturais num ambiente de comunicação globalizada e mediada pela utilização dos meios de comunicação digitais, pela internet e pelas redes sociais. Partindo do conceito de extensão, que prevê, como afirma o autor, que os meios de comunicação são capazes de ampliar o alcance do próprio sistema nervoso humano, pretende-se pensar na extensão da percepção como uma extensão virtualizada do corpo humano do indivíduo e da própria sociedade.

Se para o entendimento da relação entre o uso dos meios de comunicação e as transformações sociais, serão utilizados conceitos das teorias dos meios de McLuhan (1964/2016), para a análise da comunicação intercultural e a organização de uma sociedade global, serão utilizados os estudos de autoras como Maria Aparecida Ferrari (2015), Lisette Weissmann (2018) e Natália Ramos (2013).

Tomando essa premissa, a de que o uso dos meios de comunicação, principalmente os meios digitais, produz como efeito nos seres humanos uma extensão da percepção, bem como do próprio corpo virtualizado, busca-se entender quais as consequências desse fenômeno. No entanto, como se trata de um assunto muito amplo, neste artigo, o estudo da relação dos efeitos do uso dos meios digitais e a extensão do corpo virtualizado estará focado na questão da necessidade de uma estratégia de comunicação intercultural, para o desenvolvimento eficiente dessa extensão dos sentidos pelos meios digitais, e a constituição de uma cultura global. Ou seja, busca-se responder à seguinte questão: basta o corpo ser estendido virtualmente pelos meios digitais para se constituir uma sociedade globalizada e ética, ou seria necessária uma estratégia de comunicação intercultural para que isso ocorra?

Dessa forma, para este artigo, parte-se da hipótese de que não basta o corpo estar estendido virtualmente pelos meios de comunicação digitais para se organizar, eficientemente, uma cultura globalizada, mas sim que será necessária uma estratégia de comunicação intercultural para desenvolver uma cultura globalizada, onde as trocas de informação sejam equilibradas, e para que se desenvolva uma relação ética entre as diferentes culturas.

No mundo aberto e plural atual, com a globalização e os novos meios e tecnologias de informação e comunicação, com os média, a internet, as facilidades de deslocamento e os meios de transporte rápidos, a diversidade cultural, o Outro, as minorias étnicas têm um outro estatuto e imagem. A diversidade cultural e o Outro não estão longínquos, mas estão mais próximos e presentes no cotidiano, coabitam conosco nos espaços públicos, nas instituições, e reclamam respeito e direitos. (Ramos, 2013, p. 348)

Essa ação visa evitar que a relação globalizada entre as culturas, que os meios de comunicação digitais estão mediando, se transforme em mais uma maneira de imposição de modelos culturais hegemônicos e etnocêntricos, como já ocorreu anteriormente nos processos civilizatórios que foram produzidos, seja outrora pela colonização, seja mais recentemente pelo uso dos meios de comunicação de massa, como ocorreu no século XX.

Por tudo isto, acredita-se que é preciso desenvolver uma sociedade globalizada que respeite as diferentes culturas. Mais do que um corpo expandido pelos meios de comunicação, é preciso desenvolver um corpo intercultural, para que seja possível resgatar a alteridade da sua falência, como descreve Byung-Chul Han (2010/2015), bem como evitar a fragmentação e a polarização da sociedade, como descreve Norval Baitello (2015).

2. CORPO ESTENDIDO OU A EXTENSÃO ATRAVÉS DOS MEIOS

A atual polarização e fragmentação da sociedade, mediada pelo uso dos meios de comunicação digitais, e perceptível, principalmente, nos debates truculentos que ocorrem nas redes sociais, parece ser contraditória em relação à visão positiva, e quixótica utópica da unificação de uma aldeia global, preconizada pela teoria dos meios de McLuhan (1964/2016).

McLuhan (1964/2016) acreditava que a partir da extensão da percepção que os meios de comunicação produzem na constituição sensitiva humana, a sociedade global se aproximaria e desenvolveria relações coletivas que se assemelhariam à organização social de uma tribo, criando, enfim, uma sociedade global de interesses comuns e coletivos, ou seja, uma tribo globalizada: a aldeia global. Esse fenômeno o pesquisador denominava “tribalização”.

A aldeia global, é uma consequência da extensão da percepção humana e das alterações que produzem no comportamento humano. A partir da invenção dos meios elétricos houve um aumento do contato entre as culturas, e essa ampliação produz um efeito de trocas de informações e, conseqüentemente, uma uniformização das culturas, fenômeno que o autor acredita que vai produzir a aldeia global. Termo que parece antagônico, pois se refere ao contato global de culturas, que se aproximam convivendo de maneira mais próxima, como as relações dos indivíduos que compõem uma pequena tribo. Por isso, para McLuhan (1996), os novos meios de comunicação elétricos, posteriormente, os meios de comunicação em massa, são retribalizantes. A partir dessa conclusão, pode-se estender esse fenômeno de retribalização através dos meios de comunicação digital. Um exemplo que se pode dar desse fenômeno nas novas mídias digitais são os sites de relacionamento, como o *Facebook*, *Twitter* etc., onde os indivíduos se juntam em comunidades por interesses comuns, e não somente por questões de proximidade espacial, legal ou nacional. (Dugnani, 2018, p. 6)

A tribalização (ou a retribalização) se caracteriza por esse processo de aproximação de culturas diferentes, distribuídas em um espaço, e que se fundiriam pela mediação,

ou seja, pelo uso dos meios de comunicação. Resumindo, o simples desenvolvimento e uso de novos meios levaria à criação de grupos humanos com interesses coletivos. Essa visão, diria funcionalista, de McLuhan (1964/2016) parece questionável, perante acontecimentos cada vez mais comuns de pulverização de culturas, ao invés de sua mistura, como afirma Baitello (2015). A utopia de uma aldeia global parece estar sendo substituída por uma refeudalização de comunidades virtualizadas, como acena Graham Murdock (2018). A unificação está sendo substituída por uma fragmentação, uma polarização, e isso nega a visão de McLuhan (1964/2016). Parece que a globalização potencializada pelo desenvolvimento tecnológico de novos meios com alcance global (como os meios elétricos, os meios de comunicação de massa e os meios digitais) esbarrou numa resistência desglobalizante, refletida na ideologia protecionista e fragmentária da organização política e social na contemporaneidade (Dugnani, 2018).

Por causa desses indícios protecionistas e de fechamento das fronteiras, que têm sido apresentados, mais frequentemente, pelas propostas políticas das nações, este artigo investiga o movimento paradoxal dessas políticas, em relação ao movimento contrário dos meios de comunicação digital e a internet, que tendem a pressionar as populações para ampliação dos contatos, cada vez mais globalizados, dado ao alto potencial de alcance e extensão da percepção que esses meios são capazes de produzir nas relações humanas. Por causa dessa questão, parece surgir uma pergunta: será possível que o aparente movimento contrário à globalização, ou desglobalizante, poderá resistir à pressão globalizante dos meios de comunicação? (Dugnani, 2018, p. 2)

Mas o que McLuhan (1964/2016) não levou em consideração para desenvolver seu conceito de aldeia global?

Talvez o pesquisador tenha colocado muita confiança no desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, se esquecendo de uma peça fundamental: o ser humano.

Os processos paradoxais de globalização e de fragmentação que ocorrem na sociedade na hipermodernidade (Lipovetsky & Serroy, 2014/2015; Rosa, 2005/2019) são mediados, até mesmo potencializados pelo advento, principalmente, dos meios digitais. Esse fato não pode ser negado. No entanto, qual o motivo para esse efeito tão contraditório: o de alto potencial de unificação, mas com um efeito vigoroso de fragmentação?

Para este artigo, a resposta para essa pergunta é que não basta o desenvolvimento tecnológico para criar uma sociedade global, a qual se caracterize por relações éticas de respeito das diferenças. Torna-se fundamental, para que isso ocorra, que os seres humanos desenvolvam uma postura e uma comunicação intercultural, para que seja possível chegar, um dia, a uma globalização justa, ou, quem sabe, à idealizada aldeia global de McLuhan (1964/2016).

Sendo assim, não basta que os meios de comunicação estendam virtualmente a percepção humana, ou seja, prolonguem o sistema nervoso humano, como afirma McLuhan (1964/2016). Torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias de

comunicação para que o contato e a troca de informação entre diferentes culturas, mediadas pelos meios digitais (pela internet, pelas redes sociais), possam desenvolver uma consciência ética do uso dos meios e o respeito pela multiplicidade cultural das diversas comunidades que se espalham pelo mundo. Sem isso, toda globalização se manterá injusta, como afirma Milton Santos (2001), e a mistura de culturas se manterá como um processo multicultural, como afirma Weissmann (2018), ao invés de intercultural. Ou seja, ao invés das culturas se misturarem de maneira equilibrada, de forma intercultural, irá se manter a mesma dinâmica histórica e multicultural de sobreposição de culturas por uma visão etnocêntrica.

Enfim, a extensão dos meios de comunicação, que levaria a um processo de criação de uma aldeia global, segundo McLuhan (1964/2016), só será possível, na visão deste artigo, se o processo for desenvolvido por uma estratégia de comunicação intercultural, pois, senão, estará fadado a repetir os mesmos equívocos cometidos pela humanidade em processos como a colonização na Idade Moderna, ou o imperialismo na contemporaneidade.

Não basta estender os sentidos e a percepção humana, é preciso desenvolver estratégias que levem as diferentes culturas a se conhecer, para depois se compreenderem, e, por fim, aprenderem a respeitar-se. Ou seja, não basta apenas um corpo estendido, é preciso um corpo intercultural para criar uma sociedade globalizada e ética, uma verdadeira aldeia global.

3. CORPO INTERCULTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A afirmação deste artigo, de que não é preciso apenas um corpo estendido, mas um corpo intercultural para o desenvolvimento de relações mais éticas e equilibradas no processo de globalização, é apoiada na constatação da fragmentação produzida pelos meios de comunicação digitais, como afirma Baitello (2015), e percebida, também, no desenvolvimento da sociedade hipermoderna. Afinal, na contemporaneidade hipermoderna observa-se a multiplicação das relações polarizadas percebidas, tanto nos contatos virtualizados nas redes sociais e nos meios digitais (tema desse artigo), quanto no contato físico, devido ao aumento dos movimentos migratórios e ao contato globalizado de diferentes culturas. “Na atualidade, segundo dados das Nações Unidas, uma, em cada trinta e cinco pessoas, é migrante internacional, constatando-se que, perto de 200 milhões de pessoas, vivem, hoje, fora dos seus países de origem, migrando essencialmente para as cidades” (Ramos, 2009, p. 10).

Por causa dessa constatação, muitos pesquisadores e instituições políticas estão se debruçando sobre o problema em busca de soluções. Ramos (2013) destaca em seu texto diversas entidades e países que tem desenvolvido projetos para analisar as relações culturais em seus territórios, entre eles: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Conselho da Europa, Comissão Europeia e Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

A diversidade intercultural e a gestão da(s) interculturalidade(s) são objeto de preocupação de vários organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO, a OCDE, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, e nacionais tais como o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), os quais têm desenvolvido projetos e iniciativas variados, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural, constituindo um dos campos mais importantes da contemporaneidade nos diversos domínios científicos e interventivos. Exemplo destas iniciativas foi a promoção pela Comissão Europeia e pelo Conselho da Europa, em 1997, do *Ano Europeu contra o Racismo e a Xenofobia* e, em 2008, do *Ano Europeu do Diálogo Intercultural* e do Projeto Europeu *Cidades Interculturais*. (Ramos, 2013, p. 345)

Pode-se observar essa preocupação, por exemplo, nos estudos realizados pela Professora Natália Ramos, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta de Portugal: “Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no Espaço Europeu: Viver e Comunicar Entre Culturas” (Ramos, 2013) e “Diversidade Cultural, Educação e Comunicação Intercultural – Políticas e Estratégias de Promoção do Diálogo Intercultural” (Ramos, 2009).

O aumento da globalização, dos fluxos migratórios e da multiculturalidade faz com que os Estados e as diferentes instâncias sociais sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística e cultural dos seus utentes, profissionais e cidadãos, o que exige destas a adoção de práticas, de estratégias e de políticas adequadas para atender a essa nova realidade social, cultural, educacional, comunicacional e política. (...) Os fluxos migratórios têm vindo a aumentar atingindo todos os continentes e os diferentes setores da vida pública, prevendo-se que, em 2050, as migrações internacionais atinjam os 230 milhões. O número de migrantes internacionais quase triplicou desde 1970. Em relação à União Europeia (UE), o número de migrantes provenientes de países extra europeus aumentou 75% desde 1980. É válido assinalar que, perto de 9% de migrantes do mundo, são refugiados 16 milhões de pessoas (PNUD, 2004). Só em 2005, os fluxos migratórios nos países da OCDE aumentaram 11% relativamente a 2004. Nesses países, os fluxos de estudantes estrangeiros também aumentaram mais de 40% desde 2000, assim como os fluxos de trabalhadores qualificados (OCDE, 2007). (Ramos, 2009, pp. 10–11)

Ramos (2009, 2013) apresenta em seus estudos dados sobre esse fenômeno de globalização física através das migrações, propõe a necessidade do desenvolvimento de novos métodos para encarar o problema, bem como apresenta estratégias desenvolvidas na Europa para buscar soluções para essa questão, que, como analisado por este artigo, se apresenta tanto pelo contato físico dos movimentos migratórios como pelos contatos virtualizados e globalizantes dos meios digitais, principalmente, pelo uso da internet e

das redes sociais. Nesse sentido, concordando com Ramos (2013), é preciso desenvolver estratégias e métodos para desenvolver, pela comunicação, a interculturalidade.

Estas problemáticas implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico, um novo paradigma ao nível da investigação, da formação e da intervenção no domínio das relações interculturais. A(s) interculturalidade(s) vêm colocar numerosas questões às práticas, estratégias e políticas relativas à gestão da interculturalidade e da comunicação, em particular da comunicação intercultural, bem como à gestão das interações entre o Eu e o Outro, à negociação dos processos psicossociais inerentes aos contactos interculturais e à negociação das identidades e dos conflitos. (Ramos, 2013, p. 344)

Porém, antes de apresentar projetos e estratégias que estão sendo utilizadas para resolver o problema criado pelo contato globalizado entre culturas, torna-se fundamental definir o que se entende por interculturalidade, e, para isso, é importante diferenciar, concordando com Ferrari (2015) e Weissmann (2018), dois conceitos: “multiculturalismo” e “interculturalidade”.

Essa necessidade de diferenciar multiculturalismo da interculturalidade, assunto frequente entre pesquisadores do tema, se faz premente, pois eles se caracterizam por duas posturas diferentes e contraditórias, que afetarão o desenvolvimento das relações entre diferentes culturas. Enquanto o multiculturalismo se baseia na questão da diferença, reconhecendo e classificando as múltiplas identidades culturais; a interculturalidade parte e se orienta de maneira inversa, pela questão da igualdade. Ou seja, não privilegia a classificação das diferenças como o primeiro, mas enfatiza a necessidade de contato e troca de informações entre as culturas, para formação de uma síntese cultural que possa refletir e mediar, de maneira ética e equilibrada, o contato entre diferentes comunidades, principalmente num ambiente globalizado, como se apresenta na hipermodernidade. Por isso, neste artigo, privilegia-se uma visão intercultural, em detrimento de uma postura multicultural.

Segundo Livia Barbosa e Letícia Veloso (2007), o multiculturalismo e a interculturalidade são dois conceitos que merecem ser diferenciados um do outro. De acordo com as autoras, a noção de multiculturalismo vai além das políticas identitárias, pois trata das questões da diferença e da identidade sob a rubrica do “reconhecimento” da diferença. Esse conceito inclui não só identidades pessoais, mas também temas mais abrangentes, como as políticas multiculturais, os dilemas éticos relacionados à diversidade cultural e étnica, os conflitos interculturais e a questão da integração (individual e social) a novas comunidades políticas multiculturais e transnacionais. Também enfatiza a coexistência de vários diferentes no interior de um mesmo espaço e ao mesmo tempo, sem a necessidade de interação, com uma interação limitada ao mínimo necessário para a operação da vida cotidiana

ou, ainda, circunscrita à dimensão pública e jurídica. Rodrigo Alsina (1997) entende por multiculturalismo a coexistência de distintas culturas em um mesmo espaço real, midiático ou virtual. O multiculturalismo marcaria o estado, a situação de uma sociedade plural a partir do ponto de vista de comunidades culturais em identidades diferentes. (...) Já o conceito de interculturalidade, segundo Barbosa e Veloso (2007) enfatiza o oposto: que a “comunicação” entre os diferentes que habitam em um mesmo espaço ao mesmo tempo se dá pela necessidade do estabelecimento de uma base comunicacional comum, a partir de sua mútua compreensão a respeito do que, naquele determinado contexto, deve ser o centro da comunicação. (Ferrari, 2015, pp. 51–52)

Partindo tanto do conceito de interculturalidade como de uma visão intercultural, agora é possível reafirmar, através de exemplos de estratégias de comunicação intercultural apresentados por Ramos (2013), a questão deste artigo: de que não basta, para criar uma comunidade globalizada, apenas uma extensão tecnológica produzida pelos meios, como preconizava McLuhan (1964/2016), mas que é preciso desenvolver uma consciência intercultural para que possa surgir uma globalização equilibrada e baseada no respeito entre as diferentes culturas. Ou seja, não basta um corpo estendido, é preciso um corpo intercultural.

Como exemplo, Ramos (2013) destaca o projeto *Cidades Interculturais* que visa analisar a questão da imigração e da diversidade cultural em países europeus e busca gerir esse fenômeno, para desenvolver estratégias que façam da diversidade cultural, não um problema, mas um fator de produção de riquezas e bem-estar coletivo para toda a comunidade.

O Projeto Europeu *Cidades Interculturais* tem como objetivo analisar o impacto da diversidade cultural e das migrações nas cidades europeias, onde mais de 20 países contam, pelo menos, com 5% de habitantes que nasceram no estrangeiro, e elaborar estratégias e políticas suscetíveis de ajudar as cidades a fazer da diversidade um fator de desenvolvimento, de enriquecimento e de bem-estar para todos. Este projeto visa a gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas, de modo a fazer-se da cidade um espaço aberto e plural e um lugar privilegiado de diálogo intercultural. (Ramos, 2013, p. 345)

Para que isso ocorra, Ramos (2013) ainda enfatiza que é necessário desenvolver um novo “paradigma intercultural” (p. 352), o qual norteará a direção das pesquisas sobre interculturalidade, baseadas em questões como a heterogeneidade, pluralidade, descontinuidade, multiplicidade, complexidade, intervenção, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na pesquisa. Esse novo paradigma buscará oferecer um reposicionamento das pesquisas, no sentido ético, além de se constituir por novas epistemes e métodos. Essa configuração deverá partir de três vertentes estruturantes: conceitual, metodológico e ético.

A globalização e a mobilidade das populações proporcionam o contacto de grande diversidade de culturas e identidades, vêm colocar desafios às populações autóctones e migrantes e às relações interculturais e exigir um novo paradigma na pesquisa e intervenção que denominámos de *Paradigma Intercultural*. Este paradigma vem introduzir a pluralidade, a heterogeneidade, a descontinuidade, a complexidade e a multi/interdisciplinaridade na pesquisa, formação e intervenção, implicando um novo reposicionamento metodológico, epistemológico e ético, assente em *três vertentes estruturantes*:

Conceptual – As diferenças culturais são definidas não como elementos objetivos com carácter estático, mas como entidades dinâmicas e interativas, que se dão sentido mútuo. A abordagem intercultural constitui uma outra forma de analisar a diversidade cultural, não a partir das culturas consideradas como entidades independentes e homogêneas, mas a partir de processos e de interações;

Metodológica – A abordagem intercultural define-se como global, multi-dimensional e interdisciplinar, de modo a dar conta das dinâmicas e da complexidade dos fenómenos sociais e a fim de evitar os processos de categorização. Trata-se, para o investigador/educador/interveniente, de adquirir familiaridade com o universo social e cultural sobre o qual trabalha, de compreender as representações que o animam e de se interrogar de forma reflexiva não só sobre a cultura do outro, mas, também, e em primeiro lugar, sobre a sua própria cultura;

Ética – A perspectiva intercultural tem como objetivo o conhecimento das culturas, mas, sobretudo, a relação entre elas e o Outro, implicando uma atitude de descentração (Piaget, 1970). Envolve uma reflexão sobre a forma de respeitar a diversidade individual, social e cultural, de conciliar o universal e o particular, o global e o local, de adaptação à complexidade estrutural duma sociedade e à sua conflitualidade. (Ramos, 2013, p. 352)

Finalmente, Ramos (2013) ainda observa que para constituir esse novo “paradigma intercultural” será necessário desenvolver três competências: individuais, interculturais e de cidadania.

- *Competências individuais* que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios, modelos e competências apresentados como únicos e universais e evitar muitos comportamentos de intolerância e discriminação;

- *competências interculturais*, sobretudo linguísticas, comunicacionais e pedagógicas, que facilitem, por um lado, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro, que promovam práticas e intervenções interculturalmente competentes e inclusivas, bem como profissionais e cidadãos culturalmente sensíveis e implicados.
- *competências de cidadania*, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades e das instituições. (Ramos, 2013, pp. 252–253)

Observando essas três competências, é possível destacar que a primeira (competências individuais) está vinculada ao desenvolvimento de relações harmoniosas entre os indivíduos. A segunda (competências interculturais) está ligada a questões do uso da linguagem, dos meios, dos processos de comunicação e da área de educação, em seu sentido pedagógico, ou seja, de desenvolvimento de estratégias de ensino. Já a terceira (competências de cidadania) tem uma tarefa relacionada às questões éticas e políticas, pois envolvem, além do indivíduo, as instituições sociais, para que seja possível desenvolver os novos paradigmas, necessários para constituir uma sociedade intercultural. Uma sociedade que possa organizar-se como uma cultura que respeita as diferenças e complexidades das mais diversas comunidades que compõem a população mundial. Essa sociedade organizada globalmente, que respeita as diferentes culturas, e que compõe as diferentes comunidades humanas, é o que representa o corpo intercultural, e essa é a direção que se espera que as diferentes comunidades tomem, mediadas pelos meios de comunicação: a do desenvolvimento de relações interculturais.

Assim, será possível criar uma sociedade baseada na visão da interculturalidade, desenvolvendo um corpo intercultural. No entanto, se os grupos humanos ou indivíduos apenas deixarem estender seus sentidos pelos meios de comunicação, sem refletir sobre os outros e a multiplicidade cultural, o processo de fragmentação na sociedade, o enfraquecimento da alteridade — denunciado por Byung-Chul Han (2010/2015) —, e as polarizações deverão se multiplicar, podendo levar ao colapso nossa concepção de coletividade e sociedade. Por isso, é de fundamental importância o desenvolvimento de estudos que relacionem o uso dos meios de comunicação com as ideias e conceitos da interculturalidade, pois, assim, será possível buscar uma solução para um problema que cada vez mais produz incompreensão, preconceito e violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse debate, é preciso destacar que a questão deste artigo sobre a relação entre um corpo estendido e um corpo intercultural foi confirmada, pois torna-se evidente que apenas uma extensão tecnológica da percepção humana (um corpo estendido), como apresentada por McLuhan (1964/2016), e mediada pelos meios de comunicação, não basta para criar uma comunidade globalizada, onde todas as diferentes culturas, que compõem a organização humana mundial, possam conviver de maneira equilibrada e ética. Sendo assim, reafirma-se a necessidade de desenvolver uma

consciência intercultural (corpo intercultural) para que possa surgir uma globalização equilibrada e baseada no respeito entre as diferentes culturas. Ou seja, não basta um corpo estendido, é preciso um corpo intercultural.

Com isso, seja para desenvolver uma globalização justa, como destacou Milton Santos (2001), ou uma aldeia global, como indicou McLuhan (1964/2016), é preciso, não somente um desenvolvimento tecnológico, mas sim um desenvolvimento humano. Dessa forma, torna-se fundamental criar estratégias e competências que propiciem e potencializem o processo de aproximação entre culturas, principalmente, porque esse fato é inevitável, pois, com toda certeza, o advento de novos meios de comunicação sempre terá como efeito a aproximação e a mistura de diferentes culturas. Afinal, o advento de novos meios de comunicação sempre amplia o alcance da troca de informações, bem como estende a percepção humana para além dos limites biológicos dos sentidos.

Por isso, em paralelo com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, para desenvolver uma globalização equilibrada, e que respeite a diversidade de culturas espalhadas pelo mundo, torna-se essencial a análise dos processos de comunicação entre culturas, e o desenvolvimento de estratégias que possibilitem que esses contatos se deem, não de maneira violenta ou preconceituosa, mas de uma forma ética e que demonstre respeito à multiplicidade cultural humana. Sendo assim, os estudos de comunicação devem se reunir aos estudos de interculturalidade, para criar um caminho onde as diferentes culturas possam se relacionar, respeitando suas diferenças e somando esforços para produzir bem-estar, e, por que não, riqueza para a população humana. Com essa ação, espera-se que as relações entre as comunidades humanas possam reverter o processo instaurado de fragmentação, de polarização, de preconceito entre as diferentes culturas, criando um trajeto seguro, justo e igualitário, em direção à construção de uma comunidade global, que possa conviver de maneira coletiva, como uma tribo, da maneira como McLuhan (1964/2016) projetou: uma aldeia global.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Presbiteriana Mackenzie, à direção, à coordenação de pesquisa e toda a equipe do Centro de Comunicação e Letras pelo apoio à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Baitello, N. (2015). (A massa sem corpo), (o corpo sem massa), (a massa sem massa), (o corpo sem corpo). As redes sociais como ambientes de ausência (e fundamentalismos). In M. I. V. de Lopes & M. M. K. Kunsch (Eds.), *Comunicação, cultura e mídias sociais* (pp. 17–22). ECA-USP.
- Dugnani, P. (2018). Globalização e desglobalização: Outro dilema da pós-modernidade. *Revista Famecos*, 25(2), 1–14. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918>
- Ferrari, M. A. (2015). Comunicação intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios. In C. P. Moura & M. A. Ferrari (Eds.), *Comunicação, interculturalidade e organização: Faces e dimensões da contemporaneidade* (pp. 43–63). EDIPUCRS.
- Han, B.-C. (2015). *Sociedade do cansaço* (E. P. Giachini, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 2010)

- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista* (E. Brandão, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 2014)
- Mcluhan, M. (2016). *Os meios de comunicação como extensões do homem* (D. Pignatari, Trad.). Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1964)
- Murdock, G. (2018). Refeudalização revisitada: A destruição da democracia deliberativa. *Matrizes*, 12(2), 13–31. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p13-31>
- Ramos, N. (2009). Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural – Políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, 34(20), 9–32. <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3941>
- Ramos, N. (2013). Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: Viver e comunicar entre culturas. In H. Pina, P. Remoaldo, & N. Ramos (Eds.), *The overarching issues of the European space* (pp. 343–360). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosa, H. (2019). *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na modernidade* (R. H. Silveira, Trad.). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 2005)
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização*. Record.
- Weissmann, L. (2018). Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. *Construção Psicopedagógica*, 26(27), 21–36. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004

NOTA BIOGRÁFICA

Patricio Dugnani é doutor e mestre em comunicação e semiótica (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e bacharel em artes plásticas (Universidade Estadual Paulista). É professor nas áreas de comunicação e artes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor de artes do Colégio Giordano Bruno. É pesquisador do grupo de pesquisa Observatório da Imagem e no grupo de pesquisa Linguagem, Sociedade e Identidade: Estudos Sobre a Mídia, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É autor e ilustrador dos livros: *A Herança Simbólica na Azulejaria Barroca* (2012), *O Livro dos Labirintos* (2004), *Ovelhas e Lobos* (2002), *Beleléu* (2003/Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2004), *O Seu Lugar* (2005/Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2006), *Um Mundo Melhor* (2006), *Beleléu e os Números* (2009), *Beleléu e as Cores* (2010), *Beleléu e as Formas* (2011), *Beleléu e as Palavras* (2014). É pesquisador e autor de artigos científicos das áreas de comunicação, sociologia aplicada, artes e semiótica.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7877-4514>

Email: patricio@mackenzie.br

Morada: Alameda das Caneleiras, 524. Cep: 06670110. Transurb - Condomínio Vila Verde - Itapevi – SP - Brasil

Submetido: 02/08/2021 | Aceite: 04/01/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

AS POTENCIALIDADES DO *KAMISHIBAI* PLURILINGUE NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

Francisco Rocha

Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Rosa Maria Faneca

Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

RESUMO

Os anos 90 ficaram assinalados por um conjunto de transformações de carácter socioeconómico, que alteraram as dinâmicas sociais, potenciando a interligação, a interdependência, a mobilidade, a superação de fronteiras, a redução do espaço e do tempo e o fluxo de informação, abrindo novas possibilidades de acesso à diversidade cultural. Todo este conjunto de perplexidades e de desafios marcam o nosso tempo e exigem um olhar renovado sobre o papel da escola e a aplicação de um novo paradigma de identidade e de cidadania. Daqui sobressai a importância do desenvolvimento de um leque alargado de competências (capacidades, conhecimentos e atitudes) que possam permitir uma maior interação com pessoas que são linguisticamente e culturalmente diferentes. Com este contributo pretende-se aquilatar sobre os benefícios de promover a compreensão e a aceitação das diferenças culturais em contextos educativos através da utilização do *kamishibai* plurilingue.

PALAVRAS-CHAVE

kamishibai plurilingue, multiculturalismo, interculturalidade, educação intercultural, aprendizagens

THE PLURILINGUAL *KAMISHIBAI*: ITS POTENTIAL IN EDUCATION FOR CULTURAL DIVERSITY

ABSTRACT

The 1990s were marked by a set of socio-economic transformations which altered social dynamics, enhancing interconnection and interdependence, mobility, overcoming borders, reducing space and time, and the flow of information that opened new possibilities for access to cultural diversity. This set of perplexities challenges our time, requiring a renewed role for the school and the application of a new paradigm of identity and citizenship. It is important to develop a wide range of competences (skills, knowledge, and attitudes) that can allow greater interaction with people who are linguistically and culturally different from us. This contribution intends to discuss the benefits of promoting understanding and respect for cultural differences in educational contexts by using the plurilingual *kamishibai*.

KEYWORDS

plurilingual *kamishibai*, multiculturalism, interculturality, intercultural education, learning

1. INTRODUÇÃO

A utilização de técnicas inovadoras de ensino e de aprendizagem não encontra limites na comunidade educacional, onde, desde sempre, se tem procurado introduzir formas e técnicas pioneiras de aprendizagem.

Tem-se notado que o envolvimento emocional dos alunos no processo de aprendizagem é essencial para que estes entendam as coisas a um nível mais profundo (Fonseca, 2016). A introdução do *kamishibai* (“teatro de papel”) na educação vai nesse sentido. O seu uso é, certamente, uma tentativa para envolver as crianças, física e emocionalmente, no estudo de questões relacionadas com a sociedade, a saúde, ou o bem-estar (Casas, 2006), mas também, no caso em apreço, do multiculturalismo e da interculturalidade. A problemática em torno da diversidade linguística, cultural e étnica, agora generalizada, e da qual a presente reflexão faz eco, tem como propósito principal demonstrar a importância de trabalhar as questões levantadas pela pluralidade cultural ao nível da escola, fazendo ressaltar os problemas e a realidade a ela associados (Beacco & Byram, 2007; Menken & García, 2010).

Parece consensual que as relações étnico-raciais sublinham, inexoravelmente, o quotidiano da vida das sociedades modernas, marcando a dinâmica das relações sociais, a que a escola não será alheia. Destarte, tendo em consideração os mecanismos de transformação social que a educação acarreta e o papel a desempenhar pelos educadores no âmbito da mediação intercultural, importaria questionarmo-nos sobre as potencialidades educativas do *kamishibai*, designadamente naquilo que concerne a integração da diversidade e do diálogo na escola, estimulando a construção de um ambiente propício à solidariedade, fraterno e de respeito mútuo (Martins et al., 2017).

Partindo destes prolegómenos, foi elaborado um projeto de investigação no Departamento de Educação e Psicologia, da Universidade de Aveiro, com a finalidade de estudar um recurso didático recentemente introduzido em Portugal — o *kamishibai* plurilingue.

O trabalho aqui apresentado surge com o intuito de aquilatar sobre os benefícios em promover a compreensão e o respeito pelas diferenças culturais em contextos educativos através da utilização do *kamishibai* plurilingue, permitindo, dessa forma, produzir conhecimento sobre um recurso didático promotor de práticas educativas que incentivem a aquisição de competências interculturais (CI).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1. AS ORIGENS DO *KAMISHIBAI*

Kamishibai é um termo japonês que significa, literalmente, “teatro de papel”. Trata-se de uma forma milenar de arte (em pergaminhos) utilizada para contar histórias na tradição oral, que supostamente teve origem nos antigos templos budistas do século VIII e cujo objetivo principal era relatar acontecimentos com um intuito iminentemente moralista e para plateias iletradas (Nash, 2009).

Muito embora os primórdios do *kamishibai* possam ser desconhecidos¹, o facto é que encontramos referências a esta manifestação artística em jornais por volta dos anos 30 do século passado, como uma forma de teatro de rua (*gaitô*²) praticado em bairros dos arredores de Tóquio — *Shitamachi* (Nash, 2009). Ao que tudo indica, o *kamishibai* encontra a sua génese no *etoki* (explicação pictográfica)³, ou seja, na arte de interpretar imagens, e cujas referências podem ser encontradas em manuscritos *emaki* (rolo pintado) do século XII, nomeadamente no célebre *Chōjū-jinbutsu-giga*, um conjunto de quatro pinturas expostas num templo budista em Kyoto, de autoria de um monge budista — Toba Sōjō (1053–1140).

O *emaki* ou *emakimono* é uma ilustração feita em seda ou papel, acondicionada em rolos (*makimono*), que datam do século VIII (período Nara), e que retratam, entre outras coisas, animais fantásticos (com formas humanas), grandes batalhas ou romances.

O *kamishibai* e o manga/*mangaka*⁴ tornaram-se particularmente apreciados durante a crise de 1929 e no decurso da Segunda Grande Guerra. Nesta altura, houve uma explosão dos *kamishibaiya* (contadores de histórias ao ar livre) em Tóquio (cerca de 2.500), que se exibiam todos os dias (várias vezes) para uma audiência de várias dezenas de crianças, e que se estima terem envolvido cerca de 1.000.000 de pessoas (McGowan, 2015).

Esta época foi das mais profícuas e empolgantes da história do *kamishibai* no Japão, sendo mesmo designada como a “época áurea” do *kamishibai* (Orbaugh, 2015, p. 58). Florescia, assim, uma forte indústria editorial à volta da banda desenhada. No entanto, à margem deste movimento, determinado pela procura de entretenimento barato, surgiam, então, os contadores de histórias ao ar livre, justamente os *kamishibaiya*.

O *gaitô kamishibaiya* (contador itinerante de histórias) parava a sua bicicleta na esquina de uma rua que lhe era familiar, e batia os seus *hiyogoshis* (pedaços de madeira), anunciando a sua presença, e dando início ao espetáculo, um pouco à imagem das célebres pancadas de Molière.

Quando as crianças se acercavam do local, ele procedia à venda de guloseimas como contrapartida pelo ingresso no espetáculo, sendo este o seu principal rendimento. Os *kamishibaiya* utilizavam para o efeito um *butai*, um pequeno palco de madeira em miniatura onde passavam, uma a uma, as pranchas de cartão ilustradas (Moriki & Franca, 2017) à medida que iam desenvolvendo a sua história, que, invariavelmente, começava por *mukashi mukashi*, o que significa “era uma vez...”, dramatizando assim as histórias com grande talento, fazendo uso das pranchas coloridas pintadas à mão, ao mesmo tempo que produziam efeitos sonoros que davam vida e cor à sua narrativa sem guião — criando um verdadeiro clima de suspense à sua volta.

¹ Os investigadores japoneses avançam com uma série alargada de possíveis precursores históricos para o *kamishibai*, que vão desde os rolos de pergaminho com imagens — os *emaki* —, ao teatro de sombras, até aos espetáculos de bonecos mecanizados (*nozokikarakuri*).

² O *gaitô kamishibaiya* (contador itinerante de histórias) era apenas uma das muitas manifestações de teatro popular que floresceram no Japão nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

³ O Japão tem uma longa tradição na interpretação de imagens.

⁴ Designação japonesa para a “banda desenhada”. Fora do Japão este termo refere-se aos livros de banda desenhada produzidos no Japão ou sob a sua influência.

O *kamishibai* é uma técnica narrativa que “combina texto e imagem, teatralidade e criatividade” (Faneca, 2019, p. 361) e que estimulou a sociedade japonesa durante décadas, tornando-se, por isso, uma forma poderosa e cativante para ilustrar histórias⁵.

Embora esta antiga manifestação artística se tenha desvanecido com o tempo, o facto é que o seu significado e contributo permitiram que o *kamishibai* perdurasse, com sucesso, até aos nossos dias⁶.

2.2. O KAMISHIBAI COMO FERRAMENTA EDUCATIVA

As especificidades do *kamishibai* permitem que, ainda hoje, seja usado em apresentações multimédia modernas, prosseguindo os mais variados fins e propósitos (por exemplo, em auditorias, engenharia e gestão de produção), mas o que o torna particularmente útil é o seu formato único. Cartões grandes com ilustrações coloridas permitem ao contador de histórias apresentar claramente, ao seu público, narrativas com uma forte componente visual.

“A escola do futuro não será, talvez, uma escola como a entendemos hoje em dia - com bancos, quadros e estrados para professores - pode ser um teatro, uma biblioteca, um museu, ou uma conversa” (Tolstoi, 1850/1988, p. 140). O tom providencial desta afirmação, com mais de 1 século, tornou-se agora uma realidade. Hoje, encontramos uma receptividade crescente a estas ideias, com um envolvimento ativo de mais meios e recursos para a educação de jovens e crianças (International Kamishibai Association of Japan, 2019). Um desses processos é justamente o teatro (Eisner, 1979).

O uso do drama como ferramenta de ensino e para o ensino não é novo. Historicamente, a expressão dramática é há muito reconhecida como um meio com grandes potencialidades para a educação e ensino (Courtney, 2003). Na verdade, foi necessário chegar ao fim do século XX para se começar a vislumbrar os impactos reais dessa corrente de opinião na educação pública. Na mente de muitos, o teatro e a dança eram questionáveis como parte integrante da educação de um jovem (Spolin, 1978/2005), aliás, no que era secundado pela música, pela prática desportiva, e pelas artes visuais.

Propomo-nos mostrar, assim, que a escola tem uma função essencial na promoção de atitudes e valores que constituem a base da formação cívica dos alunos — como contraponto ao preconceito e discriminação (Martins et al., 2017).

2.3. O KAMISHIBAI PLURILINGUE

O *kamishibai* plurilingue revela-se como uma evolução do *kamishibai* tradicional uma vez reconhecidas as suas potencialidades pedagógicas em termos linguísticos e culturais.

Em 1930, Imai Yone (1897–1968), uma assistente social católica, decidiu criar um *kamishibai*, de cariz religioso, que lhe permitisse dar catequese às crianças da sua

⁵ A obra japonesa *Genji Monogatari* (Os Contos de Genji) foi considerada uma obra-prima da literatura japonesa. Escrita por Murasaki Shikibu no início do século XI, é geralmente apontada como sendo o primeiro romance do mundo.

⁶ A Associação Kamishibai Internacional do Japão foi criada em 2001 com o propósito de promover a valorização e sensibilização internacional sobre esta forma de arte. A maioria de seus membros são japoneses — mais de 700 —, no entanto, há também membros de todo o mundo.

paróquia. Ela observou o fascínio das crianças pelas histórias *kamishibai* de rua e, por isso, utilizando este recurso, adaptou algumas narrativas bíblicas (McGowan, 2015).

Influenciada pelos trabalhos de Imai Yone, surge Gozan Takahashi (1888–1965), um editor e redator de revistas para crianças, que introduziu o *kamishibai* educativo ao fundar a editora Zenkōsha. Esta empresa publicava histórias *kamishibai* baseadas em peças budistas e filmes da Disney, utilizando diferentes técnicas de ilustração (Moriki & Franca, 2017). O método de apresentação utilizado por Imai Yone, com fins educativos, inspirou vários autores, como Matsunaga Ken'ya (1907–1996), criando “o tipo de *kamishibai* interativo que permite e encoraja a participação do público” (Carreño, 2012, p. 5). Posteriormente, em 1938, Gozan Takahashi acaba por fundar a Federação Japonesa do Kamishibai Educativo como forma de promover a cultura japonesa (Lucas, 2009). Desde então, o *kamishibai* tem sido utilizado nas escolas e nas bibliotecas públicas como forma de fomentar o ensino-aprendizagem, e de preservar a herança cultural do seu país, passando, a partir da década de 70, a ser amplamente utilizado como um recurso didático na Europa (Jiménez, 2005).

Mais recentemente, em 2015, a associação D'une Langue à L'Autre (De uma Língua Para Outra; sediada em Montreuil, França; <https://www.dulala.fr/>) organizou a primeira edição de um concurso de escrita plurilingue e de ilustração de pranchas de forma colaborativa, isto é, a construção de um *kamishibai* plurilingue (Pedley & Stevanato, 2018).

A sua versatilidade permite, a todo o tempo, desde a sua conceção ao momento da sua apresentação, a comunicação e a cooperação entre crianças (Faneca, 2021), e, nesse sentido, possibilita, também, diversas abordagens, das quais se salienta o desenvolvimento de atividades linguísticas e culturais, designadamente, a integração da diversidade das línguas e culturas, estimulando o desenvolvimento pessoal e social das crianças, ao mesmo tempo que permite, também, trabalhar as áreas de conteúdo e as expressões. Consequentemente, o desenvolvimento destas competências, através da utilização do *kamishibai* plurilingue, permite aos indivíduos uma maior facilidade na comunicação e na interação intercultural.

O *kamishibai* plurilingue no contexto escolar, pelo seu potencial educativo e as suas características multimodais, pode permitir a valorização do outro, as línguas e as tradições, e o desenvolvimento das literacias. De entre as ferramentas que tentam ensinar línguas e aprender a ler e escrever contando histórias em escolas do pré-escolar, os *kamishibai* ocupam um lugar especial. (Faneca, 2020, p. 225)

As histórias, ou as ilustrações, do *kamishibai* plurilingue devem integrar pelo menos quatro línguas, procurando espelhar, desta forma, a realidade (diversidade) de línguas faladas pelos alunos, procurando manter, dentro do possível, a compreensão geral.

Criar um *kamishibai* usando várias línguas leva a uma reflexão sobre as línguas usadas na escola. É também uma ótima maneira de permitir a aprendizagem de outras línguas utilizadas pelas crianças, famílias ou educadores, dentro da escola.

Num *kamishibai* plurilingue, as línguas contribuem, também, para a construção e desenvolvimento da história. O desafio é, portanto, criar uma unidade narrativa a partir de uma diversidade de línguas que se vão alternando na narrativa.

Foi neste âmbito que nasceu o *kamishibai* plurilingue, passando o recurso *ka-mishibai* a ter uma vertente educativa plurilingue e intercultural, com foco nas abordagens plurais (Candelier et al., 2010). É assim, desta forma, que o *kamishibai* plurilingue passa a contemplar características do *kamishibai* tradicional, sendo nele incluídas várias línguas e culturas na narrativa e na ilustração.

2.4. O DRAMA E O TEATRO

O drama e o teatro podem unir-se com vantagens mútuas, no sentido de encontrar soluções adequadas para a resolução de conflitos. Recorrentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2000a; Comissão Nacional da UNESCO, 2006) tem apelando para o ensino e aprendizagem de artes visuais e cénicas, como parte da construção de uma cultura de paz, enfatizando também a necessidade de se equacionarem novos tipos de educação — mais equilibrados, no sentido de satisfazer os quesitos e as necessidades do século XXI, designadamente:

- promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
- inculcar na criança o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas; e
- inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua. (Convention on the Rights of the Child, 1989, p. 9, Art. 49)

O drama criativo e, no nosso caso, o *kamishibai* podem ser considerados uma das ferramentas mais eficazes na melhoria das capacidades comunicativas e cognitivas das crianças (Barret, 1993). A utilização deste recurso educativo pode ajudar os alunos a desenvolver e melhorar as suas aptidões críticas, a criatividade, a comunicação, bem como a fortalecer as suas capacidades de comunicação oral e escrita.

O drama criativo enriquece a imaginação e a vontade dos alunos em aprender, a agir ou a fingir, como forma de reforçar os seus objetivos escolares, emocionais e interpessoais. De facto, o drama criativo mostra aos alunos a forma de serem apreciados e a compreenderem as necessidades dos outros, o que fará com que possam formular juízos de valor e ter uma atitude crítica.

3. A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Numa sociedade moderna, caracterizada por mobilidades várias e pela pluralidade de identidades, aumenta a premência para nos relacionarmos de forma adequada, quer linguística quer culturalmente, com outras pessoas, sendo este um dos nossos maiores desafios. Desta forma, a educação multicultural deve ser complementada com a aquisição de aptidões interculturais (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2006, p. 17), ou seja, com a aquisição de um leque de fatores (capacidades, conhecimentos e atitudes) que nos permitirão relacionar com pessoas de culturas diversas, mantendo um diálogo apropriado, sem ferir suscetibilidades — no absoluto respeito e consideração pelo seu “direito à cidade e à diferença” (Sandercock, 2004).

A contemporaneidade da sociedade em que vivemos, complexa e paradoxal, é marcada pela dinâmica da interseção constante entre povos, comunidades, e pessoas, o que se reflete na pluralidade cultural. Assim, é muito provável que, de alguma forma, possamos ser confrontados com situações onde é exigido o domínio de uma ampla gama de competências⁷ que nos permitam encarar as diferenças culturais como um desafio e como possibilidade de enriquecimento das nossas experiências pessoais.

Organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Conselho da Europa, e a própria União Europeia, muito têm refletido sobre esta questão e na forma como o desenvolvimento destas capacidades pode contribuir para a promoção da paz mundial ou para a prevenção e gestão da conflitualidade atual, tendo, para o efeito, lançado uma série de documentos orientadores para o sistema educativo (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2000b), procurando, com isso, relançar as bases para o entendimento pacífico entre todos, isto é, o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, e competências que nos permitam interpretar um evento ou documento num contexto intercultural — adquirir, de forma autónoma, novos conhecimentos sobre outras culturas —, e desenvolver uma sensibilidade cultural crítica sobre a sociedade atual e os seus valores e práticas (Council of Europe Ministers of Foreign Affairs, 2008), o que nos possibilita, decididamente, navegar em ambientes marcadamente complexos, recheados pela variedade de povos e de estilos de vida, e compreender a riqueza que a diversidade cultural aporta à nossa experiência pessoal.

4. DESENHO METODOLÓGICO: QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

4.1. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação exploratória de carácter qualitativo sobre as capacidades pedagógicas e didáticas do *kamishibai* plurilingue na consciencialização/criação de CI em crianças do 1.º ciclo do ensino básico, com idades compreendidas entre os 6 e 9 anos de idade respetivamente (Lei n.º 85/2009, 2009).

Para conseguir este desiderato, o de gizar o objeto de estudo e o plano de investigação, os seus propósitos analíticos e a correspondente estratégia metodológica, recorreremos às técnicas preconizadas por Coutinho (2013).

A escolha do paradigma qualitativo de investigação teve por base as dinâmicas da sociedade atual, e o facto de proporcionar uma maior flexibilidade e reflexividade durante todo o trabalho de investigação, ou seja, por possibilitar, desta forma, destacar o seu carácter descritivo, interpretativo e compreensivo da realidade social, o que nos permite refletir sobre a questão da diversidade cultural e da interculturalidade na realidade educativa. Assim, com o intuito de melhor estruturar o esforço de pesquisa, e do tratamento e análise dos dados recolhidos, este trabalho foi articulado seguindo uma metodologia qualitativa.

Estas questões, sobre o mérito do ensino/aprendizagem de CI nas escolas, através do *kamishibai* plurilingue, procuram ter um fundo pragmático — simples, claro e

⁷ Uma troca aberta e respeitosa de pontos de vista entre indivíduos e grupos com diferentes antecedentes culturais, com base na compreensão e respeito mútuos (Council of Europe Ministers of Foreign Affairs, 2008).

conciso —, de modo a possibilitar uma leitura crítica da realidade, estabelecendo o nexo de causalidade entre o objeto de estudo, o conhecimento e as suas conceções teóricas, no intuito de proporcionar uma explicação objetiva e facilitadora de todo o processo, criando, assim, as limitações e bases epistemológicas para a elaboração do corpus teórico e empírico desta pesquisa.

O presente estudo procurou responder às seguintes questões:

- Quais as potencialidades e limitações do *kamishibai* plurilingue na promoção e valorização das CI?
- Como se podem desenvolver recursos educativos passíveis de contribuir para a aquisição/desenvolvimento de CI?
- Como pode o *kamishibai* plurilingue ser um instrumento facilitador do diálogo e da inclusão na escola?

Para o efeito, no sentido da procura de conhecimento e da compreensão dos fenómenos em apreço, designadamente, o de verificar as potencialidades do *kamishibai* plurilingue no desenvolvimento de competências interculturais em ambiente educativo não formal, foram analisados os seguintes elementos:

- quatro *kamishibai* plurilingues produzidos em contexto de atividades de enriquecimento curricular, por alunos do 1.º e 2.º anos respetivamente, de uma escola do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito do concurso 2020/2021 de *kamishibai* plurilingue (Faneca, 2021);
- as representações dos professores expressas nos diários de bordo que acompanharam a produção dos *kamishibai* plurilingues concorrentes;
- um inquérito efetuado a 62 crianças.

4.2. FASES DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

O projeto foi dividido em quatro fases distintas que envolveram a revisão da literatura e conceção de instrumentos de recolha de dados; a recolha e organização dos dados propriamente dita; a interpretação dos dados e análise das informações; e a redação da versão final do relatório com as respetivas recomendações.

Os resultados apresentados aqui são fruto de um estudo muito mais lato em que se pretendeu ressaltar, inequivocamente, a importância do *kamishibai* como potenciador da criação das estruturas mentais para a aceitação da diferença e da pluralidade, e a integrá-las no quotidiano da vida das escolas, contribuindo, dessa forma, para uma comunicação intercultural adequada e a criação de um sentido de pertença comum.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este projeto foi desenvolvido em contexto de educação não formal no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. A escola do 1.º ciclo do ensino básico escolhida pertence a um agrupamento de escolas de uma vila do distrito de Santarém, onde é desenvolvido um projeto inovador de educação em ciências, numa parceria com a Universidade de Aveiro, sendo a escola responsável por conceptualizar, planificar e dinamizar diversas oficinas, de entre as quais uma oficina de *kamishibai* plurilingue.

5.1. QUESTIONÁRIO

5.1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS ALUNOS

As respostas aqui referidas são provenientes de um inquérito por questionário, efetuado a 62 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, em contexto extracurricular. O inquérito com 27 perguntas encontrava-se dividido em três secções. Na primeira (informações gerais — “eu e o mundo à minha volta”), foram apresentadas questões que procuravam traçar o perfil dos alunos e obter alguns dados sobre a importância deste projeto relativamente às potencialidades do *kamishibai* na sensibilização para a diversidade linguística e cultural. Na segunda secção, questiona-se sobre a relação escola/família. Na terceira parte, foram feitas perguntas alusivas às aprendizagens dos alunos em termos interculturais, decorrentes do seu envolvimento na produção de um *kamishibai*.

As questões formuladas foram de natureza aberta, fechada e mista, respetivamente. Esta abordagem teve como objetivo proporcionar respostas mais diversificadas, que nos permitem salientar:

- Os alunos objeto deste inquérito (62) são maioritariamente do género feminino (38), e as suas idades estão compreendidas entre os 6, 7 e 8 anos de idade, num total de 26 alunos com 6 anos de idade, 25 com 7 anos de idade, e 11 com 8 anos de idade.
- Os alunos frequentam o 1.º e 2.º anos de escolaridade do 1.º ciclo, num total de 37 para o 1.º ano, e 25 para o 2.º ano.
- Relativamente às habilitações literárias dos pais, é visível que a grande maioria (26) se apresenta com o ensino secundário apenas, por oposição às mães que têm mestrado (23), e 29 licenciatura.
- Sobre as profissões, como o quadro das habilitações literárias denota, elas inserem-se, na sua grande maioria, numa classe média superior.
- Os pais, na sua grande maioria (22), apresentam idades compreendidas entre os 40 e 45 anos de idade, e só quatro entre os 25 e 30 anos de idade. A maioria das mães (21), em linha com a idade dos pais, situam-se na faixa etária dos 35 e 40 anos de idade. Na faixa etária dos 25 aos 30 anos de idade só encontramos quatro mães.

5.2. A REALIDADE CULTURAL

O grupo de perguntas subordinado à realidade cultural tinha como principal objetivo compreender o contributo e implicações que a educação intercultural pode ter no desenvolvimento pessoal e social dos alunos, verificando e identificando as idiossincrasias da comunidade escolar relativamente aos processos culturais a que as crianças se encontram submetidas, tendo a referir:

- A compreensão que os alunos têm sobre outras pessoas/realidades culturais encontra-se equilibrada, isto é, 33 tem conhecimento do ambiente multicultural à sua volta, e 29 não o tem. Assim, verificamos que grande maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente à questão relacionada com o seu conhecimento sobre pessoas de outros países/culturas. Não deixa de ser significativo, desta feita, o número daqueles que não conhecem pessoas de outras proveniências (29). Dos alunos que mostraram conhecimento de outras realidades culturais, a escolha recaiu sobre pessoas oriundas do Brasil (11), da China (oito), de França (seis), e 37 repartem a sua resposta por outros países.
- Sobre a forma como devem ser tratadas as pessoas de outras culturas, a maioria (61) refere que estas devem ser tratadas com educação e respeito. Curioso o facto de apenas um aluno achar que estas devem ser tratadas com agressividade.

- Verificamos que 36 pais têm amigos de outras nacionalidades.
- Da amostra apenas sete crianças referem que os pais já os proibiram de conviver com pessoas de outras culturas, nomeadamente brasileiros (quatro), chineses (duas) e ciganos (uma).
- No entanto, malgrado a opinião anterior, 49 alunos acham que, mesmo assim, é importante conviver com pessoas de outras culturas.
- Num outro grupo de perguntas, agora subordinado às questões da cultura, a amostra reparte-se, equitativamente, sobre aspetos particulares de cultura, designadamente, hábitos, educação, alimentação, arte, escrita, religião, sendo a primazia para as questões da educação (16).
- Aqui é salientada, uma vez mais, a ideia de que é importante o relacionamento com pessoas de outras culturas (45).
- É variadíssima a lista de países cujas culturas os alunos gostariam de aprofundar. Destaque, no entanto, para o Brasil (20), a França (16), e a Itália (sete). As restantes escolhas (19) repartem-se pela Inglaterra, Luxemburgo, China e Angola, entre outros. O motivo desta escolha tem a ver, segundo a amostra, com a preponderância económica e a projeção internacional destes países (38).
- É notável que 57 dos inquiridos tenham muitos amigos, e que estes assumem ser um facto muito importante para as suas vidas (62).
- Os alunos escolhem os seus amigos em função do companheirismo (16), da simpatia (15), da diversidade (13), e da proteção (12), sendo as questões de raça, religião e género relegadas para segundo plano, com apenas um só aluno a referi-las. No entanto, 54 alunos gostariam de ter amigos de outras culturas, assumindo que lhes é fácil interagir com pessoas de outras culturas (49).
- Este sentimento de facilidade em interagir com pessoas de outras culturas é corroborado pela percentagem de alunos que não tem problemas em se aproximar de novos alunos de outras culturas na escola (49).
- Já 19 alunos assistiram a colegas da escola a serem maltratados em função de aspetos culturais, assumindo, no entanto, que a melhor forma de reportar os incidentes seria através do professor (oito), ou com recurso aos seus pais (cinco). É, contudo, preocupante que três alunos ignorassem os casos.
- Uma vez mais, é aqui reiterada a importância que o convívio com pessoas de outras culturas pode ter na compreensão do mundo à sua volta, na aprendizagem de novas línguas (19), na compreensão e aceitação da diferença (14), ou ainda no conhecimento de novas formas de ver, pensar e agir (13).

5.3. FAMILIARIZAÇÃO COM O *KAMISHIBAI* PLURILINGUE

No grupo relativo ao conhecimento e experiência com o *kamishibai*, as respostas são inequívocas, salientando-se o gosto por este recurso e a vontade de trabalhar na montagem e construção de uma história, fruto, talvez, de experiências anteriores e da participação no concurso de *kamishibai* plurilingue promovido pelo Laboratório de Educação em Línguas, uma estrutura de investigação, formação e intervenção do Centro de Investigação em Didática e Formação de Formadores da Universidade de Aveiro, no âmbito do projeto *Plurieduca* (análise e construção da competência plurilingue — percursos didáticos para uma educação em línguas). Este concurso anual desafia crianças dos 3 aos 15 anos a criarem uma história em formato *kamishibai*, integrando na narrativa quatro línguas com estatutos diferentes, entre as quais a língua da escola, dando oportunidade de integrar as línguas e diferentes competências, por vezes ignoradas, em contexto educativo.

Estamos em crer que, malgrado o nível socioeconómico das famílias e do ambiente privilegiado da escola, devem ser implementadas ações no sentido de esbater alguns dos valores apresentados, designadamente aqueles que se reportam a uma melhor

compreensão da diferença e da diversidade cultural, aproveitando, no caso em apreço, os meios que o *kamishibai* plurilingue pode proporcionar naquilo que se refere à promoção de competências interculturais dos alunos, e ao seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo, granjeando-lhes: autoconfiança, imaginação, empatia, cooperação/colaboração, concentração, capacidade de comunicação, entre outros.

O *kamishibai* revela aqui um potencial pedagógico passível de se aplicar a uma multiplicidade de situações, conseguindo mobilizar, com sucesso, os esquemas operatórios de pensamento dos alunos para o processo de aprendizagem⁸, ao mesmo tempo que, de acordo com vários autores (Boal, 2005; Spolin, 1978/2005; Vygotsky, 1991/2014), se promove a aquisição de outros conhecimentos e competências, à medida que as crianças e jovens são envolvidos em atividades teatrais e artísticas.

As respostas ao inquérito revelam que o envolvimento dos alunos na conceção, construção e montagem das histórias em formato *kamishibai* e das respetivas pranchas, os lança para um mundo divertido — de humor, ironia e entretenimento. As perguntas e as respostas sobre as histórias, as discussões, as comparações, a criação das suas próprias narrativas e personagens permitem, para além do aprofundamento da oralidade e da escrita, potenciar a criação de estruturas mentais para a aceitação da diferença e da pluralidade, e a integrá-las no quotidiano da vida das escolas, contribuindo, dessa forma, para uma mediação intercultural adequada.

6. ELABORAÇÃO DO *KAMISHIBAI* PLURILINGUE

Na elaboração dos *kamishibai* foi tido em consideração tudo aquilo que é preconizado pela rede Kamilala, ou seja, os trabalhos foram desenvolvidos em quatro fases, que por sua vez se desdobraram em diversas subfases, de acordo com determinados objetivos, e que, de uma maneira geral, procuram desenvolver valores/atitudes/competências interculturais (Faneca, 2021). A saber:

- fase da descoberta;
- fase do uso das línguas;
- fase de realização;
- fase final do espetáculo.

Na primeira fase, a da *descoberta* (sensibilização às línguas de contexto), é feita a leitura e apresentação de trabalhos idênticos — procedendo-se à sua posterior análise e discussão. A ideia subjacente é a de sensibilizar os alunos para a diversidade linguística e cultural à sua volta, mas também para as competências e conhecimentos que os mesmos podem mobilizar para as tarefas em curso — a produção de um *kamishibai*. Na fase seguinte — a do *uso das línguas* —, pretende-se que os alunos saibam as línguas de outras crianças/pessoas que partilham o mesmo espaço, quer seja no seu bairro, rua ou escola. Já a fase de *realização* (conceção do *kamishibai*) — criação da história, do cenário, criação de ilustrações, organização das pranchas — reporta-se à criação do *kamishibai* propriamente dito, para o que se procede a uma repartição de tarefas a cumprir; este

⁸ Lendo, escrevendo, observando, experimentando, propondo hipóteses, resolvendo problemas, comparando, classificando, ordenando, analisando e sistematizando.

ciclo de produção termina com a fase de *apresentação final do espetáculo* (contar o *kamishibai*: o espetáculo plurilingue). Aqui, as crianças procedem à exposição do espetáculo produzido, para o que se desdobram, entre outras, na realização de múltiplas tarefas, quer seja como narrador, ou tocando algum instrumento musical.

6.1. O KAMISHIBAI PLURILINGUE: UM ESTÍMULO À COOPERAÇÃO

Como ficou patente, as fases da criação à execução de uma história *kamishibai* promovem o trabalho cooperativo entre crianças, na medida em que se procede:

- à escolha do tema;
- à escolha das personagens, espaço, tempo;
- à definição do cenário e do enredo;
- à criação da história;
- à redação de textos;
- à decisão do ritmo da narrativa e da transição das pranchas;
- ao esboço sequencial das pranchas (storyboard);
- à distribuição de funções;
- à realização dos desenhos;
- à definição os efeitos sonoros e/ou da música;
- leitura/representação.

Para responder às perguntas de partida, e perceber de que forma as atividades em torno do *kamishibai* podem sensibilizar os alunos para a diversidade linguística, e para as questões interculturais, foram efetuadas as seguintes diligências que envolveram 62 crianças com idades compreendidas entre os 6 e 9 anos de idade, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular:

- elaboração e análise de um inquérito;
- análise das representações dos animadores/educadores expressas nos diários de bordo;
- análise a quatro *kamishibai* concorrentes ao concurso 2020/2021 do *kamishibai* plurilingue.

Este concurso foi subordinado ao tema “o mundo está a mudar mais rapidamente do que tínhamos imaginado” e teve como objetivo principal incentivar os atores educativos a desenvolver projetos abertos à diversidade linguística e cultural, por meio da criação de pranchas de um *kamishibai* plurilingue, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação intercultural (Faneca, 2020). Eles foram:

- *Plim! plim! Tudo a cores!*;
- *O mundo mudou!*;
- *A máquina do tempo*;
- *Mensagens mágicas*.

Na elaboração destes projetos — na conceção e produção destes *kamishibai* —, foram seguidas diversas fases, o que envolveu a elaboração da história (tema, título, desenvolvimento, escolha das personagens, etc.); ideias sobre as ilustrações; e escolha

das palavras-chave da história e das línguas utilizadas (quando possível, dependendo do tema escolhido), o que nos permite considerar o *kamishibai* plurilingue como um recurso pedagógico passível de poder desenvolver valores/atitudes/competências interculturais, não só através dos aspetos colaborativos da sua conceção e construção, como também através da leitura e dramatização dos temas abordados. A apresentação pública do trabalho permite, também, corroborar as hipóteses de partida, isto é, salientar as vantagens da mobilização (com sucesso) das atividades dramáticas no tratamento das questões multiculturais em contextos escolares.

6.2. REPRESENTAÇÕES DE EDUCADORES/ANIMADORES

Da análise das representações dos educadores/animadores expressas nos diários de bordo (identificados, de seguida, por “DB” e por um respetivo número de modo a diferenciá-lo) anexos aos quatro *kamishibai* concorrentes ao concurso de *kamishibai* plurilingue de 2020/2021, é de ressaltar que a participação neste projeto foi motivada, inicialmente:

pela determinação de desenvolver um projeto que envolvesse a diversidade linguística e cultural, mas sobretudo, por envolver os novos falantes de outras línguas recém-chegados à escola para promover todas as línguas em uso, o respeito pelas diferenças, a partilha e a cooperação na cocriação do projeto. (DB4)

Talvez, aqui, o quesito principal tenha a ver com aquilo que este projeto pode trazer de novo e desafiante ao grupo de crianças. O facto é que “cada vez mais somos cidadãos do mundo e existe uma necessidade para expandir o nosso conhecimento pelo mesmo, abraçando as suas diferenças” (DB1). Também

para os adultos do grupo foi um desafio bastante compensatório, não só pelo facto de poder assistir à alegria das crianças em participar no mesmo e a sua evolução, mas também verificar o quão benéfico é para a criança e para o seu desenvolvimento. Este trabalho permite também um olhar diferente para a forma como as línguas poderão ser abordadas e exploradas, como também para o desenvolvimento e aquisição de estratégias e ferramentas cativantes e facilitadoras para a dinamização de atividades. (DB3)

Certamente, uma

oportunidade de envolver todas as crianças e acolher as suas propostas, despertando a sua curiosidade para as mais diversas línguas e culturas que o mundo oferece. Para além de ser uma experiência cativante e criativa, que promove o interesse pela leitura. (DB1)

Desta forma, de acordo com os resultados obtidos, podemos realçar a importância deste recurso didático no desenvolvimento de uma atitude de solidariedade, abertura, aceitação, enriquecimento e aprendizagem da diversidade, para além de fomentar um novo acolhimento, reconhecimento, cooperação e diálogo, características estas que possibilitam

o desenvolvimento de competências transversais ao currículo e essenciais à aprendizagem não só a nível escolar, mas também a nível social (Pedley & Stevanato, 2018).

7. CONCLUSÕES

Os resultados revelam que as atividades de sensibilização sobre a diversidade cultural e linguística, recorrendo ao *kamishibai* plurilingue, potenciam o desenvolvimento de competências no domínio da comunicação intercultural; de saberes de diferentes áreas do conhecimento; e de atitudes positivas face às línguas e à alteridade, conforme ficou espelhado nas respostas ao inquérito, e do qual, por exemplo, sobressai “o facto de podermos desenvolver um projeto que vise a diversidade linguística e cultural e conceber novas estratégias e recursos de ensino-aprendizagem” (DB2), ou ainda, “envolver os novos falantes de outras línguas recém chegados à escola para promover todas as línguas em uso, o respeito pelas diferenças, a partilha e a cooperação na cocriação do projeto” (DB3).

A utilização do *kamishibai* vai, pois, ao encontro dos desafios que se colocam aos agentes educativos, promovendo uma melhoria significativa da compreensão linguística e visual, mas também em todas as áreas temáticas que são abrangidas pelos currículos escolares (McGowan, 2015). Para McGowan (2015), construir um *kamishibai* convida o aluno a envolver-se num trabalho colaborativo — a pensar criticamente a estrutura e produção do *kamishibai*, com base na sua própria experiência e cultura, aportando ao processo todo um conjunto rico de novidade e diversidade. Para um aluno do ensino básico, a utilização do *kamishibai* torna tudo mais fácil e apelativo, “permitindo a comunicação e cooperação das crianças, quer no momento da sua criação quer da sua apresentação” (Faneca, 2019, p. 361). É mais fácil porque se revela mais intuitivo, ao permitir que o aluno possa construir a sua história de acordo com uma estrutura que contemple a introdução, a exposição, e a resolução de problemas através do uso de imagens. Por outro lado, falar de interculturalidade na escola — das suas identidades plurais — remete, desde logo, para a obrigatoriedade do multiculturalismo ser trabalhado em ambiente de sala de aula, no intuito de erradicar qualquer preconceito existente, contribuindo para que as crianças possam ter uma visão heterogénea e plural dos grupos sociais e respeitem as diferenças.

A escola é, seguramente, um dos locais onde mais se reflete a diversidade cultural — um dos lugares que mais sofre com este tipo de desafios —, o que obriga a uma maior atenção dos docentes para enfrentar estes tipos de constrangimentos, recorrendo, para o efeito, a estratégias adequadas.

Muitos estudos (Aguilar, 2001; Arroyo, 2007; Dewey, 1900/2003; Fuegel & Montoliu, 2000; Spolin, 1978/2005) confirmaram a sua eficácia como método de ensino nas diversas fases educativas. A abordagem do drama criativo leva os alunos a descobrir a sua força interior e a aplicá-la (Arroyo, 2007). Ela enfatiza a sua importância na mobilização das suas competências, inteligência e imaginação para ajudá-los a aprender através da sua própria atividade. A utilização do drama criativo também apoia o desenvolvimento das suas capacidades linguísticas (leitura e escrita), e vocabulário, ao mesmo tempo que estimula os processos cognitivos de nível superior (Fonseca, 2016).

Percebe-se que os professores/educadores possam ter alguma dificuldade em implementar estratégias criativas, inovadoras e flexíveis de suporte ao seu trabalho como

profissionais de educação, levantadas pela grande diversidade cultural (Candelier et al., 2010) e por alunos que apresentam conceitos e imagens preconcebidas de natureza étnico-racial. Pretende-se, assim, providenciar aos docentes, nas suas práticas pedagógicas quotidianas, estratégias diversificadas para lidar de forma adequada com a heterogeneidade cultural — os estereótipos e os preconceitos.

Aqui sobressai o papel social da escola — como local privilegiado da promoção de uma sociedade mais justa e igualitária —, visto ser aqui que jovens e crianças têm a oportunidade inicial de começar a mostrar e a desenvolver as suas capacidades cognitivas e sociais (Pintassilgo, 1998). É, pois, por isso mesmo, imprescindível que se desenvolvam atividades que valorizem a interculturalidade na escola através de todo um trabalho colaborativo de criação, e da produção das histórias *kamishibai*, designadamente através da escolha do tema, a construção da história, a montagem e desenho das pranchas, e por aí adiante — ampliando e fortalecendo ações que, de alguma forma, possam combater o preconceito e a discriminação, no sentido de que não sejam permitidas quaisquer formas de intolerância ou tratamento desigual, tanto dentro como fora da escola. Para enfrentar estes desafios, o sistema educativo português, no âmbito do *Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular* dos ensinos básico e secundário, concedeu às escolas, professores e alunos uma maior centralidade na gestão dos currículos (Despacho n.º 5908/2017, 2017). Neste particular foram ainda lançados vários documentos orientadores como o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (Martins et al., 2017), a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e as Aprendizagens Essenciais* (Monteiro et al., 2017), entre outros (Conselho Europeu, 2008; Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005), e que, conjuntamente com o trabalho desenvolvido⁹ pelos alunos nestes projetos *kamishibai* plurilingue, designadamente através da escrita colaborativa, nos remetem para uma área da cidadania, de valores, aos quais acresce, ainda, a partilha de ideias e de opiniões, o que possibilita integrar todo um conjunto de princípios, áreas de conhecimento, competências e valores que capacitam os alunos para responder aos desafios complexos deste século, e fazer face às imprevisibilidades resultantes da evolução do conhecimento e da tecnologia (Martins et al., 2017; Monteiro et al., 2017; Tenreiro-Vieira & Vieira, 2000, 2013).

São por isso inúmeras as potencialidades da utilização do *kamishibai* plurilingue em espaços onde se possa processar o ensino/aprendizagem. Talvez mesmo uma das suas grandes virtuosidades — como forma de narrativa oral/visual — é que fornece uma oportunidade única para os alunos ampliarem qualquer pesquisa/leitura/tema em que estejam envolvidos, utilizando, para o efeito, as suas próprias palavras e ideias, para além de permitir: “o alargamento e enriquecimento das experiências visual e plástica dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade estética e artística, despertando, ao longo do processo de aprendizagem, o gosto pela apreciação e fruição das diferentes circunstâncias culturais” (Ministério da Educação, 2018, p. 1).

A consciencialização das crianças para o seu lugar no mundo e na história, utilizando o *kamishibai* plurilingue, pode, assim, permitir uma maior compreensão sobre a

⁹ Na escolha do tema; na definição do cenário e do enredo; na redação; no esboço sequencial (storyboard); na realização dos desenhos (Faneca, 2020).

forma como este recurso pode impulsionar as aprendizagens e servir de mediador da diversidade linguística e cultural. É evidente que a escola tem aqui uma função essencial na promoção de atitudes e valores que constituem a base da formação cívica dos alunos — como contraponto ao preconceito e discriminação, já que “o *kamishibai* proporciona uma experiência rica e genuína, melhorando o bem-estar das crianças, trabalhando a motivação para aprender e promovendo uma entrada mais comprometida nas aprendizagens” (Faneca, 2019, p. 373) —, mas também de diversão, ao mesmo tempo que leva os alunos a tomar consciência da sua própria imaginação.

O presente trabalho procurou lançar um olhar atento sobre a eficácia da utilização do *kamishibai* plurilingue enquanto instrumento educativo — o seu impacto no processo de aprendizagem e ensino, no autodesenvolvimento das crianças, nas suas capacidades de comunicação e pensamento, mas, sobretudo, na aquisição de competências interculturais — como uma experiência edificante e positiva para todos (Paatela-Nieminen, 2008). Acreditamos que a exploração educativa do *kamishibai* plurilingue permite, seguramente, reforçar a pertinência e a visibilidade de uma educação aberta à diversidade de línguas e culturas.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Francisco Rocha esteve responsável pela concetualização, recursos, investigação e redação do rascunho original, atuou de forma conjunta na metodologia. Rosa Maria Faneca participou na redação do rascunho original, revisão e edição. Realizou a validação e a supervisão, e atuou de forma conjunta na metodologia.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, L. (2001). *Encontros de teatro na escola. História de um movimento*. Porto Editora.
- Arroyo, M. G. (2007). A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In N. L. Gomes (Ed.), *Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais* (pp. 111–130). Autêntica.
- Barret, G. (1993). *Théâtre-éducation, recherche sur les modèles didactiques*. Graduel; Recherche en Expression.
- Beacco, J., & Byram, M. (2007). *From linguistic diversity to plurilingual education: Guide for the development of language education policies in Europe*. Council of Europe, Language Policy Division.
- Boal, A. (2005). *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Civilização Brasileira.
- Candelier, C., Camilleri-Grima, A., Castellotti, V., De Pietro, J. F., Lőrincz, I., Meißner, F. J., Nogueroles, A., & Schröder-Sura, A. (Eds.). (2010). *Framework of reference for pluralistic approaches to languages and cultures*. ECML. http://carap.ecml.at/Portals/11/documents/C4pub2007E_20080302_FINAL.pdf
- Carreño, L. (2012). Desarrollo del lenguaje y uso del kamishibai. *Cuaderno de Educación*, (44), 1–7. <http://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/6492>
- Casas, D. (2006). *Kamishibai story theater: The art of picture telling*. Teacher Ideas Press.
- Comissão Nacional da UNESCO. (Ed.). (2006). *Roteiro para a educação artística. Desenvolver as capacidades criativas para o século XXI* (F. Agarez, Trad.). UNESCO. <https://crispasuper.files.wordpress.com/2012/06/roteiro2.pdf>
- Conselho Europeu. (2008). *Livro branco sobre o diálogo intercultural: “Viver juntos em igual dignidade”*. https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/Source/Pub_White_Paper/WhitePaper_ID_PortugueseVersion2.pdf

- Convenção Sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 20 de outubro, 2005, https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_sobre_a_protecao_e_a_promocao_da_diversidade_das_expressoes_culturais.pdf
- Convention on the Rights of the Child, 20 de novembro, 1989, <https://www.ohchr.org/documents/professionalinterest/crc.pdf>
- Council of Europe Ministers of Foreign Affairs. (2008). *Living together as equals in dignity* [White paper]. https://www.coe.int/t/dg4/intercultural/source/white%20paper_final_revised_en.pdf
- Courtney, R. (2003). *Jogo, teatro e pensamento: As bases intelectuais do teatro na educação*. Perspectiva.
- Coutinho, P. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Almedina.
- Despacho n.º 5908/2017, Diário da República n.º 128/2017, Série II de 2017-07-05 (2017). <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/5908-2017-107636120>
- Dewey, J. (2003). *A escola e a sociedade, a criança e o currículo* (P. Faria, Trad.). Relógio d'Água. (Trabalho original publicado em 1900)
- Eisner, E. (1979). *Educar la vision artística*. Ediciones Paidós Ibérica.
- Faneca, R. M. (2019). Porquê trabalhar com *kamishibais* plurilingues numa educação orientada para a diversidade linguística e cultural? In A. Neto Mendes & G. Portugal (Eds.), *Educação, cultura e cidadania das crianças: Livro de atas do IV Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância & I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação* (pp. 361–376). UA Editora. <http://hdl.handle.net/10773/27138>
- Faneca, R. M. (2020). O contributo do *kamishibai* plurilingue na promoção da escrita colaborativa de textos narrativos [Edição especial]. *Revista Indagatio Didactica*, 12(2), 219–238. <https://doi.org/10.34624/id.v12i2.17484>
- Faneca, R. M. (Ed.). (2021). *Kamishibai plurilingue: Da criação à execução: Guia de acompanhamento*. UA Editora. <http://hdl.handle.net/10773/30352>
- Fonseca, V. (2016). Importância das emoções na aprendizagem: Uma abordagem neuropsicopedagógica. *Revista Psicopedagógica*, 33(102), 365–384. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n102/14.pdf>
- Fuegel, C., & Montoliu, M. (2000). *Innovemos el aula. Creatividad, grupo y dramatización*. Octaedro.
- International Kamishibai Association of Japan. (2019). Kamishibai newsletter. *The International Kamishibai Association of Japan*, 13, 1–7.
- Jiménez, C. (2005). La magia del *kamishibai*. *Revista Tk*, (17), 153–162. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1372252&orden=83588&info=link>
- Lei n.º 85/2009, Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27 (2009). <https://data.dre.pt/eli/lei/85/2009/p/cons/20150703/pt/html>
- Lucas, F. (2009). El “*kamishibai*” como recurso didáctico en el aula de educación infantil y primaria: Una experiencia educativa: Propuestas para un entendimiento oriente-occidente. *Revista de Pedagogía*, 61(4), 141–152. <https://recyt.fecyt.es/index.php/BORDON/article/view/28819>
- Martins, G., Gomes, C. A., Brocardo, J. M., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L., Silva, L. M., Encarnação, M. M. G. A. da., Horta, M. J. do V. C., Calçada, M. T. C. S., Nery, R. F. V., & Rodrigues, S. M. C. V. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- McGowan, T. (2015). *Performing kamishibai. An emerging new literacy for a global audience*. Routledge.
- Menken, K., & García, O. (Eds.). (2010). *Negotiating language policies in schools: Educators as policymakers*. Routledge.

- Ministério da Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais | articulação com o perfil dos alunos: 1.º ciclo do ensino básico: Educação artística - Artes visuais*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/1c_artes_visuais.pdf
- Monteiro, R., Ucha, L., Alvarez, T., Milagre, C., Neves, M. J., Silva, M., Prazeres, V., Diniz, F., Vieira, C., Gonçalves, L. M., Araújo, H. C., Santos, S. A., & Macedo, M. (2017). *Estratégia nacional de educação para a cidadania*. República Portuguesa. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Moriki, R. H. S., & Franca, V. G. (2017). *Mukashi, mukashi: O kamishibai e a formação de leitores*. *Revista Cerrados*, 25(22), 173–191. <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/13707>
- Nash, E. P. (2009). *Manga kamishibai: The art of Japanese paper theater*. Abrams ComicArts.
- Orbaugh, S. (2015). *Propaganda performed: Kamishibai in Japan's Fifteen-Year War*. Brill.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2000a). *O direito à educação – Uma educação para todos durante a vida – Relatório mundial sobre educação*. UNESCO.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2000b). *Direitos humanos: Por um novo começo*. <http://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm>
- Paatela-Nieminen, M. (2008). Intertextual method for education applied in Japanese paper theatre — A study on discovering intercultural differences. *The International Journal of Art & Design Education*, 27(1), 91–104. <https://doi.org/10.1111/j.1476-8070.2008.00561.x>
- Pedley, M., & Stevanato, A. (2018). Le concours *kamishibai* plurilingue: Un outil innovant pour diffuser l'éveil aux langues. *Éducation et Sociétés Plurilingues*, (45), 43–56. <https://doi.org/10.4000/esp.3048>
- Pintassilgo, J. (1998). *Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do pensamento pedagógico português*. Centro de Investigação em Educação.
- Sandercock, L. (2004). Reconsidering multiculturalism: Towards an intercultural project. In P. Wood (Ed.), *Intercultural city reader* (pp. 16–21). Comedia.
- Spolin, V. (2005). *Improvisação para o teatro* (I. D. Koudela, Trad.; 4.ª ed.). Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1978)
- Tenreiro-Vieira, C., & Vieira, R. (2000). *Promover o pensamento crítico dos alunos. Propostas concretas para a sala de aula*. Porto Editora.
- Tenreiro-Vieira, C., & Vieira, R. (2013). Literacia e pensamento crítico: Um referencial para a educação em ciências e em matemática. *Revista Brasileira de Educação*, 18(52), 163–188. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000100010>
- Tolstoi, L. (1988). *Obras pedagógicas* (J. M. M. Pinto, Trad.). Edições Progresso. (Trabalho original publicado em 1850)
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2006). *Guidelines on intercultural education*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147878>
- Vygotsky, L. (2014). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (M. Silva, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1991)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Francisco Luís Pereira da Rocha é doutorado em relações interculturais pela Universidade Aberta, em Lisboa. É mestre em estudos sobre a Europa (Universidade Aberta), e licenciado em comunicação social pelo Instituto Politécnico de Tomar — Escola

Superior de Tecnologia de Abrantes, com pós-graduações em estudos europeus e ciências militares; diploma de estudos avançados em relações interculturais; diploma de estudos especializados em teologia para leigos (Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro). Encontra-se a realizar um estágio de pós-doutoramento no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, subordinado aos *Contributos e Desafios Educativos do Kamishibai no Desenvolvimento de Competências Interculturais* sob orientação da investigadora do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Rosa Maria Faneca. Em 2013, publicou um livro, junto com outros autores, intitulado *Europa, As Interrogações e o Futuro* e outros artigos versando atualidade política e social na RADH, no jornal da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, *Diário de Aveiro, Jornal de Abrantes e Ilhavense*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2084-4772>

Email: rochafrancisco@ua.pt

Morada: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro

Rosa Maria Faneca é investigadora doutorada do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Departamento de Educação e Psicologia (Universidade de Aveiro, Portugal). É a coordenadora nacional do projeto Erasmus+ *Kamilala* e do concurso nacional de *kamishibai* plurilingue. Tem participado em diversos projetos nacionais e internacionais sobre a integração da língua portuguesa, línguas de herança, literacia plurilingue, diversidade linguística e cultural, plurilinguismo (*Galapro, Mutualisation et Innovation Pour un Réseau de l'Intércompréhension à Distance Programme Transversal* [Mutualização e Inovação Para uma Rede de Intercompreensão à Distância Programa Transversal], *Koinos, Evaluation des Compétences en Intercompréhension* [Avaliação de Competências em Intercompreensão], premiado com o selo de “boas práticas”, *Local Linguistic Landscapes for Global Language Education in the School Context* [Cenários Linguísticos Locais Para a Educação Global de Línguas no Contexto Escolar], *Kamilala*) e sobre formação de professores — (*In*)*Fluência*, Programa de Apoio Integrado ao Setor Educativo. As suas principais áreas de interesse são a educação plurilingue e intercultural, abordagens plurais para o ensino e aprendizagem de línguas, formação de professores e ensino de línguas de herança. Tem atuado na formação inicial e contínua de professores. Integra a comissão editorial da revista *Indagatio Didáctica*. É membro da secretaria da Association Éducation et Diversité Linguistique et Culturelle e membro da Rede Kamilala.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7532-5905>

Email: rfaneca@ua.pt

Morada: Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro

Submetido: 19/10/2021 | Aceite: 04/01/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

O FILME *ILHA DA COVA DA MOURA*, OS MÉDIA E A PERMANÊNCIA DOS RACISMOS NA SOCIEDADE

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Para além da escola, do discurso político e dos produtos culturais, os média têm um papel central no processo de aprendizagem dos jovens e na (re)construção de representações recíprocas. A televisão, os média sociais e o cinema são centrais na difusão e reificação de determinadas representações sociais. Neste artigo, exploramos a narrativa do filme *Ilha da Cova da Moura* de Rui Simões (2010), cruzando os testemunhos das personagens com os resultados da entrevista ao realizador. Este filme explora três temas centrais: (a) a importância do associativismo e da mobilização coletiva no bairro; (b) a ideia de pertença e a agência na comunidade; e (c) o preconceito e discriminação racial vivenciados por habitantes do bairro. A intenção do realizador com este filme é desconstruir os estereótipos associados ao bairro. Argumentamos que este e outros filmes podem constituir instrumentos importantes para uma literacia mediática multidimensional e multicultural. Importa criar espaços, ao longo do processo educativo de crianças e jovens, nos quais os lugares comuns do racismo possam ser discutidos e contestados. Neste contexto, as artes, e especificamente o cinema, têm um papel primordial.

PALAVRAS-CHAVE

racismos, média, cinema, *Ilha da Cova da Moura*

THE FILM *ILHA DA COVA DA MOURA*, THE MEDIA AND THE PERMANENCE OF RACISM IN SOCIETY

ABSTRACT

Beyond school, political discourse, and cultural products, the media play a central role in young people's learning process and in the (re)construction of reciprocal representations'. Television, social media, and cinema are pivotal in the diffusion and reification of certain social representations. In this article the narrative of the film *Ilha da Cova da Moura* (Island of Cova da Moura) by Rui Simões (2010) will be explored, comparing the characters' testimonies with the outcomes of the interview with the director. This film explores three central themes: (a) the importance of membership and collective mobilisation in the neighbourhood; (b) the idea of belonging to and agency in the community; and (c) prejudice and racial discrimination experienced by inhabitants of the neighbourhood. In this film, the director aims to deconstruct stereotypes attached to the neighbourhood. We argue that this and other films can be important tools for multidimensional and multicultural media literacy. It is important to create spaces during the children's and young people's educational process where commonplaces about racism can be discussed and contested. The arts, specifically cinema, play a key role in this process.

KEYWORDS

racism, media, cinema, *Ilha da Cova da Moura*

1. INTRODUÇÃO

Propomos, neste trabalho, fazer uma análise temática (Braun & Clarke, 2006) da narrativa do filme *Ilha da Cova da Moura*, de Rui Simões (2010), cruzando estes dados com os resultados da entrevista ao realizador que teve lugar em Lisboa, em 2013. Partimos da premissa de que o cinema pode gerar possibilidades de contestação e debate em torno de representações estereotipadas da realidade, desempenhando um papel importante na transformação de imaginários racistas e xenófobos.

Ilha da Cova da Moura (2010) é desenvolvido segundo uma perspetiva que procura compreender o lado positivo do bairro. Mostra-nos a vida na Cova da Moura segundo um conjunto de recortes do dia a dia das pessoas desta comunidade. O realizador segue o dia a dia dos habitantes do bairro, entrevistando jovens e adultos, mulheres e homens, e mostrando várias realidades deste lugar. Retrata cenas do dia e da noite, da festa e do trabalho, da rua e da casa, apresentando também representações dos habitantes sobre as relações no bairro e fora dele e as experiências de racismo vivenciadas.

O realizador do documentário em análise, Rui Simões, tendo terminado os estudos secundários, deixou o país em 1966, evitando o serviço militar e a mobilização para a guerra colonial, com a qual não concordava. Fixou-se em Paris e depois em Bruxelas, onde frequentou a École Ouvrière Supérieure e um curso de história na Universidade Livre de Bruxelas. Em 1970, foi aluno no curso de Realização de Cinema e Televisão do Institut des Arts de Diffusion (Bruxelas). Fez o seu primeiro filme nesse instituto, trabalhando ainda como fotógrafo de cena em grandes produções de cinema e como projecionista numa sala de cinema. Regressou a Portugal depois da revolução dos cravos. Trabalhou para a firma Animatógrafo de António da Cunha Telles como diretor de produção. Exerceu funções pedagógicas em cursos de formação de várias instituições. É responsável pela produtora Realficção (Lisboa), onde também desenvolve atividades pedagógicas audiovisuais e multimédia.

O realizador refere, em entrevista presencial (Lisboa, 2013), que a motivação para a realização deste documentário surgiu porque sentia que havia uma injustiça muito grande no tratamento da imprensa em relação ao bairro da Cova da Moura. Para o realizador, a Cova da Moura é um exemplo de muitos. O autor quer salientar que há muitas “Covas da Moura” no nosso país e no mundo inteiro. Achou injusta a forma como a imprensa representava o bairro, constantemente associado à violência e ao tráfico de droga. Como afirma Rui Simões:

um dia acontece uma história aqui perto numa praia, em Carcavelos, que é o célebre arrastão onde vem nas primeiras páginas dos jornais, nas revistas em todo o lado que um grupo de *Blacks* [negros] da Cova da Moura tinha roubado a praia toda, pronto! E uns tempos depois prova-se que isso foi falso, que é uma notícia falsa, é escandaloso isto e eu fiquei chocadíssimo.

Como foi provado posteriormente, as pessoas a correr pela praia estavam sobressaltadas por uma intervenção policial. O “arrastão”, que nunca existiu, foi de alguma forma criado pelos discursos de instituições policiais, mediáticas e políticas (Varela, 2021), demonstrando o papel destas estruturas na reificação do racismo.

O realizador não conhecia o bairro, procurou conhecer e perceber o que se passava. Pretendia, ainda, compreender porque razões é que a “imprensa vai atrás de uma notícia falsa, funciona em parangonas de jornais, acusa, é racista, começa a ser racista, começa a atacar de uma maneira uma comunidade!” (R. Simões, entrevista presencial, Lisboa, 2013). Com este objetivo em mente, Rui Simões pediu que o apresentassem à comunidade do bairro e decidiu fazer um documentário sobre as pessoas que lá viviam. Como é referido na sinopse do filme *Ilha da Cova da Moura* (2010), o realizador tenta explorar, não tanto a violência e insegurança tantas vezes conotada ao lugar, mas antes as razões da persistência destas perceções. Analisando o dia a dia dos seus moradores, o realizador procura, assim, estudar a cultura cabo-verdiana nas suas diversas manifestações e a forma como a exclusão social é perpetuada de geração em geração.

Para além deste filme, Rui Simões realiza quase na mesma altura *Kolá San Jon É Festa di Kau Berdi* (Kolá San Jon É Festa de Cabo Verde; 2011), com habitantes do bairro da Cova da Moura, cabo-verdianos na sua maioria, um filme sobre uma festa tradicional do seu arquipélago de origem, um ritual característico das festas juninas. Este documentário acompanha um grupo de residentes do bairro numa viagem a Cabo Verde para festejarem as festas de S. João.

2. DISCRIMINAÇÃO RACIAL E MÉDIA

O racismo transformou-se consideravelmente ao longo do tempo, e é grande a distância entre as suas expressões clássicas, que pretendem assentar na ciência, e as suas formas contemporâneas, que se referem cada vez mais à ideia de diferença e de incompatibilidade entre culturas (Wieviorka, 2002). O racismo consiste em caracterizar um grupo humano por “atributos naturais, associados por seu turno a características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo que releva desse conjunto e, a partir daí, em instaurar eventualmente práticas de inferiorização e de exclusão” (Wieviorka, 2002, p. 11). De facto, “todas as culturas constroem categorias para conhecer, classificar e pensar o ‘Outro’” (Casa-Nova, 2008, p. 150), não sendo esse o problema. “O problema reside na construção de categorias para inferiorizar esse ‘Outro’” (Casa-Nova, 2008, p. 150).

Para Brah (1996), na Europa, não lidamos apenas com um mas com vários racismos. Há uma variedade de racismos, centrados na cor da pele, dirigidos a grupos definidos como não-brancos. Por sua vez, o conceito de imigrante tornou-se o nome por excelência para “raça”. Ser imigrante constitui a principal característica que permite a classificação dos indivíduos numa tipologia racista (Balibar & Wallerstein, 1991, p. 32).

Pettigrew e Meertens (1995) e Pettigrew et al. (1998) distinguem entre racismo flagrante e racismo subtil. Os autores apresentam um modelo multidimensional de preconceito flagrante e subtil. O preconceito flagrante é “quente, fechado e direto” (Pettigrew

& Meertens, 1995, p. 58) e tem dois componentes: ameaça e rejeição, e oposição ao contacto íntimo com o outro grupo. O preconceito subtil, que é “frio, distante e indireto” (Pettigrew & Meertens, 1995, p. 58), tem três componentes: a defesa dos valores tradicionais, o exagero das diferenças culturais e a negação de emoções positivas. Com base num estudo com 4.000 entrevistados, de quatro países da Europa Ocidental, os autores categorizaram os participantes usando as suas pontuações em medidas de flagrantes e subtis, tendo verificado uma maior adesão ao racismo subtil do que ao racismo flagrante, o que poderá estar relacionado com o facto de o racismo flagrante ser percebido como anti-normativo, mas não o racismo subtil.

Apesar da sua condenação pelos normativos legais e sociais, os racismos flagrante e subtil persistem nas nossas sociedades. Muito do comportamento discriminatório quotidiano, quer ao nível institucional quer ao nível inter-individual, é marcado por formas mais veladas e sofisticadas de racismo, muitas vezes impercetível, que aparentemente não violam a norma anti-racista. O facto de a hierarquização racial ter desaparecido legalmente do discurso público não significa o fim do racismo. Enfatizam-se as diferenças culturais, já que o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é atualmente contra-normativo (Cabecinhas, 2008).

Não obstante as diferenças que existam entre as teorias sobre o racismo, comum a todas elas é a afirmação de que as novas expressões do racismo são disfarçadas e indiretas, e se caracterizam pela intenção de não ferir a norma da igualdade e de não ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária dos atores sociais (Lima & Vala, 2004). Não se quer significar com isto que as formas mais tradicionais e abertas de racismo deixaram de existir ou perderam importância. Numa sociedade formalmente antirracista, persistem novas formas de expressão do racismo que procuram conviver com a norma antirracista. Estas

novas expressões de racismo, mais veladas e hipócritas, são tão ou mais danosas e nefastas do que as expressões mais abertas e flagrantes, uma vez que, por serem mais difíceis de ser identificadas, são também mais difíceis de ser combatidas. (Lima & Vala, 2004, p. 408)

Mas comum a todas estas formas mais veladas de expressão do racismo é também a sua capacidade de transformação em expressões violentas (Lima & Vala, 2004), como nos têm dado conta, recentemente, os meios de comunicação, tendo algumas destas manifestações gerado um conjunto de movimentos sociais antirracistas, com impacto internacional.

Alguns estudos recentes vieram corroborar investigações anteriores e evidenciar os impactos do racismo nas políticas de imigração. Ramos et al. (2019) demonstram que as pessoas estão mais dispostas a admitir que algumas culturas são muito melhores que outras do que a admitir que alguns grupos nascem mais inteligentes e mais aptos a trabalhar do que outros. Em mais de metade dos países onde foi realizado o estudo, incluindo Portugal, 30% ou mais dos entrevistados acreditam na superioridade natural de alguns grupos humanos.

Embora a luta contra a discriminação racial seja considerada como uma prioridade por diversos organismos internacionais e nacionais, nos últimos anos temos vindo a

assistir a uma intensificação dos discursos de ódio racial na esfera pública e ao erguer de muros em diversos países europeus (Cabecinhas & Macedo, 2019). A esta realidade, junta-se o facto de vários estudos de receção constatarem que persistem estereótipos negativos sobre os imigrantes africanos e os seus descendentes na sociedade portuguesa, indicando que o passado colonial continua a influenciar o imaginário e as identidades sociais dos jovens (Macedo, 2017; Pereira et al., 2019). Se no contexto europeu têm sido constantes as denúncias de racismo flagrante, relacionadas por exemplo com a intervenção das forças de segurança, recentemente este debate tem ganhado centralidade em Portugal, embora já sejam antigas as denúncias de diversas associações e organizações antirracistas (Maeso, 2021). A classificação dos bairros “está intimamente relacionada com a representação dos jovens afrodescendentes/negros e Roma/ciganos como tendo ‘natural aversão à autoridade’” (Maeso, 2021, p. 121). Estas representações, veiculadas pelos média, em particular, assentam, de forma geral, na criminalização da população negra (Varela, 2021).

3. O ALTO DA COVA DA MOURA NOS MÉDIA

O bairro do Alto da Cova da Moura está situado na periferia de Lisboa, aproximadamente a 15 km da capital, com fácil acesso a transportes públicos, localizando-se administrativamente nas freguesias da Buraca e da Damaia, no município da Amadora (Beja-Horta, 2008). O processo de formação e consolidação do bairro do Alto da Cova da Moura poderá ser dividido em quatro fases distintas. A primeira data da década de 1940 até 1974 e corresponde ao início da formação do bairro. A segunda fase abarca o período entre 1974 e 1977. Esta fase constitui o início de um novo processo de desenvolvimento caracterizado por fluxos de imigrantes e repatriados portugueses oriundos das ex-colónias, assim como pela emergência de novos processos de construção e urbanização do bairro. Os relatos que documentam a origem e desenvolvimento do bairro por cabo-verdianos, portugueses, são-tomenses, angolanos e guineenses, oriundos das ex-colónias ou do interior rural de Portugal, são reveladores de um contexto colonial que se prolonga para além das independências africanas (Jorge & Carolino, 2019).

O terceiro período decorre entre 1977 e 1989, e coincide com o primeiro boom populacional, levando à consolidação do bairro. Esta fase foi igualmente caracterizada pela criação de organizações migrantes populares. Finalmente, a última fase inicia-se em 1989 e prolonga-se até ao presente. Durante este período, destaca-se a grande aceleração de novos fluxos de imigrantes, muitos destes em situação irregular, assim como a construção de “representações oficiais dominantes” sobre o bairro como um “problema urbano” (Beja-Horta, 2008, p. 184). Como refere Beja-Horta (2008), “os moradores tal como a população autóctone a residir no bairro acionaram redes sociais de amizade e solidariedade, reproduziram e reconfiguraram novas práticas culturais” (p. 202), debatendo-se quer com os problemas sociais e políticos do seu país de origem, quer com o trabalho árduo para melhorarem as suas condições de vida no país de acolhimento.

O bairro do Alto da Cova da Moura ocupa uma área de 18 hectares com 1.617 habitações, e cerca de 6.000 habitantes, a maioria cabo-verdianos e seus descendentes mas também portugueses retornados das ex-colónias, angolanos, guineenses, são-tomenses, moçambicanos, brasileiros e oriundos de países de leste. 45% tem menos de 25 anos. (*Ilha da Cova da Moura*, 01:17:43)

Ao longo do tempo, os atores desenvolveram várias estratégias com o objetivo de assegurar o direito a permanecer num espaço da cidade cada vez mais central e, por isso mesmo, desejável do ponto de vista imobiliário, onde foram desenvolvendo formas de relação, identificação e pertença próprias (Jorge & Carolino, 2019).

As organizações antirracistas em Portugal têm denunciado a brutalidade policial, assim como a violência e o assédio de organizações de extrema-direita e neonazis desde finais dos anos 1980 (Maeso, 2021). Nas sociedades atuais, os diferentes média são contextos importantes de produção, reprodução e transformação de ideologias. Aquilo que produzem são representações do mundo, imagens, quadros de compreensão do mundo à nossa volta.

A construção simbólica dos bairros periféricos, pelos média, pelos discursos oficiais e pela opinião pública, em geral, tem vindo a veicular uma imagem negativa e estigmatizante destes lugares e dos seus residentes (Beja-Horta, 2008). Cova da Moura é um dos bairros mais estigmatizados de Portugal. “Um falso imaginário associa-o à ‘droga’ e ‘armas’, aos ‘criminosos’ e ‘jovens delinquentes’, resultado de um processo de rotulação construído pelos *media* e instituições políticas” (Raposo & Varela, 2016, p. 5). Estes discursos são corresponsáveis por criar um imaginário de transgressão, incivilidade e anomia sobre esses territórios, sendo lugares racialmente conotados (Raposo & Varela, 2016).

Esta mediatização de espaços urbanos como o Alto da Cova da Moura, associando-os a comportamentos desviantes, tem um profundo impacto nos processos de exclusão desta população. O bairro é, muitas vezes, reduzido a uma construção imaginária estereotipada que se torna hegemónica e é difundida e amplificada mediaticamente, na qual os seus habitantes, sobretudo os jovens, são vistos como seres potencialmente ameaçadores para a ordem social vigente. Os estereótipos constituem imagens mentais que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. São imagens generalizadas e exageradas que negligenciam a variabilidade dos membros dos outros grupos, negando a sua individualidade (Cabecinhas, 2002, 2004; Lippmann, 1922/1961).

Por outro lado, os seus habitantes veem o bairro como um espaço em que prevalece a informalidade, a convivência, o acolhimento, o estar na rua, associados a uma vivência de algo que se atribui a um modo de ser africano ou cabo-verdiano (Santos, 2014).

Num estudo desenvolvido por Carmo (2018), o autor refere que

a maior parte (54%) dos inquiridos afirma ter sido vítima de discriminação por viver no Alto da Cova da Moura, sendo a procura de emprego (71%), o relacionamento com a polícia (68%) e a frequência de estabelecimentos comerciais (56%), os contextos discriminatórios mais referenciados.

Igualmente relevante é o fato de “pobreza e desemprego” terem sido considerados um dos principais problemas do bairro por 88% dos inquiridos, referindo 58% às condições de habitação, 40% à estigmatização e à imagem e 39% à insegurança e à criminalidade. (p. 591)

O associativismo local tem tido um papel central na reivindicação do direito à regularização da situação fundiária, à reabilitação do bairro, à prestação de serviços sociais, à necessidade de uma política de segurança e à construção de uma imagem positiva do bairro (Beja-Horta, 2008). As ações coletivas levadas a cabo pelo movimento associativo da Cova da Moura encontram-se ancoradas no reforço da identidade sócio-espacial e na capacidade para desenvolver estratégias conjuntas de mobilização e de reivindicação. Por exemplo, em fevereiro de 2015, jovens deste bairro foram alvo de violência policial e várias representações foram veiculadas na imprensa nacional e internacional. Esse acontecimento levou moradores da Cova da Moura a organizar uma mobilização contra a violência policial e o racismo, que contou com a solidariedade de outros bairros e amplos setores da sociedade civil (Raposo & Varela, 2016).

O processo de racialização destes bairros tem sido sustentado por imagens disseminadas pelos média há décadas, de transgressão e marginalidade, influenciando as representações da sociedade sobre os seus moradores. Para Raposo e Varela (2016), este imaginário foi suportado por inúmeras notícias de jornal e televisão “através da equação pobreza-negritude-violência-bairros e produziu uma interpretação caricatural desses territórios” (p. 10), que urge desconstruir e contestar. Os média possuem um papel fundamental no processo de construção dos eventos violentos e dos conflitos e na atribuição de estigmas a espaços e a populações que neles habitam. Os órgãos de comunicação social participam na “co-construção dos conflitos e dos eventos violentos, amplificando-os e fornecendo uma visibilidade aos autores” (Malheiros et al., 2007, p. 36). Os média, para além de ampliar um fenómeno violento, podem deformá-lo, por exemplo, através do modo como são captadas as imagens, da seleção de entrevistados a incluir na peça e do modo como são selecionados e apresentados os depoimentos recolhidos. Mesmo quando se verifica a preocupação em dar uma imagem positiva dos imigrantes, ao fazê-lo, jornalistas, cineastas, jogam com estereótipos e conceitos naturalizados no senso comum. Por vezes procuram desmontá-los, em outros momentos envolvem-se nos estereótipos que veiculam, mesmo sem se aperceberem (Costa, 2010). Neste artigo, encaramos o racismo enquanto fenómeno social, enraizado nas sociedades e na sua memória coletiva, muitas vezes aprendido e reproduzido de forma inconsciente ou naturalizada.

4. ANÁLISE¹

O documentário *Ilha da Cova da Moura* (2010) explora três temas centrais: (a) o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural Moinho da Juventude e o apoio que vem

¹ Uma análise inicial deste filme pode ser encontrada em Macedo (2017).

dando à comunidade que vive no bairro; (b) a ideia de pertença ao bairro e a agência associadas ao investimento, à liberdade e identificação com os aspetos culturais e sociais da comunidade; e (c) os testemunhos sobre a violência, preconceito e discriminação vivenciados por habitantes do bairro.

4.1. O MOINHO DA JUVENTUDE, O ASSOCIATIVISMO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Em termos de organizações de residentes, o Moinho da Juventude e o Clube Social e Desportivo da Cova da Moura são associações consideradas centrais na comunidade. Oferecem serviços legais e culturais, económicos e apoio social, em particular a famílias vulneráveis. O Moinho da Juventude garante as refeições/jantar a crianças cujos pais chegam tarde do trabalho e em muitos casos têm dois trabalhos. Estas associações preveem espaços de socialização, organização social, reinterpretção de tradições e mediação entre o país de origem e o país recetor (Casimiro, 2014). Esta associação teve, ao longo do tempo, um papel vital no processo de socialização, de reforço de laços culturais, de afirmação identitária, de solidariedade e práticas de entreatajuda. Esta e outras organizações constituem espaços privilegiados de mobilização social e política visando a defesa dos interesses dos seus membros.

No filme, a deslocação do realizador pelo bairro é orientada por um jovem de 25 anos que é animador e mediador intercultural no Moinho da Juventude. O percurso é realizado de carro, enquanto o jovem refere que a Cova da Moura fica, como uma ilha, no meio da Damaia, Buraca, Alfragide. Para este jovem, a associação é o “coração da Cova da Moura” (00:10:09), contribuindo há décadas para que a comunidade tenha melhores condições de vida. Neste percurso, refere ainda que o bairro é constituído por “muitos cabo-verdianos e muitos portugueses retornados” (00:26:04). No entanto, acrescenta que há pessoas que não vivem no bairro, mas que vão lá conviver com eles.

A diretora da associação menciona que as mães iam de madrugada vender peixe na ribeira e que as crianças ficavam sós, porque elas só voltavam por volta das 13 h/15 h e que os mais velhos tomavam conta dos mais novos. Atualmente, a associação prepara refeições diárias para mais de 400 pessoas, que são distribuídas por toda a Cova da Moura, incluindo creches familiares. A diretora da associação refere, ainda, que investiram sempre na cultura, tendo criado uma biblioteca, um grupo de batuque, o grupo Kola San Jon, realçando que houve muito trabalho dos membros da comunidade neste processo.

As entrevistas aos membros da comunidade, de várias gerações, indicam o envolvimento e a dedicação ao bairro.

Muita gente... Por acaso não tenho vergonha, mas muita gente tem vergonha de dizer que mora na Cova da Moura, porque eles dizem logo, mas onde? naquele... onde apareceu? O meu marido comprou aqui a um senhor que estava a começar aqui a fazer a casa, mas depois desistiu, então comprámos o tijolo que tinha e coiso, e assim foi... Começamos! Era trabalhar de manhã para comer à noite. Eu trabalhava a dias. E ele ia fazendo uns biscates também para conseguirmos. Nem havia água, não havia nada, nem

luz, foi tudo trabalhado mesmo à mão, os meus filhos mesmo pequeninos, éramos todos... Pronto... iam trabalhar, e as casas eram feitas à noite, a bem dizer. Então no verão, era depois do trabalho, trabalhar até ver. Foi muito difícil, muito mesmo. É por isso que a gente tem muito amor a isto. (00:12:18)

- Nós é que carregávamos o material, quando vinha na carrinha. E quando se fala, em o Bairro ir a baixo, faz-me imensa confusão, porque foi muito trabalho, muitos anos.

- Muita dedicação também dos nossos pais e...

- Dedicação, e dedicação a 100% porque eles iam trabalhar de dia e depois à noite quando chegavam em casa jantava-se e ia-se fazendo qualquer coisa. (00:14:22)

Desde o seu início, os membros fundadores da comissão de moradores do bairro desafiaram as “características incapacitantes de uma política de identidade que fixava os residentes e a comunidade em representações hegemónicas de ilegalidade” (Beja-Horta, 2006, p. 275). Ao mesmo tempo que pressionavam os agentes estatais locais para melhores serviços, mobilizavam mão-de-obra local na promoção de campanhas de angariação de fundos para subsidiar os custos de construção de infra-estruturas (Beja-Horta, 2006, p. 275).

A entreatajuda e o associativismo têm tido um papel central na reivindicação de vários direitos e as ações coletivas, levadas a cabo pelos movimentos que nascem no bairro, estão ancoradas no reforço da identidade sócio-espacial e na capacidade para desenvolver estratégias conjuntas de mobilização e intervenção (Beja-Horta, 2008). Tendo como principais objetivos a valorização da diferença cultural e a integração social das comunidades migrantes e étnicas na sociedade portuguesa, o Moinho da Juventude teve um papel central neste processo.

4.2. AGÊNCIA E PERTENÇA

Para além do envolvimento da população na construção do bairro, é realçada também a liberdade nas práticas culturais e sociais. Uma das moradoras refere que nos prédios não podem cozinhar usando lenha, moer o milho, fazer festas. Para esta jovem, uma pessoa que vem de Cabo Verde para o bairro pensa que ainda está em Cabo Verde. Segundo esta personagem, os mais velhos que visitam o bairro dizem “ei pah, aqui parece que estás em Cabo Verde porque aqui há muitas coisas, desde comida, desde festa, desde tradição, temos aqui muita coisa que é idêntica a Cabo Verde” (01:07:36). Para a jovem “lá fora” não é igual, e “lá fora” podem ter música a altas horas, não podem estar sempre a fazer festas, não podem estar a pisar o milho de Cabo Verde, não podem estar a fazer milho grelhado na rua, na brasa, não podem cozinhar na lenha. Considera que

devem respeitar quando se encontram a viver “lá fora”, mas que se sente mais à vontade no bairro (01:07:48).

A informalidade, a convivência, o acolhimento, o estar na rua são constantemente referidos pelas personagens do filme (Santos, 2014). Os vários testemunhos de habitantes do bairro indicam a liberdade, a união e o apoio que sentem na sua comunidade. Embora alguns pudessem viver noutro local, referem que se sentem bem ali e não se veem a viver noutro sítio. Num dos testemunhos, António, polícia, refere que poucas pessoas no bairro conhecem a sua profissão. Diz que há imensa gente a viver em bairros vizinhos que se arrepende de ter saído da Cova da Moura e que ele ainda vive lá. Quando interrogado sobre as razões para residir no bairro, pergunta:

Então, por que é que eu hei de sair? Não tenho complicações com os meus vizinhos, não me chateio com ninguém, se quiser andar descalço na rua, ninguém há de estranhar por que é que eu estou descalço na rua, então, eu não me vejo noutro sítio. (Cenas cortadas, António Pedro, 00:01:25)

São recorrentes no documentário as imagens de festas, de convívios, do apoio em momentos de dor, por exemplo, no caso de um funeral onde vários membros da comunidade se reúnem e partilham uma refeição. A participação do grupo Kola San Jon e a festa que a comunidade organiza também contribuem para a integração e envolvimento dos habitantes nas atividades culturais e lúdicas do bairro. Para o realizador, esta comunidade criou a própria ilha, o seu próprio espaço, à semelhança do que acontece com as comunidades de imigrantes que procuram criar redes, unir-se e entretajudar-se nos países de destino.

4.3. ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E RACISMO

A terceira temática presente no filme prende-se com a violência, o preconceito e a discriminação. O documentário inicia precisamente com uma notícia de confrontos entre agentes da polícia e habitantes do bairro. As imagens de carros da polícia e agentes a patrulharem as ruas do bairro são constantes, bem como as críticas aos agentes policiais. Percebe-se a preocupação do realizador em dar uma imagem positiva dos moradores do bairro, embora as imagens recorrentes da polícia possam contribuir precisamente para reificar determinados estereótipos e conceitos naturalizados no senso comum. Procurando desmontar estereótipos, os realizadores podem acabar por se envolver nos estereótipos que veiculam, mesmo sem se aperceberem (Costa, 2010).

Um dos habitantes refere que a sua casa foi invadida pela polícia por engano. O seu testemunho revela que as representações negativas dos agentes sobre a população do bairro contribuem para que os seus habitantes sejam vistos como um corpo homogéneo, adotando atitudes mais automáticas em relação à população. Trata-se do efeito de homogeneidade do exogrupo, ou a tendência para perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença (Cabecinhas, 2002). Este efeito contribui para a discriminação social e a continuidade de representações que assentam, de forma

geral, na criminalização da população negra (Varela, 2021). Embora persistam formas mais veladas de expressão do racismo na sociedade atual, a sua capacidade de transformação em expressões violentas (Lima & Vala, 2004) é visível nos testemunhos e experiências dos personagens entrevistados por Rui Simões.

O realizador entrevista também um casal de “retornados” de Angola, que quando regressaram não tinham onde viver e fizeram ali uma casa. Referem que naquela altura construía barracas na Cova da Moura. O casal fala do preconceito que existe em torno do bairro e de como o filho mais novo sofreu com isso. Mencionam que a Cova da Moura tem “má fama”, mas que é a sua casa, não a trocando por um espaço em outro local.

Ao longo do documentário é narrada também a história de um casal muito jovem. Os jovens contam que os pais dela não aceitaram a relação, e referem o preconceito e o racismo de que o rapaz foi alvo. Para além do fenótipo, o facto de ser da Cova da Moura contribui para a discriminação com base em estereótipos sociais que associam este bairro ao crime. De facto, nos média, os grupos minoritários aparecem frequentemente associados aos problemas da criminalidade e violência urbanas, ao desemprego, ao tráfico de drogas, à economia subterrânea, à insegurança, aos custos sociais e, mais recentemente, ao terrorismo (Marques, 2007). A generalização dos preconceitos, a discriminação sistemática nas várias áreas da vida social, a violência da linguagem ou a segregação residencial são, na perspetiva de Marques (2007), fenómenos de maior extensão, inscritos no próprio funcionamento da sociedade. O jovem salienta que “paga o justo pelo pecador” (00:29:12). No final do filme, a jovem tem um bebé e vê-se a felicidade e emoção do pai, a par com a tristeza pelo facto de a avó materna da criança não se querer relacionar com o novo membro da família.

A nossa primeira reação quando tivemos a certeza que ela estava grávida foi avisar. A primeira reação da mãe, é assim, eu não me orgulho de dizer isto mas vou dizer, é assim, vira-se e diz-me, “filhos de macacos” ela não aceita assim, eu não quero que ela aceite o meu filho. Porque é assim, se ela quiser abdicar da neta, o problema é dela, agora é assim, eu dos meus filhos não vou abdicar. (00:28:25)

“Basicamente, é tudo preconceito do ‘ai ele é preto, ai ele é da Cova da Moura, é bandido, marginal, e essas coisas” (00:29:04).

Em entrevista, Simões (entrevista presencial, Lisboa, 2013) refere que, embora o filme tenha sido construído para o espetador, procurando assim suscitar o envolvimento deste, o facto de se tratar de uma edição em DVD, permite maior liberdade ao realizador. Há um conjunto de imagens e testemunhos que não integram o corpo do filme, mas que o realizador considera centrais para compreendermos a realidade em análise. Um dos testemunhos é o de António, personagem já referida, que acredita que a criminalidade à qual são associados está em todo o lado e que as pessoas não reparam. Para o polícia, enquanto no bairro há de facto criminalidade, não se compara “com a quantidade camuflada que existe lá fora” (Cenas cortadas, António Pedro, 00:02:07).

E é isso que eu acredito que acontece no meu bairro. Como o meu bairro é diferente, chama mais a atenção. Sempre foi e sempre será. Quando a onda bate na rocha quem se lixa é o mexilhão e mais mexilhão que nós não há. Somos os diferentes, somos aqueles que moram naquele bairro, somos de um país diferente, temos uma cultura diferente, então somos constantemente observados, é isso que acontece. (Cenas cortadas, António Pedro, 00:02:41)

De facto, para além do testemunho deste jovem, há vários intervenientes no documentário que abordam esta questão racial referindo, por exemplo, que “português preto não existe” (00:27:12) na mente da população maioritária. Os jovens portugueses negros são por isso vistos como imigrantes. Estas representações, associadas àquelas relacionadas com o que os média veiculam sobre o bairro, contribuem para aprofundar a situação de desigualdade e discriminação social das gerações mais jovens. O “falso imaginário” (Raposo & Varela, 2016), construído em torno da Cova da Moura, resultado de um processo de rotulação construído pelos média e outras instituições, é corresponsável por transformar este bairro num espaço racialmente conotado (Raposo & Varela, 2016).

Se eu estou agora ali em baixo e zango-me na rua com um branco, a primeira coisa que ele me diz é “vai para a tua terra”, portanto não sei se sou bem portuguesa. O meu pai tem um ditado que ele diz e nós acreditamos muito nisso: “que português preto não existe”. E eu acredito muito nisso, porque se eu fosse portuguesa não me mandavam para a minha terra, não é? Se eu sou de cá. (00:27:12)

Os excertos acima apresentados, relativos aos testemunhos de jovens que vivem no bairro, evidenciam o valor por estes atribuídos à sua pertença social, em particular a sua pertença àquele espaço geográfico e sociocultural. A sua identidade social é construída por comparação com o exogrupo, salientando que o seu grupo social não julga negativamente os seus comportamentos.

Apesar da sua condenação pelos normativos legais e sociais, os racismos flagrante e subtil persistem nas nossas sociedades (Cabecinhas, 2008; Pettigrew & Meertens, 1995; Pettigrew et al., 1998), como podemos aferir pelos testemunhos das personagens em *Ilha da Cova da Moura* (2010). As representações negativas sobre a população do bairro contribuem ainda para que os seus habitantes sejam vistos como um corpo homogéneo e não na sua individualidade (Cabecinhas, 2007).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurámos discutir a permanência e coexistência dos racismos flagrante e subtil na sociedade (Cabecinhas, 2008). O facto de vários estudos de receção constatarem que persistem estereótipos negativos sobre os imigrantes africanos e os seus descendentes na sociedade portuguesa também indica que o passado colonial

continua a influenciar o imaginário e as identidades sociais dos jovens (Macedo, 2017; Pereira et al., 2019).

Partindo da análise temática do filme *Ilha da Cova da Moura* (2010), de Rui Simões, e cruzando estes dados com os resultados de uma entrevista ao realizador, explorámos três temas centrais: as reflexões sobre o associativismo, o Moinho da Juventude e a construção do espaço social; o sentimento de agência e pertença ao bairro; e os estereótipos sociais e expressões de racismo vivenciados pelas personagens do filme.

Sendo um dos bairros mais estigmatizados de Portugal, ao longo do tempo, os habitantes desenvolveram várias estratégias com o objetivo de assegurar o direito a permanecer neste espaço da cidade, onde foram construindo formas de relação, identificação e pertença (Jorge & Carolino, 2019), procurando contestar o “falso imaginário” que o associa à criminalidade (Raposo & Varela, 2016). A mediatização do Alto da Cova da Moura, associando-o a comportamentos desviantes, teve e continua a ter um profundo impacto nos processos de exclusão desta população. O bairro é, muitas vezes, reduzido a uma construção imaginária estereotipada que se torna hegemónica e é difundida e amplificada mediaticamente. O associativismo local tem tido um papel central na desconstrução de representações negativas sobre o bairro (Beja-Horta, 2008), mas também na reivindicação de vários direitos e em ações coletivas de mediação, mobilização e intervenção. A mediação associativa pode facilitar os movimentos de colaboração, promovendo a ação por indivíduos com interesses e necessidades similares, procurando encontrar soluções para as problemáticas que vão encontrando no bairro.

Embora a intenção do realizador com este filme seja desconstruir estereótipos, a recorrência de imagens de polícias a patrulhar o bairro pode contribuir para reificar estereótipos e conceitos naturalizados no senso comum. Como referimos inicialmente, apesar de procurarem desconstruir estereótipos, os realizadores podem acabar por se envolver nos estereótipos que veiculam, mesmo sem se aperceberem (Costa, 2010).

As representações negativas sobre a população do bairro contribuem, ainda, para que os seus habitantes sejam vistos como um corpo homogéneo e não na sua individualidade (Cabecinhas, 2007). Os testemunhos, ao longo do filme, levam-nos a considerar que a identidade social dos personagens é (re)construída por comparação com o exogrupo. A ideia de que o seu grupo social compreende e não julga negativamente os seus comportamentos e de que os seus membros, de algum modo, são interdependentes é central nos testemunhos do filme.

Este e outros filmes podem constituir instrumentos importantes para uma literacia mediática multidimensional e multicultural entre os diversos utilizadores, consumidores, produtores de todas as idades, níveis sociais e culturais. Para desafiar o modo como o racismo molda o pensamento e a ação, não se pode simplesmente reagir a premissas racistas, mas torna-se imperativo apostar na criação de estruturas e momentos, nos quais os lugares comuns do racismo possam ser discutidos e contestados. Neste contexto, a escola e o cinema têm um papel primordial.

De facto, apesar de o cinema constituir um meio de comunicação presente no quotidiano dos jovens, observa-se uma lacuna na investigação sobre o papel do filme no

processo de desconstrução crítica de visões dos jovens sobre si e sobre o mundo. Os estudos mostram que os jovens atribuem ao cinema um papel central no seu processo de ensino-aprendizagem (Macedo, 2016; Macedo et al., 2021; Pereira et al., 2019). Filmes que desafiam os regimes de pensamento predominantes, quer em contexto de sala de aula quer na interação diária com os média, permitem o questionamento de memórias, imaginários e conhecimentos, e chamam a atenção para acontecimentos e injustiças silenciados, desconstruindo estereótipos.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é financiado no âmbito da “Knowledge for Development Initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (nº 333162622) no contexto do projeto *Memories, Cultures and Identities: How the Past Weights on the Present-Day Intercultural Relations in Mozambique and Portugal?*. A tradução deste trabalho é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Balibar, E., & Wallerstein, I. (1991). *Race, nation, class. Ambiguous identities*. Verso.
- Beja-Horta, A. P. (2006). Places of resistance. *City*, 10(3), 269–285. <https://doi.org/10.1080/13604810600980580>
- Beja-Horta, A. P. (2008). *A construção da alteridade. Nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Brah, A. (1996). *Cartographies of diáspora. Contesting identities*. Routledge.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qpo630a>
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/25>
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125–137. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*. Campo das Letras. <http://hdl.handle.net/1822/37335>
- Cabecinhas, R. (2008). Racismo e xenofobia: A actualidade de uma velha questão. *Comunicación y Ciudadania*, 2, 163–182. <http://hdl.handle.net/1822/9639>
- Cabecinhas, R., & Macedo, I. (2019). (Anti)racismo, ciência e educação: Teorias, políticas e práticas. *Medi@ções*, 7(2), 16–36. <http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/242>

- Carmo, A. (2018). Cidadania em espaços (sub)urbanos: O Teatro do Oprimido no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira. *Revista Sociedade e Estado*, 33(2), 581–603. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302015>
- Casa-Nova, M. J. (2008). Um olhar sobre os relatos. In M. J. Casa-Nova & P. Palmeira (Eds.), *Minorias. 10 anos de combate à exploração do trabalho infantil em Portugal* (pp. 147–152). Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Casimiro, E. M. V. (2014). *Cape Verdeans in Cova da Moura, Portugal, an ethno-historical account of their destinies and legacies* [Tese de doutoramento, Amsterdam Institute for Social Science Research]. UvA-DARE. <https://hdl.handle.net/11245/1.404840>
- Costa, A. (2010). *A criação da categoria imigrantes em Portugal na revista Visão. Jornalistas entre estereótipos e audiências*. ACIDI; Presidência do Conselho de Ministros. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese33WEB.pdf/45ac9b98-5445-4396-bbde-ea6eca2d599c>
- Jorge, S., & Carolino, J. (2019). Um lugar em produção: O caso da Cova da Moura. *Forum Sociológico*, (34), 19–30. <http://journals.openedition.org/sociologico/4980>
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lippmann, W. (1961). *Public opinion*. Free Press. (Trabalho original publicado em 1922)
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: A (des)colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271–289. [https://doi.org/10.17231/comsoc.29\(2016\).2420](https://doi.org/10.17231/comsoc.29(2016).2420)
- Macedo, I. (2017). *Migrações, memória cultural e representações identitárias: A literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/48712>
- Macedo, I., Cabecinhas, R., & Balbé, A. (2021). Cinema, interculturalidade e transformação social. In *Caderno MICAR – Contributos para a 8ª edição da Mostra Internacional de Cinema Anti-racista* (pp. 11–16). SOS Racismo. <http://hdl.handle.net/1822/74369>
- Maeso, S. R. (2021). Brutalidade policial e racismo em Portugal: As respostas do direito penal e contraordenacional. In S. R. Maeso (Ed.), *O estado do racismo em Portugal: Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas* (pp. 91–124). Tinta da China.
- Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Observatório da Imigração.
- Marques, F. (2007). *Do “não racismo” aos dois racismos dos portugueses*. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural. <http://hdl.handle.net/10400.1/1915>
- Pereira, A. C., Macedo, I., & Cabecinhas, R. (2019). Lisboa africana no cinema: Conversas em sala de aula sobre *Li Ké Terra* e *Cavalo Dinheiro*. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 6(1), 115–135. <https://doi.org/10.21814/rlec.383>
- Pettigrew, T. F., Jackson, J. S., Brika, J. B., Lemaine, G., Meertens, R. W., Wagner, U., & Zick, A. (1998). Outgroup prejudice in western Europe. *European Review of Social Psychology*, 8(1), 241–273. <https://doi.org/10.1080/14792779843000009>
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25(1), 57–75. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250106>

- Ramos, A., Pereira, C. R., & Vala, J. (2019). The impact of biological and cultural racisms on attitudes towards immigrants and immigration public policies. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(3), 574–592. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1550153>
- Raposo, O., & Varela, P. (2016). Faces do racismo nas periferias de Lisboa. Uma reflexão sobre a segregação e a violência policial na Cova da Moura. In *Portugal, território de territórios. Atas do IX Congresso Português de Sociologia* (1–14). Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10316/87147>
- Santos, M. P. N. dos. (2014). As novas dinâmicas da sustentabilidade urbana em territórios de pobreza e exclusão social: O caso da Cova da Moura. *Revista Invi*, 81(29), 115–155. <https://doi.org/10.4067/S0718-83582014000200004>
- Varela, P. (2021). Racismo e os órgãos de comunicação social: Do suposto “arrastão” à brutalidade policial na esquadra de Alfragide. In S. R. Maeso (Ed.), *O estado do racismo em Portugal: Racismo antinegro e antiganismo no direito e nas políticas públicas* (pp. 241–265). Tinta da China.
- Wieviorka, M. (2002). *O racismo, uma introdução*. Fenda Edições.

NOTA BIOGRÁFICA

Isabel Macedo é doutorada em estudos culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da comunicação e cultura. A sua tese de doutoramento intitula-se *Migrações, Memória Cultural e Representações Identitárias: A Literacia Fílmica na Promoção do Diálogo Intercultural*. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e integra várias associações nacionais e internacionais na área da comunicação, da educação e da cultura visual. É diretora-adjunta da revista *Vista*. Coeditou a revista *Comunicação e Sociedade*, volume 34, dedicada ao tema ciências da comunicação e estudos lusófonos, e a *Vista*, número 2, intitulada *Memória Cultural, Imagem, Arquivo*. Alguns dos seus principais trabalhos são: “Representations of Dictatorship in Portuguese Cinema” (Representações da Ditadura no Cinema Português; 2017), em coautoria; “Interwoven Migration Narratives: Identity and Social Representations in the Lusophone World” (Narrativas de Migração Interligadas: Identidade e Representações Sociais no Mundo Lusófono; 2016), em coautoria; e “Os Jovens e o Cinema Português: A (Des)Colonização do Imaginário?” (2016).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: isabel.macedo@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 31/12/2021 | Aceite: 15/02/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

A “CIDADE AMIGA DO IDOSO” ACIDENTAL: EXPECTATIVA PÚBLICA E EXPERIÊNCIA SUBJETIVA EM SÃO PAULO

Marília Duque

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil

Adriana Lima de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, Brasil

RESUMO

Dois projetos de otimização, promovidos globalmente, visam responder aos desafios da vida urbana na contemporaneidade. O primeiro é o das *Cidades Inteligentes*, estruturadas a partir de um aparato tecnológico e informacional que passa a mediar a gestão da cidade, seu consumo e eficiência. O segundo é o das *Cidades Amigas do Idoso*, estruturadas a partir de ambientes que visam capacitar o crescente contingente idoso para o envelhecimento ativo na cidade. Moldados em um sistema neoliberal, ambos os projetos se apresentam como instâncias emancipadoras do cidadão para o exercício de uma cidadania participativa. Este artigo propõe que as cidades inteligentes demandem novas competências para o envelhecimento ativo na cidade, resultando em desafios para as cidades amigas do idoso no que toca à exclusão e literacia digital. Situando essa discussão no contexto brasileiro, propomos que para os idosos nem um projeto nem outro se realiza integralmente. Entretanto, a partir de uma perspectiva etnográfica, mapeamos como um grupo de idosos de São Paulo constrói uma rede informacional própria, centrada no WhatsApp, que viabiliza instâncias participativas e de pertencimento a partir de uma perspectiva “de baixo”. É nesse descompasso entre projeto e experiência urbanos que apontamos para a emergência de uma cidade acidental, informal, mas inteligente e amiga do idoso.

PALAVRAS-CHAVE

cidades inteligentes, envelhecimento ativo, exclusão digital, cidadania, cidade acidental

THE ACCIDENTAL “AGE-FRIENDLY CITY”: PUBLIC EXPECTATION AND SUBJECTIVE EXPERIENCE IN SÃO PAULO

ABSTRACT

Two optimisation projects, globally promoted, aim to respond to the challenges of contemporary urban life. The first one is *Smart Cities*, structured from a technological and informational apparatus that aims to make the city more efficient. The second one is *Age-Friendly Cities*, conceived to adapt urban environments to enable active ageing. Both projects are shaped in the neoliberal system as emancipatory proposals to empower citizens for participatory citizenship in the city. This article proposes that smart cities demand new skills for active ageing, causing challenges for age-friendly cities regarding digital inclusion and digital literacy. Bringing this discussion into the Brazilian context, we propose that for the elderly, none of these projects is wholly

carried out. However, from an ethnographic perspective, we have mapped how a group of older adults in São Paulo builds their own informational network (centred on WhatsApp), enabling participatory and belonging instances from a perspective that comes “from below”. From this mismatch between urban projects and experience, we point to the emergence of an accidental city that is informally smart and age-friendly.

KEYWORDS

smart cities, active ageing, digital divide, citizenship, accidental city

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional e a urbanização são fenômenos que marcaram o século XX. A relação entre um e outro é tratada pela Organização Mundial de Saúde (OMS; World Health Organization, 2007) como um dos grandes desafios para o século XXI. Sua abordagem como política de saúde se explica pelo fato de que as cidades devem se adaptar a este contingente, de maneira a proporcionar um tipo de envelhecimento que capacite o idoso para envelhecer de forma ativa, o que significa envelhecer com saúde, participando da sociedade e com segurança. Desta maneira, visa-se a extensão da vida saudável e produtiva do idoso. Esse objetivo não tem como finalidade apenas o bem-estar do idoso em si, mas sua recuperação e manutenção como recurso para a sociedade. Esse enquadramento da velhice resulta de duas construções, acentuadas na década de 1980, que refletem o processo de esvaziamento do estado de *welfare state* (bem-estar social) e a emergência de um estado mínimo característico das economias neoliberais — quando a gestão sobre as necessidades dos cidadãos passa a ser de responsabilidade do próprio indivíduo (Dardot & Laval, 2009/2016).

A primeira construção diz respeito à “subjetivação da autorresponsabilização” sobre a saúde (Schramm, 2009), quando a manutenção da saúde e da autonomia estruturam um tipo de cidadania que passa a condicionar a inclusão social do indivíduo, já na posição de parceiro ativo do Estado no projeto de construção de uma nação saudável (Rose, 2001). A partir da padronização de condutas, emerge um biocidadão (Rose & Novas, 2007), que se mantém funcional e independente do Estado, sendo essa sua virtude. Essa demanda requer mecanismos e discursos capazes de colocar o cidadão sob essa administração estruturada a partir da terceirização e moralização da saúde até que ele interiorize seu dever de ser empreendedor de si mesmo.

A segunda construção é a da velhice como problema social, enquanto contingente capaz de inviabilizar o desenvolvimento econômico devido às demandas de saúde exacerbadas com a idade e às despesas relacionadas à aposentadoria (Debert, 1997). O plano de Viena das Nações Unidas (United Nations, 1983), reconhecido como o primeiro instrumento internacional para políticas para o envelhecimento, é também marco para o enquadramento do contingente idoso como ônus e como risco para o desenvolvimento das nações e de uma “nova ordem mundial”. Essa posição de ônus é revista quase 2

décadas depois no plano de Madrid (United Nations, 2002). Nele, o idoso emerge como potencial recurso para a sociedade já no papel de protagonista de seu envelhecimento.

Isso implica uma redistribuição de responsabilidades característica da perspectiva neoliberal. À sociedade cabe a criação de oportunidades para um envelhecimento saudável, quando o Estado, também na gestão da velhice, assume o que Rose (2001) propõe ser uma função de “facilitador” ou “animador”. Ao indivíduo cabe a responsabilidade pela manutenção de sua autonomia e produtividade, desonerando assim o Estado e a sociedade. Isso é possível a partir da adoção de hábitos saudáveis e do respaldo de pesquisas científicas que atestam que envelhecer com saúde, autonomia, participação e produtividade é uma questão de escolha individual (Rowe & Kahn, 1997). Essas virtudes são consolidadas na figura do idoso ativo, objeto da diretriz *Active Ageing: A Policy Framework* (Envelhecimento Ativo: Uma Estrutura Política; World Health Organization, 2002), proposta pela OMS em 2002, mesmo ano do plano de Madrid (United Nations, 2002).

Nesta perspectiva, o idoso ativo é também biocidadão (Duque, 2021a). E todo biocidadão é idoso ativo nato, já que a gestão do envelhecimento passa a incluir todas as idades em caráter preventivo. Esse caráter inclusivo de todas as gerações em um projeto virtuoso de velhice precisa de reconhecer, entretanto, que o cidadão idoso possui demandas específicas relacionadas com o envelhecimento. É a elas que o protocolo *Global Age-Friendly Cities: A Guide* (Cidades Globais Amigas do Idoso: Um Guia), publicado pela OMS em 2007 (World Health Organization, 2007), visa responder. A cidade amiga do idoso adapta suas estruturas e serviços para viabilizar o envelhecimento ativo. Ou seja, cria oportunidades ou “ambientes capacitadores”, para retomar o termo usado no plano de Madrid (United Nations, 2002), para que os idosos possam envelhecer ativamente, como protagonistas de sua saúde e participação, a fim de se manterem como recursos para a sociedade.

Para tanto, o projeto elege oito aspectos da vida urbana: espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde. Como ressalta o documento, esses oito aspectos são interligados e impactantes entre si. Entretanto, transporte, comunicação e informação ocupam papel central para a viabilidade do envelhecimento ativo na cidade. Sem comunicação e informação não é possível saber onde estão as oportunidades para os idosos. Sem transporte, é inviável acessá-las.

Este artigo explora a centralidade ocupada pela comunicação na participação e consumo da cidade a partir da digitalização e conectividade de informações e serviços que passam a estruturar o cotidiano urbano e seus efeitos para o envelhecimento. Trata-se, pois, de uma sobreposição dos projetos a *Cidade Amiga do Idoso* e as *Cidades Inteligentes*. Nossa proposta é que a tecnologia, abordada ainda timidamente no protocolo da cidade amiga do idoso, passe a ser condição para a vida na cidade e para o exercício da cidadania nas cidades inteligentes. Essa infraestrutura tecnológica e informacional demanda novas habilidades para se navegar e consumir a cidade, o que pode resultar na exclusão do contingente idoso. Para essa análise, situada no contexto brasileiro, estruturamos o artigo em três partes. A primeira conceitua as cidades inteligentes

e mapeia as literacias necessárias para ocupá-las. A segunda aborda a problemática da adoção de novas tecnologias por idosos. A terceira apresenta a experiência de um grupo de idosos em São Paulo e como eles se apropriam da tecnologia para otimizar a experiência de um envelhecimento ativo na cidade, de forma imprevisível. É a partir dessa observação etnográfica que apontamos para a ocorrência de uma terceira cidade, uma cidade acidental (Vielma, 2016), onde os idosos participantes da pesquisa recriam uma cidade inteligente e amiga à sua maneira.

2. CIDADES INTELIGENTES: PARA QUEM?

O discurso em torno da cidade inteligente remonta à ideia de mobilidade da cidade (Lemos, 2007) em que a relação com o espaço urbano e as formas comunicacionais passam por transformações importantes na atual fase da sociedade da informação. Sua origem está presente na reorientação de grandes empresas, como a IBM, voltada para diversas necessidades de otimização tanto no setor público como privado (Morozov & Bria, 2018/2019). Diferentes iniciativas de financiamento e investimentos em projetos de implementação e pesquisa, estratégias de urbanização e projetos relativos ao futuro das cidades situam o eixo cidade-tecnologia na agenda urbana através do conceito de cidade inteligente. Este imaginário se alimenta e integra diferentes discursos tecnoculturais desde a robotização, *big data* e internet das coisas.

Considerando que um dos maiores desafios das próximas décadas é lidar com uma urbanização global crescente e irregular, as soluções digitais corporativas emergem como catalisadoras das mudanças capazes de alterar o rumo da sociedade. Consequência disto, as empresas de tecnologia encontraram nas gestões estaduais e municipais grandes clientes em potencial, apropriando-se do termo “inteligente” para qualificar a cidade e promover seus produtos e serviços. Esse cenário torna-se ainda mais relevante quando observamos que o mercado das cidades inteligentes deve movimentar 2.100.000.000\$ até 2024 (“Cidades Inteligentes: Mercado Deve Movimentar US\$ 2,1 Trilhões Até 2024”, 2021), estendendo-se para campos distintos como governança, educação, energia, saúde e segurança.

O conceito de cidade inteligente congrega três instâncias que, juntas, propõem significado ao termo “inteligente”. A primeira instância é a física, composta pela infraestrutura do espaço. Na segunda, temos o espaço administrativo, constituído por instituições governamentais e empresas. E a terceira é estruturada pelas pessoas e mediada pela inteligência artificial oriunda dos ambientes virtuais de colaboração e aprendizado. Embora o discurso da cidade inteligente tenha grande adesão no imaginário coletivo relativo ao futuro das cidades e à qualidade de vida do cidadão, é possível agrupar as iniciativas em duas linhas de atuação (Figueiredo, 2016; Neirotti et al., 2014): de um lado, observa-se o predomínio de investimentos em infraestrutura para aquisição e processamento massivo de dados e, de outro, as iniciativas relacionadas com a promoção da educação, empreendedorismo e inovação. No geral, essas visões não se misturam e o cenário em que se apresentam revela que os padrões de evolução de uma cidade inteligente dependem muito de seus fatores de contexto local.

Desenvolvimento econômico e variáveis estruturais urbanas tendem a influenciar o caminho digital da cidade. Entretanto, as cidades que estão mais equipadas com sistemas de tecnologia da informação e comunicação não são necessariamente melhores, da mesma forma que o número de iniciativas “inteligentes” lançadas por um município não é garantia ou indicador de desempenho da cidade. Estratégias que aparentemente visam construir cidades mais humanas e democráticas, por meio da tecnologia e da mineração de dados, podem aprofundar os mecanismos de vigilância e promover ainda mais segregação (Figueiredo, 2016).

De todo modo, estamos diante de uma mudança na maneira de visualizar, programar e governar a cidade. Substituímos os padrões convencionais de representação política e consenso social por cidadãos individuais e comunidades locais cada vez mais responsáveis na busca de seu bem-estar (Vanolo & Lombardi, 2015). Esse fenômeno coloca as cidades como “atores coletivos”, responsáveis pelo cumprimento de seus próprios objetivos econômicos. Tem-se, assim, uma transformação radical na forma como a gestão urbana é organizada: de uma gestão centralizada (comando e controle do Estado) para uma gestão descentralizada, nos moldes da rede e com apelo para uma participação ativa do sujeito, usuário da cidade e integrante de sua inteligência.

Apesar de o regime discursivo relacionado com a promoção das cidades inteligentes ser bastante otimista, observam-se certas fragilidades em relação ao seu funcionamento, uma vez que a tecnologia e as corporações que estruturam essas cidades são incapazes de se tornarem porta-vozes de dinâmicas socioculturais mais profundas. Considerando que o consumo desse novo espaço digital e urbano das cidades inteligentes se dá no acesso à tecnologia informacional e na conectividade, a articulação com o conceito “inteligente” (*smart*) naturaliza e incorpora o termo em diversas instâncias (economia inteligente, mobilidade inteligente, governança inteligente, ambiente inteligente, vida inteligente e pessoas inteligentes; Vanolo & Lombardi, 2015) e despolitiza as escolhas políticas. Esse conjunto de vários imaginários urbano-tecnológicos pré-existentes reduz problemas sociais complexos a problemas simples, com vistas a uma solução rápida e fácil, muitas vezes incorporada ao ideal de tecnologia do tipo aplicativo (Morozov & Bria, 2018/2019).

Uma das fragilidades dessa lógica solucionista está relacionada com a participação efetiva do cidadão no próprio processo de construção dessa cidade inteligente. Segundo Simonofski et al. (2017), as novas tecnologias desempenham um importante papel na transformação das cidades, mas é a maneira como elas são aplicadas que tem potencial para torná-las inteligentes para seus habitantes. Se é esse o foco inovador que diferencia as cidades inteligentes (investimento nas tecnologias da informação e comunicação) das cidades tradicionais (investimento em transporte) para melhorar a prestação de seus serviços públicos e otimizar suas dinâmicas e funcionamento, cabe identificar os mecanismos técnico e tecnológico que viabilizam e, principalmente, inviabilizam essa participação cidadã. Em outras palavras, trata-se de evidenciar que as cidades inteligentes demandam, na prática, um certo tipo de cidadão.

A capacitação desse cidadão é, por exemplo, objeto de programas como o da cidade com alfabetização midiática e informacional (AMI) da Organização das Nações

Unidas para Educação, Cultura e Ciência (Unesco; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2018), que elege a cidade como catalisadora e o uso da tecnologia como aliada ao processo de ensino-aprendizagem para toda a vida (na cidade). O conceito de cidade AMI, segundo a Unesco, engloba três projetos de cidade: a (a) cidade criativa, que se apresenta como dotada de práticas e vocações culturais reconhecidas e certificadas; a (b) cidade inteligente, que sublinha a importância da conectividade, via tecnologia da informação e comunicação, para a qualidade de vida de seus habitantes; e (c) a cidade sustentável, que apresenta o equilíbrio entre os aspectos econômicos, ecológicos e sociais. Isso implica, segundo as leis da AMI (Grizzle & Singh, 2016), educar, capacitar e empoderar os moradores das cidades de todas as faixas etárias e classes sociais, assim como os diversos atores partícipes do processo de construção e vivência na cidade para esse projeto. Mas isso não é tarefa fácil, dadas as barreiras econômicas, sociais e culturais que os cidadãos, bem como as organizações públicas e privadas, possuem e enfrentam em relação à comunicação já na sua interface com o digital.

Neste devir tecnológico, o termo “literacia” surge para designar as habilidades adequadas ao século XXI. Embora a Unesco reconheça que “não sabe o impacto que as tecnologias emergentes e sua potencial convergência pode ter em cada indivíduo no futuro, bem como sobre a comunicação e construção das sociedades do conhecimento” (Sayad & Bonami, 2019, p. 227), compreende a AMI como um conjunto de habilidades e competências para o exercício da cidadania, do pensamento crítico e da participação democrática nos tempos atuais. Na prática, entretanto, é necessário reconhecer que, além da vulnerabilidade potencial desses sistemas projetados para facilitar a interação entre as instâncias públicas, privadas e sociedade civil, nem todos os cidadãos são iguais em termos de habilidades digitais ou mesmo de acesso a esses sistemas. Esse “hiato digital” significa que alguns cidadãos têm a capacidade de participar mais facilmente do que outros através das redes de informação e comunicação.

O contexto brasileiro ilustra as consequências desse hiato. Enquanto o governo federal lança sua estratégia de digitalização de 100% dos serviços públicos até 2022 (*Brasil Lança Sua Estratégia de Governo Digital para 2020 a 2022*, 2021), a pesquisa *TIC Domicílios* (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2021) estima que o número de usuários de internet no Brasil chega a 152.000.000, o que equivale a 81% da população com 10 anos ou mais. Ainda que o resultado consolide uma melhoria de acesso, e que seja divulgado com esse otimismo, representa que cerca de 19% da população brasileira estaria à margem de um projeto de governo digitalizado. A exclusão do contingente idoso é ainda maior. Apenas 50% dos brasileiros com 60 anos ou mais são usuários da internet. Isso implica um paradoxo. A não ser que a inclusão digital seja uma política pública bem-sucedida, isso pode significar que o projeto de cidade do futuro exclua justamente a faixa etária da população que se desenha como predominante nas próximas décadas, lembrando que a projeção é de que em 2060 um entre quatro brasileiros tenha 65 anos ou mais (*Projeção da População 2018: Número de Habitantes do País Deve Parar de Crescer em 2047*, 2018). Em outras palavras, cabe a pergunta: as cidades inteligentes são amigas dos idosos?

Para respondê-la, é necessário verificar a capacitação do idoso para esse projeto de eficiência fundamentado em mecanismos tecnológicos que qualificam a cidade inteligente. A questão da inclusão digital é, entretanto, apenas parte dessa problemática mais complexa e inerente às cidades inteligentes. Neste sentido, é preciso fazer duas distinções. A primeira é entre acesso e participação na perspectiva de Carpentier (2012). Acesso deve ser entendido aqui como a condição ou possibilidades necessárias à interação e à participação. Participação, por sua vez, diz respeito ao empoderamento para decidir sobre os processos e suas consequências, incluindo a possibilidade de promoção de interesses e de necessidades de atores sociais que pertencem a um sistema no decorrer desse pertencimento. A segunda distinção é entre participação e envolvimento na perspectiva de Simonofski et al. (2017), quando a primeira está relacionada com as atividades que os cidadãos realizam e o segundo com um estado psicológico de relevância pessoal que os cidadãos sentem.

Neste sentido, e esse é nosso percurso de análise, trataremos de como se dá o acesso dos idosos ao projeto tecno-informacional-comunicacional da cidade inteligente, se esse acesso viabiliza sua participação e torna representativos seus interesses e necessidades ao ponto de torná-la *inteligente* e *amiga* do idoso e se essa participação se concretiza como sentimento de envolvimento capaz de recuperar a utilidade e a posição de recurso desse contingente para a sociedade. É a partir das negociações entre acesso, participação e envolvimento, situadas no contexto brasileiro e particularizadas a partir da experiência de um grupo de idosos na cidade de São Paulo, que retornamos à hipótese de que os smartphones, no modo como apropriados por esses idosos, estruturam “informalmente” uma cidade amiga do idoso que é inteligente e, como propomos, acidental.

3. BRECHA PARA INCLUSÃO DO IDOSO NO PROJETO DE CIDADE INTELIGENTE: CONTEXTO BRASILEIRO

A participação nas cidades inteligentes está muitas vezes reduzida à geração de dados de seus cidadãos na interação com sua rede de serviços informatizada e conectada. Contabilizados, esses dados embasariam a tomada de decisões e otimização do funcionamento da cidade de maneira a responder às necessidades daqueles que a habitam e consomem. Nesta perspectiva, a participação (reduzida) é decorrente da interação com seus mecanismos digitalizados. Essa “participação” pressupõe então uma “interação” viabilizada pelo “acesso” a essa rede de mecanismos que passam a mediar a vida urbana. Em um primeiro momento, podemos propor que acesso seja a conexão a essa rede. Como discutido anteriormente, o acesso à internet no Brasil reproduz as desigualdades no país. Quanto à classe social, o número de domicílios com acesso à internet varia de 64% na classe D/E a 100% na classe A. Com relação à escolaridade, 73% dos brasileiros com ensino fundamental são usuários da internet, contra 96% de nível superior. Além disso, há ainda a questão etária. Apenas metade dos brasileiros com idade igual ou superior a 60 anos é usuária de internet, o menor percentual entre os grupos etários (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2021).

Essa desigualdade se estende ao acesso à interação com os mecanismos digitalizados que passam a mediar a vida na cidade e os direitos dos cidadãos. Durante 2020, por exemplo, os brasileiros usuários de internet que realizaram serviços públicos online eram 15% na classe D/E e 15% entre aqueles com ensino fundamental contra 63% e 68% na classe A e entre aqueles com ensino superior, respectivamente. Entre os idosos, apenas 29% realizaram esse tipo de serviço. No caso deste grupo etário, há de se considerar também que 64% dos idosos usuários de internet têm acesso exclusivamente pelo celular (a maior porcentagem entre grupos etários maiores de 15 anos; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2021). Isso implica reconhecer a centralidade da experiência mobile na potencial interação e participação do idoso nas cidades inteligentes e problematizá-la em termos da usabilidade dos aplicativos.

Morris e Murray (2018) propõem que vivemos em uma era dos aplicativos impulsionada pelo imaginário de que, se existe um problema (ainda que mundano), deve haver um aplicativo que o resolva, sendo ele simples ou complexo, como os mega aplicativos representados pelo Facebook ou pelo chinês We Chat. Os problemas mundanos são justamente aquilo a que as cidades inteligentes visam responder no âmbito urbano e o que as cidades amigas do idoso visam otimizar em termos de possibilidade de um envelhecimento ativo. Os aplicativos seriam, neste sentido, ao mesmo tempo solução e recurso para planejamento porque viabilizam a obtenção de dados para otimização de processos que a tecnologia visa solucionar. Tomemos a cidade de São Paulo como exemplo e a perspectiva do transporte urbano, já que esse viabilizaria, na cidade amiga do idoso, o encontro entre os idosos e os ambientes capacitadores para um envelhecimento ativo.

Para trafegar pela malha de transporte público, o cidadão paulistano pode optar pelos aplicativos credenciados pela SPTrans para fazer a recarga em seu bilhete único SPTrans, cujo cadastro tornou-se obrigatório e pode ser feito online (<https://scapub.sbe.sptrans.com.br/sa/acessoPublico/novoUsuario.action>). Para informações operacionais, usa-se o aplicativo CPTM (CPTM, s.d.). Se a opção for por serviços de motoristas de plataforma, é preciso baixar os aplicativos dos *players* disponíveis como Uber e 99. Na família dos compartilhados, os cidadãos ainda podem optar pelo deslocamento de bicicleta. Para eles, uma opção é o aluguel via aplicativo das bicicletas Bike Itaú, uma parceria entre Itaú Unibanco e a empresa TemBici. Uma outra alternativa é o carro próprio. Nesse caso, o aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (SP Notícias, s.d.) oferece versão digital da carteira nacional de habilitação. Enquanto esse é opcional, o aplicativo Zona Azul Digital é mandatório para pagamento das taxas para se estacionar o veículo nas áreas públicas credenciadas.

A “aplicação” da vida na cidade com a digitalização de serviços foi ainda mais acelerada por conta da pandemia da COVID-19 quando o isolamento social restringiu justamente o deslocamento na malha urbana. Neste contexto, o auxílio emergencial fornecido pelo governo federal demandou o uso do aplicativo Caixa Tem (Caixa, s.d.). A prova de vida, obrigatória para a continuidade do recebimento de benefícios como a aposentadoria, ganhou opção digital. Atingindo diretamente os idosos de São Paulo, a eleição do Grande Conselho Municipal teve opção de votação online na plataforma Participe+,

que visa “proporcionar um ambiente para a discussão e formulação de políticas públicas municipais de maneira colaborativa entre população e governo” (Participe+, s.d., para. 1). Ainda que alguns desses serviços possam ser acessados também via website, no caso dos idosos usuários de internet, é necessário considerar que, para mais de metade deles, o acesso é exclusivo pelo celular. Isso significa que, na prática, sites e aplicativos resultarão em uma experiência mobile para esse grupo etário.

Sobre essa experiência, desenvolvedores são criticados por desconsiderarem, no desenho das interfaces, os declínios naturais do envelhecimento como perdas e mudanças cognitivas, motoras e sensoriais (Rocha & Padovani, 2016). Uso de fontes pequenas, uso ineficiente de cores e contrastes, poucas opções para se corrigir erros, muitas funcionalidades ou passos para executar uma tarefa, dificuldades para inserir e salvar dados, navegação complexa, ausência ou falta de instruções claras e feedbacks, informação imprecisa sobre privacidade e coleta de dados são os principais fatores associados a problemas de usabilidade de aplicativos por idosos.

Expandiremos a discussão sobre o potencial de exclusão dessas inadequações a partir do campo da saúde. Primeiro, porque a manutenção da saúde é basilar para um envelhecimento ativo, sendo este a possibilidade que a cidade amiga do idoso visa viabilizar. Segundo, porque o campo da saúde tem transformação equivalente à das cidades, tanto em termos de digitalização e demanda de novas habilidades de seus usuários, quanto em termos da criação de um imaginário de automação e eficiência. Estamos, pois, tratando do paradigma da telemedicina 2.0 e de ecossistemas de saúde centrados em um paciente empoderado capaz de buscar informações, geri-las e tomar decisões acerca de sua saúde, exercendo assim uma de suas responsabilidades enquanto cidadão (Swan, 2012). Neste sentido, essas capacidades qualificadoras de uma *health literacy* (literacia médica; Kickbusch, 2001) são atualizadas como *health digital literacy* (literacia médica digital; Dunn & Hazzard, 2019) no contexto tecnológico que passa a incluir recursos como inteligência artificial, *machine learning*, monitoramento remoto, *wearables*, aplicativos e websites já na perspectiva 2.0.

No contexto brasileiro, a telemedicina 2.0 não estava amplamente regulada até ao começo da pandemia da COVID-19. Práticas como teleorientação, teleconsulta e telemonitoramento foram aprovadas em caráter emergencial, em março de 2020 (Libânio et al., 2021). Tanto na esfera pública quanto privada, uma série de aplicativos foi desenvolvida ou otimizada para viabilizar recursos de saúde aos brasileiros neste contexto. Mesmo considerando que os idosos foram o grupo etário mais vitimado pelo coronavírus (Camarano, 2020), essas iniciativas não foram desenhadas para esse grupo etário específico. Por conta disso, como alertam Libânio et al. (2021), os idosos, que poderiam ter sido aqueles mais beneficiados pela digitalização desses serviços, podem ter tido o acesso e uso desses recursos limitado por problemas de acesso (exclusão digital) e de falta de habilidades para navegar pelas interfaces.

Com relação às habilidades, entretanto, a questão da literacia digital impactou os brasileiros de forma geral. Desde o início da pandemia, 20% dos brasileiros realizaram consulta médica via internet. Entretanto, considerar esse serviço “complicado” foi um

dos motivos apresentados por 50% dos usuários de internet que não utilizaram o recurso (Barbosa, 2020). Ainda assim, a realização de consultas pela internet durante a pandemia aponta para uma brecha capaz de compensar as barreiras de adoção das tecnologias mandatórias para o exercício da cidadania e da vida na cidade. Trata-se, pois, dos aplicativos de mensagens (WhatsApp e Telegram) que foram utilizados por 50% dos brasileiros em consultas, sendo o meio mais utilizado para este fim durante esse período.

Cabe então perguntar o que representa a apropriação de um aplicativo de mensagem para obtenção de recursos de saúde e qual seu potencial no processo específico de inclusão digital e social dos idosos. Apesar do crescente número de usuários do Telegram no Brasil, essa resposta deve considerar a centralidade do WhatsApp como meio de comunicação e informação do brasileiro. O aplicativo está instalado em 98% dos dispositivos brasileiros. Desta base, 86% usam o WhatsApp todos os dias, 74% participam de um grupo dedicado à família, 76% usam o aplicativo para se comunicar com empresas e 61% usam o recurso de ligações de voz ao invés das ligações das operadoras de celular (Mobile Time & Opinion Box, 2021, p. 16). O uso do aplicativo é, inclusive, oferecido por estes *players* de forma ilimitada, sem o consumo do pacote de dados contratado pelo usuário (Cruz, 2018). Além disso, e o mais relevante para nossa análise, 92% dos usuários de smartphones com 60 anos ou mais fazem uso do aplicativo (Obst, s.d.).

A presença do WhatsApp nos smartphones de idosos brasileiros é respaldada na literatura. O desejo de se conectar com a família e com os amigos é apontado como a principal motivação para adoção de tecnologia entre pessoas idosas (Gonzalez & Katz, 2016), com destaque para o interesse por aplicativos de mensagem que passam a mediar a comunicação entre família transnacional, estendida e nuclear, sendo também usados para a distribuição e gerenciamento de tarefas diárias entre familiares (Nedelcu, 2017; Plaza & Plaza, 2019; Taipale & Farinosi, 2018; Webb, 2015). Em outras palavras, no contexto brasileiro, isso significa que, muito provavelmente, o WhatsApp seja o aplicativo motivador da adoção e aprendizado de smartphones por idosos.

Nosso intuito aqui é colocar em perspectiva não as limitações dos idosos na interface com a tecnologia, mas o que o WhatsApp pode viabilizar sem o download dos tantos aplicativos específicos que passam a mediar a vida na cidade. O uso preferencial de aplicativos para teleconsultas por brasileiros, explicitado anteriormente, aponta nessa direção. Assim, a discussão que propomos a seguir é sobre os impactos potenciais do WhatsApp para a experiência do envelhecimento na cidade e se, considerado seu uso exclusivo, o aplicativo seria capaz de viabilizar uma cidade acidental, informalmente inteligente e amiga dos idosos em termos de saúde e de participação. Para tanto, situamos essa análise na cidade de São Paulo.

4. WHATSAPP E A EXPERIÊNCIA DE ENVELHECIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

A análise das consequências do uso do WhatsApp por idosos para a experiência de envelhecimento na cidade de São Paulo é fruto de etnografia de 16 meses, conduzida pela primeira autora, em um bairro de classe média da zona sul da cidade, em período

pré-pandemia, entre os anos de 2018 e 2019 (Duque, 2022). Este bairro possui amplo portfólio de atividades dirigidas à terceira idade e alinhadas com a diretriz de envelhecimento ativo. A primeira autora participou de curso de WhatsApp e smartphone, práticas de meditação, aulas de pilates e ioga e ingressou em um grupo que discute alternativas de trabalho para a terceira idade, além de acompanhar rotinas diárias e eventos sociais dos participantes nesse período.

É praxe que um grupo de WhatsApp seja criado para dar suporte a essas atividades. A observação participante contemplou também esses espaços. Foi realizada ainda entrevista em profundidade com 38 “idosos” entre 50 e 76 anos. Os participantes foram convidados, aleatoriamente, a partir das atividades presenciais. Além disso, puderam indicar parentes e amigos residentes ou usuários de serviços destinados à terceira idade no bairro que sedia o campo de pesquisa. A entrevista em profundidade foi estruturada em três partes com perguntas sobre a experiência de envelhecimento na cidade, saúde e uso de smartphones. A participação na pesquisa foi condicionada à aceitação do termo de consentimento livre e esclarecido, aprovado por Comissão de Ética em Pesquisa (CAAE 90142318.2.0000.5511).

Apesar de, no Brasil, a idade para pertencer à população idosa ser 60 anos, a perspectiva dos participantes da pesquisa é de que, ao se aproximarem dos 50 anos, já são tratados como idosos e vitimados pelo idadismo. Neste sentido, afirmam que habitam num “limbo”, onde estão aqueles muito velhos para o mercado de trabalho e muito novos para a aposentadoria. Entre os participantes aposentados, a maioria considera que se aposentou cedo. A decisão não se baseou no desejo de gozar do tempo livre prometido com a aposentadoria em si, mas foi motivada pelos rumores de uma possível reforma da previdência, a qual se consolidou apenas em 2019 (Temóteo et al., 2019). A menor idade de aposentadoria entre os participantes aposentados foi de 49 anos.

Essa saída precoce do mercado de trabalho se mostrou diretamente relacionada com o uso de tecnologia pelos participantes. Um comparativo entre três participantes mostra que enquanto um homem de 72 anos, aposentado há 20 anos, não usa aplicativos de banco e prefere ir pessoalmente à agência bancária; uma mulher de 62 anos, aposentada há 10 anos, usa exclusivamente o aplicativo de banco; enquanto outra, com 63 anos e aposentada há quase 3 anos, usa o aplicativo de banco, faz investimentos e transferências internacionais via aplicativo. A comparação é coerente se considerarmos que há 20 anos os emails gratuitos se disseminavam no Brasil (Karasinski, 2009) e que a consolidação das redes sociais como o Facebook se deu na década passada. O local de trabalho se apresentaria, assim, como motivador natural para a adoção de tecnologia por ser o lugar onde a mesma chegaria primeiro, de forma gratuita e aplicada, o que facilitaria o aprendizado. Nesta perspectiva, a aposentadoria precoce se mostra, para os participantes da pesquisa, como um evento desencadeador do processo de exclusão digital.

Fora do mercado de trabalho, os motivos que levam os participantes da pesquisa a se interessarem pelos smartphones são outros. Como já elucidado anteriormente, a adoção dos smartphones é impulsionada pelo desejo de se reconectar com familiares e amigos, o que nesse contexto significa se conectar ao WhatsApp. Os cursos de

WhatsApp abertos à terceira idade estão entre os mais procurados por esses idosos. Durante três semestres, a primeira autora participou como professora voluntária em um desses cursos. Nesse período, foi possível mapear as barreiras de aprendizado. A primeira delas é psicológica. Os alunos chegam ao curso com baixa autoestima, respaldada pelo preconceito de que estão velhos demais para aprender e agravada pelos filhos, que se mostram ou indisponíveis ou sem paciência para auxiliá-los — principal motivo pelo qual os participantes buscam uma “ajuda profissional”. Apesar disso, os alunos iniciavam o curso já com o WhatsApp instalado, cujo download fora feito com ajuda de familiares ou amigos.

A inadequação das interfaces de aplicativos para idosos se mostrou verdadeira para esses alunos. O tamanho das fontes, o contraste, a falta de orientação sobre comandos e feedbacks sobre ações e as dificuldades motoras se fizeram visíveis no aprendizado. Somada a elas, há ainda a questão do dispositivo em si, que pode configurar uma limitação em termos de acesso. Os participantes da pesquisa possuem dispositivos herdados com problemas de armazenamento e de bateria. Isso agrava a questão da autoestima porque as limitações do dispositivo são interiorizadas como falhas ou incapacidade por esses idosos. Além disso, há a questão da memória na velhice. A totalidade dos alunos utilizava papel para criar listas e memorizar os passos necessários para ações no WhatsApp. Essa tática não se desdobra em emancipação ou literacia digital uma vez que os alunos concluem o curso como repetidores, mas, em sua maioria, não conseguem replicar a lógica aprendida no WhatsApp para outros aplicativos.

Ainda assim, em termos de participação como proposto por Carpentier (2012), o acesso a uma rede de grupos de WhatsApp viabiliza um espaço para promoção de interesses, para debate de necessidades e para avaliação (recomendação, crítica ou mesmo boicote) das políticas, produtos e serviços que se dirigem aos idosos na cidade. Esse fórum também seria característico das cidades inteligentes cuja participação em rede resultaria, senão na melhoria, na seleção de prestadores de serviços e na otimização da vida na cidade.

Além disso, entre os participantes da pesquisa, o tempo ocioso que viria com a aposentadoria é visto como uma falha de caráter e como denotativo de inutilidade. Por isso, eles se lançam às oportunidades de atividades abertas à terceira idade até que possam se apresentar socialmente como cidadãos produtivos de São Paulo a partir de uma agenda de “compromissos” (para usar o termo dos participantes) que reproduza as horas dedicadas à jornada de trabalho. A participação nos grupos de WhatsApp na função de “curadores de informações” pode funcionar como uma atividade em si, com a vantagem de que suas ações são visíveis aos pares, funcionando como provas de que permanecem ocupados como cidadãos e participantes do projeto de envelhecimento ativo (Duque, 2021b). Isso não significa que o trabalho de curador não seja problemático. O trabalho de trazer uma informação considerada como útil pelo grupo confere capital social ao curador. Entretanto, esse capital é altamente disputado e pode resultar ainda no compartilhamento de *fake news*.

A capacidade de se identificar *fake news* tange a questão da literacia digital enquanto capacidade de processar, julgar e eleger os conteúdos confiáveis circulantes em

rede. Quando se trata de informações médicas, os participantes da pesquisa tendem a abandonar as buscas online porque não conseguem eleger os resultados confiáveis, desafiando o modelo de autonomia preconizado pela telemedicina 2.0 e evidenciando a distinção entre cidadão informado e cidadão empoderado para gestão da saúde (Santana et al., 2011). Ademais, o aconselhamento profissional poderia ser facilitado pelos aplicativos desenvolvidos para auxiliar o acesso a recursos de saúde, tanto na saúde pública quanto suplementar e particular. Entretanto, já no agendamento de uma consulta, os participantes geralmente preferem abandonar esses aplicativos e recorrer ao website do prestador (quando disponível), ao telefone ou à ida presencial às unidades. As funcionalidades oferecidas pelos aplicativos são reduzidas ao uso do cartão digital de identificação do usuário, apresentado durante as consultas.

Uma alternativa seria disponibilizar o aconselhamento profissional no WhatsApp. Mesmo antes da regulamentação em caráter emergencial de teleconsultas no Brasil devido à pandemia de COVID-19, mais de 80% dos médicos do estado de São Paulo declararam já usar tecnologias para atender pacientes (Collucci, 2019), sendo 78,69% favoráveis ao uso do WhatsApp (Felix, 2018). Entretanto, a percepção dos participantes da pesquisa é que o contato via WhatsApp é disponibilizado apenas por médicos particulares e não por aqueles da rede de saúde pública ou cobertos por planos de saúde. Isso não significa que o aplicativo de mensagens não seja usado para obtenção de informações médicas por esses idosos. Ao contrário, eles recorrem mais uma vez à rede de grupos do WhatsApp. Nela, eles buscam por amigos ou amigos de amigos que trabalhem na área médica. Dessa forma, eles acessam a uma orientação que é ao mesmo tempo informal, porque baseada nas amizades, e confiável, porque respaldada por profissional da saúde.

Solicitações como essa expandem a funcionalidade dos grupos de WhatsApp porque estruturam uma rede de favores com impactos tanto para a autonomia, quanto para a participação na velhice. Amigos podem ser acionados para fazer downloads de novos aplicativos, para auxiliar na obtenção de um serviço online ou como acompanhante em uma consulta médica. Além disso, essas conexões também podem ser acionadas para ultrapassar burocracias e conseguir atendimentos preferenciais junto a provedores de saúde, nos âmbitos públicos e privados, atualizando o “jeitinho brasileiro” enquanto prática arraigada na cultura brasileira e baseada em favores obtidos a partir das redes de relacionamento para lidar com dificuldades e driblar o sistema (Prado, 2016).

Como presentes, esses favores são concedidos entre idosos com base na reciprocidade, resultando em um ciclo de trocas que estrutura laços sociais (Mauss, 1960/2003). Entre os participantes da pesquisa, observa-se como o WhatsApp viabiliza esse ciclo de trocas e como esses idosos se empregam na prestação de favores aos pares. Neste contexto, somado à obrigatoriedade, responder à solicitação de um amigo no WhatsApp é manter um saldo positivo no banco de favores que sustenta também uma rede de solidariedade fundamental para a experiência de envelhecimento na cidade.

Além de colaborar informalmente para a prevenção e manutenção da saúde na velhice, a rede no WhatsApp também viabiliza, para os participantes da pesquisa, o

cuidado de pais mais velhos por idosos. Esse é um segundo componente da política de envelhecimento ativo, que propõe o papel de cuidador preferencial de familiares como uma das formas de continuidade de participação do idoso na sociedade (World Health Organization, 2002). A conexão com os próprios pais idosos via WhatsApp é também um recurso para prolongamento da autonomia, principalmente para aqueles que moram sozinhos. A conexão no WhatsApp compensa as distâncias e dificuldades de deslocamentos na cidade. Através do aplicativo, filhos podem monitorar pais idosos à distância, na perspectiva de uma sobreposição entre vigilância e cuidado.

A questão do isolamento se tornou compulsória desde o início das medidas preventivas contra a COVID-19 no Brasil em 2020 até a vacinação da população idosa em 2021. Neste contexto, mesmo com a interrupção das atividades presenciais dirigidas à terceira idade em São Paulo, os grupos de WhatsApp se mantiveram ativos com continuidade da troca de informações referentes à saúde e como recurso para a manutenção da sociabilidade durante o isolamento social. Apesar disso, o WhatsApp não soluciona o acesso aos serviços digitalizados disponibilizados em outras plataformas ou aplicativos (a pandemia acelerou ainda mais essa digitalização). Ao contrário, tendo como base a experiência dos participantes da pesquisa, esse acesso pode ter sido dificultado pelo isolamento já que é comum, entre esses idosos, que o download e configuração de novos aplicativos sejam realizados por parentes e amigos.

Ainda assim, é preciso reconhecer o que a rede estruturada pelos grupos de WhatsApp viabilizou para os participantes da pesquisa no contexto pré-pandemia. Trata-se, pois, de reconhecer sua potência como mecanismo capaz de conceder ao idoso uma experiência de inclusão digital, envolvimento e um senso de pertencimento enquanto cidadão produtivo. É nesta potência que vislumbramos a ocorrência de uma cidade acidental. É a partir dela que faremos nossos apontamentos finais sobre o protagonismo dos idosos e seu empoderamento, ainda que centralizado no WhatsApp, para unificação informal de dois projetos de cidade: a *Cidade Amiga do Idoso*, que favorece o envelhecimento ativo, e a *Cidade Inteligente*, cuja rede visa otimizar recursos para responder de forma eficiente à necessidade de seus habitantes.

5. APONTAMENTOS FINAIS: A CIDADE ACIDENTAL

Ao abordar como as autoridades da República do Congo, na África, circulam discursos que convocam os congolese a construírem uma imagem positiva da capital do país a partir do conceito global das cidades inteligentes, Pype (2017) trata de como esse imaginário ocidental das cidades inteligentes, operadas por tecnologias wireless, com redes de serviços e de comunicação altamente conectadas, aparece deslocado da realidade dos centros urbanos africanos em desenvolvimento. A partir de sua etnografia em Kinshasa, capital do Congo, a antropóloga cunha o termo “inteligência de baixo” para tratar de toda criatividade e conhecimento (formal, informal e imoral) empregados pelos congolese na superação das limitações de infraestrutura urbana a fim de se engajarem com a tecnologia no dia a dia, tornando-se, à sua própria maneira, “inteligentes” na cidade.

Essa “inteligência de baixo” é a mesma observada pelo grupo de idosos de um bairro de classe média de São Paulo na apropriação que fazem do WhatsApp. No caso deles, as limitações não são de conexão apenas, mas das habilidades que viabilizariam seu acesso e envolvimento com as plataformas que estruturam (via algoritmos, websites e aplicativos) a participação na cidade. Em vista disto, essas trocas tecnológicas passam a mediar as práticas de quem chamamos “cidadãos”, “consumidores” ou “usuários”, e também daqueles que deixaram de ser representados nesse projeto (Canclini, 2019).

É essa participação inviabilizada pela falta de literacia digital que é compensada no WhatsApp, ainda que os ganhos nesta rede não solucionem os problemas de exclusão digital dos meios institucionais ou oficiais que se impõem para acesso à saúde, à informação, ao transporte, à vida pública e ao consumo em geral. Conectados, mas à margem, esses idosos se articulam a partir de uma rede informacional alternativa, porém, eficiente nos seus impactos para um envelhecimento ativo na cidade. É nela que eles são protagonistas, seja na curadoria de informações úteis para a melhoria da experiência de envelhecimento, seja na troca de favores que ultrapassam barreiras digitais e burocráticas e que viabilizam formas de cuidado e autonomia. É para essa rede que eles trabalham. E, ao fazê-lo, recuperam também a produtividade e a dignidade capaz de promover o envolvimento e senso de pertencimento enquanto cidadãos de São Paulo.

Essa São Paulo, discutida, editada, compartilhada e visibilizada a partir dos interesses desses idosos, não foi prevista nem no projeto de uma cidade amiga do idoso, nem no projeto de uma cidade inteligente. Trata-se de uma cidade acidental, onde nenhum desses dois projetos é integralmente realizado. Apesar disso, ela se propõe, na prática, a solucionar esses mesmos desafios, tornando a experiência de envelhecimento mais inteligente e amiga na cidade. Desta maneira, aprender com a cidade acidental e com sua “inteligência de baixo” pode ser uma maneira de minimizar barreiras de adoção de novas tecnologias por idosos e de otimizar os recursos que visam sua saúde, participação e autonomia. Um exemplo neste sentido foi o grupo “WhatsApp Solidário”, criado pela Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo em março de 2020 para enfrentamento do isolamento social decorrente da pandemia. Porque centralizada no WhatsApp, a iniciativa foi implementada em 7 dias com a adesão imediata de 200 idosos que puderam participar virtualmente em atividades físicas, educativas, lúdicas e receber suporte psicológico (Gomes, 2021).

Esse artigo objetiva contribuir para a problematização da inclusão digital e social dos idosos e aponta para as oportunidades de se eleger recursos que os idosos já dominam e com os quais se sentem mais confortáveis — recurso este que, no contexto atual dos idosos brasileiros, é o WhatsApp. Ainda assim, reconhecemos o desafio de capacitá-los para as literacias digitais, implicadas nas práticas online e offline e necessárias ao aperfeiçoamento democrático, que compreende o ambiente urbano como lugar privilegiado para a ação cidadã.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Marília Duque realizou a investigação e análise formal. Contribuiu com a conceitualização, redação do rascunho original e redação – revisão e edição. Adriana Lima de Oliveira contribuiu com a conceitualização, análise formal, redação do rascunho original e redação – revisão e edição.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, A. F. (Ed.). (2020). *Painel TIC COVID-19: Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: Serviços públicos online, tele saúde e privacidade* (2.ª ed.). Cetic.br; nic.br; cgi.br. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20200930180249/painel_tic_covid19_2edicao_livro%20eletr%C3%B4nico.pdf
- Brasil lança sua estratégia de governo digital para 2020 a 2022. (2021, 3 de março). Gov.br. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/brasil-lanca-sua-estrategia-de-governo-digital-para-2020-a-2022>
- Caixa. (s.d.). *Auxílio emergencial 2021*. Retirado a 16 de fevereiro de 2022 de <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>
- Camarano, A. A. (2020). *Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: Órfãos ou novos pobres? Nota Técnica*. Ipea. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200724_nt_disoc_n_81_web.pdf
- Canclini, N. G. (2019). *Ciudadanos reemplazados por algoritmos*. Centro Maria Sibylla Merian; Universidad de Guadalajara.
- Carpentier, N. (2012). The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate? *Revista Fronteiras*, 14(2), 164–177. <https://doi.org/10.4013/fem.2012.142.10>
- Cidades inteligentes: Mercado deve movimentar US\$ 2,1 trilhões até 2024. (2021, 26 de maio). CMA | CBIC. <https://cbic.org.br/sustentabilidade/2021/05/26/cidades-inteligentes-mercado-deve-movimentar-us-21-trilhoes-ate-2024/>
- Collucci, C. (2019, 4 de abril). Mais de 80% dos médicos de SP dizem que já usam tecnologias para atender pacientes. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2019/04/mais-de-80-dos-medicos-de-sp-dizem-que-ja-usam-tecnologias-para-atender-pacientes.shtml>
- CPTM. (s.d.). *Aplicativo da CPTM*. Retirado a 16 de fevereiro de 2022 de <https://www.cptm.sp.gov.br/Pages/aplicativo.aspx>
- Cruz, B. S. (2018, 13 de junho). *Quer WhatsApp, Facebook e Insta de graça? Veja planos com dados ilimitados*. TILT uol. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/06/13/operadoras-que-oferecem-planos-com-dados-ilimitados.htm>
- Dardot, P., & Laval, P. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 2009)
- Debert, G. G. (1997). A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(34), 39–56.
- Dunn, P., & Hazzard, E. (2019). Technology approaches to digital health literacy. *International Journal of Cardiology*, 293, 294–296. <https://doi.org/10.1016/j.ijcard.2019.06.039>

- Duque, M. (2021a). *Homo resiliens: Moralidades e resistências da velhice mediada por smartphones em São Paulo* [Tese de doutoramento, Escola Superior de Propaganda e Marketing]. TEDE. <http://tede2.espm.br/handle/tede/566>
- Duque, M. (2021b). Performing healthy ageing through images: From broadcasting to silence. *Global Media and China*, 6(3), 303–324. <https://doi.org/10.1177/2059436420975221>
- Duque, M. (2022). *Ageing with smartphones in urban Brazil: A work in progress*. UCL Press.
- Felix, P. (2018, 5 de dezembro). Médicos aprovam o WhatsApp para falar com paciente. *Estadão*. <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,medicos-aprovam-whatsapp-para-falar-com-paciente,70002633563>
- Figueiredo, G. M. P. (2016). Cidades inteligentes no contexto brasileiro: A importância de uma reflexão crítica. In C. C. Cabral & C. E. Comas (Eds.), *Anais IV Enanparq: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. PROPAR; UFRGS.
- Gomes, S. R. (2021, 4 de maio). *WhatsApp solidário! Exemplo exitoso de políticas públicas em SP*. Portal do Envelhecimento e Longevidade. <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/whatsapp-solidario-exemplo-exitoso-de-politicas-publicas-em-sp/>
- Gonzalez, C., & Katz, V. S. (2016). Transnational family communication as a driver of technology adoption. *International Journal of Communication*, 10, 2683–2703. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5321>
- Grizzle, A., & Singh, J. (2016). *Five laws of media and information literacy (MIL)*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/mil_five_laws_english.png
- Karasinski, E. (2009, 21 de setembro). *A história do email*. Tecmundo. <https://www.tecmundo.com.br/web/2763-a-historia-do-email.htm>
- Kickbusch, I. S. (2001). Health literacy: Addressing the health and education divide. *Health Promotion International*, 16(3), 289–297. <https://doi.org/10.1093/heapro/16.3.289>
- Lemos, A. (2007). Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. *Matrizes*, 1(1), 121–137. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p121-137>
- Libânio, C. de S., Zitkus, E., & Pimenta, A. (2021). Case study 4: Brazil – Public healthcare access for older people: Accessibility of the public healthcare services to the Brazilian elderly population during the COVID-19 pandemic. In E. Tseklevs (Ed.), *The little book of global health design* (Vol. 1, pp. 28–31). ImaginationLancaster.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia* (P. Neves, Trad.). Cosac & Naify. (Trabalho original publicado em 1960)
- Mobile Time & Opinion Box. (2021). *Mensageria no Brasil*. <https://www.mobiletime.com.br/pesquisas/mensageria-no-brasil-fevereiro-de-2021/>
- Morozov, E., & Bria F. (2019). *A cidade inteligente: Tecnologias urbanas e democracia* (H. Amaral, Trad.). Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 2018)
- Morris, J. W., & Murray, S. (Eds.). (2018). *Appified: Culture in the age of apps*. University of Michigan Press.
- Nedelcu, M. (2017). Transnational grandparenting in the digital age: Mediated co-presence and childcare in the case of Romanian migrants in Switzerland and Canada. *European Journal of Ageing*, 14(4), 375–383. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0436-1>

- Neirotti, P., Marco, A., Cagliano, A. C., Mangano, G., & Scorrano, F. (2014). Current trends in smart city initiatives: Some stylised facts. *Cities*, 38, 25–36. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2013.12.010>
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (Ed.). (2021). *TIC domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros*. Cgi.br. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf
- Obst, L. (s.d.). Tecnologia e inovação se conectam à longevidade. *Longevidade*, (14).
- Participe+. (s.d.). *O Participe+ é a casa dos processos participativos online da cidade de São Paulo*. Retirado a 16 de fevereiro de 2022 de <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/help>
- Plaza, D., & Plaza, L. (2019). Facebook and WhatsApp as elements in transnational care chains for the Trinidadian Diaspora. *Genealogy*, 3(15), 55–74. <https://doi.org/10.3390/genealogy3020015>
- Prado, A. M. (2016). O jeitinho brasileiro: Uma revisão bibliográfica. *Horizonte Científico*, 10(1), i–xxii. <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/33308>
- Projeção da população 2018: Número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047*. (2018, 1 de agosto). Agência IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>
- Pype, K. (2017). Smartness from below: Variations on technology and creativity in contemporary Kinshasa. In C. C. Mavhunga (Ed.), *What do science, technology, and innovation mean from Africa?* (pp. 97–115). The MIT Press.
- Rocha, E., & Padovani, S. (2016). Usabilidade e acessibilidade em smartphones: Identificação de características do envelhecimento e suas implicações para o design de interface de smartphones. *Ergodesign & HCI*, 4, 58–66. <https://doi.org/10.22570/ergodesignhci.v4iEspecial.119>
- Rose, N. (2001). The politics of life itself. *Theory, Culture & Society*, 18(6), 1–30. <https://doi.org/10.1177/02632760122052020>
- Rose, N., & Novas, C. (2007). Biological citizenship. In A. Ong & S. J. Collier (Eds.), *Global assemblages: Technology, politics, and ethics as anthropological problems* (pp. 439–463). Blackwell Publishing.
- Rowe, J. W., & Kahn, R. L. (1997). Successful aging. *The Gerontologist*, 37(4), 433–440. <https://doi.org/10.1093/geront/37.4.433>
- Santana, S., Lausen, B., Bujnowska-Fedak, M., Chronaki, C. E., Prokosch, H. U., & Wynn, R. (2011). Informed citizen and empowered citizen in health: Results from an European survey. *BMC Family Practice*, 12(1), 1–15. <https://doi.org/10.1186/1471-2296-12-20>
- Sayad, A. V., & Bonami, B. (2019). Literacia midiática e informacional em qualquer lugar, a qualquer instante. In M. H. Yanaze & F. C. Ortiz (Eds.), *Marketing, comunicação, tecnologia & inovação nas cidades MIL* (pp. 221–241). ECA-USP.
- Schramm, F. R. (2009). O uso problemático do conceito ‘vida’ em bioética e suas interfaces com a práxis biopolítica e os dispositivos de biopoder. *Revista Bioética*, 17(3), 377–389. https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/505
- Simonofski, A., Asensio, E. S., Smedt, J., & Snoeck, M. (2017). Citizen participation in smart cities: Evaluation framework proposal. In D. Diaz, Y. Manolopoulos, B. Theodoulidis, & M. Zaki (Eds.), *2017 IEEE 19th Conference on Business Informatics* (Vol. 1, pp. 227–236). <https://doi.org/10.1109/CBI.2017.21>

- SP Notícias. (s.d.). *CNH digital SP*. Retirado a 16 de fevereiro de 2022 de <https://www.prefeituradesp.com.br/cnh-digital-sp/>
- Swan, M. (2012). Health 2050: The realization of personalized medicine through crowdsourcing, the quantified self, and the participatory biocitizen. *Journal of Personalized Medicine*, 2(3), 93–118. <https://doi.org/10.3390/jpm2030093>
- Taipale, S., & Farinosi, M. (2018). The big meaning of small messages: The use of WhatsApp in intergeneration family communication. In J. Zhou & G. Salvendy (Eds.), *Human aspects of IT for the aged population. Acceptance, communication and participation* (pp. 532–546). Springer International Publishing.
- Temóteo, A., Andrade, H. de., & Mazieiro, G. (2019, 12 de novembro). *Congresso promulga reforma da Previdência*. Uol. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/12/congresso-promulga-reforma-da-previdencia.htm>
- United Nations. (1983). *Vienna international plan of action on aging*. <https://www.un.org/esa/socdev/ageing/documents/Resources/VIPEE-English.pdf>
- United Nations. (2002). *Political declarations and Madrid international plan of action on ageing*. <https://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/MIPAA/political-declaration-en.pdf>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2018). *Media and information literate cities*. <https://en.unesco.org/milcities>
- Vanolo, A., & Lombardi, P. (2015). Smart city as a mobile technology: Critical perspectives on urban development policies. In M. P. Rodriguez-Bolivar (Ed.), *Transforming city governments for successful smart cities* (pp. 147–161), Springer.
- Vielma, J. I. (2016). Ciudad accidental: La distancia contemporánea entre proyecto y experiencia. In S. Colmenares (Ed.), *II International Conference on Architectural Design and Criticism: Digital proceedings* (pp. 426–443). critic|all PRESS. http://criticall.es/wp-content/uploads/2017/09/Critical-II_Proceedings.pdf
- Webb, L. M. (2015). Research on technology and the family: From misconceptions to more accurate understandings. In C. J. Bruess (Ed.), *Family communication in the age of digital and social media* (pp. 3–31). Peter Lang Publishing.
- World Health Organization. (2002). *Active ageing: A policy framework*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/67215>
- World Health Organization. (Ed.). (2007). *Global age-friendly cities: A guide*. https://www.who.int/ageing/publications/Global_age_friendly_cities_Guide_English.pdf

NOTAS BIOGRÁFICAS

Marília Duque é doutora e mestre em comunicação e práticas de consumo pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo. Fez doutorado sanduíche no Colégio Universitário de Londres. É pesquisadora do projeto *Anthropology of Smartphones and Smart Ageing* (Antropologia dos Smartphones e Envelhecimento Inteligente), sediado

no Colégio Universitário de Londres, e do MediaLab ESPM. É bacharel em comunicação social com especialização em publicidade e propaganda pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4805-6903>

Email: mariliaduque@litera.city

Morada: Rua Napoleão de Barros, 1075, São Paulo SP

Adriana Lima de Oliveira Oliveira é doutora e mestre em comunicação e práticas de consumo pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM). Fez doutorado sanduíche em comunicação e mídia na Universidade Nova de Lisboa. É pesquisadora e membro do grupo de pesquisa Biocon: Comunicação, Discurso e Biopolítica do Consumo (ESPM) e membro executivo do comitê ESPM de direitos humanos. É especialista em gestão da comunicação: política, educação e cultura pela Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo. É bacharel em comunicação social com especialização em publicidade e propaganda pela Universidade Anhembi Morumbi.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3731-0611>

Email: adrianalima@litera.city

Morada: Rua Dr. Ferreira Lopes, 317, São Paulo, SP, Brasil

Submetido: 30/10/2021 | Aceite: 04/01/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

MUDANDO PERSPETIVAS: O PAPEL DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS EM PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL PARA EMPODERAR AS COMUNIDADES LOCAIS

Ana Margarida Cruz Silva

Centro de Estudos Interculturais, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Politécnico do Porto, Porto, Portugal

Clara Maria Laranjeira Sarmiento e Santos

Centro de Estudos Interculturais, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Politécnico do Porto, Porto, Portugal

RESUMO

A pandemia da COVID-19 afetou as noções de vida social tal como as conhecemos, pelo que é importante desenvolver e mediar projetos que vão ao encontro dos contextos de grande transformação social em que vivemos. A crise causada pela pandemia também afetou as zonas rurais que têm procurado controlar o êxodo rural. No entanto, surgiram novas oportunidades para os territórios rurais à medida que o mundo se começou a adaptar à pandemia. Na região centro de Portugal, a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, através do seu projeto *Aldeias de Montanha*, procura dinamizar a promoção destes territórios culturais. Para o efeito, tem vindo a desenvolver projetos de inovação social com enorme potencial para o desenvolvimento social, económico e cultural da região. A associação criou dois projetos de inovação social essenciais no desenvolvimento das comunidades localizadas nas Aldeias de Montanha: *Projeto Queijeiras* e *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha*. Este artigo apresenta ambos os projetos e sublinha a importância das práticas que conduzem ao desenvolvimento positivo da sociedade através da convocação de indústrias culturais e criativas em projetos de inovação social. O trabalho profissional e o trabalho de campo realizado na Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha e dos territórios das Aldeias de Montanha enquadram o estudo realizado, assim como entrevistas e questionários com pessoas e entidades ligadas aos projetos. Os resultados apresentados no artigo demonstram como ambos os projetos são extremamente valiosos para entender a importância de construir possibilidades para a reinterpretação e capacitação das comunidades locais que são muitas vezes negligenciadas. Além disso, também revelam uma expansão do local para o global, isto é, uma interação de ambientes globais com culturas locais, criando um espaço intercultural tão importante no nosso mundo globalizado.

PALAVRAS-CHAVE

comunidades locais, desenvolvimento social, indústrias criativas, inovação social, capacitação

CHANGING PERSPECTIVES: THE ROLE OF CREATIVE INDUSTRIES IN SOCIAL INNOVATION PROJECTS TO EMPOWER LOCAL COMMUNITIES

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has affected the notions of social life as we know them, so it is important to develop and mediate projects that meet the contexts of great social transformation we live. The COVID-19 crisis also affected rural areas that have sought to control rural exodus. However, new opportunities emerged for rural territories as the world adapted to the pandemic. In the central region of Portugal, the Association for the Integrated Development of the Mountain Villages Network, through its *Mountain Villages* project, seeks to promote the regional development of these cultural territories. For this purpose, it has been developing social innovation projects with enormous potential for the region's social, economic, and cultural development. The association has begun creating two social innovation projects essential in developing the communities located in the Mountain Villages: the *Queijeiras Project* and the *Cooperativa Coworking Spaces @Mountain Villages*. This article presents both projects and emphasizes the importance of practices that lead to the positive development of society through the convening of creativity and creative industries in social innovation projects. The professional work and fieldwork carried out at the Association for the Integrated Development of the Mountain Villages Network and the Mountain Villages territories frame the study conducted, as do interviews and questionnaires with people and entities linked to the projects. The results presented in the article demonstrate how both projects are extremely valuable to understand the importance of building possibilities for the reinterpretation and empowerment of local communities that are often neglected. Furthermore, they also reveal an expansion from the local to the global, that is, an interaction of global environments with local cultures, creating an intercultural space so important in our globalized world.

KEYWORDS

local communities, social development, creative industries, social innovation, empowerment

1. INTRODUÇÃO

A crise da COVID-19 foi inicialmente vista como um desafio para as zonas rurais. No entanto, a adaptação à pandemia gerou novas oportunidades para estes territórios. O atual contexto global conduziu à criação de dois projetos de inovação social, que empregam criatividade e elementos das indústrias criativas, conduzindo ao empoderamento das comunidades locais.

Este artigo procura demonstrar como o *Projeto Queijeiras* e o *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha*, como intervenções criativas, culturais e sociais, têm papéis importantes no desenvolvimento e divulgação de um determinado contexto geográfico. A primeira parte do artigo apresenta uma revisão de literatura sobre o uso da criatividade em projetos de inovação social para empoderar as comunidades locais. As seguintes subsecções descrevem a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (Adiram) e as próprias Aldeias de Montanha. Posteriormente, são analisados dois projetos de inovação social, o *Projeto Queijeiras* e o *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha*. Finalmente, a última secção apresenta as conclusões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. DESENVOLVIMENTO POSITIVO DAS COMUNIDADES LOCAIS: CRIATIVIDADE COMO PONTO-CHAVE

O desenvolvimento positivo das comunidades locais exige a aplicação de estratégias. A criatividade tem surgido como um ponto chave para este desenvolvimento nos últimos anos. Esta é uma capacidade mental e um comportamento humano. É influenciada por várias experiências sociais, de desenvolvimento e educacionais (Andriopoulos, 2000; Runco & Sakamoto, 1999). Esta revisão de literatura tenta dar um relato mais amplo das várias definições do termo.

De acordo com Arthur Cropley (2011), podemos usar a palavra “criatividade” de três formas:

refere-se a um conjunto de processos (por exemplo, pensamento “criativo”), um conjunto de características pessoais das pessoas (por exemplo, a personalidade “criativa”), e a resultados (por exemplo, um produto “criativo”). Assim, a criatividade é tratada como uma causa (por exemplo, os processos criativos produzem produtos; a criatividade das pessoas faz com que se comportem de uma determinada forma) e também como um efeito ou resultado (um certo tipo de produto resultante de pessoa e processo). (p. 512)

A investigação moderna sobre a criatividade tem as suas origens em 1950, quando J. P. Guilford (1950), no seu discurso presidencial, chamou a atenção da Associação Americana de Psicologia para se concentrar nesta área.

A criatividade inclui duas dimensões. A noção de novidade considera-a um fenómeno do quotidiano e assume que qualquer pessoa pode ser criativa. É essencial que cada pessoa contribua com criatividade para o ambiente dos negócios, mas esta noção também considera que todos devem estar envolvidos em processos criativos. A segunda dimensão, relacionada com a noção de utilidade, refere-se aos métodos materiais ou práticos de avaliação da utilidade de novas ideias (Shalley et al., 2004).

A criatividade envolve dois princípios: encontrar problemas e resolver problemas. Isto é essencial porque a criatividade é capaz não só de gerar novas ideias ou de aumentar a eficiência, mas também de resolver problemas complexos (DiLiello & Houghton, 2008). Além disso, compreender a criatividade é importante porque ela é extremamente relevante para nós reconhecermos a indústria que carrega o seu nome: a indústria criativa.

2.2. INDÚSTRIAS CRIATIVAS E O CRESCIMENTO DO SETOR CRIATIVO

A década de 1990, especialmente na Austrália e no Reino Unido, viu as origens do conceito de economia criativa, levando à introdução e utilização do termo “indústrias criativas” nos círculos de desenvolvimento de políticas. De acordo com o Departamento de Cultura, Média e Desporto do governo do Reino Unido, “as indústrias criativas são as indústrias que têm a sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais, que

têm o potencial de criar emprego e riqueza através da geração e exploração da propriedade intelectual” (Department for Culture, Media and Sport, 2001, p. 5).

Em muitas regiões, o setor criativo está a crescer rapidamente. A economia criativa e as indústrias criativas mantêm várias qualidades úteis do ponto de vista do desenvolvimento local, nomeadamente o seu potencial para o desenvolvimento social e a inclusão de toda a comunidade. Desta forma, as indústrias criativas são, mais do que nunca, um contributo fundamental para as empresas e as autoridades públicas divulgarem o seu território.

Hoje em dia, como refere o site da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021), “a economia criativa também ganhou uma tração significativa como alavanca para o desenvolvimento sustentável local, particularmente nas últimas duas décadas” (para. 6). O potencial da economia criativa para o desenvolvimento sustentável tem crescido ao longo dos anos, incluindo aspetos da agenda de políticas públicas, como o crescimento económico, educação e competências, inclusão social, transição ecológica, inovação social e cidadania (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021).

2.3. INOVAÇÃO SOCIAL: CONVOCAR A CRIATIVIDADE E AS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

A crise da COVID-19 agravou os contextos sociais complexos, económicos e ambientais com os quais o mundo já estava a ser confrontado. O conceito de inovação social surge como um novo meio para abordar estas questões, funcionando como uma solução sustentável (Howaldt et al., 2015, p. 29). Ao utilizar estratégias sustentáveis e abordagens inovadoras, ajudamos a preservar a paisagem como património cultural (Lekic & Milovanovic, 2018).

O conceito de inovação social é comumente referido como “novas ideias que funcionam no cumprimento dos objetivos sociais” (Mulgan et al., 2007, p. 8). Esta é uma ampla definição do termo. Mulgan et al. (2007) referem-se também à inovação social como “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos através de organizações cujos principais fins são sociais” (p. 8).

Nicholls et al. (2015) apontam duas conceptualizações interligadas de inovação social. Segundo eles, a primeira está relacionada com as mudanças nas relações sociais, focando-se em reajustar as disparidades de poder criadas pelas desigualdades económicas na sociedade (Mehmood & Parra, 2013). A segunda conceptualização apresenta a inovação social como resposta às falhas do mercado social na prestação de bens públicos vitais (Nicholls et al., 2015).

Além disso, Manzini (2014) desvenda o conceito de inovação e enfatiza:

a Inovação Social é um processo de mudança que emerge da conjugação criativa dos ativos existentes (do capital social ao património histórico, do artesanato tradicional à tecnologia avançada acessível), o objetivo é alcançar objetivos socialmente reconhecidos de uma nova forma. (p. 57)

Aqui, a criatividade na inovação social é avançada como um fator crucial na criação de ideias inovadoras.

2.4. EMPoderAR COMUNIDADES LOCAIS: UTILIZAR ELEMENTOS DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS EM PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Outro conceito aparece quando descrevemos os conceitos referidos anteriormente: o de empoderamento. O empoderamento pode ser visto como um resultado de processos que visam desfazer construções sociais negativas para que as pessoas, neste caso, os residentes, possam entender como podem influenciar o seu meio envolvente. Rappaport (1987) descreve o empoderamento como “um processo, um mecanismo pelo qual as pessoas, organizações e comunidades ganham domínio sobre os seus assuntos” (p. 122). O empoderamento pode ser dividido em vários tipos: psicológico, social, político, económico e ambiental (Strzelecka et al., 2017).

O empoderamento é essencial e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade. Através dele, as pessoas obtêm a capacidade de se tornarem mais conscientes dos seus interesses, tendo a possibilidade de fazer parte da discussão. Neste caso, as comunidades locais, muitas vezes negligenciadas e que geralmente ficam fora do processo de tomada de decisão, ganham voz (Strzelecka et al., 2017).

Quando postos em prática, todos os conceitos referidos acima podem ajudar a empoderar as comunidades locais e levar as identidades locais a colidir com fluxos globais, trazendo consigo o conceito de “glocal”.

2.5. “GLOCAL” COMO UM ESPAÇO HÍBRIDO PARA EMPURRAR LIMITES

A interação entre fluxos culturais globais com ambientes locais resulta no termo “glocal”. De acordo com o *The Oxford Dictionary of New Words* (Dicionário Oxford de Palavras Novas; 1991, como citado em Robertson, 1995), o termo “glocal” e o substantivo do processo “glocalização” são:

formados pelo uso de global e local para fazer uma mistura de ambos; a ideia é inspirada no *dochakuka* japonês (derivado de *dochaku* “vivendo em terras próprias”), originalmente o princípio agrícola de adaptar as técnicas agrícolas às condições locais, mas também adotado em japonês para a localização global, uma perspetiva global adaptada às condições locais. Mais especificamente, os termos “glocal” e “glocalização” tornaram-se aspetos do jargão de negócios durante a década de 1980. Por esta altura já se tornou (...) “um dos principais termos em voga do marketing do início dos anos noventa”. (p. 28)

Diferentes influências interligam-se com a aplicação de conceitos globais ao território cultural local, criando espaço para algo novo, subversivo, criativo e inovador. Seguindo esta linha de pensamento, a Adiram, com o projeto *Aldeias de Montanha*, criou projetos de inovação social que combinam aspetos locais e globais. Desta forma, estes

projetos ajudam a alimentar e desenvolver os territórios culturais e as comunidades da Serra da Estrela e da Serra da Gardunha.

Estes projetos mantêm as tradições e a identidade das aldeias, mas utilizam-nas e praticam-nas com a ajuda de fontes globalizadas e tecnológicas. Esta conexão cria um espaço híbrido na junção de um ambiente local com influências globais. Um espaço híbrido que impulsiona os limites cria mudança e abre novos espaços para o desenvolvimento social e económico das comunidades locais.

3. METODOLOGIA: JUNTAR A PRÁTICA COM A TEORIA

Para criar este artigo, com base nos estudos de caso da Adiram e do projeto *Aldeias de Montanha*, foram utilizados dados qualitativos. O artigo centra-se na descrição das atividades que foram desenvolvidas por uma das autoras na Adiram e no trabalho e projetos da associação, incluindo a criação de projetos de inovação social que convocam elementos das indústrias criativas para desenvolver os territórios e comunidades locais das Aldeias de Montanha.

Para melhor abordar o problema, a autora desenvolveu trabalho profissional e de campo na Adiram. A sua experiência profissional começou no dia 15 de fevereiro de 2021 e terminou no dia 11 de junho de 2021, enquanto fazia o seu estágio curricular na associação. Durante o tempo que passou na Adiram, desenvolveu várias tarefas, tais como a criação de bases de dados, gestão de redes sociais, tradução e revisão de textos, e trabalho de campo, principalmente através de *press trips*. Para além disso, ajudou a criar um questionário para o *Projeto Queijeiras*, que será apresentado de seguida. Teve ainda a possibilidade de trabalhar com o projeto *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha* que será analisado em algumas das seguintes secções e subsecções.

Além disso, usou pesquisa teórica para enquadrar a sua experiência profissional na Adiram e abordar melhor as questões estabelecidas ao longo do trabalho. Em termos de investigação bibliográfica, foram usados especialmente Google, Scielo, EBSCO, livros e documentos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e da biblioteca do Centro de Estudos Interculturais.

A experiência profissional alcançada na associação, o trabalho de campo nas Aldeias de Montanha, e o contacto com profissionais e comunidades locais complementadas com a investigação académica desenvolvida levaram às descrições feitas neste artigo.

3.1. ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REDE DAS ALDEIAS DE MONTANHA

O primeiro passo para a criação de uma rede de desenvolvimento do território das Aldeias de Montanha foi dado no dia 22 de abril de 2012. A Adiram foi criada e registada no cartório notarial de Seia (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, 2012). A sede da associação situa-se atualmente no Centro de Interpretação da Serra da Estrela.

O principal objetivo da Adiram é promover o desenvolvimento integrado e turístico da rede Aldeias de Montanha como marca que agrega o potencial turístico da região da Serra da Estrela e Serra da Gardunha através da sustentabilidade, inovação e criatividade.

3.2. PROJETO ALDEIAS DE MONTANHA

Na sequência da criação da Adiram, o projeto *Aldeias de Montanha* foi criado para valorizar as características endógenas únicas da Serra da Estrela e da Serra da Gardunha. As Aldeias de Montanha são um grupo de aldeias localizadas no centro de Portugal, no âmbito do Turismo Centro de Portugal, entre o Parque Natural da Serra da Estrela e a Paisagem Protegida da Serra da Gardunha.

Estas Aldeias de Montanha estão distribuídas por nove concelhos: Covilhã, Seia, Guarda, Manteigas, Celorico da Beira, Oliveira do Hospital, Gouveia, Fundão e Fornos de Algodres. O projeto combina três eixos: natureza, pessoas (tradição, cultura) e gastronomia.

O trabalho desenvolvido pela Adiram nos territórios das Aldeias de Montanha tem gerado emprego, mas também tem levado à afirmação destes territórios culturais como referência nacional, tanto em termos ambientais como sustentáveis (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, 2012).

4. ANÁLISE

A procura pelo desenvolvimento social, económico e cultural das Aldeias de Montanha levou à criação de projetos de inovação social para empoderar e desenvolver as comunidades das Aldeias de Montanha: o *Projeto Queijeiras* e o *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha* representam uma forma inovadora de transformar e regenerar os territórios analisados, construindo possibilidades e empoderando a comunidade local.

O primeiro projeto, *Projeto Queijeiras*, está relacionado com a capacitação da comunidade feminina das *Aldeias de Montanha* através do conhecimento tradicional, das artes e do artesanato. O segundo projeto, *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha*, está ligado ao empoderamento e desenvolvimento da comunidade através da criação de espaços de coworking, criando assim um novo tipo de visitante, o nómada digital, mas também desenvolvendo atividades em que os membros das comunidades podem participar.

4.1. CAPACITAÇÃO E RECONHECIMENTO: O CASO ESPECÍFICO DO PROJETO QUEIJEIRAS

O *Projeto Queijeiras* alinha a estratégia de inovação e empreendedorismo do plano de ação da rede das Aldeias de Montanha, integrado com o *Experimentation Villages of Knowledge Hub* (Vilas Experimentais do Centro de Conhecimento) no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE iNature cofinanciada pelo Centro 2020. O

projeto foi lançado no dia 27 de março de 2021. As queijeiras da Serra da Estrela são responsáveis por um dos mais tradicionais e procurados produtos da região: o queijo (<https://queijeiras.pt/>). Assim, desempenham um papel importante no desenvolvimento social, cultural e económico daquele território.

No entanto, hoje em dia, e em todos os setores da sociedade, algumas mulheres ainda não recebem o reconhecimento pessoal e profissional que deveriam, apesar do seu papel único e fundamental. Isto tem acontecido com as mulheres queijeiras há vários anos. Estas mulheres merecem um papel protagonista nesta história de sucesso. Assim, para valorizar a sua arte e conhecimento, foi tomada a decisão de desenvolver um projeto especial para reconhecer o trabalho destas extraordinárias mulheres que são responsáveis por este produto reconhecido globalmente.

Como refere o site Queijeiras:

este é um projeto para mulheres, realizado por mulheres. Vai beneficiar (pelo menos) 40 queijeiras de 9 municípios, mas temos a ambição de aumentar este número. O projeto *Queijeiras* surge para homenagear estas mulheres e contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. (Queijeiras, s.d.-d, para. 5)

O caminho escolhido para criar o projeto consiste em três etapas. A primeira corresponde ao desenho de uma capa de burel exclusiva, que representa a ousadia da inovação. A segunda envolve a produção de conteúdos, a criação de um livro para celebrar a tradição. Finalmente, a última inclui a formação de *soft skills* para permitir a partilha de conhecimentos.

4.1.1. HOMENAGEM ATRAVÉS DO DESIGN: A CAPA DE BUREL

Como parte das indústrias culturais e criativas, o design traz reconhecimento às mulheres queijeiras. O primeiro passo foi o desenho de uma capa pela designer Sandra Pinho.

O design criativo é expresso de várias formas através da criação de itens decorativos únicos. Os produtos de design são geralmente estéticos, mas também cumprem uma função baseada em conceitos e especificações. Os desenhos criativos enquadram-se na categoria “criações funcionais” que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento definiu para as indústrias criativas (United Nations Conference on Trade and Development & United Nations Development Programme, 2010):

é o resultado da criatividade expressa como uma atividade económica baseada no conhecimento, que produz bens ou serviços com conteúdo criativo, valor cultural e económico e objetivos de mercado. Como tal, a indústria do design faz parte da economia criativa, uma vez que se posiciona entre os componentes artesanais, de fabrico e de serviços da cadeia de valor, interagindo com a tecnologia e qualificando-se para os direitos de Propriedade Intelectual. Como obra artística, o design está associado aos direitos de autor e especificamente aos “direitos de design”, embora a delimitação entre

a expressão artística e o fabrico industrial não seja evidente. É certo que, sem o design, a maioria dos bens e serviços não existiria ou deixaria de ser diferenciada no mercado. (pp. 155–156)

A inspiração para o desenho da capa de burel veio dos valores e identidade das queijeiras, levando à criação de uma capa feita de burel, outro dos produtos nobres do território da Serra da Estrela, uma peça de design exclusiva produzida com o apoio da Burel Factory. O burel também tem o poder de dar voz às minorias. Numa entrevista escrita feita ao representante da fábrica de Burel, Romeu Lebres afirmou que o burel “sempre representou uma minoria: uma cultura de uma região do interior do país que, até agora, estava privada de uma voz”. Agora, com a associação da fábrica de burel com o *Projeto Queijeiras*, pode dar voz a estas mulheres trabalhadoras e talentosas.

A capa chama-se “queijeira”, e foi inspirada no círculo, a forma simples do queijo. A criatividade está representada na forma da capa e na sua cor. A capa pode ser comprada em cores diferentes. Cada um representa uma expressão de personalidade e está associada a um atributo diferente: da serenidade à força, da sabedoria à determinação, cada queijeira é única (Queijeiras, s.d.-a). As vendas da capa fornecerão ferramentas para empoderar as mulheres queijeiras pessoal e profissionalmente.

4.1.2. CRIAR UM PÚBLICO MAIS ABRANGENTE: TELEVISÃO COMO MEIO DE DIVULGAÇÃO

A televisão tem sido usada para divulgar o *Projeto Queijeiras*. Curiosamente, duas das novelas que foram recentemente transmitidas nos canais de televisão nacionais TVI e SIC (*A Serra* e *Bem Me Quer*) foram gravadas na região da Serra da Estrela.

De acordo com a entrevista escrita feita à SP Televisão em 2021, “a escolha do local para filmar telenovela foi uma decisão que a SIC tomou meses antes do primeiro confinamento, claramente impulsionada pela beleza única da Serra da Estrela, transversal a todas as temporadas do ano”.

As novelas destacam a cultura e tradições locais da Serra da Estrela. A figura da queijeira é notoriamente central. As protagonistas femininas de ambas as novelas são mulheres queijeiras, o que é extremamente importante para o reconhecimento desta profissão. Na novela da SIC, *A Serra*, a produção de burel, o material que é utilizado nas capas do *Projeto Queijeiras*, também é destacada através de uma fábrica de burel, onde alguns dos membros da comunidade trabalham.

Esta interação entre ficção e realidade tem beneficiado ambas as partes. Por um lado, a telenovela, os canais de televisão e o produtor ganham com as filmagens num lugar de paisagens e tradições tão ricas, acrescentando dinamismo à história e expandindo as possibilidades de desdobrar a trama. Por outro lado, os produtos e o turismo da região ganham mais visibilidade enquanto a telenovela é exibida. É uma situação em que todos ficam a ganhar.

Neste caso, o campo audiovisual das indústrias criativas está representado através da televisão. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development & United Nations Development Programme, 2010):

os audiovisuais são um dos subgrupos mais complexos, politicamente sensíveis e subestimados entre as indústrias criativas, bem como um dos motores da economia criativa (...). A televisão está entre as indústrias criativas mais populares, numa fase de mudanças tecnológicas do analógico para o sistema digital e das estações terrestres para as estações de cabo satélite. (pp. 149–151)

No dia 9 de julho de 2021, para celebrar a ocasião do 100.º episódio da telenovela *A Serra*, o programa de televisão da SIC *Casa Feliz*, apresentado por Diana Chaves e João Baião, decidiu transmitir o que melhor caracteriza a Serra da Estrela e as suas comunidades: pastores, cozinheiros e algumas das mulheres produtoras de queijo e organizadoras do *Projeto Queijeiras* foram convidadas, nomeadamente a secretária executiva da Adiram e coordenadora do *Aldeias de Montanha*, Célia Gonçalves e três queijeiras, Graciete Marques, Célia Silva e Paula Lameiras, que participaram no programa de divulgação do projeto inovador, bem como das capas em homenagem às queijeiras. No final do programa, a apresentadora Diana Chaves foi convidada para ser uma das embaixadoras do projeto.

No dia 22 de agosto de 2021, no programa da TVI *Somos Portugal*, filmado em Oliveira do Hospital, o *Projeto Queijeiras* também esteve em exposição. As queijeiras Paula Lameiras, Judite Pinto e Vera Moura, e as apresentadoras Mónica Jardim (outra embaixadora do projeto) e João Montez apresentaram o projeto e as magníficas capas de burel.

Esta visibilidade criada pelo campo audiovisual das indústrias criativas, neste caso específico da televisão, funciona como um meio extraordinário de divulgação do projeto. Desta forma, constrói novas possibilidades de expansão do projeto chamando a atenção de um público maior.

4.1.3. PERPETUAR HISTÓRIA E TRADIÇÕES: A CRIAÇÃO DAS GUARDIÃS DA MONTANHA

O livro *As Histórias das Guardiãs da Montanha* foi criado para perpetuar a história e tradições das mulheres queijeiras. Esta é também uma forma poderosa de preservar o projeto e o testemunho, a história, as tradições e o conhecimento destas mulheres, para que as gerações futuras nunca esqueçam o seu *know-how*.

Mais uma vez, as indústrias criativas são empregues aqui, neste caso através de um livro e do uso de narrativas. Trata-se de reconhecimento, mas também de empoderamento. Através do livro será possível valorizar essa arte e perpetuar séculos de *know-how* materializados num produto ao qual ninguém ficará indiferente (Queijeiras, s.d.-c).

Antes do lançamento do livro era importante encontrar uma maneira de conhecer estas mulheres extraordinárias. Assim, uma forma simples de começar foi criando um questionário que elas pudessem preencher com as suas informações pessoais. Antes

de as autoras do livro começarem a entrevistar as queijeiras, foi muito útil conhecer um pouco mais sobre estas mulheres inspiradoras através de um questionário sobre elas e o seu trabalho.

Através das respostas dos questionários foi possível compreender que estas mulheres vivem vidas simples e gostam muito do seu trabalho. No entanto, reconhecem que o mesmo não é devidamente reconhecido. O facto de tantas mulheres queijeiras já terem aceiteado o desafio de participar no projeto revela que sentem que isso ajudará a empoderar não só o seu trabalho, mas também a si próprias.

O objetivo de oferecer um curso de empreendedorismo às mulheres envolvidas no projeto é uma forma extraordinária de empoderar pessoalmente e profissionalmente estas mulheres. Como o site do projeto afirma:

um curso como este é uma alavanca preciosa para estas mulheres se aperceberem do seu enorme poder e valor pessoal e profissional. Como guardiãs da sabedoria ancestral, poderão incorporar no seu dia-a-dia mais criatividade, inovação e capacidade de realizar os seus sonhos e ambições.
(Queijeiras, s.d.-b, para. 2)

A oportunidade de adquirir novas competências de liderança e gestão é fundamental para empoderar estas mulheres. Não há dúvida de que este é um projeto dinâmico que liga conhecimento e sabores ao design, moda e empoderamento feminino (Rolo, 2021).

4.2. ESPAÇOS DE COWORKING PARA EMPODERAR COMUNIDADES E ATRAIR NÓMADAS DIGITAIS

A narrativa do teletrabalho rural, ou a ideia “de que as tecnologias da informação possibilitam viver e trabalhar num ambiente mais saudável e tranquilo, em vez de em cidades movimentadas e sobrevalorizadas” foi revitalizada pela crise da COVID-19 (Clark, 2000, como citado em Berbegal-Mirabent, 2021, p. 2).

Durante a última década, a adoção de práticas verdes por parte das empresas e dos indivíduos conduziu à busca por uma vida e um trabalho mais sustentáveis. Neste contexto, houve um aumento na criação de espaços de escritório partilhados em todo o mundo. Tais espaços são geralmente mencionados como espaços de coworking. Como salienta Berbegal-Mirabent (2021), “trata-se de ambientes colaborativos que se sabe alimentarem a inovação e a criatividade” (p. 1). Spinuzzi (2012) chama a esta nova tendência de “trabalhar sozinhos em conjunto”.

Os espaços de coworking pertencem à vasta categoria de “terceiro lugar”, como espaços ou bibliotecas, pontos de acesso público digital, pequenas exposições, espaços de performance artística, cafés e restaurantes, especialmente em edifícios de habitação única com espaço interior maior (Oldenburg, 1989). Além disso, estes espaços permitem a realização de um amplo espectro de atividades que incluem a receção de trabalhadores para fazer teletrabalho ou reuniões de negócios e diversas atividades culturais, tais como atividades escolares criativas, residências artísticas, exposições de arte, performances musicais ao vivo. Embora o principal objetivo dos espaços de coworking seja atrair nómadas digitais, as atividades acima mencionadas vão ao encontro das

expectativas das autoridades locais que também consideram os esses espaços como centros criativos, económicos e de desenvolvimento social.

4.2.1. OS EFEITOS DA COVID-19: NOVAS OPORTUNIDADES PARA ESPAÇOS DE COWORKING

A pandemia da COVID-19 e as medidas de confinamento implementadas pela primeira vez na primavera de 2020 levaram a uma explosão de serviços digitais e de trabalho remoto (ou teletrabalho), o que aumentou indiretamente a atratividade do campo e do mundo rural. Trabalhadores de todo o mundo foram obrigados a trabalhar a partir de casa e todos os locais públicos fecharam. Nesta altura, o futuro dos espaços de coworking não era muito brilhante. No entanto, quando o mundo começou a adaptar-se à situação global da pandemia, surgiram novas oportunidades para os espaços de coworking rural.

Hoje em dia, a tendência de espaços de coworking inclui a sua difusão generalizada para comunidades rurais e pequenas cidades, alterando assim a perceção de longa data de que eram um fenómeno urbano (Moriset, 2014).

Esta mudança resultou principalmente da situação pandémica em que vivemos e da facilidade de ligação através da internet no mundo profissional. O espaço físico já não é uma restrição. Por esta razão, cada vez mais pessoas que são obrigadas a fazer trabalho remoto online procuram uma melhor qualidade de vida que envolva afastar-se dos grandes centros urbanos, à procura de um maior contacto com a natureza (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, 2020).

Tomaz et al. (2021) salientam que:

é previsível que o trabalho remoto permaneça a um nível bastante elevado, uma vez que vários trabalhadores experimentaram os benefícios de trabalhar fora das grandes áreas urbanas durante o período da COVID-19, e muitas empresas estão a repensar os acordos de trabalho para reduzir os custos imobiliários. (p. 12)

Consequentemente, é importante continuar a implementar espaços de coworking, uma vez que o número de nómadas digitais também deverá crescer nos próximos anos (Tomaz et al., 2021).

4.2.2. PROJETO ESPAÇOS COOPERATIVA COWORKS @ALDEIAS DE MONTANHA

O *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha* é uma forma inovadora de criar uma oferta dinâmica, ativando assim a experiência da aldeia onde estão situados.

O projeto estabeleceu a criação de vários espaços de coworking nos territórios das Aldeias de Montanha. Atualmente, foram designados oito espaços nas Aldeias de Montanha: Alvoco das Várzeas, Videmonte, Alpedrinha, Lapa dos Dinheiros, Cortes do Meio, Folgoso, Rapa, Algodres. Alguns já foram aprovados e estão agora abertos, outros ainda estão a ser submetidos a procedimentos, processos de execução ou à espera de aprovação.

Como o documento *Aldeias de Montanha-Cowork* da Adiram (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha, 2020) salienta:

utilizando recursos regionais, como o trabalho do artesão, ou a peça de artesanato produzida na região, ou reutilização de objetos em fim de vida, reciclando-os ou restaurando-os, faz deste um projeto que conta com uma forte componente ecológica, importando conceitos como o eco-design e a economia circular. Estes são espaços que têm a sua própria identidade. São espaços criativos para empreendedores e criativos que procuram uma vida melhor, uma vida mais tranquila, sem perder produtividade e relações com outros pares, com quem podem trocar ideias e experiências. São espaços de cooperação e interação. (p. 2)

Nesta descrição, o local e o global interagem através das indústrias criativas. Há um uso arquitetónico e paisagístico completo dos espaços de coworking. O design da sala e os elementos são retirados da cultura da comunidade local. Há uma mudança das práticas culturais para uma perspetiva mais ampla da tecnologia e da globalização.

O primeiro passo é renovar as casas características da cultura local anteriormente abandonadas ou sem uso. Estas são decoradas com produtos tradicionais característicos da cultura local.

Esta decoração tradicional é combinada com todas as conveniências da globalização, por exemplo, acesso à internet, impressoras, entre outras, apelando assim a outras áreas económicas. Isso cria uma ligação entre o local e o global, que se intensifica através da divulgação destes espaços em sites e redes sociais, possibilitando a atração de pessoas de todo o mundo.

O projeto potencia o conceito de cooperação e colaboração num espaço comum e partilhado que permite interação e intercâmbio de ideias e experiências. Por outras palavras, procura oferecer aos seus utilizadores a oportunidade de trabalharem num espaço inovador, inspirador e invulgar.

5. CONCLUSÕES

Em contextos de mudança social como a que vivemos causada pela crise da pandemia da COVID-19 é importante criar práticas que nos permitam adaptar-nos a novas situações que possam surgir. Para fazer transições e construir novas possibilidades de reinterpretação das novas realidades é importante desenvolver projetos como os descritos neste artigo. Os projetos *Projeto Queijeiras* e *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha* criam novos laços para empoderar as comunidades das Aldeias de Montanha numa altura em que, mais do que nunca, as desigualdades das populações mais marginalizadas devem ser abordadas para que essas partes da população não sejam esquecidas no mundo globalizado. Assim, tais projetos levam as comunidades locais a passar do local para o global sem serem forçadas a abandonar o seu legado histórico. Ademais conduzem à preservação das tradições e à sua reinterpretação, revelando a importância

de as transformar numa história do futuro. Assim, quando se procuram formas de desenvolver uma região é importante ouvir cada um dos seus territórios culturais. No geral, acabamos por descobrir que cada região tem um património cultural, social e económico muito rico para oferecer.

Neste caso específico, os territórios das Aldeias de Montanha, localizados na Serra da Estrela e na Serra da Gardunha, são territórios culturais com um enorme potencial criativo e cultural presente na sua história e nas suas tradições. A Adiram, com o projeto *Aldeias de Montanha*, tem alavancado este potencial e tem desenvolvido vários projetos para empoderar estas comunidades, incluindo os projetos de inovação social analisados neste artigo: o *Projeto Queijeiras* e o *Espaços Cooperativa Coworks @Aldeias de Montanha*.

No caso do *Projeto Queijeiras*, a convocação das indústrias criativas leva ao empoderamento das mulheres queijeiras através da valorização das práticas tradicionais, nomeadamente a produção do queijo. Além disso, o desenho de uma capa de burel e a escrita de um livro criam oportunidades para homenagear estas mulheres incríveis e o seu precioso trabalho que cria um produto tão importante e tradicional na região, o queijo da Serra da Estrela.

No caso dos espaços de coworking, as indústrias criativas são convocadas através da arquitetura e decoração baseadas na identidade e cultura locais, o que se traduz na atração de nómadas digitais e, conseqüentemente, numa nova forma de turismo. O local e o global reúnem-se e estabelecem algo novo, algo subversivo que pode deixar uma marca positiva nos territórios das Aldeias de Montanha.

Para empoderar as comunidades locais estabelecidas nas Aldeias de Montanha, bem como outras no interior de Portugal, é cada vez mais necessário continuar a apoiar ideias e projetos como os acima mencionados. Desta forma será possível alterar as perspetivas sobre o futuro destas comunidades, dar-lhes a capacidade de reconhecer o seu verdadeiro valor e aumentar o seu interesse por procurar novas formas de desenvolver os seus territórios culturais. Do mesmo modo, tal pode ajudar a diminuir o êxodo rural visível no interior do país e estimular o desenvolvimento social e económico das suas comunidades.

Tradução: Ana Margarida Cruz Silva

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ana Margarida Cruz Silva foi responsável pela conceptualização, aquisição de financiamento, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, validação, visualização e por todo o processo de redação (redação do rascunho original e redação – revisão e edição). Clara Maria Laranjeira Sarmentos e Santos foi responsável pela supervisão.

REFERÊNCIAS

- Andriopoulos, C. A. (2000). *Mind stretching: A grounded theory for enhancing organizational creativity* [Tese de doutoramento, University of Strathclyde]. ETHOS. <https://doi.org/10.48730/a73r-5w10>
- Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha. (2012). *Aldeias de Montanha*. <http://www.cidadesglocais.org/ficheiros/file/ADIRAM.pdf>
- Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha. (2020). *Aldeias de Montanha-Cowork* [Manuscrito não publicado].
- Beregal-Mirabent, J. (2021). What do we know about co-working spaces? Trends and challenges ahead. *Sustainability*, 13(3), 1–30. <https://doi.org/10.3390/su13031416>
- Cropley, A. J. (2011). Definitions of creativity. In M. A. Runco & S. R. Pritzker (Eds.), *Encyclopedia of creativity* (pp. 511–524). Academic Press.
- Department for Culture, Media and Sport. (2001). *Creative industries mapping documents 2001*. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/183544/2001part1-foreword2001.pdf
- DiLiello, T. C., & Houghton, J. D. (2008). Creative potential and practiced creativity: Identifying untapped creativity in organizations. *Creative and Innovation Management*, 17(1), 37–46. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8691.2007.00464.x>
- Guilford, J. P. (1950). Creativity. *American Psychologist*, 5(9), 444–454. <https://doi.org/10.1037/h0063487>
- Howaldt, J., Kopp, R., & Schwarz, M. (2015). Social innovations as drivers of social change — Exploring tarde’s contribution to social innovation theory building. In A. Nicholls, J. Simon, & M. Gabriel (Eds.), *New frontiers in social innovation research* (pp. 29–51). Palgrave Macmillan.
- Lekic, O., & Milovanovic, A. (2018). Sustainability of rural areas — Exploring values, challenges and socio-cultural role. In A. Fikfak, S. Kosanovic, M. Konjar, & E. Anguillari (Eds.), *Sustainability and resilience – Socio-spatial perspective* (pp. 171–184). TU Delft Open.
- Manzini, E. (2014). Making things happen: Social innovation and design. *Design Issues*, 30(1), 57–66. https://doi.org/10.1162/DESI_a_00248
- Mehmood, A., & Parra, C. (2013). Social innovation in an unsustainable world. In F. Moulaert, D. MacCallum, A. Mehmood, & A. Hamdouch (Eds.), *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research* (pp. 53–66). Edward Elgar Publishing.
- Moriset, B. (2014, 23–25 de janeiro). *Building new places of the creative economy. The rise of coworking spaces* [Apresentação de comunicação]. Second Geography of Innovation International Conference 2014, Utrecht, Netherlands. <https://doi.org/10.4000/tem.3868>
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). *Social innovation: What it is, why it matters, how it can be accelerated*. The Young Foundation. <https://www.youngfoundation.org/publications/social-innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated/>
- Nicholls, A., Simon, J., & Gabriel, M. (2015). *New frontiers in social innovation research*. Springer Nature.
- Oldenburg, R. (1989). *The great good place: Cafés, coffee shops, community centers, beauty parlors, general stores, bars, hangouts, and how they get you through the day*. Paragon House Publishers.
- Queijeiras. (s.d.-a). *Capa*. <https://queijeiras.pt/capa/>

- Queijeiras. (s.d.-b). *Curso de empoderamento feminino*. <https://queijeiras.pt/resultados/>
- Queijeiras. (s.d.-c). *Livro*. <https://queijeiras.pt/livro/>
- Queijeiras. (s.d.-d). *Projeto*. <https://queijeiras.pt/projeto/>
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121–148. <https://doi.org/10.1007/BF00919275>
- Robertson, R. (1995) Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. In M. Featherstone, S. Lash, & R. Robertson (Eds.), *Global modernities* (pp. 25–44). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446250563.n2>
- Rolo, J. F. (2021). *Parceiros*. <https://queijeiras.pt/parceiros/>
- Runco, M. A., & Sakamoto, S. O. (1999). Experimental studies of creativity. In R. J. Sternberg (Ed.), *Handbook of creativity* (pp. 62–92). Cambridge University Press.
- Shalley, C. E., Zhou, J., & Oldham, G. R. (2004). The effects of personal and contextual characteristics on creativity: Where should we go from here? *Journal of Management*, 30(6), 933–958. <https://doi.org/10.1016/j.jm.2004.06.007>
- Spinuzzi, C. (2012). Working alone together: Coworking as emergent collaborative activity. *Journal of Business and Technical Communication*, 26(4), 399–441. <https://doi.org/10.1177/1050651912444070>
- Strzelecka, M., Boley, B. B., & Strzelecka, C. (2017). Empowerment and resident support for tourism in rural Central and Eastern Europe (CEE): The case of Pomerania, Poland. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(4) 554–572. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1224891>
- Tomaz, E., Moriset, B., & Teller, J. (2021). Rural coworking spaces in the covid-19 era: A window of opportunity? In I. Mariotti, P. Bednar, & M. Di Marino (Eds.), *The covid-19 pandemic and the future of working spaces* (pp. 1–14). Routledge.
- United Nations Conference on Trade and Development & United Nations Development Programme. (2010). *Creative economy report 2010: Creative economy: A feasible development option*. United Nations. https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2021). *Cutting Edge / The creative economy: Moving in from the sidelines*. <https://en.unesco.org/news/cutting-edge-creative-economy-moving-sidelines>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Margarida Cruz Silva é licenciada em línguas modernas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e concluiu o mestrado em estudos interculturais para negócios, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto em 2021. No mesmo ano iniciou a investigação no Centro de Estudos Interculturais, como bolsista de iniciação, tendo depois alargado as suas funções a investigadora júnior. Atualmente colabora com o projeto *StreetArtCEI*, o projeto *Enging* e o projeto *Augmented Assessment*. Os seus interesses de investigação envolvem a arte urbana, as indústrias culturais e criativas, bem como inovação social e sustentável e o empreendedorismo sociocultural.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2022-0230>

Email: anacs1998@hotmail.com

Morada: Rua Jaime Lopes Amorim, s/n, 4465-004 São Mamede de Infesta, Centro de Estudos Interculturais, Gabinete 333

Clara Maria Laranjeira Sarmento e Santos tem agregação em estudos culturais pela Universidade de Aveiro, é doutorada em cultura portuguesa, mestre em estudos anglo-americanos e tem licenciatura em estudos português-inglês pela Universidade do Porto. Fundou e é a atual diretora do Centro de Estudos Interculturais no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Recebeu vários prémios e é autora de várias publicações nacionais e internacionais sobre cultura e literatura portuguesa e anglo-americana, estudos culturais e interculturais, etnografia, feminismo e estudos de género.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7010-2908>

Email: clarasarmiento@gmail.com

Morada: Rua Jaime Lopes Amorim, s/n, 4465-004 São Mamede de Infesta, Centro de Estudos Interculturais, Gabinete 333

Submetido: 04/11/2021 | Aceite:12/01/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

“CADÊ O MUSEU?” REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS ESPAÇOS CULTURAIS E EDUCADORES SURDOS DE MUSEUS

Maria Izabel dos Santos Garcia

Divisão de Estudos e Pesquisas, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, Brasil

Rebeca Garcia Cabral

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil

Bruno Ramos da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação Bilíngue, Departamento de Ensino Superior, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Vivemos em um contexto histórico marcado por mudanças sociais e educacionais. Nesse novo cenário social, é cada vez mais necessário trabalhar as questões que dizem respeito à inclusão de grupos marginalizados. Os surdos vêm se organizando há anos por meio de associações e instituições com diferentes finalidades. A diversificação na forma em que os grupos de surdos se organizaram vem ganhando novas dimensões nos últimos anos e, atualmente, os museus e outros espaços culturais são locais que vêm sendo reivindicados por essa comunidade. Cada vez mais aumenta o número de educadores surdos em museus e visitas mediadas em língua de sinais. Com isso, novas estratégias são pensadas para uma efetiva mediação para o público surdo e, principalmente, para viabilizar a participação efetiva de crianças surdas em espaços culturais, de forma a apresentar a importância da inserção da educação artística nos ensinamentos fundamental e médio para crianças/adolescentes surdos. Contudo, a pandemia de COVID-19 representou um impacto nesses desenvolvimentos pelo fechamento dos museus e de outros espaços culturais no período de isolamento social. Este artigo se propõe a investigar como a pandemia gerou mudanças na dinâmica dos espaços culturais, especialmente no caso do Brasil, e como essas novas ações virtuais mobilizaram os educadores surdos de museus.

PALAVRAS-CHAVE

educadores surdos, museus, COVID-19, isolamento social, espaço virtual

“WHERE’S THE MUSEUM?” REFLECTIONS ON THE IMPACT OF THE PANDEMIC ON CULTURAL SPACES AND DEAF MUSEUM EDUCATORS

ABSTRACT

We live in a historical context marked by social and educational changes. In this new social scenario, it is increasingly necessary to work on issues that concern the inclusion of marginalized

groups. For years deaf people have organized themselves through associations and institutions with different purposes. The diversification in the way deaf groups organize themselves has gained new dimensions in recent years, and, currently, museums and other cultural spaces are places this community has claimed. The number of deaf educators in museums and visits mediated in sign language increases. With this, new strategies are designed for an effective mediation for the deaf public and, mainly, to enable the effective participation of deaf children in cultural spaces to demonstrate the importance of including artistic education in elementary and high schools for deaf children/teenagers. However, the COVID-19 pandemic has impacted these developments by closing museums and other cultural spaces during the period of social isolation. This article aims to investigate how the pandemic generated changes in the dynamics of cultural spaces, especially in the case of Brazil, and how new virtual actions mobilized deaf museum educators.

KEYWORDS

deaf educators, museums, COVID-19, social isolation, virtual space

1. INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020, não imaginávamos a dimensão que alcançaria a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A pandemia se alastrava pelos países asiáticos e europeus, mas no Brasil víamos um clima de certa “tranquilidade” com a população descrente que isso chegaria a ser um grande problema. Afinal, já havia ocorrido o surto de H1N1 em 2009/2010. Tal pandemia, na época, não alterou a rotina brasileira de forma geral. Continuou-se saindo para trabalhar, estudar, praticar esportes e outras atividades de lazer. Não havia uso constante de máscaras ou álcool em gel. Apesar disso, é importante o reforço do grupo de pesquisadores liderados por Coutinho et al. (2021) que afirma:

o mundo já havia enfrentado uma pandemia e uma epidemia devido à infecção pelos coronavírus SARS-CoV e MERS-CoV, ambos de origem em reservatórios animais, do gênero *Betacoronavirus* e subgênero *Sarbecovirus*. A primeira, ocorrida entre 2002 e 2003, foi ocasionada pelo SARS-CoV, assim identificado por ter causado a SRAG (*severe acute respiratory syndrome* – SARS) em indivíduos infectados; a segunda, ocasionada pelo MERS-CoV, responsável pela síndrome respiratória do Oriente Médio (*Middle East respiratory syndrome* – MERS) no ano de 2011. Por fim, surgindo, no final de 2019, uma pandemia ocasionada por outro coronavírus, também relacionada a doenças respiratórias, com alta patogenicidade. (p. 2)

As variantes da gripe, portanto, são responsáveis por várias das pandemias já enfrentadas na história. Em particular, todas as pandemias do século XXI foram causadas por vírus gripais. Contudo, sempre é importante lembrar da gripe espanhola que foi a pandemia mais devastadora da história.

Quando a pandemia de influenza espanhola irrompeu, em 1918, a comunidade médica internacional viu-se diante de um grande mistério. Como explicar que uma moléstia tão ordinariamente branda pudesse provocar

tanta desordem e morte, como fazia por praticamente todo o mundo, no segundo semestre daquele ano? (Silveira, 2005, p. 92)

Analisando os impactos da COVID-19, parece até que vivemos um *déjà-vu* pandêmico da gripe espanhola. O brasileiro que costumava achar estranho asiáticos saindo de máscara durante as gripes aviária e suína, logo teve que se adaptar a uma nova rotina. No início era falado que só deveriam usar máscaras os que estivessem contaminados. Porém, logo se viu que todos deveriam adotar as medidas de proteção, fazer isolamento social e, em caso de extrema necessidade, confinamento.

Nesse meio caótico do ano de 2020, diversas medidas protetivas foram tomadas. Escolas e universidades tiveram seu funcionamento presencial interrompido e foram adotadas medidas de ensino remoto. Várias empresas também se adaptaram ao *home office* e algumas nem pretendem mais ter escritório físico. De certo modo, a pandemia impulsionou algumas mudanças que já começavam timidamente no Brasil. Mas entre seus impactos negativos, além do incalculável número de mortos e pessoas com sequelas respiratórias, está o fechamento de um dos maiores setores econômicos do país: o turismo.

O setor do turismo movimenta um número expressivo de trabalhadores no Brasil. Não só redes de hotéis, pousadas e hostels como também espaços gastronômicos (restaurantes, bares, quiosques na orla da praia, dentre outros) e atrativos culturais. Gurgel (2017) ressalta:

o turismo cultural vem atraindo cada vez mais o interesse de visitantes nacionais e internacionais que viajam pelo Brasil. O país, que já ocupa o 8º lugar em recursos culturais em um ranking de 141 países, possui mais de 3 mil museus em funcionamento em todos os estados brasileiros. Somente os administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), receberam em 2016 quase um milhão de visitantes. (para. 1)

Um dos mais famosos cartões-postais do Brasil, o Cristo Redentor, chega a receber quase 2.000.000 de turistas ao ano (Gandra, 2020). Dessa forma, a pandemia representou uma queda abrupta no setor do turismo de 36,7% (Alvarenga & Silveira, 2021). Esse fato somado à queda de outros setores principais da economia brasileira representou uma queda de 6,7% no produto interno bruto do país (Firjan, 2021). É a queda mais expressiva em anos.

Dessa forma, a pandemia de COVID-19 acarretou um impacto significativo também para os museus e outros espaços culturais¹. Com o fechamento do setor por ocasião do isolamento social, várias empresas culturais de menor porte não conseguiram resistir e acabaram falindo. Com isso, houve demissão de diversos funcionários (Balbi, 2020). Mesmo em grandes instituições, alguns museus demitiram praticamente todos funcionários de algum dos setores (os mais comuns eram limpeza e recepção), diminuindo assim custos. Nesse sentido, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) lançou

¹ Entende-se nesse artigo "outros espaços culturais" como sendo centros culturais, bibliotecas, teatros, cinematecas e outros espaços promotores de conhecimentos históricos, artísticos e científicos (como planetários e jardins botânicos).

um apelo, ainda em abril de 2020, para que os governantes fizessem um fundo-reserva para os museus (International Council of Museums, 2020b). Pouco tempo depois, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura também lançou uma declaração enfatizando a importância do período da COVID-19 para a salvaguarda documental (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2020).

Para além disso, a principal questão implicada era: como manter viva a instituição-museu para a manutenção de suas atividades durante o período de isolamento social? Pensando nessas questões, vários foram os museus que se organizaram em torno de atividades nas redes sociais. Porém, uma questão que se coloca é: tais atividades incluíram os educadores surdos de museus? É acerca dessa questão que refletiremos nesse artigo. Vale ressaltar que essa pesquisa encontra seu terreno no meio virtual, ou seja, foram analisadas as páginas em redes sociais dessas instituições e seus respectivos sites para saber se houve promoção de atividades acessíveis para surdos.

Para tal, levaremos em conta em nossa análise todos os museus e espaços culturais que possuam educadores surdos. Antes, contudo, é importante fazer uma breve contextualização sobre a importância da acessibilidade cultural e dos educadores surdos em museus.

2. CONTRAPONTO ENTRE O OLHAR MUSEOLÓGICO E A ACESSIBILIDADE DE SURDOS A ESPAÇOS CULTURAIS

"Nos museus, a surdez é julgada" (Ladd, 2003/2013, p. 2). Ao se deparar com essa frase, um museólogo é acometido de imediato por um imenso desconforto, porque a ideia é que o museu seja uma instituição acessível a diferentes públicos. Entretanto, a frase de Ladd (2003/2013) não está julgando os museus. Na realidade, ele a utiliza como uma metáfora para se compreender a relação dele com a língua de sinais. O museu nesse caso seria uma analogia à sociedade de forma geral. Em sua metáfora-museu, Ladd (2003/2013) apresenta a existência de dois prédios: o edifício majestoso à frente e o anexo que fica atrás. O prédio da frente possui diferentes tecnologias para se ouvir: "trombetas para ouvidos do século XVII, aparelhos auditivos do século XX, (...) num canto assinalado 'O Futuro' estão mais modelos, de operações cintilantes realizadas mesmo perto do cérebro" (Ladd, 2003/2013, p. 2). Os curadores do prédio da frente lacraram a porta do prédio de trás. Ladd (2003/2013), ao conseguir localizar uma brecha para o prédio de trás, descobre que em seu interior estavam quadros "que tinham sido todos virados para a parede. (...) Os quadros falavam de comunidades de todo mundo que vivenciavam a alegria da sua existência coletiva, um orgulho desafiador das suas línguas gestuais" (p. 3). Ladd (2003/2013) conclui que esse conteúdo deveria estar presente no prédio principal, intitulado de "Cultura Surda", e que o conteúdo do outro prédio deveria ser movido para o anexo, sob o nome de "Relíquias Coloniais".

Quando lemos essa metáfora com o olhar museológico, podemos notar que indiretamente Ladd (2003/2013) faz uso da expografia para organizar seu museu. O autor separa os itens desse museu em dois grupos distintos: um deles enxerga a surdez como

uma deficiência que deve ser consertada ("Relíquias Coloniais") e o outro enxerga o ser surdo como um indivíduo pertencente a um grupo social que possui elementos linguísticos e culturais próprios ("Cultura Surda"). As duas salas da metáfora-museu de Ladd (2003/2013) abordam coleções com o mesmo conceito/tema, porém narram ideologias e posições políticas distintas. Contudo, não podemos pensar na expografia de Ladd (2003/2013) sem antes falarmos sobre essa instituição: o museu. A nova definição de museus, proposta pelo ICOM (International Council of Museums, 2019), esclarece que:

os museus são espaços democratizadores, inclusivos e polifônicos para o diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles mantêm artefatos e espécimes em confiança da sociedade, salvaguardam diversas memórias para as gerações futuras e garantem direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todas as pessoas. (para. 2)

Pensando os museus como instituições inclusivas, Mairesse (2012) aponta que o termo "museu inclusivo" foi incorporado à "literatura museal, principalmente para evocar as relações entre o museu e os visitantes deficientes, mas também de modo mais geral, o conjunto de públicos excluídos do museu" (p. 35). Assim, a partir das provocações instigadas por Ladd (2003/2013), algumas questões que podemos indagar são: os museus oferecem condições para que o público surdo possa realizar visitas de forma autônoma? Que iniciativas são tomadas para fomentar visitas de público surdo? Quais são as adaptações necessárias na expografia dos museus para serem realmente acessíveis aos surdos? Em quais cargos dos museus estão presentes funcionários surdos? A mediação em língua de sinais é realizada por tradutores/intérpretes ouvintes ou por funcionários surdos?

Pensar a acessibilidade em museus pelo ponto de vista de alguém imerso em um grupo social marginalizado pode trazer à tona novas compreensões e possibilidades acerca desse tema. Porém, antes de entrar propriamente na questão da acessibilidade, é necessário entender algumas peculiaridades do grupo social do qual trataremos nesse artigo. Quando falamos a respeito desse grupo, é importante compreender que muitas vezes se usa o termo "deficiente auditivo" no lugar de "surdo". A respeito desse fato, Veiga-Neto e Lopes (2006, como citados em Strobel, 2008a) explicam que:

na relação com o ouvinte, o surdo foi ensinado a olhar-se e a narrar-se como um deficiente auditivo. A marca da deficiência determinou, durante a história dos surdos e da surdez, a condição de submissão ao normal ouvinte. Dessa história de submissão, criaram-se práticas corretivas derivadas de saberes que informam e classificam os sujeitos dentro de fases de desenvolvimento lingüístico, cronológico e de perda auditiva. (p. 80)

Contudo, o que se vê na história dos surdos é que o movimento de resistência contra o ouvintismo/audismo fez emergir muitos marcadores sociais dessa comunidade e o principal deles é se entenderem identitariamente como surdos e não deficientes

auditivos, uma vez que o termo “deficiente” está impregnado de um olhar patologizante da surdez (Garcia, 2011).

Sou surdo! O meu jeito de ser já marca a diferença! (...) Ser surdo, viver nas diferentes comunidades dos surdos, conhecer a cultura, a língua, a história e a representação que atua simbolicamente distinguindo a nós surdos e à “comunidade surda” é uma marcação para sustentar o tema em questão. (Miranda, 2001, como citado em Strobel, 2008a, p. 24)

Ao refletir sobre as culturas surdas, é possível contextualizar e compreender os principais anseios desse grupo social no que tange ao acesso a espaços culturais. Como ressaltado anteriormente, os surdos não se consideram pessoa com deficiência auditiva, mas sim como membros de uma comunidade linguística distinta. Assim, é importante que a abordagem com um visitante surdo seja diferente do contato com um visitante com deficiência auditiva.

É evidente que da mesma forma que surdos não querem ser tratados como pessoas com deficiência auditiva, o contrário também ocorre. Portanto, ao identificar um visitante com deficiência auditiva não é indicada a comunicação em sinais. Uma iniciativa de acessibilidade a esses públicos que podemos apontar é a do Instituto Smithsonian. Em seus museus e espaços culturais, para o atendimento de visitantes surdos ficam à disposição tradutores/intérpretes de língua de sinais e todos os vídeos possuem legendas — ainda que o ideal fosse uma janela em língua de sinais. Já para o atendimento de visitantes com deficiência auditiva se opta por aparatos de amplificação sonora (Sarraf, 2013). Inclusive, é importante ressaltar que visitantes com deficiência auditiva em sua grande maioria utilizam aparelhos auditivos e possuem um domínio maior da língua portuguesa escrita. No caso dos surdos, usuários da língua de sinais como L1, isto ocorre de forma diferente. Garcia (2017) aponta que:

em sua maioria, os surdos brasileiros são analfabetos [em língua portuguesa escrita] e, mesmo entre aqueles que possuem algum nível de escolaridade, é comum não possuírem proficiência na língua portuguesa. Muitos abandonaram precocemente a escola, mantêm difíceis relações familiares (no que tange à comunicação) e, por não possuírem qualificação profissional adequada às demandas do mercado atual, têm dificultado seu acesso ao mercado formal de trabalho. (p. 414)

Dessa forma, levando em consideração o acesso de surdos a museus, apesar de existirem textos em língua portuguesa que explicam detalhes das exposições, muitas vezes esses visitantes não conseguem apreender o que está sendo passado. Uma das pesquisadoras do presente artigo, em sua graduação em museologia, presenciou um fato curioso em uma visita de museu por ocasião de uma das disciplinas. O professor pediu aos estudantes que preenchessem um questionário sobre alguns aspectos gerais, dentre eles a expografia e acessibilidade. Muitos estudantes notaram que não havia acessibilidade para cadeirantes, uma vez que não havia elevador e muitos elementos

da exposição estavam em altura desproporcional a esse grupo; outros que não havia acessibilidade para cegos, pois não tinha audiodescrição, braille e piso tátil. Decerto que existiam essas dificuldades, mas existia também um elemento não mencionado e que gerou certa angústia à pesquisadora: onde está a mediação na língua brasileira de sinais (Libras)? Ao mencionar tal fato, automaticamente todos se deram conta que tinham esquecido os surdos e começaram a corrigir suas respostas. É compreensível essa questão. Afinal, cadeirantes e cegos são “identificáveis”, enquanto o surdo pode passar despercebido em uma multidão. E se mesmo a acessibilidade — aqui colocada de forma geral na sociedade — é negligenciada para diferenças “visíveis”, que dirá para as “não-visíveis”? Que voz a pessoa surda possui, se a sociedade como um todo nem sequer compreende sua língua?

Bourdieu e Darbel (1966/2007) apontam que a “frequência dos museus – que aumenta consideravelmente à medida que o nível de instrução é mais elevado – corresponde a um modo de ser, quase exclusivo, das classes cultas” (p. 37). Por conta das dificuldades educacionais que tangem aos surdos, não é preciso dizer que o acesso a museus sempre foi algo distante de sua realidade. Dessa forma, a preocupação com a acessibilidade a museus por surdos é algo relativamente recente, apesar de o “tema da democratização e do acesso aos bens culturais não [ser] novo; ao contrário, é tema antigo, que ao longo do tempo vem passando por sistemáticos processos de renovação dos pontos de vista conceitual, político, social, jurídico e tecnológico” (Chagas & Storino, 2012, p. VII). Aidar (2003) acrescenta que “a inclusão social em instituições culturais deve ser compreendida como um passo além do trabalho de desenvolvimento de públicos, buscando ampliar suas atribuições e implicações sociais ao provocar mudanças qualitativas no cotidiano dos grupos envolvidos” (p. 6).

Uzeda (2018) analisa que é necessário o “respaldo em diferentes campos do conhecimento, competências ligadas à arquitetura, às artes plásticas e cênicas e ao design (...) com o objetivo de emocionar os visitantes das exposições” (p. 61). Assim, a inclusão de surdos em museus também deve considerar sua forma peculiar de interagir com o mundo, através de seu código linguístico distinto. Não basta pensar em uma mera tradução para língua de sinais dos conteúdos trazidos nas exposições. É necessário pensar na linguagem da exposição: o que se quer passar ao visitante? A resposta a essa pergunta deve nortear a tradução em língua de sinais, pois — por se tratarem de línguas distintas — as palavras podem variar de significado.

3. A ATUAÇÃO DE EDUCADORES SURDOS EM MUSEUS

Alguns museus e centros culturais brasileiros começam lentamente a contratação de educadores surdos que, além de realizarem a mediação em língua de sinais, também promovem diferentes atividades para incluir as comunidades de surdos nesse ambiente. Podemos citar o trabalho realizado no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) pelo arte-educador surdo Leonardo Castilho. Membro da equipe do MAM/SP desde 2005, Castilho promove um grupo de trabalho chamado “Corposinalizante”

que “recebeu alguns prêmios, como o 1º lugar no Prêmio Darcy Ribeiro 2009 (IPHAN/MinC)” (Museu de Arte Moderna, 2019, para. 2).

Corposinlizante é um grupo de trabalho do Museu de Arte Moderna de São Paulo que pesquisa e produz arte, aberto a jovens surdos e ouvintes interessados na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Considerando a dimensão pública da arte e o constante interesse em inventar formas de comunicação, o grupo desenvolve projetos culturais, documentários, performances e intervenções poéticas que dão visibilidade à identidade surda e à cultura dos jovens. (Museu de Arte Moderna, 2019, para. 1)

Um dos autores do presente artigo tem experiência como educador surdo em museus e, ao longo dessa trajetória profissional em diferentes espaços culturais, percebeu a preocupação cada vez mais frequente em tornar museus locais acessíveis por parte das atuais gestões de museus brasileiros. Muitos deles ainda tateiam nessa questão com trabalhos extremamente restritos ao setor educativo. É importante ressaltar que todos os profissionais atuantes em um museu devem saber lidar com as especificidades que cada grupo social requer. Algo para além do setor educativo, até mesmo para rececionistas ou seguranças.

Como já dito anteriormente, grande parte da comunidade surda não possui proficiência nem mesmo em português escrito, pois as línguas de sinais são ágrafas e sua estrutura frasal difere de uma língua oral-auditiva. Não que uma seja mais complexa do que a outra, são apenas diferentes. As línguas de sinais fazem parte de uma modalidade gesto-visual, na qual a configuração frasal é bem diferente das línguas orais-auditivas. E essa diferença por vezes está implicada no cotidiano dos surdos pelo enfrentamento comunicacional diário, uma vez que vivem imersos entre usuários de línguas áudio-orais que pouco, ou nada, dominam a língua de sinais. No caso dos museus, não adianta ter um conteúdo escrito em português se isso não fica compreensível ao público surdo. Em entrevista ao jornal *O Globo* em 2014, Castilho ressalta:

as pessoas, de forma geral, estão acostumadas a pensar no mundo como se todos fossem ouvintes. Ninguém pensa como surdo. A sociedade acha que basta dar uma bengala para o cego, colocar uma rampa para o cadeirante e botar um intérprete para o surdo que está tudo resolvido. Mas o acesso à vida, à arte, vai muito além disso. Temos o direito de entrar no museu e ter um videoguia para acompanhar a exposição, como temos no MAM [Museu de Arte Moderna], em São Paulo. Ou a ir ao teatro e ter um intérprete da língua de sinais. Ou assistir a um filme brasileiro com legendas em português. O surdo merece ter acesso à arte como qualquer um. (Vieira, 2014, para. 2)

Dessa forma, sobre a atuação de educadores surdos nos museus, Oliveira (2015) explica o quanto é positivo esse encontro surdo/surdo.

A experiência que o grupo ou indivíduo surdo vivencia dentro do museu está intimamente relacionada com as experiências posteriores de seu próprio cotidiano, são referenciais simbólicos de seu próprio universo cultural. (...) Quando esse grupo se depara com um interlocutor surdo no processo de mediação, essa experiência se torna mais concreta. A possibilidade de se articular e de se expressar na sua própria língua – Libras – o coloca em um campo de atuação de menor tensão e de segurança, pois ele sabe que diante deste discurso ele tem condições de argumentar, concordar, questionar e opinar. (Oliveira, 2015, p. 33)

Além das iniciativas com educadores surdos em museus, há também uma série de tecnologias acessíveis para os visitantes com outras diferenças. Para os surdos, podemos citar o código QR para vídeo em língua de sinais ao lado dos textos em exposições. Apesar do encontro surdo/surdo ser muito fomentado pelas comunidades de surdos, essas tecnologias também surgem para dar liberdade ao visitante surdo que deseja visitar o museu sem a dependência de um mediador. Sobre o uso dessas tecnologias, Uzeda (2015) esclarece que:

os estudos no campo da museologia, tradicionalmente voltados aos aspectos técnicos do manejo e da conservação dos objetos, com a ampliação da ênfase comunicacional, passam a dirigir seu foco diretamente sobre o público, formatadores do discurso museológico. Entender como a mensagem emitida aos visitantes é construída a partir dos objetos expostos, das informações textuais e da interpretação individual de cada um constitui-se agora numa preocupação fundamental nos museus. (p. 11)

Os pesquisadores Chagas e Santos (2007) definem bem estas questões em uma pequena frase: “pensar os museus é inseri-los no mundo em que vivemos” (p. 12). Articulando essa afirmativa com as questões enfrentadas pelas pessoas surdas, percebemos que o movimento social desse grupo conseguiu alguns avanços na direção de seus anseios, ainda que a passos pequenos, tais como a oficialização da Libras (Decreto nº 5.626, 2005; Lei nº 10.436, 2002) e a regulamentação da profissão de tradutor/intérprete de Libras-português (Lei nº 12.319, 2010). Esses e outros avanços poderiam ser considerados grandiosos, não fosse o descumprimento constante da legislação em vigor, inclusive nas instituições públicas. Desse modo, Garcia (2017) aponta que:

o Brasil inicia timidamente o reconhecimento político das diferenças linguísticas e culturais dos surdos, visto que ainda não encoraja, efetivamente, o ensino bilíngue desse grupo. Isso posto, pensa-se que, mesmo sendo considerado um avanço inquestionável no campo do reconhecimento político dos direitos linguísticos dos surdos, não se deve alimentar a crença equivocada e ingênua de que a oficialização da LIBRAS em território nacional, *per se*, implica mudanças concretas nas práticas sociais e educativas voltadas a essa população. (p. 421)

Por ser ainda recente o acesso de surdos aos museus, esses elementos devem ser considerados para nortear as concepções das pessoas surdas acerca do que vem a ser essa experiência de ida aos museus. Ao compreender suas visões sobre esse campo, é possível trazê-las para os projetos de acessibilidade cultural nos museus. Aos surdos deve ser possibilitada a acessibilidade a espaços culturais não só para consumir a cultura majoritária pré-existente, a dos ouvintes, como também para serem agentes transformadores da cultura. Meira e Silva (2013) assinalam que “os processos artísticos e criadores operam hibridismos que acionam transformações nas práticas e reflexão entre teoria, prática e contexto de vida” (p. 48). Assim, diante desses hibridismos — poderíamos aqui pensar até mesmo no termo “hibridismo cultural” de Burke (2000/2003) —, é necessário levar-se em conta que os surdos possuem uma cultura visual, uma cultura surda.

A cultura surda e as línguas de sinais constituem uma língua sociosemioticamente reconhecida, com particularidades próprias. Referenciar a temática da cultura surda e acessibilidade no turismo é, antes de tudo, aproximar um abismo de aleijamento social, criado por políticas públicas displicentes, pela negação das diferenças, o que sugere trabalho, pesquisas e envolvimento com os movimentos e com a cultura surda. (Soares et al., 2013, p. 3)

O primeiro passo para criar um ambiente realmente acessível a esse grupo social é fomentar o diálogo com pessoas surdas e demonstrar que elas podem participar ativamente desse espaço. Pensando nisso, o ensino de artes para crianças/adolescentes surdos, com o fomento de idas a museus, torna-se importante para que esse estudante possa ter ferramentas para exprimir e demarcar sua identidade cultural e linguística. De acordo com Strobel (2008b):

a cultura surda também envolve o artefato arte surda, assim como as pinturas, esculturas, teatro, poesias e outros. Muitos artistas surdos em diferentes contextos como, por exemplo, os atores, os poetas em língua de sinais, pintores, mágicos, escultores, contadores de histórias e outros. (...) Muitos sujeitos surdos têm talentos para a arte de expressão corporal e ela deve ser incentivada pela escola, família e povo surdo. (p. 64)

A atriz surda Sandrine Hermanse (como citada em Aniceto, 2019) relata em um trecho do filme *Sou Surda e Não Sabia* sua experiência ao assistir, pela primeira vez, um teatro misto de surdos e ouvintes: “todos usavam a língua de sinais [francesa]². Por que não era assim na sociedade? Foi isso que me deu coragem de fazer teatro com a língua de sinais. Isso me permitiu construir minha identidade. Senti orgulho de mostrar minha língua” (p. 87).

Levando tudo isso em consideração, é importante ressaltar que o ideal é que as visitas mediadas em Libras em museus devem ser realizadas por educadores surdos e que

² “Como qualquer outro sistema linguístico, as línguas de sinais diferem no mundo, apresentando inclusive muitas variações dialetais. Mesmo nos países com uma mesma língua áudio-oral oficial – caso do Brasil – as línguas de sinais são diferentes, o que aponta para a independência da produção em sinal em relação ao sistema oral” (Garcia, 2011, p. 14).

o ensino de arte nas escolas também deve ser proporcionado por professores surdos. Aliás, ensinando não só essa, como todas as outras matérias das grades curriculares. Primeiramente por evitar o "ruído": um professor ouvinte tendo que lecionar com a presença de um tradutor/intérprete faz com que muitas informações não sejam compreendidas por parte dos estudantes surdos, seja pela metodologia do professor em sala, seja pela má formação de intérpretes. E também, mas não menos importante, para haver a troca de experiências dos alunos surdos com seus pares. Como todas as crianças, os surdos também necessitam ter modelos nos quais se inspirar na sua construção como indivíduo.

Falando em escola, podemos citar a instituição educacional de surdos mais antiga do Brasil: o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O INES foi fundado em 26 de setembro de 1857 pelo professor surdo francês Ernest Huet a convite de Dom Pedro II, uma vez que na família real existiam pessoas surdas. A trajetória dessa instituição passou pela proibição das línguas de sinais com a imposição do oralismo, dentre outras fases que marcam a história da educação de surdos. No que diz respeito à arte, o INES possui uma história de valorização do incentivo das artes visuais por parte de seus estudantes. Na década de 1930, o escultor surdo Antônio Edgard de Souza Pitanga, formado pela Escola Nacional de Belas-Artes, lecionou a disciplina Desenho e Trabalhos Manuais. Na década de 1960, diversos artistas de grande reconhecimento também lecionaram na instituição, tais como Lygia Clark (Zanellato, 2016). Dessa forma, os alunos possuíam classes de diversos tipos de artes manuais: pintura, escultura, costura, carpintaria, dentre outras. Essas classes atualmente não existem mais, pois o INES possui a mesma estrutura curricular que escolas regulares convencionais. Entretanto, esse é um legado que ainda se mantém forte na memória dessa instituição, uma vez que ao caminhar pelos seus corredores podemos ver diversas esculturas e pinturas de autoria de seus alunos.

4. O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS RELAÇÕES COM OS ESPAÇOS CULTURAIS

Como ressaltado anteriormente, com a pandemia de um vírus de altíssima transmissibilidade, foi preciso tomar medidas drásticas e urgentes em torno da segurança da população. Uma das várias instituições afetadas por esse cenário foram os museus. Não houve nenhum museu, dos menores até os mais famosos, que não tenham sentido os impactos dessa crise. Só o Museu Metropolitano de Arte de Nova York (The Met) estimou um prejuízo de mais de 100.000.000\$ (Pogrebin, 2020).

Porém, acima dos prejuízos financeiros está o fechamento de importantes pontes culturais. Pensando nisso, grande parte dos museus se reestruturaram para poder abarcar o formato remoto (Beiguelman, 2020). Ainda que isso não signifique um repasse significativo de verbas aos museus — tendo em vista que: (a) grande parte dessas atividades promovidas pelos museus nos últimos 2 anos foi totalmente gratuita; e (b) o valor recebido pela monetização varia muito de perfil por perfil em redes sociais —, é uma maneira de ofertar a toda a população um sinal de esperança em meio aos tempos turbulentos que atravessamos. O diretor-geral de cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura afirma que:

os museus são mais do que apenas lugares onde o patrimônio da humanidade é preservado e promovido (...). Eles também são espaços essenciais para educação, inspiração e diálogo. Numa época em que bilhões de pessoas em todo o mundo se separam umas das outras, os museus podem nos unir. (Ottone, 2020, como citado em Roque, 2020, para. 4)

O ICOM organizou um pequeno manual de como interagir à distância com o público, listando as seguintes medidas (International Council of Museums, 2020a): tornar as coleções acessíveis na internet³, organizar visitas mediadas através de *lives*⁴ e promover o engajamento do público nas redes sociais com votações e hashtags. No Brasil, uma das iniciativas de hashtag mais bem sucedida foi a “#pinadecasa” implementada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. O número de curtidas em suas redes sociais aumentou em 5.000 seguidores em apenas 1 mês (Racy, 2020). Outra medida também foi a promoção de oficinas gratuitas e/ou com certificado pago por um preço simbólico de assuntos relacionados aos museus. Uma das pesquisadoras desse artigo acompanhou algumas iniciativas nesse sentido do Museu de Arte Sacra de São Paulo e do Acesso Cultura (Portugal). O Museu do Prado é um dos grandes exemplos. Na pandemia, o engajamento em suas redes sociais aumentou mais de 120% (García, 2020). Através do aplicativo Google Arts & Culture, já é possível acessar visitas online em 2.500 museus (Glette, 2020). As visitas ao Museu do Louvre pela internet aumentaram dos 40.000 aos 400.000 em poucos meses (*Covid-19: Fechados, Museus Europeus Buscam Novos Públicos na Internet*, 2020).

Por ser turno, o público, confinado em casa, adere a estas iniciativas numa estratégia de fuga à ansiedade do isolamento e à angústia provocada pelas notícias de doença e morte. Vai a museus aonde nunca tinha ido, ou visita-os de uma forma diferente, reinventa percursos, observa as obras e procura leituras que lhes conferem sentido. (...) Esta é uma visão otimista e idílica em situação de crise. A realidade tem um lado negativo e obscuro, ainda escassamente compreendido na sua dimensão, e cujo impacto é difícil de prever. Depois de uma realidade fraturante como esta que estamos a viver, nada poderá voltar a ser exatamente como antes e, a par de alguns indícios positivos, há sinais preocupantes. Um estudo levado a cabo pela NEMO – The Network of European Museum Organisations (Rede Europeia de Organizações de Museus), até ao passado dia 3 de abril, com uma amostra de 650 museus de 41 países, revela que os impactos da crise estão a atingir severamente os museus europeus. O encerramento acarretou uma avultada perda de receitas provenientes de ingressos, lojas,

³ O *tour-web* do museu já é uma iniciativa há alguns anos, mas que se restringia a instituições com maior poder aquisitivo. Atualmente, a maioria das instituições tem se empenhado em tornar suas coleções acessíveis digitalmente, ainda que seja apenas por fotos sem uso de recursos mais sofisticados.

⁴ Diferente do *tour-web*, que é uma aplicação de internet na qual podemos ter uma visão 360º de cada sala do museu, na visita mediada temos geralmente algum funcionário do setor educativo promovendo uma discussão, através da gravação ao vivo, com o público. Isso traz uma interação mais intimista.

restauração e outros serviços. Os principais museus, situados em áreas turísticas, registam perdas entre 75 e 80%, totalizando centenas de milhares de euros. (Roque, 2020, paras. 6, 9)

Roque (2020), longe de ser pessimista, apenas está a levar-nos para a seguinte reflexão: como equilibrar os dois mundos — virtual e presencial — nos quais os museus vivem atualmente? Afinal, por mais otimistas que possamos ser nada será como antes da pandemia. Como falado anteriormente, há empresas que simplesmente abandonaram o escritório físico e serão permanentemente convertidas ao *home office*. Daqui para frente, esse será um grande reflexo em nossa sociedade: cada vez com mais interação virtual e menos cara-a-cara. Dessa forma, há uma possibilidade real e extremamente grande de que os museus nunca mais venham a ter o mesmo fluxo de visitantes do que era antes da pandemia.

No Complexo da Catedral de Florença, na Itália, reaberto ao público em 22 de maio, os visitantes recebem um colar eletrônico, primeiro do gênero no mundo, que bipa, vibra e pisca, alertando sobre a aproximação excessiva de outra pessoa. No berço do humanismo renascentista, uma imagem talvez particularmente distópica do cotidiano sob o impacto da Covid-19. (...) Se colares que bipam e bastões coloridos ilustram mudanças que veremos a Covid-19 levar aos museus, o aspecto desse novo normal que mais deve impactar a experiência de visita — e o funcionamento das instituições — é a redução do público, pelo menos nos museus acostumados aos grandes fluxos de visita. (Fontoura, 2020, paras. 10, 17)

Um grande exemplo que deixa claro esse marco coletivo é a criação do Museu de Arte Covid (<https://www.covidartmuseum.com/>) que possui dois focos principais: divulgar a arte que vem sendo realizada durante a pandemia e refletir sobre como tudo que está ocorrendo impactou a maneira de se fazer arte. Essa não é a única iniciativa a esse respeito. O Museu Nacional da Finlândia foi precursor ao sair entrevistando moradores de Helsínquia para saber como os mesmos se sentiam em meio ao caos instaurado no último ano (Gobbi, 2020).

O Ibermuseum (2020), um programa de cooperação entre museus da Ibero-América, realizou uma pesquisa com 434 instituições de 18 países da região. Nessa pesquisa, 60% das instituições de verba particular ou mista informaram ter demitido empregados, especialmente dos setores que estavam fechados como os mediadores de visitas guiadas e pessoal de serviços terceirizados (ver resultados da pesquisa em Ibermuseum, 2020).

Uma preocupação em meio a esse novo processo de adaptação dos museus a uma plataforma ainda pouco dominada por seus profissionais é o fato de que as poucas iniciativas de acessibilidade aos surdos praticamente sumiram. Isto porque grande parte dos educadores surdos trabalham nas visitas mediadas em língua de sinais que estavam entre os setores considerados parados. Inclusive, houve relatos de alguns educadores

surdos que foram demitidos ou tiveram seus salários congelados no período de agravamento da pandemia.

Apesar disso, um dos países que mais se mobilizou a esse respeito foi o Brasil. Desde abril de 2020, tão logo a pandemia se instaurou no país, o MAM/SP iniciou a campanha "#MAMonline" com diferentes atividades, dentre elas *lives* semanais em Libras sobre assuntos como cultura surda e mediação cultural (*Com Foco em Acessibilidade, MAM São Paulo Promove Lives em Libras*, 2020). Em abril de 2021, o Museu do Amanhã lançou a proposta inovadora do Museu em Libras. A cada 2 meses uma nova exposição temporária é exibida em uma sala virtual de plataforma de videoconferência com um limitado número de convites. De acordo com o Sistema Estadual de Museus de São Paulo (2021):

assim, reconhecendo a atual complexidade vivida em face ao agravamento da pandemia em todo o país, somado às inúmeras barreiras linguísticas vivenciadas pela comunidade surda no acesso à informação e conhecimento para o seu enfrentamento, a primeira edição do Museu em Libras não poderia ter outra temática senão o coronavírus, que em diálogo direto com a nova exposição temporária Coronaceno – Reflexões em tempos de pandemia, busca provocar reflexões acerca dos conceitos e relações evidenciados desde a chegada da Covid-19. (...) Toda a mediação será realizada em libras e contará com a atuação de intérpretes. A atividade está comprometida com a Agenda 2030⁵ da Organização das Nações Unidas. (...) A ação, em parceria com o Museu da Inclusão, teve a participação dos educadores museais Bruno Baptista (Museu do Amanhã) e Harry Adams (Museu da Inclusão). (paras. 3–6)

O Espaço do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais também promoveu atividade de *live* recentemente (setembro de 2021). Contudo, o tema era um tanto peculiar: comunicação com surdos em museus. Aí nos perguntamos: qual o motivo de se frisar a comunicação com surdos? O espaço tem educador surdo? Não seria melhor uma comunicação de surdo para surdo? Além disso, a página da notícia enfatiza o termo "linguagem de sinais", quando o correto é "língua de sinais" (Universidade Federal de Minas Gerais, s.d.). Vale ressaltar também que essa é uma iniciativa isolada por ocasião do "Setembro Azul"⁶.

Outra iniciativa um tanto questionável foi a do Centro Cultural Dragão do Mar que, a despeito de tantas *lives* super interessantes promovidas em seu canal, teve somente uma com tradução/interpretação de Libras-português e isso porque a palestrante era surda (Dragão do Mar, 2020). Ou seja, o surdo só pode acessar o que "diz respeito

⁵ Tal agenda também vem sendo incentivada pelo Centro Cultural Light (2022).

⁶ "Como fruto do movimento internacional, os surdos vêm criando uma marca-símbolo dessa luta. Estranhamente, para mim, é a mesma usada pelo movimento mundial de combate ao HIV/AIDS, só que na cor azul. (...) Também como fruto da parceria e vínculo formal entre diferentes instituições de surdos com a WFD [Federação Mundial de Surdos], a cada ano cresce a mobilização em torno do Dia Nacional do Surdo. (...) A WFD celebra a data no dia 30 de setembro. No Brasil, no entanto, foi escolhido o dia 26 de setembro de modo a provocar certo emparelhamento com a instituição que carrega muito da história dos surdos no país: o INES" (Garcia, 2011, pp. 115–116).

ao surdo”? Ele não pode acessar qualquer outro conteúdo de seu interesse? O mesmo ocorreu no Museu da Vida (Museu da Vida / Fiocruz, 2020). Pensando nisso destacamos também a iniciativa da Oi Futuro que conta com tradutor/intérprete de Libras-português em todos os vídeos do *Papo de Futuro* (Oi Futuro, 2021), dando possibilidade de acesso dos surdos a outros assuntos que não sejam tão-somente a acessibilidade cultural. Sobre isso, Savedra (2021, como citada em Rodrigues, 2021) alerta que a acessibilidade através das legendas e janelas em língua de sinais “só serão de fato efetivos se os surdos fizerem parte do processo de produção e pós-produção, da mesma forma que não há como planejar rampas de acesso sem que os cadeirantes testem as mesmas” (para. 4). É o velho — porém quase nunca respeitado — “nada sobre nós sem nós”. Um museu que tem buscado subverter essa lógica trazendo o “tudo sobre nós com nós” é o Museu da Inclusão, fundado em 2009, que em breve ganhará exposições virtuais, mas por enquanto tem promovido diversas *lives* totalmente acessíveis em Libras projetadas com toda a equipe do educativo, o que também inclui o educador surdo Harry Adams (anteriormente mencionado; <https://portal.museudainclusao.org.br/>).

5. REFLEXÕES FINAIS

Pensamos que a instituição-museu tentou de fato se reinventar e se adaptar a esse novo momento que vivemos, mas ainda assim os esforços das instituições não parecem ter tido um enfoque específico para um dado grupo social. Não ficou evidente se o educativo desses museus esteve presente nas atividades refletindo sobre como dar a acessibilidade a diferentes grupos sociais. Assim, através de uma pesquisa muito inicial, foi possível verificar que, não só os museus tateiam no que se refere ao espaço virtual, como também as iniciativas que dizem respeito ao público surdo foram incipientes para suprir uma série de conteúdos muito relevantes que os museus têm promovido.

De qualquer forma, esperamos que esse momento pandêmico seja de profunda reflexão por parte dos profissionais de museus, para que hajam mais iniciativas e que não se pense apenas em utilizar os educadores surdos de museus nas visitas mediadas. Isso é fundamental sem dúvida, mas existe uma série de outras iniciativas que podem ser desenvolvidas: saraus, oficinas, dentre outros. Que dos tempos de incerteza (International Council of Museums Brasil, 2020) possamos reinventar nossas práticas. Afinal, os museus já superaram outras crises e se mantiveram firmes como instituições prontas para salvaguardar as memórias e para narrar tais acontecimentos às gerações futuras (International Council of Museums, 2020c).

Desejamos ainda que nossas breves reflexões possam auxiliar para que juntos todos esses atores sociais envolvidos nos museus e espaços culturais, sejam eles museólogos, educadores, dentre outros profissionais, possam reunir estratégias de modo a que esses locais efetivamente se coadunem com a nova definição do ICOM enquanto espaços em que haja uma plena democracia e acesso à informação.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Maria Izabel dos Santos Garcia realizou a metodologia e atuou de forma conjunta na conceitualização e na investigação do artigo proposto. Foi responsável pela administração do projeto, supervisão e participou do processo de redação do rascunho original. Rebeca Garcia Cabral foi responsável pela curadoria dos dados e atuou de forma conjunta na conceitualização e na investigação do artigo proposto. Participou de todo o processo de redação (redação do rascunho original; redação – revisão e edição). Bruno Ramos da Silva atuou de forma conjunta na conceitualização e na investigação do artigo proposto. Participou do processo de redação do rascunho original.

REFERÊNCIAS

- Aidar, G. (2003). Arte e cultura, inclusão e cidadania. In C. M. Oka (Ed.), *Seminário inclusão da pessoa com deficiência visual: Uma ação compartilhada* (pp. 1–14). Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual.
- Alvarenga, D., & Silveira, D. (2021, 11 de fevereiro). *Setor de turismo despenca 36,7% em 2020, diz IBGE*. G1. <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2021/02/11/setor-de-turismo-despenca-367percent-em-2020-diz-ibge.ghtml>
- Aniceto, D. S., Jr. (2019). *Teatro no corpo: Drama e arte verbal nas performances de surdos na língua brasileira de sinais* [Dissertação de mestrado, Universal Federal de Roraima]. Repositório Institucional UFRR. <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/handle/prefix/446>
- Balbi, C. (2020, 10 de abril). MAM do Rio demite dez empregados em meio à pandemia do coronavírus. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/mam-do-rio-demite-dez-empregados-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus.shtml>
- Beiguelman, G. (2020, 17 de abril). Atropelados pela pandemia, museus rastejam na internet. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/atropelados-pela-pandemia-museus-rastejam-na-idade-da-pedra-da-internet.shtml>
- Bourdieu, P., & Darbel, A. (2007). *O amor pela arte: Os museus de arte na Europa e seu público* (G. J. de F. Teixeira, Trad.; 2.ª ed.). Zouk. (Trabalho original publicado em 1966)
- Burke, P. (2003). *Uma história social do conhecimento: De Gutenberg a Diderot* (P. Dentzien, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 2000)
- Centro Cultural Light. (2022, 17 de janeiro). *ODS em pauta | Conheça os objetivos de desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030!* [Playlist]. YouTube. <https://www.youtube.com/playlist?list=PLS9QC5xZO8S7gQLlc2y9Hj172AZa8nYjo>
- Chagas, M., & Santos, M. S. (2007). A linguagem de poder dos museus. In R. Abreu, M. Chagas, & M. S. Santos (Eds.), *Museus, coleções e patrimônios: Narrativas polifônicas* (pp. 12–19). Editora Garamond; Ministério da Cultura.
- Chagas, M., & Storino, C. (2012). O desafio da acessibilidade aos museus. In R. Cohen, C. Duarte, & A. Brasileiro (Eds.), *Acessibilidade a museus: Cadernos museológicos* (Vol. 2, pp. V–XVII). Instituto Brasileiro de Museus.
- Com foco em acessibilidade, MAM São Paulo promove lives em libras*. (2020, 14 de abril). Revista Museu. <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/8274-14-04-2020-com-foco-em-acessibilidade-mam-sao-paulo-promove-lives-em-libras.html>

- Coutinho, F. M., Gehal, Y. F., Marvão, M. C. R., Nogueira, T. L. P., Mota, A. C. C., Lucena, C. C. C., Silva Júnior, W. F., Reis, L. C., & Vallinoto, I. M. V. (2021). Análise epidemiológica comparativa entre as pandemias causadas pelos vírus Influenza A(H1N1)pdm09 e SARS-CoV-2 no estado do Pará, Brasil. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 12, 1–11. <https://doi.org/10.5123/s2176-6223202100862>
- Covid-19: Fechados, museus europeus buscam novos públicos na internet.* (2020, 9 de abril). RFI. <https://www.rfi.fr/br/geral/20200409-covid-19-fechados-museus-europeus-buscam-novos-p%C3%BAblicos-na-internet>
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (2005). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm
- Dragão do Mar. (2020, 1 de julho). *Live - Narrativas sobre acessibilidade a museus* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=Oo3nidVkotA&ab_channel=Drag%C3%A3odoMar
- Firjan. (2021, 5 de maio). *Atividade econômica brasileira tem queda de 6,7% em 12 meses de pandemia.* <https://www.firjan.com.br/noticias/atividade-economica-brasileira-tem-queda-de-6-7-em-12-meses-de-pandemia-aponta-firjan-1.htm>
- Fontoura, R. (2020, 11 de junho). *Colares que bipam e bastões coloridos e o novo normal nos museus.* ANESP. <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/6/11/colares-que-bipam-e-bastes-coloridos-e-o-novo-normal-nos-museus>
- Gandra, A. (2020, 6 de fevereiro). *Parque Nacional da Tijuca recebe quase 3 milhões de turistas em 2019.* Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/parque-nacional-da-tijuca-recebe-quase-3-milhoes-de-turistas-em-2019>
- García, F. (2020, 3 de abril). La web del Prado alcanza los dos millones de visitas virtuales durante el confinamiento. *La Vanguardia*. <https://www.lavanguardia.com/cultura/20200403/48283638973/museo-prado-visitas-web-redes-sociales-confinamiento-coronavirus.html>
- Garcia, M. I. S. (2011). *Movimento social dos surdos: Interseções, atravessamentos e implicações* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Garcia, M. I. S. (2017). Eplibras: A experiência de um projeto bilíngue de preparação de alunos surdos para o exame nacional do ensino médio. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 22(3), 405–423. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n3a3833>
- Glette, G. (2020, 18 de março). *Já é possível visitar 2500 museus do mundo todo sem sair de casa.* Hypeness. <https://hypeness.com.br/2020/03/ja-e-possivel-visitar-2500-museus-do-mundo-todo-sem-sair-de-casa/>
- Gobbi, N. (2020, 9 de abril). Artistas e museus já começam a retratar a vida em tempos de pandemia e isolamento. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/cultura/artistas-museus-ja-comecam-retratar-vida-em-tempos-de-pandemia-isolamento-24357891>
- Gurgel, G. (2017, 27 de janeiro). *Museus estão entre os atrativos turísticos mais visitados no Brasil.* Ministério do Turismo. <http://antigo.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7464-museus-est%C3%A3o-entre-os-atrativos-tur%C3%ADsticos-mais-visitados-no-brasil-3.html>
- Ibermuseum. (2020). *Museum definition*. <http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2020/07/informecovid-vf.pdf>
- International Council of Museums. (2019). *O que os museus necessitam em tempos de distanciamento físico: resultados da pesquisa sobre o impacto do covid-19 nos museus ibero-americanos.* <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>
- International Council of Museums. (2020a, 12 de março). *Como comunicarse (je interactuar!) a distancia con su público.* <https://icom.museum/es/news/como-comunicarse-e-interactuar-a-distancia-con-su-publico/>

- International Council of Museums. (2020b, 2 de abril). *Statement on the necessity for relief funds for museums during the covid-19 crisis*. <https://icom.museum/en/news/statement-on-the-necessity-for-relief-funds-for-museums-during-the-covid-19-crisis/>
- International Council of Museums. (2020c, 13 de abril). *Museums will move on: Message from ICOM president Suay Aksoy*. <https://icom.museum/en/news/museums-will-move-on-message-from-icom-president-suay-aksoy/>
- International Council of Museums Brasil. (2020). *Dados para navegar em meio às incertezas: Parte I - Resultados da pesquisa com profissionais de museus*. Tomara! Educação e Cultura. http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201119_Tomara_ICOM_Ciclo1_FINAL.pdf
- Ladd, P. (2013). *Em busca da surdidade I: Colonização dos surdos* (M. Martini, Trad.). Surd'Universo. (Trabalho original publicado em 2003)
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (2002). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm
- Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (2010). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm
- Mairesse, F. (2012). O museu inclusivo e a museologia mundializada. In T. Scheiner, M. Granato, M. A. Reis, & G. Ambrocy (Eds.), *Documento de trabalho do 21º Encontro Regional Icofom LAM: Termos e conceitos da museologia: Museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral* (pp. 35–52). Museu de Astronomia e Ciências Afins; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Meira, M. R., & Silva, U. R. (2013). Cultura visual, ensino da arte e cotidiano: Hibridismos e paradoxos. *Visualidades*, 11(2), 37–57. <https://doi.org/10.5216/vis.v11i2.30684>
- Museu da Vida / Fiocruz. (2020, 23 de julho). *Live - Educação em museus e comunidade surda* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=95WkvN1Cobk&ab_channel=MuseudaVida%2FFiocruz
- Museu de Arte Moderna. (2019). *Corposinalizante*. <https://mam.org.br/curso/corposinalizante/>
- Oi Futuro. (2021, 28 de setembro). *Papo de futuro - Como podemos promover estratégias de sucesso escolar através da arte e da cultura?* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=hmrVi6YnXuE&ab_channel=OiFuturo
- Oliveira, M. (2015). *Cultura e inclusão na educação em museus: Processos de formação em mediação para educadores surdos* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/D.103.2015.tde-12112015-165232>
- Pogrebin, R. (2020, 20 de março). Coronavírus: Metropolitan prevê prejuízo de 100 milhões de dólares. *Estadão*. <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,coronavirus-metropolitan-preve-prejuizo-de-100-milhoes-de-dolares,70003241974>
- Racy, S. (2020, 12 de abril). Museus multiplicam acessos virtuais, com pandemia da covid-19. *Estadão*. <https://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/museus-multiplicam-acessos-virtuais-com-a-pandemia-da-covid-19/>
- Rodrigues, K. (2021, 27 de agosto). *Busca por mais inclusão tem novos protagonistas no Museu da Vida*. Casa de Oswaldo Cruz. <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/2023-busca-por-mais-inclusao-tem-novos-protagonistas-no-museu-da-vida.html>
- Roque, M. I. (2020, 16 de abril). Covid 19: Ponto de viragem para o museu do futuro? *A.muse.arte*. <https://amusearte.hypotheses.org/6462>

- Sarraf, V. P. (2013). *A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: Estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças* [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação da PUC-SP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4518>
- Silveira, A. J. T. (2005). A medicina e a *influenza* espanhola de 1918. *Tempo*, (19), 91–105. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042005000200007>
- Sistema Estadual de Museus de São Paulo. (2021, 29 de abril). *Museu do Amanhã lança Museu em Libras com a temática coronavírus*. <https://www.sisemsp.org.br/museu-do-amanha-lanca-museu-em-libras-com-a-tematica-coronavirus/>
- Soares, M. H. A., Pereira, J. A., Paterno, U., & Vinas, A. C. E. (2013). A inclusão do surdo nos espaços culturais turísticos de Florianópolis. *Revista Virtual de Cultura Surda*, (11), 1–17. [https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/8\)%20Paterno%20%26%20Cia%20REVISTA%2011.pdf](https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/8)%20Paterno%20%26%20Cia%20REVISTA%2011.pdf)
- Strobel, K. L. (2008a). *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora ufsc.
- Strobel, K. L. (2008b). *Surdos: Vestígios culturais não registrados na história* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91978>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2020, 5 de abril). *Turning the threat of covid-19 into an opportunity for greater support to documentary heritage*. <https://en.unesco.org/news/turning-threat-covid-19-opportunity-greater-support-documentary-heritage>
- Universidade Federal de Minas Gerais. (s.d.). *Sábado, às 10h: Comunicação com surdos em museus é tema de oficina*. <https://ufmg.br/comunicacao/eventos/sabado-as-10h-comunicacao-com-surdos-em-museus-e-tema-de-oficina>
- Uzeda, H. C. (2015). *As novas tecnologias nas exposições museológicas: Objetos reais e a concorrência digital* [Apresentação em conferência]. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Brasil. <http://hdl.handle.net/123456789/3467>
- Uzeda, H. C. (2018). O espaço nas exposições museológicas: Atualizando percepções e significações. *Museologia e Patrimônio*, 11(1), 59–80. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/685>
- Vieira, M. (2014, 30 de agosto). Leonardo Castilho, arte-educador: “Em São Paulo há visitas guiada para surdos em cinco museus”. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/leonardo-castilho-arte-educador-em-sao-paulo-ha-visitas-guiadas-para-surdos-em-cinco-museus-13797376>
- Zanellato, D. (2016). *Ensino de arte, educação de surdos e museus: Interconexões possíveis* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/D.48.2017.tde-29112016-130436>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria Izabel dos Santos Garcia fez pós-doutoramento em psicologia (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020), é doutorada em antropologia (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011), mestrada em psicologia e práticas sócio-culturais (Universidade

do Estado do Rio de Janeiro, 1999), com certificação do exame ProLibras (Universidade Federal de Santa Catarina/Ministério da Educação, 2009), com especialização na área de surdez (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1989) e em terapia cognitivo comportamental (Espaço Clínica Psicoterápica, 1987), com bacharelada e com licenciatura em psicologia (Federação das Faculdades Celso Lisboa, 1985). Atualmente é coordenadora da Divisão de Estudos e Pesquisas (Instituto Nacional de Educação de Surdos [INES]/Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico), membro efetivo do mestrado profissional em educação bilíngue (INES/Departamento de Ensino Superior), coordenadora do curso lato sensu de Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos (INES/Departamento de Ensino Superior), membro-idealizador e fundador da Rede Latino Americana de Surdos, líder do grupo de pesquisa Territórios em Disputa: Descolonização e Emancipação de Surdos (INES/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pesquisadora titular do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Educação Inclusiva. Tem experiência em antropologia urbana, psicologia clínica e institucional. Os seus temas principais de atuação são políticas públicas e territorialidade, Libras como língua instrucional e educação bilíngue para surdos, comunidade/cultura/circuito de surdos, novas formas de subjetivações, corpo e estigma.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3499-0183>

Email: misgarcia.ines@gmail.com

Morada: Instituto Nacional de Educação de Surdos, Divisão de Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro, Brasil

Rebeca Garcia Cabral é mestranda em antropologia (Universidade Federal da Bahia), bacharel em museologia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019) registrada no Conselho Regional de Museologia 2ª Região (Rio de Janeiro/Minas Gerais/Espírito Santo) n.º 1178-I. É membro do grupo de pesquisa Encruzilhada de Saberes: Cultura, Corpo e Ambiente (Universidade Federal da Bahia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). É membro-colaborador da Red Gente de Museos e do movimento De'VIA (Visualização de Surdos/Arte de Imagem), da Rede de Docente da América Latina e do Caribe. É tradutora de Libras do filme-documentário *Os Invisíveis* (2021) da Companhia de Teatro Arteira, que trata dos 10 anos da tragédia ocorrida na região serrana do estado do Rio de Janeiro, e idealizadora do filme etnográfico *Poetisas Surdas: Subjetividade e Representação Feminina na Arte Surda*. Foi uma das fundadoras da REDSurdos (Rede Latino Americana de Surdos). Suas principais áreas de interesse são museologia (acessibilidade cultural, documentação/gestão de museus, tráfico de bens culturais), arte surda, arte-educação, antropologia do corpo, antropologia da performance, antropologia visual, estudos geek e ciberespaço/tecnologia (cibercultura, web design, gestão de redes sociais, marketing digital).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0492-3251>

Email: rebecascabral@gmail.com

Morada: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, Brasil

Bruno Ramos da Silva é mestrando em educação bilíngue (Instituto Nacional de Educação de Surdos). É arte-educador, poeta e dançarino surdo (registro profissional n.º 0053620/SP). Possui graduação em pedagogia pela Universidade do Grande ABC (2008), graduação em letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e graduação em sistemas de informação pela Faculdade de Tecnologia Radial (2007). É membro-fundador da Rede Latino Americana de Surdos. Foi arte-educador, contador de histórias e poeta em instituições como Centro Cultural Banco do Brasil/São Paulo e Bienal de São Paulo. Atualmente leciona aulas particulares de Libras no Itaú Cultural. Atua principalmente nos seguintes temas: ensino de língua de sinais, educação de surdos, acessibilidade de surdos à museus e outros espaços culturais, literatura e poesia de surdos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2756-0924>

Email: brunoramoslibraso@gmail.com

Morada: Instituto Nacional de Educação de Surdos, Departamento de Ensino Superior, Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 12/11/2021 | Aceite: 09/02/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

TURISMO DE RISCO NA SOCIEDADE VIRAL: UM ESTUDO USANDO A ANÁLISE HÍBRIDA DO DISCURSO

Pedro de Andrade

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Nas últimas décadas, o sociólogo Ulrich Beck (1992) tem alertado sobre a sociedade de risco em que vivemos hoje, que inclui riscos não apenas conjunturais, mas essencialmente estruturais, como a poluição e o aquecimento global. Recentemente, a contemporaneidade enfrenta um novo e grave risco, a pandemia causada pela COVID-19, que parece estar a transformar as nossas formações sociais numa sociedade viral. Para compreender estes processos sociais e questões sociológicas, o presente texto chama a atenção para uma das mediações sociais e interculturais mais relevantes no atual quadro social, a articulação entre a pandemia do coronavírus e as atividades turísticas. Um estudo de caso trata aqui do discurso produzido sobre tais temas pela rede social digital Wikipedia. Este estudo é contextualizado por reflexões teóricas e práticas dos estudos de turismo e apoiado em ideias como “risco viral” e “turismo de risco viral”. Uma amostra de conteúdo extraída da Wikipedia é analisada e interpretada por meio de um método qualitativo e quantitativo desenvolvido pelo autor, denominado “análise híbrida do discurso”, que utiliza, entre outras ferramentas interpretativas, o “alfabeto de relações interconceptuais”.

PALAVRAS-CHAVE

sociedade de risco, sociedade viral, turismo de risco viral, análise híbrida do discurso, alfabeto das relações interconceptuais

RISK TOURISM WITHIN VIRAL SOCIETY: A STUDY USING HYBRID DISCOURSE ANALYSIS

ABSTRACT

In recent decades, sociologist Ulrich Beck (1992) has been warning about the risk society in which we operate today, which includes risks that are not only conjunctural but essentially structural, such as pollution and global warming. Recently, contemporaneity faces a new serious risk, the pandemic caused by COVID-19, which seems to be transforming our social formations into a viral society. In order to understand these social processes and sociological questions, the present text draws attention to one of the most relevant social and intercultural mediations in the current social framework, the articulation between the coronavirus pandemic and tourist activities. A case study deals here with the discourse produced about such themes by digital social network Wikipedia. This study is contextualized by theoretical and practical reflections from tourism studies and supported by ideas such as “viral risk” and “viral risk tourism”. A sample of content extracted from Wikipedia is analyzed and interpreted through a qualitative and quantitative method developed by the author, named “hybrid discourse analysis”, which uses, among other interpretive tools, the “alphabet of interconceptual relations”.

KEYWORDS

risk society, viral society, viral risk tourism, hybrid discourse analysis, alphabet of interconceptual relations

1. INTRODUÇÃO: UMA SOCIEDADE VIRAL EMERGENTE?

“Sociedade viral” é um conceito cunhado em estudos anteriores realizados pelo autor do presente texto desde o surgimento da pandemia de COVID-19 (Andrade, 2020, 2021; <https://www.sites.google.com/view/viral-tourism-city>). Por exemplo, a atual crise pandémica parece indicar que o coronavírus se encontra a desconstruir a atual “sociedade em rede” e a reconstruí-la num paradigma emergente de sociedade. A sociedade viral é caracterizada, entre outros traços, por economias e tecnologias virais, políticas e políticos virais, culturas e cultos virais.

Outros estudos sobre a pandemia de COVID-19 confirmam a relevância de várias dimensões sociais deste processo: no âmbito económico (Gans, 2020); no que diz respeito aos “heróis da pandemia” (Naik, 2020); ou a dramática situação na Itália nos primeiros meses do surto (Rio, 2020).

O presente texto visa refletir sobre tais situações pandémicas, articuladas com um processo social específico, o turismo, principalmente no que toca aos riscos que esta atividade pode desencadear. O objetivo é construir um conceito mediador, o “turismo de risco viral”, que ateste tal realidade. Ambos fenómenos, a pandemia e o turismo, requerem mediações interculturais adequadas. Além disso, sob a pandemia do coronavírus, essas mediações estão a ocorrer gradualmente no ciberespaço.

Por conseguinte, torna-se urgente estudar a infinidade de processos virulentos que migraram para páginas de sites e redes sociais, entre outros. Apresenta-se aqui um estudo de caso que analisa o discurso produzido sobre esses temas intermediários e híbridos, por parte da rede social digital Wikipedia, em estreita conexão com conceitos e ideias originados nos estudos de turismo. A análise híbrida do discurso (AHD) consiste num método qualitativo e quantitativo desenvolvido pelo autor, que é utilizado para esta análise aplicando, em particular, o nomeado “alfabeto de relações interconceptuais” (doravante denominado “alfabeto”), um instrumento interpretativo apoiado por softwares de aplicação de métodos qualitativos e estatísticos, como o NVivo.

A estrutura do presente texto reflete o debate precedente. Em primeiro lugar, sugere-se uma breve discussão sociológica sobre o turismo de risco viral. Em segundo lugar, explica-se a metodologia referente à AHD. Em terceiro lugar, é apresentado um estudo de caso acerca do discurso da Wikipedia sobre a pandemia de COVID-19 e o turismo. A AHD é reintroduzida para este fim. Posteriormente, essa metodologia é detalhada por meio da análise e interpretação de conceitos e relações entre esses termos, que podem elucidar os fenómenos sociais subjacentes. O método é melhor exemplificado por meio de um tipo específico de rede sociológica, as redes semântico-lógicas. A clarificação e a utilidade da AHD são demonstradas, extensivamente e intensivamente, via uma análise e interpretação relacional mais específicas e profundas. Por fim, uma conclusão expõe

algumas considerações e recomendações. Ao final do artigo (ver Apêndice), um glossário resume alguns conceitos centrais debatidos e as suas principais relações. No entanto, o leitor deve observar que este é um instrumento científico incompleto, pois as ideias do texto relacionam-se, necessariamente, com uma intertextualidade infinita, mas nem sempre indefinida, dentro do rizoma de todos os textos sociais e sociológicos, locais e globais, que circulam no mundo.

2. O DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE O TURISMO DE RISCO VIRAL

Por forma a desenvolver o debate sobre o turismo de risco viral, o presente texto aplica o alfabeto mencionado acima de duas maneiras: primeiro, define algumas das principais relações teóricas entre conceitos sociológicos forjados por autores seminais, indicados a seguir, que discutiram questões sociais relevantes para a análise. O autor não pretende desenvolver uma articulação teórica extensa ou intensiva entre tais autores. Em vez disso, o objetivo é fornecer alguns exemplos rápidos de como esse alfabeto relacional pode ser aplicado a tais conceitos, no seio de um mapa conceptual coerente, o que constitui um método poderoso para conectar ideias sociológicas que levantem questões pertinentes e formulem hipóteses verificáveis e válidas (Figura 1).

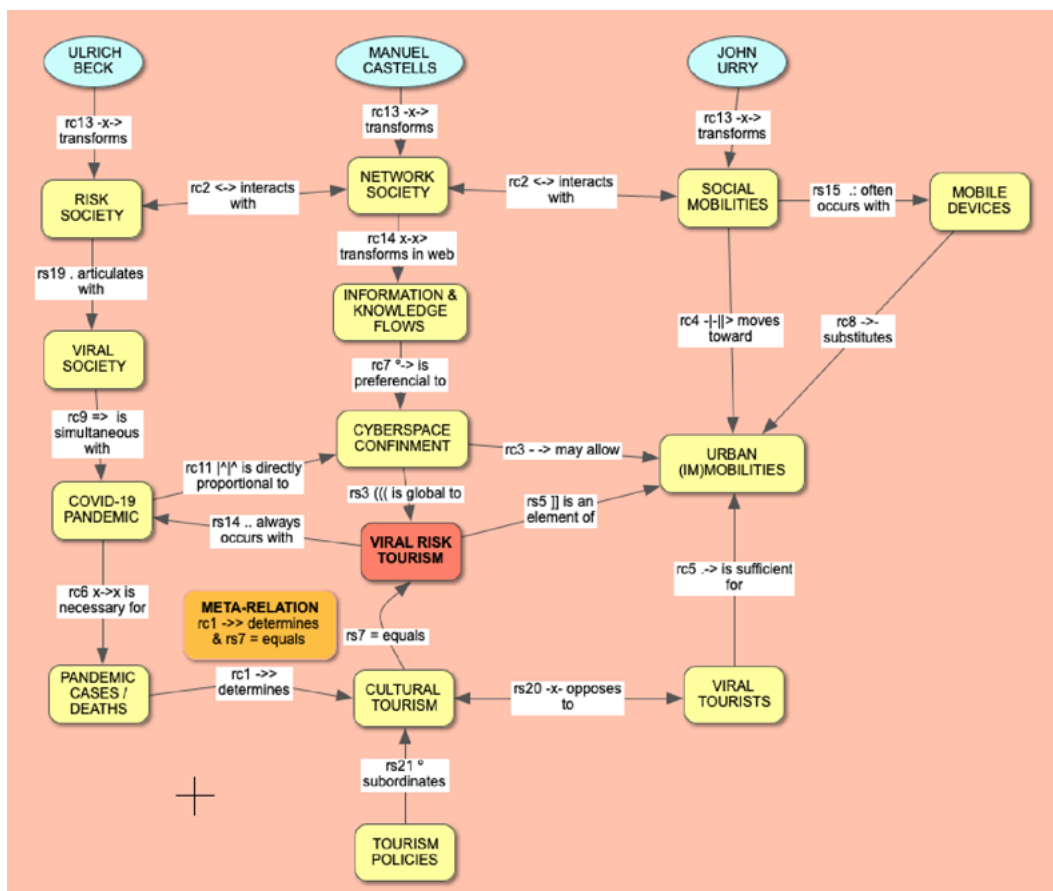


Figura 1 O debate sobre o turismo de risco viral

Para o desenvolvimento das ideias originais de tais autores, ver Ulrich Beck (1992, 2013, 2016), que refletiu sobre a chamada “sociedade de risco”. Trata-se de um paradigma societal onde os riscos não se apresentam apenas conjunturais, mas principalmente estruturais, pois derivam da própria essência do capitalismo, sistema que causa desequilíbrios irreversíveis para o planeta, como as mudanças climáticas. Além disso, Manuel Castells (1996) circunscreve a “sociedade em rede”, um tecido social dominado por fluxos de informação em rede. E John Urry (1990, 2007) desenvolveu as ideias de “olhar turístico” e “mobilidades urbanas”. O conceito “mobilidades” refere-se a tudo o que se move, local e globalmente, e se transforma: capital, força de trabalho, bens, informação e assim por diante.

Esses termos podem estar ligados à conceptualização discutida na presente reflexão, por exemplo, a noção de “turismo de risco viral”, por meio de relações extraídas do alfabeto. Este alfabeto define 37 relações sociológicas e lógicas centrais: 23 relações de natureza estrutural (aqui associadas a estruturas sociais); e 14 conexões de natureza conjuntural, testemunhando eventos e ações sociais (Andrade, 2007a). A Figura 1 dá alguns exemplos dessas conexões, onde são indicados os códigos correspondentes a cada uma dessas relações. Para demonstrar esta estratégia interpretativa, na parte esquerda da Figura 1, o conceito “sociedade de risco” articula-se com a noção de “sociedade viral”, pois as pandemias em geral, e a pandemia de COVID-19 em particular, constituem alguns dos maiores riscos no mundo contemporâneo. Do mesmo modo, a “sociedade de risco” interage com a “sociedade em rede”, na medida em que o coronavírus causou o deslocamento de muitas atividades sociais para o ciberespaço e para as redes sociais digitais.

No que diz respeito à notação utilizada para a definição das relações, por exemplo, “r6 x->” é um código que significa *condição necessária*, “r6” significa a sexta relação do alfabeto, circunscrita dentro da “classe sociológica conjuntural”, e é nomeada “relação conjuntural 6”. Tal vínculo é expresso na Figura 1 como “r6 x-> condição necessária”, pois conecta: (a) de um lado, o “conceito anterior” (causas, etc.) expresso por meio de uma frase em linguagem natural, por exemplo, inglês (e dentro da proposição sociológica correspondente), neste caso, “pandemia de COVID-19”; e (b), de outro lado, o “conceito posterior” numa dada frase/proposição (efeitos, etc.), aqui denominado “casos/óbitos de pandemia”, processo social ilustrado, entre outros, pela próxima parte deste texto.

Em segundo lugar, este texto baseia-se na análise empírica e na interpretação de páginas da Wikipedia sobre “pandemia de COVID-19” e “turismo”, contextualizadas pelas precedentes reflexões teóricas, e através de um estudo de caso, que aplica o alfabeto de forma mais sistemática, usando tanto software qualitativo como o NVivo, quanto software quantitativo ou estatístico.

3. METODOLOGIA: UMA GENEALOGIA DA ANÁLISE HÍBRIDA DO DISCURSO

Uma estratégia metodológica desenvolvida ao longo de vários anos de pesquisa, denominada AHD (Andrade, 2016), será revisitada aqui. Essa metodologia inclui e aplica: (a) substantivamente, conceitos sociológicos baseados em estudos pós-coloniais,

entre outras escolas sociológicas, como a noção de “híbrido”; e (b) epistemologicamente, métodos sociológicos tradicionais, por exemplo, análise de discurso e conteúdo, hibridizados com novos métodos e técnicas oriundos dos média digitais, por exemplo, as análises qualitativa e quantitativa do discurso veiculadas por meio de softwares como o NVivo, e jogos digitais ou realidade aumentada. Neste texto, apenas as análises qualitativa e quantitativa do discurso serão exemplificadas.

Para um tal propósito, a AHD pode utilizar redes semântico-lógicas, que são redes conceituais organizadas por conceitos e por relações-conceitos lógicos, explicados e exemplificados a seguir.

Este método tem sido desenvolvido pelo autor desde há algumas décadas (Andrade, 1985) sobre redes sociológicas, relações-conceitos, entre outros: por exemplo, um ensaio sobre a natureza variável e mutável dos conceitos, que assumem diferentes significados dependendo do contexto social da sua enunciação. As próprias relações entre os conceitos podem adquirir grande relevância na interação social ou nos escritos das ciências sociais. Através dessas movimentações sociais ou sociológicas, tais relações podem ser transformadas em conceitos de um novo tipo, ou seja, as relações-conceitos (Andrade, 1991, 2002).

Para além disso, a AHD forjou os seus fundamentos no carácter universal do híbrido. Este conceito tem sido objeto de diversos debates nas últimas décadas, principalmente no âmbito dos estudos pós-coloniais (Appadurai, 2013; Bhabha, 2004; Canclini, 1995/2005; Said, 2008). Na investigação pelo autor do presente texto, o híbrido foi aplicado aos seguintes objetos de estudo, entre outros:

- No que diz respeito às artes digitais, em 2006, a noção de híbrido foi ligada à *net art* (arte feita para a internet) e à construção de um novo tipo de blog, o *hybrilog*. Este é um blog híbrido, incluindo e hibridizando vários tipos de blogs, cada um deles baseado num meio diferente (por exemplo, um blog de texto, um blog de vídeo, um blog de poesia em vídeo, um blog de arte digital, etc.). A esfera social onde os blogs operam tem sido chamada de blogosfera. Da mesma forma, a paisagem social onde circulam os *hybrilogs* pode ser denominada “híbridosfera”. Dentro da híbridosfera, por exemplo, um *blogart* é um tipo de arte na internet que adquire a forma e as características de um blog, e o *hybrilog* pode atuar como um *blogart* ou como outro tipo de hibridização cultural e artística (Andrade, 2006a). O híbrido também pode ser usado como recurso para a prática da escrita híbrida em vários novos géneros de blogs, como o *hybrilog*, ou dentro de qualquer outro meio de escrita (Andrade, 2006b).
- A hibridização de literacias é outro conceito central usado para entender e aplicar a AHD (Andrade, 2011a, pp. 71–72, 2014). A literacia pode ser definida como um conjunto de processos sociais de leitura e escrita, incluindo competências e desempenhos subjacentes a um determinado modo de conhecimento, além dos regimes de leitura e escrita de uma língua nacional ou materna. Articulando tais literacias, emerge hoje um modo de conhecer inédito, a *hibridologia*, que se concentra nas entidades e identidades híbridas que proliferam na contemporaneidade, especialmente nas redes sociais digitais. Exemplos são fornecidos num estudo de caso de audiências no Museu Coleção Berardo realizado em 2010, através de metodologias híbridas como o questionário multitoque e o jogo das tricotomias (Andrade, 2011b). Outra ilustração de métodos sociológicos híbridos é a *Novela GeoNeológica* (Andrade, 2007b, 2011b, p. 52) Ou, na área do património cultural, uma reflexão sobre a sociologia das ruínas mostra um exemplo de métodos híbridos por meio de um estudo de caso realizado no contexto das redes sociais digitais (Andrade, 2013). Outro debate sintético sobre hibridologia, conectada com a esfera digital e os novos média, pode ser encontrado em Andrade (2015).

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO CORPUS DA WIKIPEDIA: QUESTÕES NA ANÁLISE HÍBRIDA DO DISCURSO

Este estudo de caso incide sobre as páginas da Wikipedia que debatem “pandemia de COVID-19” e “turismo”, contextualizadas essencialmente pelos estudos de turismo.

As questões específicas que a AHD coloca para interpretar o corpus das páginas da Wikipedia no ciberespaço são as seguintes:

1. Que *processos sociais* emergem como mais relevantes para os autores dessas páginas (e para o seu discurso social inerente), entre os tópicos associados à COVID-19 e ao turismo?
2. Quais são os *conceitos centrais* que representam esses fenómenos sociais?
3. Que *relações sociais* articulam tais conceitos?
4. É possível identificar *meta-relações*, ou seja, relações que associam outras relações?

Esses conceitos e suas relações tornam visíveis redes sociológicas pertinentes, que se definem enquanto constelações conceituais, apresentando uma síntese da realidade social falada/escrita, neste caso imersa nas páginas selecionadas da Wikipedia. Conforme observado a seguir, tais redes sociológicas podem ser especificadas em redes semântico-lógicas. Estas redes mais particulares traduzem desde, de um lado, os significados semânticos que os atores sociais produzem por meio de frases e palavras pertencentes às línguas naturais (inglês, português, etc.), até, de outro lado, proposições (socio)lógicas. Por exemplo, no interior de uma rede semântica-lógica, palavras comuns como substantivos são transformadas em conceitos; os verbos são usados como relações interconceituais; e as frases quotidianas são modificadas em proposições lógicas.

5. DIMENSÕES SOCIAIS E SOCIOLÓGICAS DO CONCEITO “TURISMO DE RISCO VIRAL”

Conforme descrito na secção “Introdução”, a AHD pode ser pormenorizada em várias etapas. A primeira fase é conceptual. Considera não apenas os principais conceitos que organizam o texto, mas também as suas dimensões sociais e sociológicas. No corpus retido, as “estruturas sociais” revelam-se como a dimensão social mais frequente, com 3.845 menções aos respetivos conceitos, dentro das frases do texto anteriormente divididas em proposições (socio)lógicas (ver Figura 2).

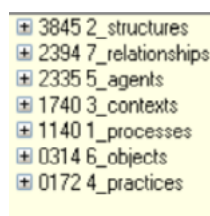


Figura 2 Dimensões sociais e sociológicas

Observe-se que as “relações entre conceitos” se mostram enquanto segunda classe analítica mais citada (2.394 ocorrências dentro dos textos analisados).

O processo de “turismo” desvela-se, em parte, entendido sociologicamente como uma estrutura socioeconómica e cultural/discursiva, dentro da dimensão “estruturas sociais”. O nosso corpus possui 2.545 frases referentes a “estruturas discursivas”, como “artes e culturas” (378 proposições), sendo esta estrutura social cada vez mais praticada pelos turistas culturais contemporâneos (cf. Figura 3).

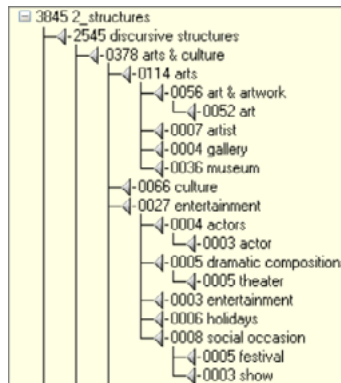


Figura 3 Estruturas discursivas

Outra dimensão amplamente representada no corpus é o “agente social”, particularmente a sua relação com as estruturas sociais “medicina e saúde” (ver Figura 4 e Figura 5).

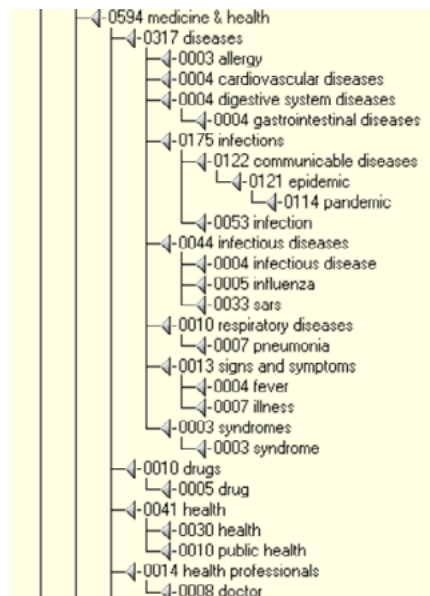


Figura 4 Saúde dos agentes sociais

O turismo situa-se aqui como *actante*. Isso significa uma condicionalidade em relação a outros fenómenos sociais traduzidos por conceitos, aqueles *atuados*. Por exemplo, neste corpus, o “turismo” é tratado como fator de influência sobre outros processos sociais, como o surto pandémico da COVID-19. No entanto, outros processos/conceitos também apresentam essa condicionalidade, por exemplo, “pessoas”, os “EUA”, o espaço mundial global, o ano de “2020” e o mês de “março”, ou alguns “governos” ou países como a “Itália” onde a pandemia começou no ocidente. Curiosamente, a “China” é colocada em uma posição ambígua, tanto como causadora da pandemia quanto como um dos países que a combateu de forma mais sistemática.

Assim como na rede da Figura 7, na Figura 8, os conceitos são representados por esferas. As linhas mostram relações (socio)lógicas entre esses conceitos. Esta rede também hibridiza abordagens qualitativas e quantitativas.

1. *Perspetiva qualitativa*. Observando mais de perto a relação actante/atuado, visível no eixo X horizontal, as noções à esquerda, assinaladas em azul, significam palavras anteriores/antecedentes/precedentes/anteriores, no interior da totalidade das frases da linguagem social e das proposições (socio)lógicas. Os conceitos à direita, em verde, representam as noções consequentes/seguintes/resultantes posteriores, dentro de todas as frases sociais e proposições sociológicas do corpus.
2. *Perspetiva quantitativa*. As relações para cada conceito estão concentradas em torno do eixo Y vertical. As relações mais fortes estão localizadas no topo da rede e as mais fracas na base. Uma linha sólida indica uma associação frequente e uma linha pontilhada indica um link pouco frequente.
3. Outra configuração de uma rede semântico-lógica pode ser vista na Figura 9, hibridizando *interpretações qualitativas* e *medidas quantitativas*.

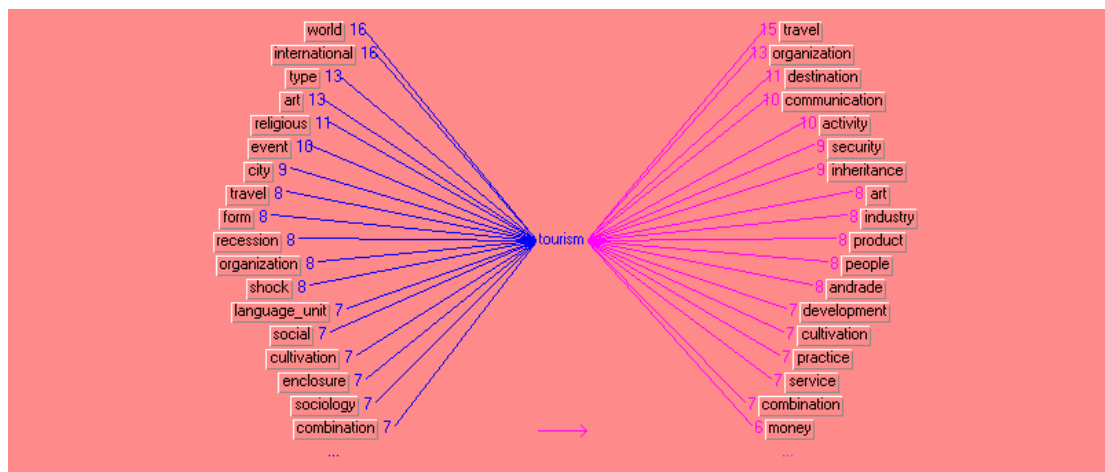


Figura 9 Rede semântico-lógica em “estrela” acerca de turismo, incluindo as frequências dos respetivos conceitos associados

No que respeita a abordagem qualitativa, as relações encontram-se agora mais ordenadas e distribuídas entre duas listas de conceitos com a forma de uma estrela, as anteriores e as posteriores, em torno do conceito central.

No que concerne à postura quantitativa, as articulações sociais e semânticas (qualitativas) são ordenadas (quantitativamente), desde as frequências mais altas no topo até às ocorrências mais baixas na base. Por exemplo, “internacional” e “mundo”

ocorrem 16 vezes, o que denota a relevância global do turismo. Em comparação, “cidade”, um território social mais local e um conceito sociológico mais específico, aparece apenas nove vezes.

Usando o AHD, também é possível aprofundar a interpretação, mudando o “ponto de vista” social e conceitual. Por exemplo, transitando do conceito central “turismo” (na Figura 9) para o conceito principal “covid” (Figura 10).

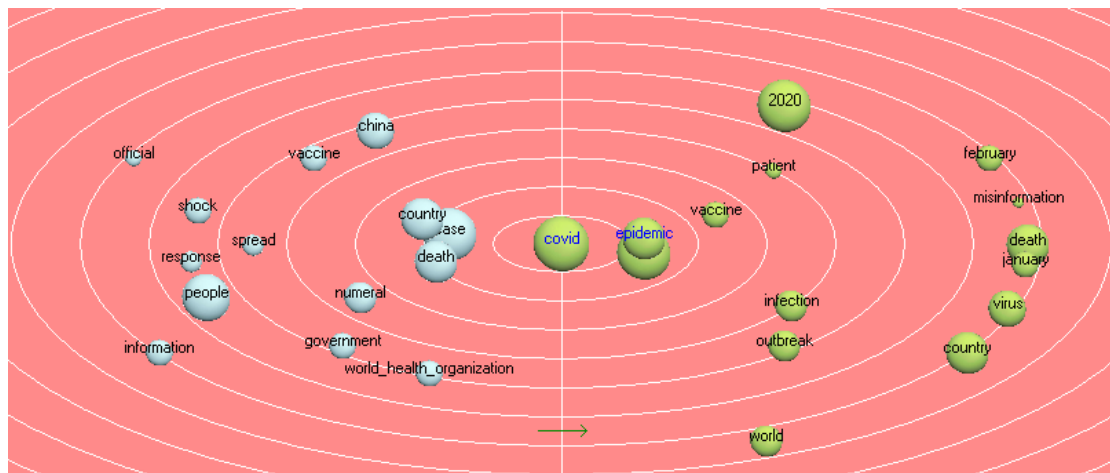


Figura 10 Rede semântico-lógica “orbital” contendo o conceito central “covid” e os seus conceitos satélites

Este movimento chama-se “transitividade”. Agora, o investigador inquirir o corpus mediante o processo social e o conceito sociológico “covid” entendido como a sua lupa de referência. Desta maneira, outros conceitos relacionados surgem, por exemplo, a vacina como arma influente contra a COVID-19, infeções em 2020 em pacientes e o surto de casos funcionando como efeitos sociais do vírus.

Para além disso, usando o prisma “atuante/atuado” (ver Figura 11), o coronavírus encontra-se mais diretamente relacionado com o turismo do que na Figura 10.

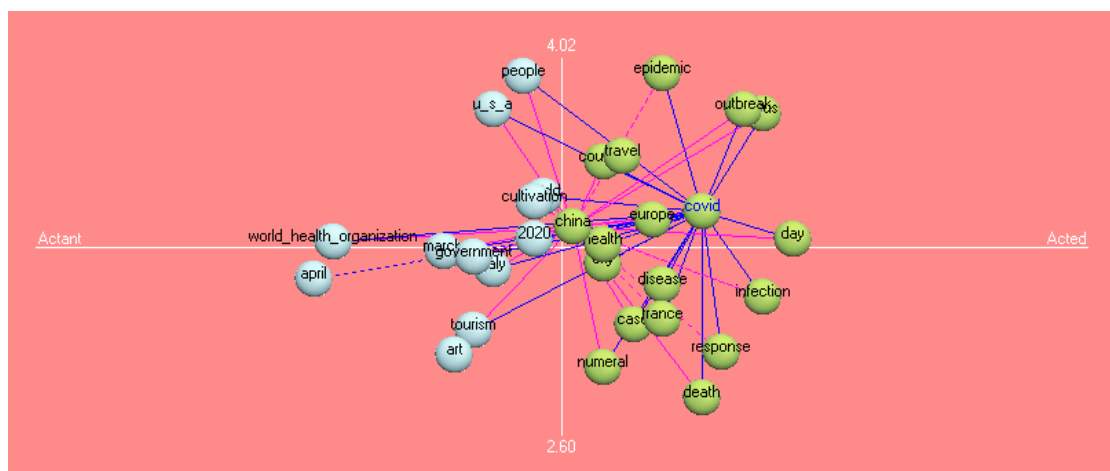


Figura 11 Rede semântico-lógica “axial” apresentando o conceito “covid” e os respectivos processos sociais e conceitos sociológicos, actantes e atuados

De facto, na Figura 11, como na Figura 8, o investigador pode observar mais claramente as relações entre os conceitos envolvidos, através das linhas que transitam de um conceito para outro. As conexões principais encontram-se novamente indicadas por traços contínuos e a azul, e as relações menos importantes estão marcadas em traços pontilhados.

Por exemplo, a relação entre a COVID-19 e a China é muito forte, surgindo este país como fator decisivo para o surto e propagação da pandemia. As relações entre a China e os demais fenómenos sociais são testemunhadas por intermédio das conexões visíveis na Figura 11, ligando a China a “covid”, “epidemia”, “surto”, “povo”, “turismo”, “EUA”, entre outras. A Figura 12 quantifica essas relações.

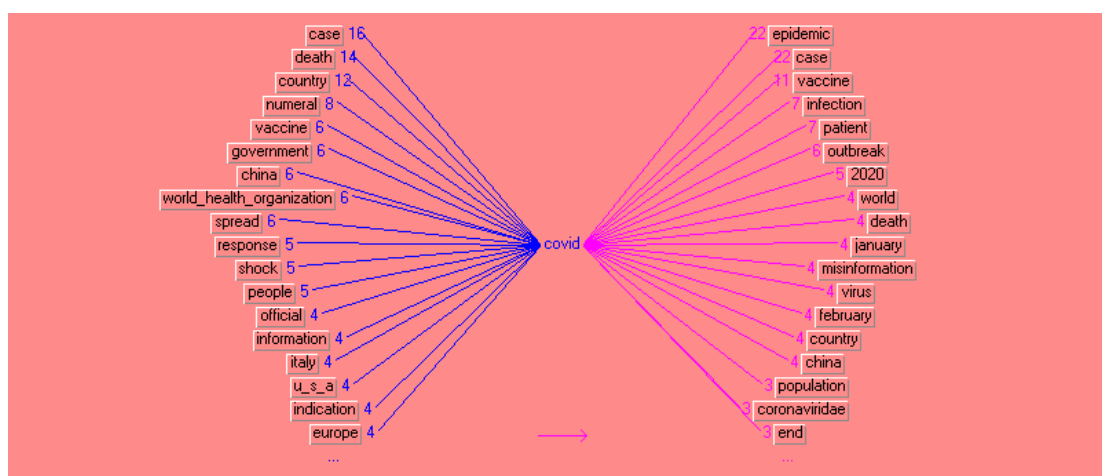


Figura 12 Rede semântico-lógica em “estrela” sobre COVID-19, registando as frequências dos correspondentes conceitos conectados

Note-se que esta estratégia de interpretação utiliza um conceito, “China”, que media duas outras dimensões da realidade: uma estrutura social (“turismo”) e um agente social (“COVID-19”). Esse tipo de noção é denominado “conceito mediador” ou “conceito-relação”. Assim, um conceito mediador significa um termo científico que intermedia (relaciona substantivamente) termos polares, como é o caso de conceitos opostos em termos de níveis sociais (Andrade, 1991, p. 270). Por exemplo, o nível macrossocial representado pela estrutura “turismo” e o nível microssocial manifestado via o agente social COVID-19, conforme exemplificado acima.

Abaixo mostram-se alguns exemplos das ocorrências mencionadas acima e relações expressas no próprio texto em inglês. Eles foram extraídos do corpus das páginas selecionadas da Wikipedia, especificamente sobre a relação entre a China e a COVID-19, dentro de uma conjuntura global onde as viagens turísticas contribuem para agravar a pandemia. Esta é apenas uma ilustração, pois as citações são muito numerosas no corpus.

As seguintes referências podem ser encontradas na página da Wikipedia sobre a pandemia de COVID-19. Os números no início de cada linha indicam a ordem das posições após a análise.

Aqui estão algumas citações sobre a propagação do vírus através dos turistas:

- [11] Em 31 de janeiro, a Itália havia confirmado os seus primeiros casos, dois turistas da China.
- [7] As chegadas de turistas internacionais ultrapassaram a marca de 1 bilhão de turistas globalmente pela primeira vez em 2012.
- [8], mercados de origem emergentes como China, Rússia e Estados Unidos, em vez da China, onde o vírus se originou.
- [733] O ex-presidente dos EUA, Donald Trump, foi criticado por se referir ao COVID-19 como o “Vírus Chinês” e “Gripe Kung”.

No que diz respeito à situação de pandemia em 2020:

- [72] No entanto, a primeira morte relatada fora da China ocorreu em 1º de fevereiro de 2020, nas Filipinas.
- [307] Em 14 de julho de 2020, havia 83.545 casos confirmados na China, excluindo 114 casos assintomáticos.

Declarações oficiais da agência governamental chinesa sobre o vírus:

- [34] Em 12 de janeiro de 2020, cinco genomas de SARS-Cov-2 foram isolados de Wuhan e relatados pelo Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças (CCDC) e outras instituições.

Animais como alegadamente originando o vírus:

- [231] No entanto, em maio de 2020, George Gao, diretor do Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças, disse que amostras de animais coletadas no mercado de frutos do mar deram resultado negativo para o vírus.

Casos de pandemia de COVID-19 na China:

- [59] Uma análise no início de 2020 de casos por idade na China indicou que uma proporção relativamente baixa de casos ocorreu em indivíduos com menos de 20 anos.
- [229] No dia seguinte, em 31 de dezembro, o escritório do The Who na China foi informado de casos de pneumonia de causa desconhecida em Wuhan.
- [229] De acordo com fontes oficiais chinesas, os primeiros casos estavam ligados principalmente ao mercado grossista de frutos do mar de Huanan.
- [236] Em 20 de janeiro, a China relatou quase 140 novos casos num dia.
- [247] Em 26 de março, os Estados Unidos ultrapassaram a China e a Itália com o maior número de casos confirmados no mundo.
- [307] Em 14 de julho de 2020, havia 83.545 casos confirmados na China, excluindo 114 casos assintomáticos.

Mortes na China causadas pelo coronavírus:

- [311] No entanto, ao longo da pandemia, várias fontes lançaram dúvidas sobre a precisão dos números oficiais da China para mortes e infeções de Covid-19 durante o surto inicial.
- [407] Em 19 de março de 2020, a Itália ultrapassou a China como o país com mais mortes relacionadas ao COVID-19 no mundo depois de relatar 3.405 mortes pela pandemia.

7. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO RELACIONAL

Um terceiro grande passo do AHD é principalmente relacional. Uma aplicação do alfabeto é apresentada nas próximas páginas. No corpus retido, foram encontradas 2.393 ocorrências de relações extraídas desse alfabeto (socio)lógico. As relações (socio)lógicas codificadas como “rs” significam “structural relations” (relações estruturais),

por exemplo, a relação de “globalização”, codificada como “rs3 (((é global para”. E as relações (socio)lógicas codificadas como “rc” são “conjunctural relations” (relações conjunturais), por exemplo, a relação “transformação em rede digital”, codificada como “rc14 x-x> transforma na web”.

De entre as relações estruturais, a mais frequente é a relação de “igualdade”, codificada como “rs7 = igual a” e mencionada 506 vezes. Em segundo lugar aparece a relação “totalidade”, codificada como “rs1 (contém”, com 150 referências.

No caso das relações conjunturais, a relação “determinação”, codificada como “rc1 ->> determina”, é a mais numerosa, com 313 ocorrências. A segunda mais usual é a relação “movimento”, expressa na análise como “rc4 -|-|> mover para”, referenciada 202 vezes. Outras conexões conceptuais e a sua relativa relevância no corpus podem ser vistas na Figura 13.

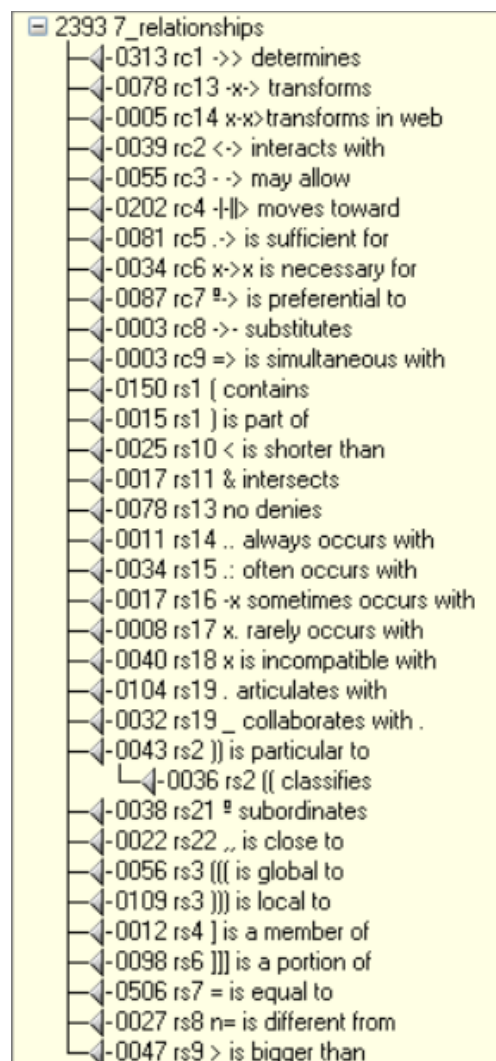


Figura 13 Relações (socio)lógicas entre os conceitos

As redes seguintes mostram como uma relação pode ser conectada com conceitos anteriores e posteriores no método AHD. Por exemplo, a relação de “determinação” (Figura 14) é agora tomada como ideia central, colocada assim no centro da rede.

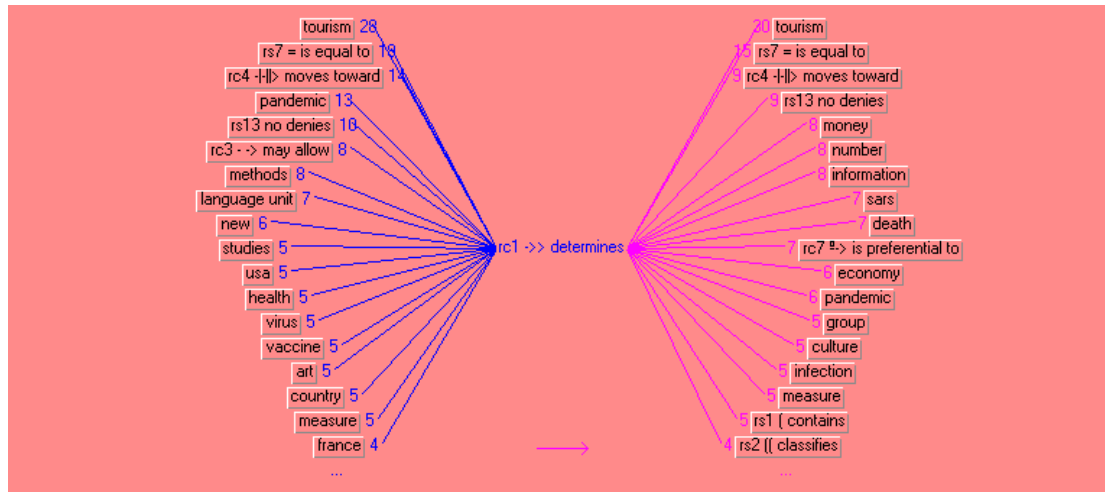


Figura 14 Conceitos anteriores e posteriores para relação “determina”

Dessa forma, a relação de “determinação” reúne, à sua esquerda, conceitos antecedentes e, à sua direita, conceitos consequentes. Por outras palavras, a relação de “determinação” passa a ser entendida como um conceito-relação (Andrade, 2002). Além disso, epistemologicamente, por meio desse movimento interpretativo, o conceito-relação adquire o estatuto de conceito híbrido ou, se se preferir, a conotação de relação híbrida, pois hibridiza conceitos com relações e vice-versa.

Alguns dos “conceitos anteriores” (às vezes atuando como causas) mais frequentemente associados à relação “determinação”, são estes: “turismo”, com 28 ocorrências; “pandemia” (13); “saúde” (cinco); “vírus” (cinco); “vacina” (cinco). O conceito “turismo” também é o conceito posterior mais citado (20 vezes), localizado após a relação de determinação, dentro de todas as proposições do corpus. Isso significa que o processo social “turismo”, no discurso do corpus, está mais presente como fator condicionante do que como fator condicionado.

Quanto a esses conceitos posteriores (funcionando, por exemplo, como consequências de efeitos), alguns são relevantes. Por exemplo, “sars”, “morte”, “pandemia”, “infecção”, entre outros.

Outra estratégia de interpretação consiste em usar a transitividade mais profundamente. Como notado supra, a transitividade significa mudar a perspectiva do investigador em relação ao conceito central dentro de uma rede (socio)lógica ou entre redes diferentes. Por exemplo, é possível passar para uma rede (ver Figura 15) que toma um conceito “turismo” conectado com uma relação-conceito (a relação dialética codificada como “rc13 transforma”) enquanto ideia central da rede, e assim localizada no centro da rede.

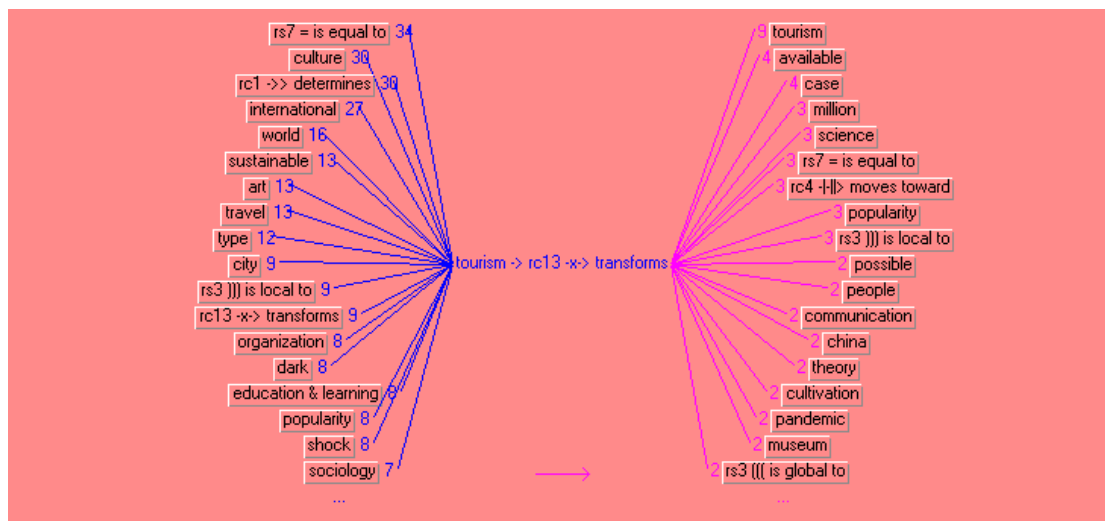


Figura 15 Conceitos antecedentes e consequentes de uma proposição incluindo o conceito “turismo” e a relação “transforma”

Isto significa que um tal centro é ele próprio hibridizado, pois funde um conceito e uma relação numa proposição parcial. Observem-se as frequências dos conceitos antecedentes e subsequentes no que diz respeito a esta nova ideia central. Quanto aos termos posteriores, o “turismo” pode transformar qualquer um deles, por exemplo, as “pessoas” e a “comunicação”, ou a “pandemia”.

A seguir, expõem-se exemplos da relação “determinação” no corpus considerado. As palavras em *itálico* indicam os termos usados na língua inglesa da página da Wikipédia sobre a pandemia da COVID-19, aqui traduzidos para português:

- [6] Relatando em 24 de março de 2020, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos indicaram que o The Who *havia fornecido* dois códigos para Covid-19.
- [30] O vírus que *causou* o surto é conhecido como coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-Cov-2).
- [82] A razão morte/caso *reflete* o número de mortes atribuídas ao Covid-19 dividido pelo número de casos diagnosticados dentro de um determinado intervalo de tempo (...) porque as comparações das taxas de mortalidade antes e durante a pandemia mostram um aumento de mortes, que não é *explicado* apenas pelas mortes por Covid-19.
- [84] O CDC *notou* que [o Centro Nacional de Estatísticas de Saúde (NCHS)] não planeia *implementar* Uo7. 2 para estatísticas de mortalidade.

Algumas ilustrações de frases reais de linguagem social, correspondentes a essas proposições (socio)lógicas na página “Turismo” da Wikipédia, encontram-se abaixo. Novamente, os termos que conotam os dois termos encontrados, mutuamente associados dentro das mesmas proposições, são marcados em *itálico*.

- [7] As chegadas de *turistas* internacionais *ultrapassaram* [*ultrapassaram* é uma palavra no corpus indicando a relação “dialética” ou “transformação”] a marca de 1 bilhão de turistas globalmente pela primeira vez em 2012.
- [8] os mercados de origem *emergentes* [outra palavra situada na classe “transformação”, no que diz respeito ao turismo] como China, Rússia.

- [9] Base Internacional *tourism* ao longo do tempo, a aviação moderna tornou *possível* viajar rapidamente longas distâncias.
- [63] Esta forma de *turismo desenvolveu-se* durante a segunda metade do século XIX no Reino Unido.
- [65] O *turismo* educacional é *desenvolvido* devido à crescente popularidade do ensino.
- [106] O *turismo* social está a *tornar* o turismo disponível para pessoas pobres que de outra forma não poderiam dar-se ao luxo de viajar para a sua educação ou recreação.
- [138] Os produtos e serviços de *turismo foram disponibilizados* por meio de intermediários.

Além disso, pode ser interessante pesquisar, como ideia central de uma rede, a hibridização entre dois conceitos-relação (Figura 16).

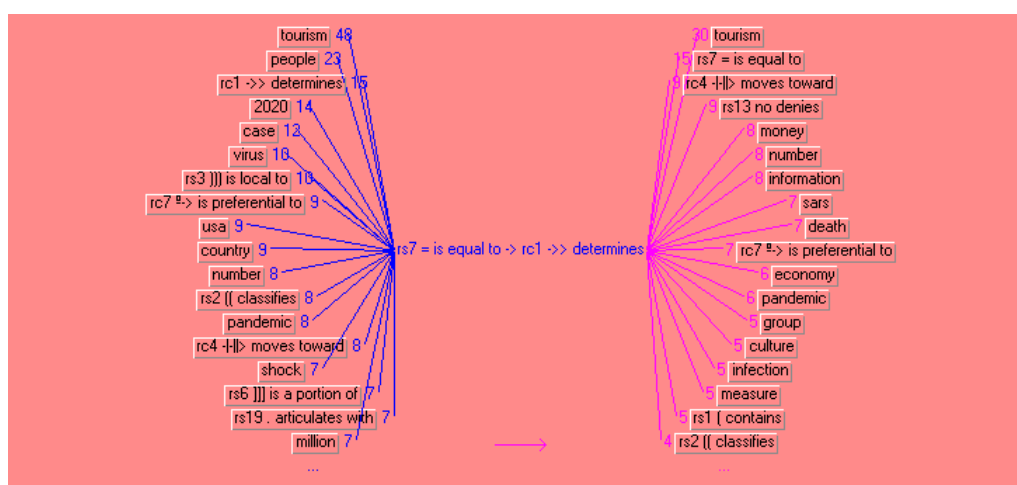


Figura 16 Conceitos anteriores e posteriores à relação “é igual a” hibridizado com relação “determina”

Por exemplo, a associação entre, de um lado, a relação denominada “igualdade” (codificada “rs7 = igual a”) e, de outro lado, a relação “determinação” (codificada “rc1 ->> determina”). Tal conexão entre duas relações é nomeada “meta-relação”. Agora é possível descobrir alguns conceitos frequentes, ou outros conceitos-relação, ligados a essa nova ideia central de uma rede semântico-lógica.

Para tanto, poder-se-ia retomar a totalidade das sentenças linguísticas do corpus e as respectivas proposições lógicas subjacentes. Como dito acima, tais proposições incluem conceitos anteriores (por exemplo, condições, causas) e conceitos posteriores (consequências, efeitos, etc.) conectados por uma ou mais relações. No que diz respeito aos conceitos anteriores dentro de todas as proposições (socio)lógicas no interior do corpus, as menções mais frequentes incluem “turismo” (48 vezes), “pessoas” (23), “vírus” (18), “pandemia” (oito), e assim por diante. E o impacto dessa meta-relação contém “sars”, “morte”, “pandemia”, “infecção”, entre outros.

Exemplos dessa meta-relação no corpus são apresentados abaixo, encontrados na página da Wikipedia sobre “pandemia COVID-19”. A relação “é igual a” é indicada em itálico, e a relação “determina” é indicada entre aspas.

- [179] No entanto, nos Estados Unidos, duas terapias baseadas em anticorpos monoclonais *estão* disponíveis para uso precoce em casos “pensados” com alto risco de progressão para doença grave.

- [180] Em 34% dos casos (7,4% para aqueles com mais de 65 anos), os sintomas são graves o suficiente para “causar” hospitalização.
- [190] os cuidados de saúde devem *estar* disponíveis para “fornecer” as necessidades dos infectados.
- [199] O rastreamento de contatos é um método importante para as autoridades de saúde “determinarem” a fonte de infecção.
- [200] e em 7 de abril de 2020, mais de uma dúzia de grupos de especialistas *estavam* a trabalhar em soluções amigáveis à privacidade, como “usar” Bluetooth para registrar a proximidade de um utilizador a outros em coleta obrigatória de informações do viajante para uso em contato com o Covid-19.
- [208] Na Europa e nos EUA, a Palantir Technologies *está* também a “fornecer” serviços de rastreamento Covid-19.
- [210] em algumas áreas, serviços de saúde não de emergência *estão a ser* “fornecidos” virtualmente.

Outras citações com a meta-relação que hibridiza a relação “é igual a” com relação à conexão “determina” estão localizadas na página da Wikipedia intitulada “Turismo”:

- [60] O turismo cultural é uma das megatendências “refletida” no grande número de pernoites e vendas.
- [80] Os destinos turísticos *estão* a mudar para baixas emissões de carbono seguindo a tendência dos visitantes estarem mais focados em *serem* ambientalmente responsáveis, “adotando” um comportamento sustentável.
- [89] Há também a possibilidade de princípios de turismo pró-pobres serem “adotados”, no turismo comunitário em Serra Leoa?
- [91] e isso é “refletido” no número de turistas recuperando cerca de 6,6% globalmente em relação a 2009, com crescimento de até 8% nas economias emergentes.

8. CONCLUSÃO

Seria possível prolongar aqui a hermenêutica sociológica híbrida AHD sobre processos sociais híbridos, através das perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas e empíricas, aplicadas acima. Na verdade, uma tal estratégia ainda se encontra em seu estágio inicial de desenvolvimento. Por conseguinte, algumas conclusões prévias e incompletas sobre o presente estudo são as seguintes: no interior de uma perspectiva epistemológica, não só os métodos, mas tudo na pesquisa poderia ou deveria ser, de alguma forma, hibridizado, pelo menos parcialmente. Por exemplo, não apenas a interdisciplinaridade é pertinente hoje em dia; mas também articulações mais claras entre conceitos e entre teorias; bem como uma fusão mais eficiente entre equipas de investigação originárias de culturas de pesquisa dominantes e alternativas, por exemplo, equipas de investigação nativas de países e sociedades centrais e periféricas.

Do ponto de vista teórico, a web 3.0, e em particular os sites sociais-semânticos como a Wikipedia, têm sido objetos de estudo relativamente pouco analisados, apesar de Tim Berners-Lee (2000), o inventor da world wide web (a internet visual e gráfica), ter sublinhado a sua relevância e urgência, centrais para o esclarecimento dos fenómenos que subjazem às redes sociais digitais.

Considerando uma perspectiva metodológica, por forma a interpretar inéditos processos sociais, é necessário não apenas criar conceitos inovadores, mas também forjar

novas metodologias. Usando o alfabeto, a AHD representa apenas uma contribuição possível para isso, embora em estado de desenvolvimento e, portanto, naturalmente sob avaliação contínua.

De qualquer modo, como resultados temporários deste estudo de caso, destaca-se o seguinte: para os autores do discurso das páginas web analisadas, entre os assuntos associados à COVID-19 e ao turismo, e tendo em conta a abordagem quantitativa aplicada, as dimensões dos fenómenos sociais mais relevantes são estruturais, registrando 3.845 menções. O número de referências a “relações” e a “agentes sociais” mostra-se relativamente semelhante, com 2.394 e 2.335, respetivamente. A frequência de “contextos” e “processos” sociais encontra-se igualmente muito próxima. “Objetos” e “práticas” são as dimensões/níveis sociais e sociológicos menos presentes no discurso da Wikipedia.

Quanto a uma abordagem mais qualitativa, e revisitando as questões anteriormente formuladas, os conceitos centrais que representam essas dimensões dos fenómenos sociais, pertencem à categoria “medicina e saúde” relacionada com “agentes sociais” e referem-se a “transportes e viagens” com “turismo”, o que demonstra a pertinência da respetiva articulação. As relações sociais mais expressivas que articulam tais conceitos são a “igualdade” nas relações estruturais e a “determinação” nas relações conjunturais. Algumas delas são meta-relações, ou seja, vínculos sociais e sociológicos que se associam a outros vínculos. É o caso de “igual a”, relacionado, num primeiro movimento, a “determina”, e ambos ligados, num segundo momento, a várias ideias antecedentes e posteriores, dentro do discurso reticular residente nas páginas da rede social Wikipedia, sobre a “pandemia de COVID-19” e o “turismo”, um discurso social parcialmente decifrado através das proposições sociológicas propostas pela AHD.

Tradução: Pedro Andrade

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., ao abrigo dos projetos UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Andrade, P. (1985). Para uma sociologia da documentação: Sensibilização à necessidade da sua construção. In *I Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: A informação em tempo de mudança* (Vol. II, pp. 421–450). BAD.
- Andrade, P. (1991). A taberna mediática, local reticular de negociações sociais e sociológicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (33), 265–286. <http://hdl.handle.net/10316/11715>
- Andrade, P. (2002). Some synthetic ideas to work with qualitative analysis software. *Atalaia/Intermundos*, (12/13), 165–174. <http://hdl.handle.net/1822/29994>
- Andrade, P. (2006a). Net art and hybridosphere: The hybridlog as blogart. In L. Dopico Arneiros & A. Marcos (Eds.), *Terceira Conferencia Internacional de Arte Electrónico e Dixital : “Conectando fronteiras”: Arte + tecnología + ciencia + sociedade* (pp. 137–143). Artech. <http://hdl.handle.net/10400.2/1971>

- Andrade, P. (2006b). A sub-version of writing and of citizenship: The blog's auto-writing and the hyrilog as trans-writing. In P. Andrade, H. Dória, A. Galera, & F. Cascais (Eds.), *Jardins no corpo* (pp. 21–26). Apenas Livros. <http://hdl.handle.net/1822/29974>
- Andrade, P. (2007a). O alfabeto de relações universais (ARU). *Revista de Comunicação e Linguagens*, (38), 143–155.
- Andrade, P. (2007b). A sociedade da investigação e do jornalismo: Boas práticas de cidadania participativa através da internet móvel e do social bookmarking. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 307–312. <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/732>
- Andrade, P. (2011a). A hibridação das literacias: Métodos geoneológicos na sociedade da investigação. In S. Pereira (Ed.), *Atas do Congresso Nacional “Literacia, Media e Cidadania”* (pp. 71–89). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/lmc/article/viewFile/454/498>
- Andrade, P. (2011b). *Sociologia semântico-lógica da web 2.0/3.0 na sociedade da investigação: Blogues, wikis, mundos/museus virtuais e redes sociais semântico-lógicas*. Caleidoscópio.
- Andrade, P. (2013). Sociologie sémantico-logique des ruines: Pour une hermeneutique hybride de la ruine à la web 2.0 et à la web 3.0. *Sociétés*, (120), 105–119. <https://doi.org/10.3917/soc.120.0105>
- Andrade, P. (2014). Hybridization and postcolonialism. In M. M. Baptista & S. V. Maia (Eds.), *Colonialisms, post-colonialisms and lusophonies: Proceedings of the 4th International Congress in Cultural Studies* (pp. 523–527). Universidade de Aveiro; Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/44935>
- Andrade, P. (2015). Hybridologie. In M. Veyrat (Ed.), *100 notions sur les arts numériques* (pp. 179–180). Les Éditions de l’Immatériel.
- Andrade, P. (2016). GeoNeoLogical novel and other hybrimedia experiments: Or how to use hybrid methods such as hybrid discourse analysis (HDA) within a knowledge base. *MATLIT*, 4(2), 157–181. https://doi.org/10.14195/2182-8830_4-2_8
- Andrade, P. (2020). Cultural resistance to Covid-19: An encyclopedia of public art for artists and tourism publics? *Cadernos de Arte Pública*, 2(2), 57–74. <https://doi.org/10.48619/cap.v2i2.215>
- Andrade, P. (2021). Viral urban tourism within viral society: Sociological touring guides using apps and e-books. In H. Griffin (Ed.), *International conference connections: Exploring heritage, architecture, cities, art, media*. AMPS proceedings series 20.1 (pp. 125–134). AMPS. <http://hdl.handle.net/1822/74116>
- Appadurai, A. (2013). *The future as cultural fact: Essays on the global condition*. Verso.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. Sage.
- Beck, U. (2013). *World at risk*. Polity.
- Beck, U. (2016). *The metamorphosis of the world: How climate change is transforming our concept of the world*. Polity.
- Berners-Lee, T. (2000). *Weaving the web: The original design and ultimate destiny of the world wide web*. HarperBusiness.
- Bhabha, H. (2004). *The location of culture*. Routledge.
- Canclini, N. (2005). *Hybrid cultures: Strategies for entering and leaving modernity* (C. L. Chiappari & S. L. Lopez, Trans.). University of Minnesota Press. (Trabalho original publicado em 1995)
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Wiley-Blackwell.
- Gans, J. (2020). *Economics in the age of covid-19*. MIT Press First Reads.

Naik, A. (2020). *Heroes of a pandemic: Those who stood up against covid-19*. Indy Pub.

Rio, R. (2020). *Turismo in quarantena. Gli effetti del coronavirus sul sistema italiano*. Tangram Edizioni Scientifiche.

Said, E. (2008). *On late style: Music and literature against the grain*. Vintage.

Urry, J. (1990). *The tourist gaze*. Sage.

Urry, J. (2007). *Mobilities*. Polity Press.

APÊNDICE

BREVE GLOSSÁRIO SOBRE TURISMO URBANO, SOCIEDADE VIRAL E ANÁLISE HÍBRIDA DO DISCURSO

O objetivo deste glossário é permitir, de forma sintética, o acesso a conceitos relacionados ao tema central deste texto. Note-se que tais relações não são apenas conexões diretas, mas também de natureza indireta. Por exemplo, podem constituir uma relação de inclusão entre um termo e as suas categorias mais amplas que contextualizam um tal conceito específico. De facto, um glossário não recebe o mesmo papel que as referências bibliográficas, onde devem ser indicadas as relações diretas entre uma citação e a respetiva fonte. Diferentemente, um glossário desvela-se útil para definir e consolidar brevemente as ideias, não articulando todos os termos com o texto, nem desenvolvendo a sua reflexão, o que seria impossível por falta de espaço.

Por exemplo, no presente glossário, o conceito “cidade 3.0” deve ser incluído na categoria mais ampla “cidade” ou “urbano”, que constituem duas classes hierárquicas de conhecimento. Dentro da definição de “cidade 3.0”, é possível reparar numa relação direta com o estudo de caso sobre o discurso da Wikipedia, aqui analisado, visto que a Wikipedia é uma web semântica incluída no sistema mais amplo da “web 3.0”. Observe-se que alguns (mas não todos os) conceitos relacionados diretamente com “cidade 3.0”, por exemplo, “web 3.0” e “turismo 3.0”, são marcados em itálico na definição de “cidade 3.0”. Isso significa que o leitor pode ser elucidado, rápida e brevemente, com o significado dessas duas últimas ideias. Em suma, os textos contemporâneos encerram uma natureza rizomática e intertextual. Ou seja, eles fundam uma rede incomensurável de significantes inter-relacionados. Os glossários são apenas um rizoma mais sintético.

Análise híbrida do discurso: é um género de análise crítica e híbrida do discurso que realiza fusões entre as diferentes naturezas das coisas ao analisar um determinado corpus de dados sociais. Por exemplo, ao hibridizar tipos de conhecimento, abordagens metodológicas como *métodos híbridos*, pré-digitais, média digitais e *hibrimédia*, equipas de pesquisa interculturais e interprofissionais, entre outras.

Cidade 3.0 ou cidade sócio-semântica: localidade globalizada e configurada numa rede geográfica urbana que inclui redes digitais, sociais e semânticas, características da *web 3.0*, particularmente nas atividades de *turismo 3.0*.

Cidade inteligente: paradigma de cidade que privilegia o planeamento, monitorização e tecnologias digitais para alcançar maior previsibilidade na reestruturação urbana, entre outros aspetos de maior mobilidade, *turismo inovador* e segurança no espaço público. No entanto, uma tal visão ubíqua da cidade e do cidadão traz riscos, desde a intrusão na sua vida privada, passando pelo desrespeito dos direitos humanos, até à naturalização e aceitação acrítica de um panoptismo generalizado. Diferencia-se da *cidade 3.0*, pois este modo urbano está mais profundamente ligado à *web 3.0* e ao *turismo 3.0*.

Comunicação turística: paradigma comunicativo em torno das atividades *turísticas*, fundado em três modos distintos de comunicação, mas também hibridizados na contemporaneidade: o modo pré-moderno de comunicação em copresença (conversas face a face, etc.); o modo de comunicação de massa característico das sociedades modernas (imprensa, rádio, televisão); e o modo de comunicação digital associado à pós-modernidade (ciberespaço, cibertempo).

Hibridologia: consiste no estudo científico, tecnológico e artístico das entidades híbridas que abundam e de alguma forma definem a nossa contemporaneidade globalizada, como é o caso da crescente hibridização demográfica nas sociedades europeias, através de décadas de imigração massiva. Outros exemplos são os *métodos híbridos*, a *análise híbrida do discurso* e a *hibrimédia*.

Métodos híbridos/Hibrimédia: mistura, fusão ou hibridação de diversos métodos e meios científicos, tecnológicos ou artísticos, por exemplo, os que caracterizam os seguintes modos de conhecimento: ciências sociais (questionário, etc.), novas tecnologias (dispositivos digitais interactivos construídos em hipermédia) e as artes (arte-objecto, arte processual como instalação e performance).

Remobilidade social: define-se como uma postura de combate à *sociedade viral*, visando a sua superação e a recriação alternativa de processos de mobilidade social no seio dos processos sociais e comunicativos contemporâneos, como a comunicação entre cidadãos, turistas e migrantes. Numa *sociedade viral*, ocorre a de-mobilidade social. Por outras palavras, a sociedade móvel, em que “tudo está em movimento”, como argumenta John Urry (1990, 2007), transformou-se parcialmente numa sociedade imóvel. Portanto, é necessário deslocá-la de sua i-mobilidade, por meio da remobilidade social, entre outras estratégias. Alguns exemplos desses processos de remobilização social são a arte pública urbana vinculada às culturas móveis, como a cultura turística e as culturas inerentes às redes sociais digitais. Tais culturas encontram-se fundadas e fundidas, hoje, em comunidades virtuais-virais que circulam no ciberespaço e no cibertempo, entendendo-se como esferas públicas digitais conflituosas onde, atualmente, sociedades pré-virais desconstroem-se e reconstroem-se gradualmente enquanto sociedades pós-virais.

Site social-semântico: esse tipo de site digital está intimamente associado à *web 3.0*. Apresenta explicitamente um paradigma explicativo ou secções sobre seu próprio

conteúdo semântico (ideias, conceitos, fatos, eventos, etc.) e as suas relações lógicas (ligação entre ideias dentro do site, ou links entre páginas no site ou entre estas e lugares, externos a ele na internet).

Sociedade da investigação: na contemporaneidade, os cidadãos comuns podem pesquisar ou (re)procurar, através da investigação aberta ou *open research* (pesquisa aberta), tanto informação quanto conhecimento abertos, usando ferramentas e dispositivos globais, como o Google ou telemóveis, em várias cenas ou arenas sociais, incluindo espaços museológicos físicos ou virtuais, ou a rua. Ao fazê-lo, os cidadãos comuns podem construir conceitos e definições, por exemplo, na Wikipedia, e assim, de alguma forma, competir com cientistas e artistas profissionais, na produção e disseminação de informação e conhecimento, locais e globais.

Sociedade viral: paradigma de sociedade definido por processos sociais nunca antes vistos, como economias e tecnologias virais; políticas e políticos virais; culturas e cultos virais, *turismo de risco viral*. Um dos processos que buscam superar a sociedade viral é a *remobilidade social*.

Turismo: modo de viagem dominante nas sociedades industriais e na modernidade. Os tipos de turismo incluem *turismo cultural*, *turismo cultural digital*, *turismo inovador*, *turismo locativo móvel*, *turismo 3.0*, *turismo de risco viral*.

Turismo 3.0: é definido com base nas seguintes características: maior interesse dos turistas pelo património imaterial; a superação da dicotomia entre cultura erudita e cultura popular, processo testemunhado, por exemplo, pela abertura dos turistas à arte pública na rua; hibridização entre produção e consumo cultural; desejo de experiências autênticas na viagem turística; um tal paradigma do turismo moderno revela-se como uma das manifestações práticas da *cidade 3.0*, que muitas vezes permite o uso da *cultura 3.0* no seio do ciberespaço público da *web 3.0*.

Turismo cultural: tipo de *turismo* que se interessa predominantemente por aspetos culturais da sociedade (artes e suas instituições ou contextos), por exemplo, o Museu de Arte Pública ou outros espaços culturais públicos, como a rua.

Turismo cultural digital: modalidade de *turismo* associada ao ciberespaço e ciber-tempo, e à cultura móvel veiculada pelo turista por meio do telemóvel, por exemplo, como instrumento de vinculação das artes públicas à cibercultura.

Turismo inovador: tipo de *turismo* ligado à inovação social, especialmente dentro da mobilidade urbana característica da *cidade inteligente*.

Turismo locativo móvel: configuração da viagem *turística* em que a informação e o conhecimento sobre a viagem (pesquisas na internet sobre o destino turístico, memórias

captadas durante a visita, etc.) são captados nomeadamente via telemóvel, presencialmente ou em sites online. As novas mobilidades características do turismo móvel locativo e do *turismo de risco viral* redefinem as atuais mobilidades sociais. Ou seja, estabelecem processos de remobilidade, que desenvolvem certas regularidades já detetadas no caso da *comunicação turística* via média locativos e turismo comunicativo.

Turismo de risco viral: este processo é definido como um novo modo de viajar que herda algumas das características da *sociedade viral*, sociedade de risco e sociedade em rede. Por exemplo, devido ao confinamento forçado, os potenciais turistas optam cada vez mais por realizar viagens virtuais no ciberespaço e no cibertempo em vez de viagens físicas. Outro atributo do turismo de risco viral é o desenvolvimento do *turismo locativo móvel*, que pode tornar-se tão ou mais importante que o turismo presencial.

Web 2.0 (ou web social ou internet de leitura/escrita): tipo de rede social digital que permite uma postura ativa por parte do utilizador. Além de ler as informações, ele pode escrever conteúdos como artigos (posts) ou comentários sobre um blog e partilhar informações pessoais e profissionais nas redes sociais digitais, como Facebook, Twitter ou YouTube.

Web 3.0 (ou web semântica): paradigma das redes sociais digitais que se baseia, entre outros dispositivos discursivos, em *sites social-semânticos*. Por exemplo, os sites Wikipedia, Freebase, Comunicação Pública da Arte.

Wikipedia: um site social semântico da *web 3.0*, apresentado na forma de um glossário digital global, onde cidadãos comuns podem definir ideias e conceitos, mesmo que avaliados por uma comissão da Wikipedia, dedicada a controlar algumas práticas e escritos antidemocráticos, como posturas racistas, notícias falsas, entre outros.

NOTA BIOGRÁFICA

Pedro Andrade é sociólogo e investigador da Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Foi docente nas Universidades de Coimbra e Lisboa, em sociologia da cultura, comunicação, métodos sociológicos, humanidades digitais. Realiza pesquisas sobre culturas urbanas, comunicação artística, museus de arte/ciência, letramentos, redes sociais digitais (*web 2.0/web 3.0*), metodologias/híbrimedia. Foi coordenador de projetos internacionais, por exemplo, *Scientific-Technological Literacy and Public Opinion* (Alfabetização Científico-Tecnológica e Opinião Pública; 2005, sobre os públicos dos museus de ciência) e *Public Communication of Arts* (Comunicação Pública das Artes; 2011, sobre os museus de arte e suas relações com os públicos, turismo, metodologia sociológica digital/virtual, interação híbrimedia, jogos, redes sociais, realidade virtual/aumentada), ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Tem participação em redes universitárias internacionais, por exemplo,

Universidade Comunitária de Virgínia, Estados Unidos da América; membro do projeto *Manifesto Art and Social Inclusion in Urban Communities* (Arte Manifesto e Inclusão Social em Comunidades Urbanas; Reino Unido). É o autor de vários livros e artigos científicos publicados em revistas internacionais e nacionais com revisão por pares, indexados em bases de dados bibliográficas globais (Web of Science, etc.). É o diretor da primeira revista científica luso-francesa, *Atalaia-Intermundos* (desde 1995).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4550-0562>

Email: pjoandrade@gmail.com

Morada: Centro de Investigação em Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4750-057 Braga, Portugal

Submetido: 09/11/2021 | Aceite: 04/01/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

VARIA | VARIA

COMUNICAÇÃO POLÍTICA DIGITAL NA LUSOFONIA: PLATAFORMIZAÇÃO E ENGAJAMENTO

Berta García-Orosa

Departamento de Ciencias da Comunicación, Facultade de Ciencias da Comunicación,
Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha

RESUMO

Este artigo oferece uma análise exaustiva das estratégias emergentes de comunicação política digital numa área pouco estudada: a lusofonia. Mediante revisão bibliográfica e análise de conteúdo, foram estudados um total de 25 partidos políticos de cinco países e três continentes diferentes. Os resultados confirmam, por um lado, tendências emergentes comuns a outras áreas geográficas analisadas recentemente, como a inovação nas narrativas digitais, a plataformação e a tendência para o engajamento como interação comunicativa. No entanto, são observadas novas tendências como o uso de mensagens instantâneas, o podcasting, a segmentação de audiência e o engajamento vinculado à neutralização de notícias falsas.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação, comunicação política, digital, engajamento-audiência-
partido político, português, lusofonia, redes sociais

DIGITAL POLITICAL COMMUNICATION IN THE PORTUGUESE-SPEAKING WORLD: PLATFORMIZATION AND ENGAGEMENT

ABSTRACT

This article provides an exhaustive analysis of the emerging digital political communication strategies in a seldom-studied area: the Portuguese-speaking world. Through a literature review and content analysis, 25 political parties from five countries and three different continents are studied. The results confirm emerging trends common to other recently analyzed places, such as innovation in digital storytelling, platformization and the trend towards engagement as communicative interaction. However, there are new trends toward instant messaging, podcasting, audience segmentation and engagement linked to the fight against fake news.

KEYWORDS

communication, political communication, digital, engagement-audience-
political-party, Portuguese, Lusophone, social networks

1. A COMUNICAÇÃO POLÍTICA DIGITAL

O uso intensivo da tecnologia (Enli & Moe, 2013) está a reconfigurar a esfera pública (McNair, 2017) e, portanto, a conjuntura e a estrutura de um dos principais atores: os partidos políticos. Durante as 3 últimas décadas, têm estado imersos em modificações tecnológicas (mudança de estratégias, influência crescente das principais empresas de tecnologia, surgimento de novos atores políticos ou da desinformação) que, ocasionalmente, questionam a distribuição do poder e a vida cívica. Estas modificações têm sido significativas na comunidade com outros atores e potencializadas durante a época da pandemia (Landman & Splendore, 2020) com consequências incertas para a democracia (Grossman et al., 2020; Webler & Tuler, 2018).

Após os primeiros anos em que a comunicação digital se limitava a servir para publicar na rede mensagens elaboradas na realidade offline, rapidamente os partidos políticos descobriram a relevância das estratégias digitais nos resultados eleitorais e adotaram estratégias híbridas que combinavam velhos e novos meios na relação com os seus públicos (Chadwick, 2013). Nesse caminho, procuraram inovação nas linguagens e narrativas que, embora inicialmente primassem pela sobreposição de conteúdos nos diferentes média, nos últimos anos, avançaram para discursos *crossmedia*, transmédia e, inclusive, realidade imersiva (García-Orosa, 2019).

Destaca-se o uso intensivo das redes sociais (Popa et al., 2020) apoiado pelo *big data* que adquire especial relevância na campanha eleitoral como veículo de comunicação, mas também de previsão.

O uso quase acrítico das redes sociais esteve intimamente ligado a um dos principais anseios dos partidos políticos: a adesão ou engajamento dos seus públicos. A ponto de alguns autores descreverem a era atual como a era do engajamento (Morehouse & Saffer, 2018). Dentro desta evolução, destacam-se estratégias que buscam engajamento do recetor. Ora, como desejo de democratização da participação e deliberação democrática. Ora, simplesmente, como fonte de recursos económicos (García-Orosa, 2018).

No entanto, o engajamento ainda carece de um modelo teoricamente sólido (Shen & Jiang, 2019). As definições, oriundas de diferentes áreas do conhecimento, vão desde a assimilação do compromisso com a interatividade até conceitos ligados ao compromisso psicológico e à filosofia com a construção de comportamentos com diferentes níveis de atividade hierárquica que vão desde o consumo de mensagens passivas até a conversação bidirecional ativa online, participação e recomendação (Men & Tsai, 2013; Taylor & Kent, 2014). Dhanesh (2017) propõe duas conceptualizações principais de engajamento: (a) como interação comunicativa, manifestada em cliques, gostos, visualizações, partilhas, comentários, tweets, recomendações e outros conteúdos gerados pelo utilizador; e (b) as noções dicotómicas de engajamento como controlo baseado em modos de comunicação transacionais (informação pública, assimetria bidirecional, difusão de mensagens organizacionais) e engajamento como colaboração online baseada em modos participativos de comunicação (diálogo, cocriação de conteúdo, etc.).

Na prática, os partidos políticos procuram continuamente a participação e o engajamento do público de várias maneiras. Até agora, registava-se uma dissonância entre

o discurso e a prática da participação e a ausência de um verdadeiro incentivo à participação cidadã, atribuindo ao utilizador um papel de redistribuidor sem reivindicar o seu envolvimento ou praticamente nunca respondendo às suas interações (García-Orosa, 2018). No entanto, nos últimos anos, diante da incapacidade de controlar as mensagens da audiência nas redes sociais, os partidos buscam colaboração na disseminação de argumentos comuns por meio de diferentes estratégias de atração de voluntários digitais paralelamente à tradicional procura de apoiantes, membros e doadores. Este foi o caso de partidos estadunidenses desde 2018, como o Partido Republicano com os seus ativistas digitais que recebem tarefas no meio online (seguir o partido nas redes e partilhar as suas mensagens nos perfis de utilizadores e ajudar a crescer a equipa de ativistas digitais) e convencional (registando novos eleitores e recebendo eventos), ou o Partido Democrata, cuja ação incluía um diretório, várias causas e um guia passo a passo para telefonar ao representante republicano correspondente e convencê-lo.

Paralelamente, os cidadãos procuravam novas formas de participação política, como grupos de eleitores em Espanha ou intervenção na comunicação e na esfera pública.

Mas, nesse caminho, surgiram também os riscos de transformar a comunicação política digital em comunicação monótona e propagandística, com pouca atenção para funções de deliberação cívica ou debate democrático. Entre as mais recentes, destaca-se a intervenção nas campanhas eleitorais de alguns novos atores: as plataformas digitais. Daniel Kreiss e Shannon C. McGregor (2018) analisaram como Facebook, Twitter, Microsoft e Google foram assessores de partidos políticos e moldaram a estratégia digital, o conteúdo e a execução dos conteúdos da campanha através do desenvolvimento de estruturas organizacionais e padrões de pessoal adaptados à dinâmica da política estadunidense.

São muitas as dinâmicas estabelecidas. Mas, como foi observado, muitos dos estudos realizados até o momento trabalham com sistemas políticos europeus e americanos. Este artigo apresenta uma análise comparativa de países de três continentes pouco estudados na literatura anterior.

Do ponto de vista da comunicação, o período analisado faz parte da quarta onda da comunicação política digital, que se caracteriza por: (a) plataformas digitais como atores políticos, que participam em todas as fases da comunicação; (b) o uso intensivo de inteligência artificial e *big data* em todas as fases, mas principalmente na campanha eleitoral; (c) a validação da mentira como estratégia política (entre outras, notícias falsas e fenómenos pós-verdade); (d) a combinação de elementos hiperlocais com supranacionais; (e) determinismo tecnológico acrítico; (f) a busca de engajamento com públicos e processos de coprodução; e (g) três tendências com riscos para a democracia: polarização de opiniões, câmaras de eco e bolhas de filtro (García-Orosa, 2021).

2. O ESTUDO DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA NA LUSOFONIA

Como se pode observar na bibliografia supracitada acerca do avanço no conhecimento científico, a lusofonia está mal representada apesar de ter registado um aumento relevante nos últimos anos (Gradim et al., 2018).

Este artigo situa-se na perspectiva dos estudos realizados nas últimas décadas sobre a lusofonia como “figura de interesse geoestratégico e cultural e os média digitais como objeto de análise” (Martins, 2015, p. 27). No caso deste artigo, essa perspectiva será utilizada para analisar outros atores relevantes na esfera pública: os partidos políticos.

A comunidade lusófona tem mais de 250.000.000 de falantes com pouca consciência de pertencer a uma comunidade. Como lembrou o Martins (2016), é um lugar sem voz, sem conhecimento ou reconhecimento das semelhanças neste vasto espaço geográfico, cultural e mediático (ideia também partilhada por Góes & Antunes, 2017; Seixas, 2016).

Essas limitações também se refletem no campo académico da comunicação com 25 entradas na base de dados Web of Science feitas maioritariamente a partir do Brasil e de Portugal (52% e 56% respectivamente), em 2021. Além disso, apenas 8% das pesquisas têm origem nas ciências da comunicação (em comparação com 26% das humanidades ou 24% da linguística). A evolução por anos é bastante irregular, influenciada pelo número reduzido de artigos.

Dentro da comunicação política, os estudos dividem-se em três: os que adotam uma perspectiva histórica (Gaudin, 2020; Izquierdo, 2017), os que realizam análises comparativas entre um país lusófono e outros de fora, e os que analisam as eleições de 2018 no Brasil fundamentalmente focados numa tecnologia específica. No segundo caso, destaca-se García-Orosa et al. (2017), que incluem Portugal numa análise de narrativas digitais em países europeus, e Ituassu et al. (2019), que comparam as eleições nos Estados Unidos (2016) e no Brasil (2018). Finalmente, no último caso, destaca-se Canavilhas et al. (2019) com uma abordagem inovadora que analisa o uso do WhatsApp durante a campanha presidencial brasileira e destaca que 60% das publicações continham informações total ou parcialmente falsas. Os achados corroboram a existência de um círculo de desinformação entre os utilizadores do WhatsApp.

Para este estudo, são analisados: Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

Além de permitir observar as transformações que a tecnologia, entre outros fatores, provoca na comunicação política em realidades pouco estudadas, esta análise é considerada pertinente porque permite incorporar casos de diferentes continentes para além dos trabalhos maioritariamente centrados na Europa e na América.

3. METODOLOGIA

O objetivo principal é estudar a comunicação política digital dos partidos políticos. São estudados os principais partidos políticos com representação parlamentar em 2021 em Portugal (Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda, CDS – Partido Popular, Pessoas-Animais-Natureza), no Brasil (Partido dos Trabalhadores, Partido Social Liberal, Progressistas, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Liberal), Cabo Verde (Movimento para a Democracia, União Cabo-verdiana Independente e Democrática, Partido Africano da Independência

de Cabo Verde), Guiné-Bissau (Movimento para a Alternância Democrática, Partido da Renovação Social, Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e Moçambique (Frente de Libertação de Moçambique, Resistência Nacional Moçambicana, Movimento Democrático de Moçambique).

Em primeiro lugar, pretende-se conhecer a autodefinição de comunicação digital proposta pelos partidos; quais são as estratégias que fundamentam as ferramentas online e qual é a conceção de público. Foi realizada uma revisão de documentos online contendo a missão e os princípios. Foram ainda estudados os estatutos e as declarações de intenções de cada um dos partidos políticos.

Em seguida, as suas estratégias digitais foram analisadas. As variáveis foram elaboradas ad hoc para esta pesquisa com base naquelas usadas em estudos recentes semelhantes (García-Orosa, 2018; Keller & Klinger, 2019; Landman & Splendore, 2020) para fazer um raio-X dos média digitais na comunicação política:

- link do site do partido político;
- conceção de comunicação digital e relacionamento com o público;
- segmentação específica do público;
- indicadores explícitos de presença da lusofonia;
- idiomas e perspectivas internacionais;
- inovação nas formas de contar e narrativas (multimédia, transmédia, *crossmedia*, podcast, 360°);
- estratégias de verificação;
- inteligência artificial;
- gamificação;
- redes sociais;
- sistemas de mensagens instantâneas;
- novos perfis profissionais;
- engajamento com o público;
- comunidade (pertencimento a uma comunidade, comunidade restrita a militantes);
- adaptação à COVID-19.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da tendência de reconfiguração da esfera pública pelo uso da tecnologia (McNair, 2017), os partidos políticos analisados também são, em menor ou maior medida, intensivos no seu uso, especialmente das redes sociais e mensagens instantâneas. A internacionalização das plataformas unifica a sua utilização, os seus tempos de implementação e até as percentagens de utilização de cada uma delas em todo o campo da comunicação. O processo de plataformização também é perceptível na amostra analisada com a homogeneização do uso de redes sociais e mensagens instantâneas e a influência na práxis da comunicação política.

Em consonância com estudos anteriores, a distribuição da mensagem dos partidos políticos é maioritariamente *crossmedia*, isto é, feita simultaneamente através de diferentes canais, mas sem grandes adaptações na linguagem ou discurso. Há uma aposta intensa no audiovisual, fundamentalmente através do YouTube. Destaca-se a aposta no áudio tanto nos podcasts como na utilização de plataformas como o SoundCloud.

As fórmulas híbridas são especialmente destacadas no Partido Social Democrata de Portugal, que combina a função de repositório de documentos, que ganha grande destaque, e a apresentação online de uma revista impressa tradicional com um podcast e um canal de televisão.

A definição de engajamento, entendida como um compromisso entre o público e o partido, verifica-se como a tradicional ligação do cidadão com o partido, fundamentalmente por meio de filiações e doações feitas através de formulários. A definição implícita de cidadão nos sites é a de colaborador do partido no seu financiamento e na distribuição e circulação de mensagens, mas em quase nenhum caso na elaboração das mensagens ou na definição da política que será veiculada. Portanto, trata-se principalmente de uma comunicação unidirecional e assimétrica (exceto em contatos ocasionais por meio de redes sociais e de mensagens instantâneas) que não afeta a essência da política ou a produção da mensagem.

Portanto, o recetor, neste caso, cidadão, como produto da representação, uma entidade imaginada do discurso que se expressa através da enunciação de outro (Ducrot, 1980/1986) influenciada pela lógica dos média e do público na construção da sua imagem, revela-se um público maioritariamente definido pelos partidos políticos como recetores de mensagens e com um compromisso unicamente definido pela continuidade e fidelidade da receção (newsletters) e colaborador económico do funcionamento do partido.

O envolvimento com o público é unidirecional e também está ligado ao recebimento de doações (Partido Social Democrata, Portugal) ou à adesão, que se destaca em muitas ocasiões (Bloco de Esquerda, CDS – Partido Popular — Portugal; Partido dos Trabalhadores — Brasil). Noutras ocasiões, a participação é equiparada à presença em eventos (Pessoas-Animais-Natureza, Portugal)

No entanto, a amostra de partidos apresenta algumas peculiaridades em relação a estudos anteriores. Primeiro, a segmentação do recetor. A segmentação mais tradicional (militante, simpatizante como no Partido Socialista de Portugal) combina-se com algumas fórmulas que se adaptam à realidade de cada contexto e aos principais objetivos de cada partido. Mas, em nenhum caso, são partilhadas ou comuns à zona lusófona. Assim, destaca-se a segmentação por “jovens” e “mulheres” no Bloco de Esquerda (Portugal), Partido Social Liberal (Brasil), Progressistas (Brasil) e Movimento Democrático Brasileiro. Além disso, no Bloco de Esquerda (Portugal), há um grupo de pessoas com mais de 60 anos e outro da comunidade lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, queer e intersexo. Chama a atenção a divisão de espaços para a comunidade afro (Progressistas — Brasil e Movimento Democrático Brasileiro) e também para a diáspora no Movimento pela Democracia em Cabo Verde. Em todos os casos, a segmentação permanece, mais uma vez, num modelo tradicional de comunicação unidirecional e assimétrico, que apenas segmenta para oferecer informações que possam ser

de especial interesse para esses grupos. É importante, porém, destacar uma exceção, a comunidade criada sob o nome de “Central de Combate às *Fake News* em Sua Cidade” do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, na qual o sindicato não está vinculado às características do público que recebe a informação, mas, sobretudo, a uma finalidade atual e concreta da realidade em que o partido político atua. Portanto, a interação estabelecida com o utilizador é seletiva.

Não são detetados passos relevantes para o engajamento baseado em modos de comunicação transacionais (em vez de assimetria bidirecional) e afasta-se do engajamento entendido como colaboração online baseada em modos participativos de comunicação, como diálogo e cocriação de conteúdo, entre outros (Dhanesh 2017).

Este estudo não deteta sinais de procura de engajamento que vão além da perspectiva tecnológica e é abordado como mais um elemento do processo de comunicação que permite ao utilizador participar em todas as fases do processo de produção e influenciar o conteúdo, com algumas exceções, além do uso de *big data* para adaptar a informação ao comportamento e sentimentos dos utilizadores. A busca pelo comprometimento com o destinatário é, sobretudo, uma importante fonte de comercialização e circulação de informações e pouco relevante na essência e no processo de comunicação dos partidos políticos.

Destaca-se o uso das redes sociais, embora ainda sem uma estratégia comum, que seria muito importante nos próximos anos para o desenvolvimento de estratégias adaptadas a cada situação (Linke & Oliveira, 2015). A necessidade de uma estratégia integrada nas redes sociais para um público diferente começa a ser sentida, como já aconteceu com sucesso em outras áreas.

O facto diferencial nesta ocasião é marcado pelo uso de mensagens instantâneas com Telegram e Skype (4% cada em ambos os casos) e WhatsApp (20% das partes utilizam; Figura 1).

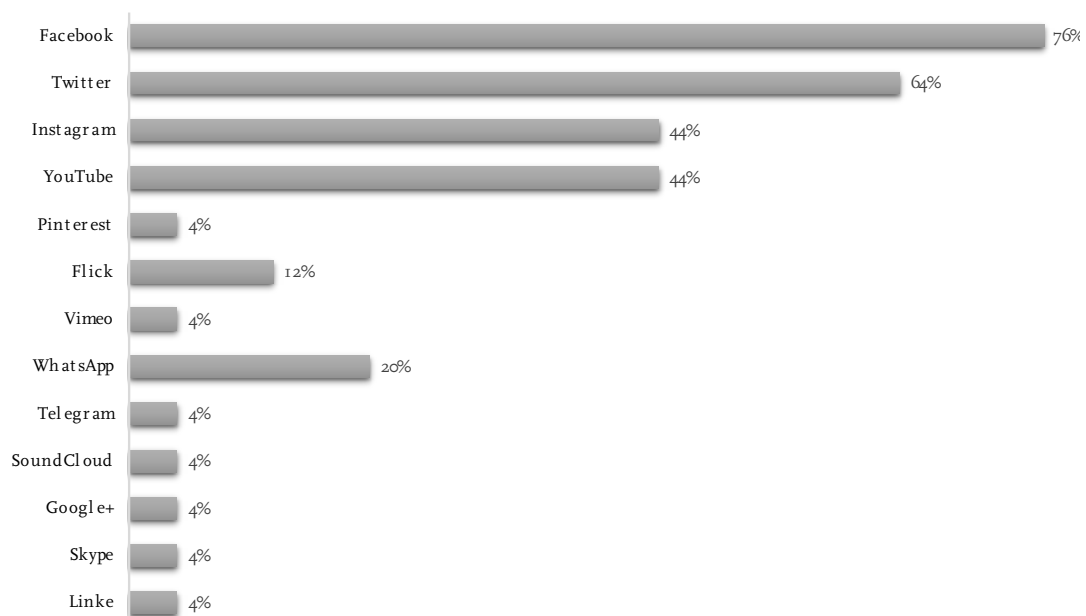


Figura 1 Mensagens instantâneas destacadas em pesquisas anteriores sobre lusofonia e podcast

Excepto pelo uso proeminente do Flickr em Portugal e do Instagram em Portugal e no Brasil mais do que nos outros países analisados, não se detectam tendências específicas nos países analisados (Tabela 1), pelo contrário, respondem principalmente a tendências observadas em estudos realizados em diversos lugares do mundo.

PARTIDOS POLÍTICOS	FACEBOOK	TWITTER	INSTAGRAM	YOUTUBE	PINTEREST	FLICK
Partido Socialista (Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Partido Social Democrata (Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Bloco de Esquerda (Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Partido Comunista Português (Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Coligação Democrática Unitária (Partido Comunista Português - Partido Ecologista "Os Verdes"; Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Pessoas-Animais-Natureza (Portugal)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Partido dos Trabalhadores (Brasil)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Partido Social Liberal (Brasil)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Progressistas (Brasil)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Movimento Democrática Brasileiro (Brasil)	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Partido Liberal (Brasil)	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Movimento para a Democracia (Cabo Verde)	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Partido Africano da Independência de Cabo Verde (Cabo Verde)	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (Cabo Verde)	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Movimento para Alternância Democrática (Guiné-Bissau)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Assembleia do Povo Unido (Guiné-Bissau)	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Frente de Libertação de Moçambique (Moçambique)	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Resistência Nacional Moçambicana (Moçambique)	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Movimento Democrático de Moçambique (Moçambique)	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

Tabela 1 Redes sociais por partidos políticos

Por fim, os suportes e as inovações técnicas vão-se adaptando às circunstâncias, especialmente no que diz respeito aos telemóveis e ao uso de newsletters para distribuição, enquanto a automatização, as narrativas imersivas e as estratégias transmédia continuam a destacar-se como técnicas emergentes e subutilizadas. Assim, os médias apresentam fluxos comunicacionais fundamentalmente assimétricos e assíncronos, com avanços nas narrativas e poucas comunidades, como ocorre em outras áreas recentemente estudadas (Serrano et al., 2020).

Portanto, os partidos políticos controlam a ação comunicativa e política e utilizam o público como um destinatário bastante passivo (exceto pela opção de interação em redes sociais e mensagens instantâneas).

Nesse sentido, como é comum na maioria dos resultados dos estudos de comunicação política em partidos nos últimos anos, destacam-se duas redes sociais: Twitter e Facebook, com 76% e 64% de uso, respectivamente, como pode ser observado na Figura 1. Como também ocorreu em estudos realizados noutras realidades, Instagram e YouTube ocupam o segundo lugar (44%).

O engajamento é delineado como uma interação comunicativa, que se manifesta na forma de cliques, gostos, visualizações, partilhas, comentários, tweets, recomendações e outros conteúdos gerados pelos utilizadores, longe das noções de engajamento como controlo baseado em modos transacionais de comunicação (informação pública, assimetria bidirecional, disseminação de mensagens organizacionais) e engajamento como colaboração online baseada em modos participativos de comunicação (diálogo, cocriação de conteúdo, etc.) indicados por Dhanesh (2017).

A vinculação com a tecnologia está ligada à estratégia de marketing destacada em secções específicas, nos seus princípios fundadores e na implementação das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo nas redes sociais.

Por fim, salvo o uso de uma língua comum, não há indícios da criação de uma comunidade lusófona no discurso ou nas tendências da comunicação política que os diferencie de outros recentemente estudados para além dos assinalados acima.

5. CONCLUSÕES

Este estudo partiu de uma convicção relativa à importância da comunicação digital não só como processo de comunicação, mas também como detetor de fenómenos políticos (Braga et al., 2017) num momento de grandes mudanças como a quarta onda da comunicação política digital. O objetivo era analisar esta realidade na lusofonia. Confirmam-se tendências emergentes comuns a outras áreas geográficas recentemente analisadas, como a inovação nas narrativas digitais, a plataformização e a tendência para o engajamento como interação comunicativa. No entanto, novas tendências podem ser observadas para o uso de mensagens instantâneas, podcasts, segmentação da audiência ou engajamento vinculado à neutralização de notícias falsas. Algumas destas questões estão resumidas abaixo.

A relação entre atores públicos e plataformas digitais, denominada “plataformização” (Smyrniotis & Rebillard, 2019), é cada vez mais próxima e assimétrica em partidos políticos em diferentes áreas do mundo. A implementação das redes sociais é homogeneizada e as suas lógicas de produção e de comunicação que influenciam a essência do partido e a relação estabelecida com os recetores. Assim como foi detetado nos estudos citados acima e realizados principalmente com partidos políticos estadunidenses e europeus, o Twitter e o Facebook fazem parte da maioria dos sites e, portanto, das narrativas dos partidos políticos. A tendência detetada nos últimos anos para o audiovisual também se confirma neste estudo com uma alta implementação do Instagram e do YouTube.

Subjacente à implementação homogénea e quase acrítica das redes sociais, está a necessidade de se aproximar de um destinatário cada vez mais distante e de criar com

ele um compromisso de longo prazo. No entanto, os resultados obtidos descrevem fluxos comunicacionais fundamentalmente assimétricos e assíncronos, com avanços nas narrativas e poucas comunidades, como ocorre noutras áreas recentemente estudadas (Serrano et al., 2020). A definição de engajamento, entendido como um compromisso entre o público e o partido, verifica-se como a tradicional ligação do cidadão com o partido fundamentalmente por meio de filiações e doações feitas através de formulários. A definição implícita de cidadão, nos sites, é a de colaborador do partido no seu financiamento e na distribuição e circulação de mensagens. No entanto, em quase nenhum caso há colaboração na elaboração das mensagens ou na definição da política que será veiculada.

Como indicado, há mudanças nas narrativas para *crossmedia*, mas não para transmédia ou realidade virtual.

Entre as peculiaridades da amostra analisada, destaca-se o uso de mensagens instantâneas, o podcast, a segmentação da audiência ou o engajamento vinculado à neutralização de notícias falsas. A segmentação está sempre ligada às características do destinatário, não à sua relação no processo de comunicação, em poucas ocasiões, conversas ao vivo.

De qualquer forma, é um avanço para estratégias de comunicação híbridas, com uma interação exclusivamente seletiva que não modifica as estruturas de poder dos partidos políticos, não permite a participação do cidadão na configuração da organização da sua formação e apenas permite a modificação imposta pelas plataformas tecnológicas nas limitações e homogeneização das formas e conteúdos da comunicação.

6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo oferece dados inéditos sobre um campo não estudado anteriormente, mas os seus resultados devem ser ampliados com estudos longitudinais nos próximos anos. Da mesma forma, este trabalho será complementado com a análise de outros atores políticos como os cidadãos ou os média e com estudos comparativos com outras comunidades linguísticas.

Tradução: Elaine Trindade

AGRADECIMENTOS

Este artigo resulta de uma estadia de investigação na Universidade do Minho. Sem esta inestimável ajuda, este trabalho seria impossível. Além disso, foi elaborado no âmbito do projeto *Cibermedios Nativos Digitales en España: Formatos Narrativos y Estrategia Móvil* (RTI2018-093346-B-C33), do Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, assim como *Radón en España: Percepción de la Opinión Pública, Agenda Mediática y Comunicación del Riesgo* (RAPAC) do Conselho de Segurança Nuclear (SUBV-13/2021).

REFERÊNCIAS

- Braga, S., Sampaio, R. C., Carlomagno, M. C., Vieira, F. A., Angeli, A. E., & Suhurt, J. F. A. (2017). Eleições online em tempos de 'big data': Métodos e questões de pesquisa a partir das eleições municipais brasileiras de 2016. *Estudos em Comunicação*, 1(25), 253–285. <https://doi.org/10.20287/ec.n25.v1.a14>
- Canavilhas, J., Colussi, J., & Moura, Z. B. (2019). Desinformación en las elecciones presidenciales 2018 en Brasil: Un análisis de los grupos familiares en WhatsApp. *El Profesional de la Información*, 28(5), 1–9. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.sep.03>
- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Dhanesh, G. (2017). Putting engagement in its proper place: State of the field, definition and model of engagement. *Public Relations Review*, 43(5), 925–933. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.04.001>
- Ducrot, O. (1986). *El decir y lo dicho: Polifonía de la enunciación* (I. Agoff, Trans.). Paidós. (Trabalho original publicado em 1980)
- Enli, G., & Moe, H. (2013). Introduction to special issue: Social media and election campaigns – Key tendencies and ways forward. *Information, Communication & Society*, 16(5), 637–645. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.784795>
- García-Orosa, B. (2018). Perfil de la audiencia de cibermedios: Representación discursiva y praxis del receptor 2.0. *Palabra Clave*, 21(1), 111–133. <https://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/6840>
- García-Orosa, B. (2019). 25 years of research in online organizational communication. Review article. *El Profesional de la Información*, 28(5), 1–18. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.sep.17>
- García-Orosa, B. (2021). *Digital political communication strategies*. Palgrave.
- García-Orosa, B., Vázquez-Sande, P., & López-García, X. (2017). Narrativas digitales de los principales partidos políticos de España, Francia, Portugal y Estados Unidos. *El Profesional de la Información*, 26(4), 589–600. <https://doi.org/10.3145/epi.2017.jul.03>
- Gaudin, G. (2020). Movilidad y rugosidad en la comunicación política imperial: Las primeras gestiones en la corte de los miembros de la expedición de Legazpi a Filipinas (1565-1573). *Nuevo Mundo*. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.79411>
- Góes, J. C., & Antunes, E. (2017). Journalism and the tale of the other: The invisibility of lusophones in Brazil and the identity erasure between us. *Brazilian Journalism Research*, 13(3), 36–59. <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.993>
- Gradim, A., Serra, P., & Piñeiro-Naval, V. (2018). A presença da lusofonia no espaço epistémico das ciências da comunicação: 10 anos de estudos temáticos. *Comunicação e Sociedade*, 34, 183–196. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2943](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2943)
- Grossman, G., Kim, S., Rexer, J., & Thirumurthy, H. (2020). *Political partisanship influences behavioral responses to governors' recommendations for covid-19 prevention in the United States*. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3578695>
- Ituassu, A., Capone, L., Firmino, L. M., Mannheimer, V., & Murta, F. (2019). Comunicación política, elecciones y democracia: Las campañas de Donald Trump y Jair Bolsonaro. *Perspectivas de la Comunicación*, 12(2), 11–37. <https://doi.org/10.4067/S0718-48672019000200011>

- Izquierdo, F. P. (2017). Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. *Espacio, Tiempo y Forma*, (30), 403–406. <https://doi.org/10.5944/etfv.2017.20214>
- Keller, T., & Klinger, U. (2019). Social bots in election campaigns: Theoretical, empirical, and methodological implications. *Political Communication*, 36(1), 171–189. <https://doi.org/10.1080/10584609.2018.1526238>
- Kreiss, D., & McGregor, S. C. (2018). Technology firms shape political communication: The work of Microsoft, Facebook, Twitter, and Google with campaigns during the 2016 U.S. presidential cycle. *Political Communication*, 35(2), 155–177. <https://doi.org/10.1080/10584609.2017.1364814>
- Landman, T., & Splendore, L. D. G. (2020). Pandemic democracy: Elections and covid-19. *Journal of Risk Research*, 23(7-8), 1060–1066. <https://doi.org/10.1080/13669877.2020.1765003>
- Linke, A., & Oliveira, E. (2015). Quantity or quality? The professionalization of social media communication in Portugal and Germany: A comparison. *Public Relations Review*, 41(2), 305–307. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.11.018>
- Martins, M. L. (2015). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – Promessa e travessia* (pp. 27–56). Húmus. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39698>
- Martins, M. L. (2016). Os estudos lusófonos como campo de investigação. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia: História, cultura e sociedade* (pp. 29–46). EDUC - Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <http://hdl.handle.net/1822/42613>
- McNair, B. (2017). *An introduction to political communication*. Routledge.
- Men, L. R., & Tsai, W. H. S. (2013). Beyond liking or following: Understanding public engagement on social networking sites in China. *Public Relations Review*, 39, 13–22. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.09.013>
- Morehouse, J., & Saffer, A. (2018). A bibliometric analysis of dialogue and digital dialogic research: Mapping the knowledge construction and invisible colleges in public relations research. *Journal of Public Relations Research*, 30(3), 65–82. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2018.1498343>
- Popa, S. A., Fazekas, Z., Braun, D., & Leidecker-Sandmann, M.-M. (2020). Informing the public: How party communication builds opportunity structures. *Political Communication*, 37(3), 329–349. <https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1666942>
- Seixas, E. C. (2016). Interseções entre lusofonia e educação na imprensa portuguesa: Uma análise crítica. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 16(1), 159–188. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1328>
- Serrano, J. C. M., Papakyriakopoulos, O., & Hegelich, S. (2020). *Dancing to the partisan beat: A first analysis of political communication on TikTok*. arXiv. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2004.05478>
- Shen, H., & Jiang, H. (2019). Engaged at work? An employee engagement model in public relations. *Journal of Public Relations Research*, 31(1–2), 32–49. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2019.1585855>
- Smyrniotis, N., & Rebillard, F. (2019). How infomedia platforms took over the news: A longitudinal perspective. *The Political Economy of Communication*, 7(1), 30–50. <https://www.polecom.org/index.php/polecom/article/view/103>
- Taylor, M., & Kent, M. L. (2014). Dialogic engagement: Clarifying foundational concepts. *Journal of Public Relations Research*, 26(5), 384–398. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2014.956106>

Webler, T., & Tuler, S. (2018). Four decades of public participation in risk decision making. *Risk Analysis*, 41(3), 503–518. <https://doi.org/10.1111/risa.13250>

NOTA BIOGRÁFICA

Berta García-Orosa é bacharel em ciências da comunicação, bacharel em ciências políticas e administrativas e doutora em ciências da comunicação pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). É professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela e estuda comunicação e política há mais de 20 anos. Ela colaborou em mais de 50 projetos de pesquisa e redes internacionais de pesquisa, cujos resultados foram publicados mais de 100 vezes em bases de dados como Scopus e Journal Citation Reports e editoras como Springer, McGraw Hill e Thomson. Completou visitas de pesquisa e estágio na Universidade do Minho (Portugal), México, Costa Rica, Brasil, Cuba e Uruguai. O Ministério da Educação de Espanha concedeu-lhe três mandatos de pesquisa de 6 anos. Além da sua pesquisa, orientou teses de doutoramento e mestrado, bem como projetos de conclusão de graduação, e ministrou cursos de graduação em jornalismo e comunicação audiovisual, bem como cursos de mestrado em ciência política, ciências da comunicação e estudos hispânicos. Desde 2009, coordena o ensino de inovação em inovação na aprendizagem da comunicação digital. Em termos de experiência administrativa, atuou como secretária de departamento, vice-reitora, coordenadora de licenciatura e mestrado e coordenadora do programa de mobilidade Sistema de Intercâmbio entre Centros Universitários Espanhóis.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6126-7401>

Email: berta.garcia@usc.es

Morada: Faculdade de Ciências da Comunicación, Avda de Castelao, s/n. Campus norte, 15782, Santiago de Compostela

Submetido: 11/01/2022 | Aceite: 16/02/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

INTERCONEXÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS EM PESQUISAS SOBRE COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Carlos Alberto de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

RESUMO

Neste artigo, reflito sobre as contribuições de noções teóricas e aportes metodológicos de estudos sobre relações de gênero para a superação de limites heurísticos em pesquisas sobre comunicação e jornalismo. A partir de investigações sobre coberturas noticiosas relativas a violências físicas e simbólicas contra mulheres, a acontecimentos que envolvem a homofobia e suas consequências e aos primeiros casos de síndrome da imunodeficiência adquirida tornados públicos, indico o quanto as dinâmicas sociais das relações de gênero são potencialmente disruptoras de certezas. No entanto, o aprofundamento das pesquisas mostrou limites e repetição de fórmulas também em pesquisas sobre as relações de gênero, levando-me a um desafio: como lidar com repetições que tendem a desconsiderar particularidades dos fenômenos sob investigação nas áreas da comunicação, do jornalismo e das relações de gênero, inclusive em suas possíveis interconexões?

PALAVRAS-CHAVE

comunicação, jornalismo, relações de gênero

CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL INTERCONNECTIONS IN COMMUNICATION, JOURNALISM, AND GENDER RELATIONS RESEARCH

ABSTRACT

In this article, I reflect on the impacts of theoretical and methodological contributions developed in gender relations studies to overcome heuristic limits in communication and journalism research. After analyzing studies on how the media covers physical and symbolic violence against women, events related to homophobia and its consequences, and the first cases of acquired immunodeficiency syndrome made public, I indicate how the social dynamics in gender relations can be potential disruptors of certainties. However, my analysis of these studies revealed that we could find limits and formulaic repetition in gender relations research as well, leading me to a challenge: how can we deal with repetitions that tend to disregard particularities of phenomena in communication, journalism, and gender relations research, also considering the potential interconnections in these fields?

KEYWORDS

communication, journalism, gender relations

1. INTRODUÇÃO

A análise de processos comunicacionais envolvendo relações de gênero me permitiram, ao longo dos últimos anos, identificar limites teóricos e metodológicos em uma série de aportes conceituais que buscam entender a comunicação e o jornalismo. Por exemplo, investiguei coberturas jornalísticas de feminicídios e outras formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres, assim como acontecimentos que têm na homofobia e suas consequências individuais e sociais a motivação informativa, incluindo as conexões entre síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) e vírus da imunodeficiência humana (HIV) com as homossexualidades. Atribuo essa potência das relações de gênero como motivadora de rupturas nos modos de pensar a comunicação e o jornalismo a pelo menos duas razões, com seus possíveis desdobramentos. Primeiro, os acontecimentos no entorno das relações de gênero podem implodir as lógicas viciadas de olhar para aquelas áreas de investigação. Por outro lado, os próprios conceitos acionados em estudos de gênero permitem rever chavões e clichês conceituais, assim como fórmulas metodológicas aplicadas sem considerar as especificidades dos fenômenos comunicacionais e jornalísticos sob escrutínio.

No entanto, à medida que aprofundo o mergulho em pesquisas empíricas e revisões bibliográficas nas esferas das relações de gênero, o incômodo com a aplicação de fórmulas conceituais e metodológicas identificadas em determinados estudos sobre comunicação e jornalismo começa a surgir também com a percepção de repetições em pesquisas nessa área de conhecimento. É a partir de um duplo incômodo, portanto, que este artigo tem por objetivo refletir sobre o que considero a necessidade de uma crítica tanto acerca de teorizações nos campos da comunicação e do jornalismo, quanto das relações de gênero. O cuidado a ter é não reproduzir teorias e metodologias como se fossem de aplicação universal, independentes das demandas de cada pesquisa em suas especificidades.

Relações de gênero implicam muito mais do que questionar biologismo e binarismo como fundados em diferenças físicas, em genitálias e hormônios definidores de homens e mulheres. Mas também não se esgotam no reconhecimento das dimensões políticas, culturais, comportamentais, de interseccionalidade e outras que constituem o avanço da noção de gênero comparativamente à de sexo e de sexualidade. Relações de gênero implicam ainda olhar para pessoas que reivindicam não ter na sexualidade e/ou nas práticas sexuais pontos nevrálgicos das suas existências. Por isso, ao lidarmos com as perspectivas das relações de gênero, estamos diante do necessário cuidado de descentrar e dessencializar toda e qualquer afirmação identitária como inata ou obrigatória. E não estou entendendo o inato como correspondendo exclusivamente a alguma conformação física de nascença, mas também àquilo que deveria constituir obrigatoriedade de características, por exemplo, de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais,

peessoas assexuadas, entre outros. Trata-se, no universo das relações de gênero, de perceber intrincadas modalidades de contatos e distanciamentos, convergências e divergências que necessariamente começam por questionar qualquer forma de pensar que tenha como ponto de partida a oposição entre homem e mulher, entre o masculino e o feminino, entre masculinidade e feminilidade.

Mas, e isso certamente constitui contradição provavelmente insuperável, não é possível e nem mesmo desejável a simples recusa às identidades, no mínimo por razões políticas. A recusa deve ser aos essencialismos identitários, que ao invés de permitirem mobilidades, impõem caracterizações muitas vezes centradas nos binarismos que supostamente estariam sendo superados. Nessa perspectiva, até mesmo noções como trânsito identitário ou identidades em trânsito podem ser atalhos que impedem perceber os modos como grupos ou pessoas enfrentam suas vivências de gênero, afetivas e sexuais. Consequentemente, na esteira de Zygmunt Bauman (2004/2005), reivindicar uma identidade é lidar com a ambiguidade entre o que me permite afirmar quem sou e, simultaneamente, oferecer minha alteridade a quem não a reconhece, podendo, inclusive, justificar minha eliminação física ou me minar moral e eticamente a partir das minhas características identitárias.

Pensar as e a partir das relações de gênero implica sensibilidade para reconhecer que não é possível lidar com gênero sem estar diante das mais variadas, cruéis e sofisticadas modalidades de violências físicas e simbólicas, assim como de pesados jogos de poder. Mas é também estar frente a uma multiplicidade de ações, estratégias e táticas de enfrentamento levadas a cabo por pessoas que não admitem as lógicas de controle, as hierarquizações que desumanizam ou quaisquer formas de preconceitos, rebaixamentos, injúrias e demais lógicas de inferiorização. Por seu turno, pensar a comunicação e o jornalismo, com seus processos e produtos, requer o cuidado de evitar maniqueísmos à maneira de processos unilaterais de influência, assim como levar em consideração intrincados jogos de poder, disputas de sentido, ambiguidades e contradições. Em comum, as relações de gênero, a comunicação e o jornalismo são realidades humanas envoltas em polêmicas, fraturadas antes de qualquer possibilidade consensual. Dois universos de pesquisa que, pensados de forma independente, são de difícil manejo, e pensados em suas possíveis interconexões, potencializam as dificuldades de escrutínio.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o que me parece um momento de sedimentação teórica e metodológica em abordagens sobre as relações de gênero, sobre o jornalismo e a comunicação e, apesar da natureza relativamente recente do empreendimento, das possíveis interconexões entre essas áreas de investigação. Salvo engano, a repetição de esquemas explicativos e de estratégias metodológicas têm se sobreposto ao questionamento do efetivo potencial heurístico dos conceitos acionados e da necessária renovação metodológica, que leve em consideração contextos e demandas específicos. Trata-se, tomando de empréstimo a Silvia Rivera Cusicanqui (2018), de evitar recorrer a “palavras mágicas”, entendidas por ela como conceitos que, por sua simples referência, já conteriam todos os significados positivos que não mereceriam críticas e superações, a exemplo da noção de movimentos sociais por ela referida. Sedutoras, “com efeito de

fascinação e hipnose coletiva” (Cusicanqui, 2018, p. 95), as palavras mágicas obstruem a busca de seus sentidos múltiplos, às vezes dissimulados. São, ainda, formas de colonização intelectual, seja quando adotamos conceitos importados sem considerar contextos particulares, seja na condição de explicações que se impõem da academia para determinadas populações deliberadamente excluídas do acesso às instâncias formais de produção de conhecimento, como se verifica relativamente a travestis e transexuais, ainda em pequeno número nas universidades, para ficarmos em apenas duas das populações no universo LGBTIQAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, queers, assexuais, pansexuais e demais pessoas não heteronormativas). Essas pessoas são alvo das hierarquizações que inferiorizam, dos preconceitos e das violências que se alimentam das lógicas das relações de gênero.

Superar as limitações impostas pelas palavras mágicas constitui desafio de fôlego, que não tenho condições de empreender neste artigo. Mais modestamente, indicarei pesquisas nas quais foi possível identificar fraturas e incompletudes — às vezes grave deficiência heurística — nos conceitos com os quais tive que lidar. Complementarmente, indicarei alguns conceitos de largo uso cuja repetição acrítica faz com que, não raro, as conclusões sobre a realidade investigada já estejam dadas antes do esforço analítico, forçando, metodologicamente, a realidade a se submeter aos conceitos, quando eles deveriam ser revistos à luz das especificidades do que se encontra sob escrutínio, simultaneamente à renovação do empreendimento metodológico. Em outros termos, é urgente questionarmos conceitos e metodologias cujos pontos de partida são também os pontos de chegada.

2. IDENTIFICANDO AS PALAVRAS MÁGICAS NA COMUNICAÇÃO E NO JORNALISMO

A primeira pesquisa que realizei no entrecruzamento entre comunicação, jornalismo e relações de gênero teve como corpus as primeiras notícias sobre SIDA publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no início da publicização da epidemia equivocadamente identificada como de incidência sobre “grupos de risco” (Carvalho, 2009). Embora a dissertação tenha recebido outro título, a ideia original era nomeá-la como “doença de viado, puta e drogado? A Aids das noções de grupo de risco às de comportamento de risco”. Ainda que modificado o título, a perspectiva de lidar com acontecimentos socialmente controversos e disruptores foi mantida e efetivamente os preconceitos contra *viados*, putas e usuários de drogas endovenosas foram identificados como componentes dos acontecimentos noticiados. A ênfase, nos primeiros anos da década de 1980, recaiu sobre os homossexuais masculinos (*viados*) como alvos preferenciais do HIV, levando a manchetes escandalosas como “peste gay”, “câncer rosa” e derivações, registrando que não as identifiquei na *Folha de S. Paulo*.

Naquela pesquisa, não discuti especificamente conceitos como homofobia ou relações de gênero e somente retrospectivamente é possível identificar seus traços, por meio da indicação do recrudescimento dos preconceitos contra homossexuais masculinos que veio na esteira da SIDA. Recrudescimento que se manifestou em discursos

religiosos que atribuíam a esta síndrome o castigo imposto aos homossexuais pecadores, em discursos médicos que sugeriam a promiscuidade sexual de gays como responsável pelo espriamento de infecções pelo HIV, dentre uma série de outras manifestações preconceituosas, em que os limites entre motivações religiosas, médicas, científicas, culturais e comportamentais era de difícil identificação (Carvalho, 2009).

Do ponto de vista das teorias da comunicação, a análise das narrativas jornalísticas, somada a leituras sobre as relações entre homossexualidade e SIDA, levou-me a perceber profundas fraturas e inconsistências na proposição da perspectiva relacional, no final dos anos 1990 apresentada como aporte teórico que superava os limites da comunicação como processos manipulatórios (França, 1999). Se havia o acerto teórico de indicar processos mais complexos que apontavam para dinâmicas de efetivação de comunicações interpessoais e mediadas por dispositivos sociotécnicos em condições que se davam contextualmente, restavam dois problemas.

O primeiro, relegar os jogos de poder e as assimetrias inevitáveis em quaisquer relações de comunicação para segundo plano, tomando como princípio válido o pressuposto de que estavam em cena partilhas simbólicas que levariam a mútuas compreensões. Ademais, não restavam explicadas as possibilidades de desacordo, de impossibilidade de consenso em trocas comunicacionais mediadas ou não por dispositivos sociotécnicos. A dimensão relacional, como se explicita a partir das relações de gênero, não está isenta de clivagens, fraturas e permanentes negociações, marcadas por pesados jogos de poder, que auxiliam a perceber dinâmicas semelhantes nos processos e produtos comunicacionais. Assim, a perspectiva relacional deve ser pensada em função de desníveis socioculturais e econômicos que fazem com que as pessoas envolvidas nas dinâmicas comunicacionais não sejam portadoras das mesmas condições no estabelecimento de diálogos e trocas simbólicas. E o mais importante, nem sempre processos comunicacionais resultam na produção de consensos ou na possibilidade de efetivar compreensão mútua, podendo conduzir a dissensos irreconciliáveis e à impossibilidade de diálogos que superem diferenças quanto ao que está em jogo nas trocas comunicativas.

O segundo problema relativo ao paradigma relacional da comunicação identificado foi o risco de transformá-lo em fórmula que se aplica a tudo, com um conjunto fixo de pressupostos conceituais e metodológicos. De fato, à medida que o pressuposto relacional adotava os princípios brevemente resumidos acima, ele estava pouco atento à própria contextualidade que constitui uma das suas bases essenciais de explicação dos produtos e processos comunicacionais. O mergulho nas questões em torno da SIDA e do HIV, incluindo aquilo que era dado a ver ou ocultado pelas narrativas jornalísticas que analisei, não deixava dúvidas quanto ao fracasso resultante da aplicação de modelos teóricos e metodológicos médicos e científicos utilizados em outros enfrentamentos de doenças. A epidemiologia se viu, como nunca antes, diante da urgência de encontrar caminhos que levassem em conta de forma mais consistente as muitas variáveis sociais, culturais e econômicas que impactam as dinâmicas de infecção, para ficarmos em um só exemplo dos desafios que implodiram as certezas oriundas da aplicação de fórmulas de investigação. As condições únicas da epidemia no Brasil (Daniel, 2018; Daniel &

Parker, 2018) trouxeram à tona os limites das teorias e metodologias médico-científicas, particularmente no campo da epidemiologia, em função de arranjos sexuais específicos entre homens brasileiros e da vulnerabilidade de travestis, por exemplo.

Ciência inexata por natureza, a comunicação se presta menos ainda a fórmulas metodológicas quando do cotejamento com a epidemiologia ou as ciências médicas. Mas não é somente a natureza de uma ciência que se faz fundamentalmente a partir de múltiplas possibilidades de leitura que põe em xeque a validade da aplicação de suposta universalidade heurística. A perspectiva relacional segundo a qual é necessário levar em conta a contextualidade dos processos comunicacionais amiúde descuida as materialidades implicadas nessas dinâmicas. Como consequência, teórica e metodologicamente há tendência para negligenciar as distintas modalidades técnicas, estéticas, culturais, comportamentais, políticas e ideológicas de narrativas jornalísticas, programas de auditório, telenovelas, radiojornais, filmes, documentários, vídeos no YouTube, trocas de mensagens por WhatsApp, interações em plataformas digitais sociais e a vasta gama de produtos e processos comunicacionais, que ainda desafiam pelas questões éticas que suscitam. Por extensão, também as distintas configurações dos dispositivos sociotécnicos por meio dos quais são produzidos e postos a circular aqueles produtos e processos que costumam ser relegados para segundo plano, quando são decisivos em suas características materiais, culturais, políticas, ideológicas, estéticas e éticas.

Quando da revisão teórica sobre o jornalismo, a implosão das fórmulas não foi menor. Uma das perguntas que fiz foi sobre o que motivava a pauta recorrente da SIDA na cobertura jornalística, com números crescentes à medida que a síndrome se espalhava pela sociedade brasileira. Ao recorrer à noção de acontecimento, encontrei em Adriano Duarte Rodrigues (1993) a proposição de que um dos principais critérios de noticiabilidade é a raridade de ocorrência de um determinado acontecimento. Segundo essa perspectiva matemática, quanto mais raro, mais noticiável seria o acontecimento, com o oposto levando à não noticiabilidade, exatamente o contrário do que identifiquei na cobertura da SIDA em seus primeiros anos de publicização pela *Folha de S. Paulo*. Essa inversão aponta para a falácia das fórmulas teóricas e metodológicas tão em voga em estudos sobre o jornalismo, incapazes de leituras críticas mais atentas sobre os fenômenos investigados. O que se evidenciou foi que realidades sociais complexas não se sujeitam a princípios matemáticos e suas lógicas estatísticas, posto que, no caso das primeiras notícias sobre a SIDA, estava em cena uma diversidade de atores e atrizes disputando sentidos médicos, culturais, comportamentais, morais, éticos e tantos outros que emergiram à época, motivadores de pautas nas quais as consequências sociais da síndrome se apresentavam como um leque inesgotável para possíveis narrativas jornalísticas.

Outra expectativa frustrada foi a aparição da SIDA sobretudo a partir do que se convencionou denominar jornalismo científico, pressupondo que a medicina e a ciência teriam mais a dizer sobre a síndrome, particularmente considerando que nos anos 1980 ainda se buscava compreender melhor os mecanismos de infecção, as características do vírus HIV e outras variáveis de natureza mais técnica. O que a pesquisa mostrou, no entanto, foi o predomínio de abordagens noticiosas focadas principalmente em questões

comportamentais e políticas, revelando lutas por direitos a tratamento médico digno e universal, pelo fim de preconceitos pelas então pejorativamente nomeadas pessoas “aidéticas” e estratégias que evitassem a hegemonia da medicina nas abordagens sobre a SIDA, o que poderia trazer como consequência controles sobre os corpos soropositivos que não levassem em conta a autonomia das pessoas diagnosticadas. Também nesse caso as relações de gênero implicadas na cobertura jornalística da SIDA e do HIV provocaram mudanças na estratégia informativa. Foram postas em xeque pesquisas sobre o jornalismo que adotam princípios teóricos e metodológicos supostamente consagrados pela repetição e por isso em tese garantidores de resultados satisfatórios. É o caso da recorrência aos “gêneros jornalísticos”, dos quais o jornalismo científico é parte, junto a uma miríade de taxonomias, cada uma com seus princípios teóricos e metodológicos com pretensões de validade universal.

Cerca de 1 década após a pesquisa sobre as primeiras coberturas da SIDA pela *Folha de S. Paulo*, investiguei no doutorado a cobertura jornalística da homofobia e suas consequências, com um corpus de narrativas publicadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo jornal *O Globo* (Carvalho, 2012). Dentre outras dimensões conceituais, interessava-me compreender como o jornalismo praticado por aqueles jornais lidava com um tema que a partir dos anos 2000 passou a constituir polêmicas nos espaços públicos tradicionais e midiáticos, com as denúncias de violências físicas e simbólicas motivadas por ódio homofóbico — com dezenas de assassinatos cruéis de pessoas LGBTIQAP+ todos os anos —, as reivindicações por garantias legais de matrimônios entre pessoas de mesmo gênero, as lutas pela criminalização da homofobia e uma série de outras variáveis. Recusando a perspectiva do jornalismo como “espelho do real” (Wolf, 1985/1994), a leitura das narrativas e dos agentes e personagens nelas presentes me permitiu perceber o jornalismo como um ator social em intensa disputa de sentidos e jogos de poder com outros atores e atrizes sociais envolvidos e envolvidas nas discussões sobre a homofobia e suas consequências.

Ao invés de simplesmente refletir a sociedade, como se dela fossem um espelho, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* mostraram-se parte interessada e importante nos debates sobre a homofobia, com todas as contradições típicas da ação jornalística. Assim, ao mesmo tempo que os dois jornais reivindicavam editorialmente a criminalização da homofobia, apresentavam dificuldades em superar visões estereotipadas sobre a população LGBTIQAP+ em algumas narrativas sobre acontecimentos factuais, cujas marcas traziam as impressões digitais do ranço LGBTIQAP+fóbico. Consequentemente, travestis foram retratadas predominantemente pela lógica da violência e da prostituição, homossexuais masculinos a partir de estilos de vida hedonistas e lésbicas como mulheres predispostas ao consumo de álcool.

Por outro lado, nas narrativas analisadas, não raro os jornais se posicionavam contra atores e atrizes sociais historicamente identificados e identificadas com posições LGBTIQAP+fóbicas, especialmente denominações religiosas e parlamentares conservadores (Carvalho, 2012). Em certa medida, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, a despeito das contradições identificadas na pesquisa, em diversos momentos assumiam posições na

contramão do conservadorismo brasileiro em relação à homofobia e aos direitos das pessoas LGBTIQAP+. Tal como na pesquisa sobre as primeiras notícias relativas à SIDA e ao HIV, a investigação sobre a cobertura jornalística da homofobia, realizada nos marcos das relações de gênero, foi profícua para a identificação de limites heurísticos de teorias e metodologias que tentam dar conta do jornalismo a partir de pacotes prontos para aplicação, independentemente de matizes e nuances da realidade sob escrutínio.

Realizada como parte do estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, sob orientação de Moisés Lemos Martins, a pesquisa sobre violências físicas e simbólicas contra mulheres em relações de gênero, em perspectiva comparada entre o site brasileiro Uol e site do jornal português *Público*, indicou os limites de duas abordagens conceituais sobre o jornalismo que costumam ser repetidas irrefletidamente. A primeira refere-se aos critérios de noticiabilidade (Wolf, 1985/1994) e a segunda à premissa do jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1998). Embora tenham sido identificadas diferenças de abordagens nas narrativas jornalísticas publicadas pelos dois sites que tiveram por tema violências contra mulheres, advindas das especificidades culturais do Brasil e de Portugal, foi possível estabelecer críticas comuns às duas abordagens conceituais acima referidas.

Segundo a perspectiva dos critérios de noticiabilidade, as mídias jornalísticas adotam critérios de seleção do que é noticiável a partir de parâmetros que tendem a se universalizar, como importância das pessoas envolvidas, proximidade física do acontecimento relativamente ao público da mídia que noticia, grau de violência de determinados acontecimentos e uma lista que pode se estender ao infinito, como a leitura de textos que tratam dos critérios evidenciam. Ainda que as pesquisas indiquem a variabilidade possível dos critérios de noticiabilidade a depender da mídia investigada, permanecem os princípios imutáveis de fundo conceitual e metodológico: basta aplicá-los que, a despeito dos acontecimentos, chegaremos a uma lista de critérios de noticiabilidade que encerrariam o problema da pesquisa, pouco importando outras dinâmicas implicadas nas estratégias de valorizar ou não um acontecimento como noticiável.

Ao atentar nas narrativas jornalísticas que tiveram as violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero, adotar a perspectiva dos critérios de noticiabilidade seria negligenciar o próprio problema implicado nessas modalidades de violências. Em outros termos, limitar ao “grau de violência” que transformou uma determinada agressão contra mulher em notícia é não verificar os complexos jogos de poder e disputas de sentido que estão por trás das motivações de gênero. O que fica de fora é precisamente o que mais importa, ou seja, a capacidade das mídias jornalísticas para especificar os crimes físicos e simbólicos não como mais um dado estatístico das mortes e violências genericamente contabilizadas, mas como parte de dinâmicas que ultrapassam as demais violências cotidianas. Assim, o que as violências físicas e simbólicas contra mulheres em relações de gênero deixam a ver é a impossibilidade heurística da perspectiva dos critérios de noticiabilidade ir além da superfície das supostas motivações de uma determinada mídia para eleger este ou aquele acontecimento como digno de se transformar em notícia. Além disso, as relações de gênero, por sua

natureza de amplo espraiamento social, permitem perceber outra fragilidade heurística dos critérios de noticiabilidade: a premissa de que eles resultariam fundamentalmente das dinâmicas internas ao jornalismo, com seus variados operadores, que tomariam decisões prioritariamente em função de arranjos internos, como a cultura profissional, os constrangimentos temporais que afetam a produção noticiosa, dentre um leque de outras variáveis, todas não sujeitas às disputas de sentido e jogos de poder com atores e atrizes sociais externos aos domínios jornalísticos.

Mais sofisticada teoricamente do que o conjunto infinito de possíveis critérios de noticiabilidade, a premissa do jornalismo como forma de conhecimento também não passou incólume quando investiguei os crimes contra mulheres motivados por relações de gênero. Tal como encontramos em autores como Adelmo Genro Filho (1987) e Eduardo Meditsch (1998), o jornalismo constituiria uma das formas modernas de conhecermos a realidade, não somente por ser por meio das diversas mídias informativas que tomamos conhecimento de acontecimentos, tanto próximos quanto distantes de nós, quanto porque a exposição sistemática a notícias sobre economia e política, por exemplo, nos permitiriam progressivamente chegar à compreensão dessas atividades sociais, inclusive identificando suas contradições e clivagens. Em síntese, embora constitua conhecimento distinto do sociológico ou filosófico, o jornalismo, particularmente na proposta de Genro Filho (1987), seria dotado das potencialidades de desvendamento da realidade social a partir das singularidades dos acontecimentos noticiados. A leitura das narrativas do corpus dos sites Uol e *Público* revelou realidade bem distinta, ficando a singularidade, com raras exceções, restrita a algumas informações sobre a dinâmica dos crimes sem mencionar as motivações de gênero, descrição quase sempre parcial de cenários e estabelecimento de relações causais predominantemente segundo a lógica da dicção policial, aliás, recorrentemente os únicos agentes presentes nas narrativas, muitas vezes falando “em nome” tanto de vítimas quanto de agressores.

Ao invés da possibilidade de o jornalismo constituir uma forma de conhecimento, me parece mais prudente, tomando como referência narrativas jornalísticas que implicam relações de gênero, pensá-lo a partir da lógica de inteligibilidades precárias. Longe de permitir o conhecimento da realidade social genericamente considerada ou de fenômenos sociais específicos, o jornalismo nos oferece quadros explicativos parciais, que mesmo levando em conta a regularidade de exposição às mais diversas mídias informativas, dificilmente permitiriam fazer do conjunto de dados singulares ofertados pelas narrativas jornalísticas eventos suficientes para ascender a compreensões mais sofisticadas nos níveis dos conhecimentos particulares e universais, outra vez recorrendo às categorias acionadas por Genro Filho (1987).

Concretamente, a maioria das narrativas que encontrei na investigação do pós-doutorado lidaram com os crimes contra mulheres sem ao menos sugerir relações de gênero, ou quando elas estavam insinuadas, vinham sob a égide de “crimes passionais” ou de violências domésticas. Tratados como crimes comuns, assassinatos, violências físicas e simbólicas contra mulheres motivaram em algumas narrativas sugestões e insinuações de que as vítimas eram culpadas pelas agressões que sofreram. Identifiquei

uma lógica de entrelinhas em que as relações de gênero atuam sem estarem explicadas em suas dinâmicas, ou seja, mulheres morreram ou foram vítimas de outros crimes, em síntese, porque não teriam se ajustado a supostos modos corretos de ser e se comportar como mulher, o que, ademais, aponta para formas particulares de o jornalismo também exercer violência de gênero.

Noções como feminicídio (Pasinato, 2011) estão ausentes nas narrativas encontradas nos dois sites quando noticiam assassinatos de mulheres, com a necessária ressalva de que o conceito é de pouco uso em Portugal. A única exceção ficou por conta de notícia publicada no Uol informando sobre o sancionamento, pela Presidenta Dilma Rousseff, da Lei do Feminicídio, mas sem entrar em detalhes conceituais do termo, o que inclusive permitiria melhor compreensão sobre a necessidade do referido instrumento legal. Poucas exceções também encontrei em referências diretas a relações de gênero, destacando que somente em narrativas que tratavam de articulações para o seu combate, e não no contexto de crimes específicos noticiados. Acredito, assim, que a perspectiva de inteligibilidades precárias permite melhor compreender os limites do jornalismo na abordagem dos acontecimentos narrados, comparativamente à pretensão de que ele constitua uma forma de conhecimento.

3. AS PALAVRAS MÁGICAS EM ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO

Na esteira da proposição de Silvia Rivera Cusicanqui (2018) sobre as palavras mágicas como metáfora para a crítica aos limites heurísticos de uma série de conceitos que acionamos de forma naturalizada, amplio meu incômodo com algumas noções recorrentes em estudos sobre as relações de gênero. Como destaquei, se inicialmente teorias e metodologias no entorno das relações de gênero foram profícuas para avanços na compreensão de limites em algumas abordagens acerca da comunicação e do jornalismo, o aprofundamento das pesquisas revelou limites heurísticos também na área a princípio fundamental para minhas análises críticas e propositivas de novas aproximações explicativas. Progressivamente tenho identificado conceitos que, embora não errados, perdem potência quando utilizados à maneira de clichês e caixinhas de ferramenta, numa espécie de repetição exaustiva que deixa em segundo plano as particularidades das relações de gênero sob escrutínio.

Na pesquisa sobre as primeiras notícias relativas à SIDA e ao HIV publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* (Carvalho, 2009), se, como indiquei, não trabalhei diretamente com a noção de homofobia, a perspectiva do recrudescimento de preconceitos históricos contra homossexuais, prostitutas e pessoas que usam drogas endovenosas não era suficiente para dar conta da complexidade que pode ficar em segundo plano quando dimensões culturais, racistas, comportamentais, econômicas e outras também estão em jogo. A referência genérica a homossexuais e SIDA não era suficiente, por exemplo, para dar conta das particularidades das trocas sexuais entre homens no Brasil (Daniel, 2018; Daniel & Parker, 2018; Green, 2000; Parker, 2002; Perlongher, 1987). Se a promiscuidade de gays era utilizada como uma das estratégias moralistas para “explicar” porque eram

peças “preferenciais” do vírus, assim como em certa medida também as prostitutas, sequer se cogitava a mesma promiscuidade como característica dos homens presumidos heterossexuais que recorriam aos serviços sexuais das prostitutas. Por seu turno, embora incluídos no equivocado rol dos “grupos de risco”, hemofílicos não estavam entre as pessoas soropositivas merecedoras de sanções éticas ou morais, indicando, para além da seletividade dos preconceitos, separações entre vítimas inocentes pela necessidade de transfusões de hemoderivados contaminados pelo vírus e alçozes promíscuos a espalharem o mal. Nesse caso, a sexualidade poderia permanecer entre parênteses, no máximo gerando a desconfiança de homossexualidade não assumida por algum hemofílico.

Ao lidar com o conceito de homofobia, os limites de algumas proposições teóricas no entorno das relações de gênero se mostraram mais profundos. Ainda que tomemos como referência a proposição de que a homofobia é o rechaço individual ou social a pessoas homossexuais ou assim presumidas, que encontramos em Daniel Borrillo (2001), ou na perspectiva de Didier Eribon (1999/2008) das lógicas da injúria contra homossexuais, restam ainda lacunas de difícil superação. Se tomamos o radical “fobia”, a sugestão daí potencialmente derivada de “doença”, ainda que metaforicamente assumida como construto social, pode levar à falácia de uma “cura”, mas principalmente a apagar o complexo emaranhado de discursos religiosos, pedagógicos, jurídicos, filosóficos, médicos, dentre outros, que historicamente têm sustentado as práticas de ódio identificadas com a homofobia, mesmo que contraditoriamente também possam atuar em sua denúncia e superação (Carvalho, 2012; Junqueira, 2007). Mais grave ainda, as múltiplas violências físicas e simbólicas — não raro concretizadas em assassinatos com requintes de crueldade — tanto podem ser obnubiladas pela perspectiva da homofobia como doença, quanto podem vir a ser justificadas, inclusive resultando em absolvição judicial, pela alegação de que sendo doença, atenua-se a responsabilidade de quem cometeu o crime de ódio homofóbico (Carrara & Vianna, 2004).

A polissemia do termo “homofobia” constitui um desafio teórico quando observamos a diversidade de modos como os preconceitos, rechaços e hierarquizações que inferiorizam se dão contra pessoas do amplo espectro amparado na sigla LGBTIQAP+. Para além da crítica mais comum de que homofobia é um conceito inicialmente aplicado a homossexuais masculinos, derivando daí a proposição de conceitos que abrangessem as especificidades dos preconceitos, como lesbofobia, bifobia, transfobia e, mais recentemente, LGBTIQAP+fobia (Green et al., 2018), temos as particularidades que agravam não somente a intensidade do ódio por rechaço à sexualidade a depender de qual é a população LGBTIQAP+ atingida, como questões de interseccionalidade devem ser consideradas na avaliação de distintos níveis de violências genericamente atribuídas a motivações homofóbicas. Assim, vêm à tona diferenças não negligenciáveis que tornam travestis e transexuais mais vulneráveis a violências comparativamente a gays e lésbicas, por exemplo, mas também como o racismo é componente que se soma aos rechaços motivados pela sexualidade, operando ainda níveis de vulnerabilidade associados a menor poder econômico.

Desmistificar a polissemia do termo homofobia conduz ao reconhecimento das hierarquizações que inferiorizam já a partir do interior das pessoas LGBTIQAP+, com

preconceitos que misturam racismo, desprezo por quem tem menor nível econômico e o que em tese não deveria ocorrer, também em função da sexualidade. Consequentemente, identificamos gays que rebaixam outros gays porque são negros, pobres ou moram em regiões consideradas inferiores; gays que recusam pares considerados afeminados; lésbicas denunciando os preconceitos de gays contra elas, e também o oposto; travestis e transexuais alvos dos rechaços de gays, lésbicas e bissexuais; transexuais que se recusam a aceitar qualquer laço de solidariedade com as homossexualidades porque querem se identificar com um determinado gênero a partir de critérios binários; e uma série de outras formas de violências das pessoas LGBTIQAP+ entre si. Menos do que polissêmico, o conceito de homofobia resta ambíguo, escorregadio e mesmo contraditório.

As diferentes gradações dos preconceitos e a impossibilidade de um único termo dar conta da diversidade de violências físicas e simbólicas a ele associada, no entanto, não deve levar a simplesmente descartar o conceito de homofobia, a começar por sua ampla circulação social. A identificação da homofobia como grave problema social inegavelmente está associada ao termo, inclusive nas reivindicações da sua criminalização, decisão que no Brasil tem sido historicamente postergada pelo poder legislativo, a quem cabe a iniciativa, afinal tomada pelo poder judiciário, que equiparou a homofobia ao crime de racismo. Ao que centralmente interessa neste artigo, destacar a enganosa polissemia do conceito de homofobia deve começar por reconhecê-la como uma palavra mágica, que nessa condição precisa ser objeto de questionamentos quanto à validade dos pressupostos teóricos e metodológicos que lhe seriam inerentes. Lidar com os rechaços contra as pessoas LGBTIQAP+ requer, portanto, colocar em cena a multiplicidade de variáveis que devem ser acionadas para melhor compreensão das dinâmicas de ódio e violências, tanto interna quanto externamente a essas populações. Desse modo, é possível evitar que a utilização genérica da noção de homofobia leve ao risco de negligenciar as interseccionalidades, a exemplo do racismo, das questões econômicas e tantas outras que cada investigação em particular deve estar atenta para detectar.

A pesquisa sobre violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero também me levou a identificar algumas palavras mágicas, cuja sedução potencialmente oculta fragilidades heurísticas. Para começar, teórica e metodologicamente foi necessário estabelecer um conjunto de procedimentos que orientariam a composição do corpus da pesquisa, já sabendo de antemão que as referências diretas às relações de gênero seriam escassas. Efetivamente, a busca por palavras-chave como “gênero”, “relações de gênero”, “violências físicas”, “violências simbólicas”, acompanhadas ou não da palavra “mulher” ou seu plural, resultaria em quase nenhuma narrativa jornalística identificada nos dois sites que investiguei. A alternativa foi, a partir de um conjunto teórico prévio, adotar como método de coleta a leitura de todas as notícias constantes dos portais do Uol e do *Público*, sempre em um mesmo horário, complementando a metodologia com uma revisão criteriosa das teorias acionadas, com vista à verificação da pertinência face às especificidades do que estava sob investigação, incluindo as diferenças culturais, comportamentais, sociais, econômicas e jurídicas entre Brasil e Portugal.

Conceito recorrente em estudos feministas e sobre homossexualidades, heteronormatividade compulsória (Butler, 2007, 1990/2008; Louro, 2004, 2007, 2009) foi uma

das palavras mágicas que me desafiaram na compreensão das dinâmicas específicas de violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero no corpus de narrativas jornalísticas que analisei. Se entendemos o conceito, *grosso modo*, como a imposição de modelos de relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas de gêneros diferentes, preferencialmente com fins procriativos, em que não restem dúvidas sobre os papéis obrigatórios para homens e mulheres, estamos diante do problema de termos os resultados da investigação antes do percurso iniciado. Ou dito de outra forma, as premissas impõem as conclusões, independentemente do percurso da pesquisa, que tenderá a submeter a realidade investigada aos princípios teóricos e metodológicos de suposto poder heurístico universal.

Ainda que seja capaz de auxiliar — e muito — no escrutínio das motivações das violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero, inclusive na identificação das mídias jornalísticas como parte dessas engrenagens, a perspectiva da heteronormatividade compulsória deve ser adotada como um ponto de partida possível, com todos os cuidados para não descuidar das especificidades em que tal dinâmica se estabeleceria, mas não como condição de chegada. Além dos limites indicados, corremos o risco da adoção de visões maniqueístas, pouco atentas a clivagens e contradições, em que as complexas condições de interseccionalidade, relativamente às quais temos insistido, podem ficar totalmente à margem, sem mencionar a reificação das divisões binárias.

A noção de patriarcado, embora também não errada, e importante sobretudo em algumas correntes dos estudos feministas, trouxe algumas dificuldades para a pesquisa sobre as violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero. Uma primeira pergunta que se impôs: o conceito teria a mesma potência heurística para a compreensão de dinâmicas das violências investigadas em narrativas jornalísticas informando sobre ocorrências no Brasil e em Portugal, com suas distintas configurações culturais? Derivou dessa primeira dúvida uma outra, de natureza próxima: sendo a sociedade portuguesa identificada como a colonizadora e a brasileira como a colonizada, seria de se esperar algum tipo de solidariedade de gênero, por via das dinâmicas do patriarcado, que pudessem ter nos tornado distintos de Portugal no que se refere ao patriarcalismo? Ou ainda: o patriarcalismo à brasileira seria uma herança direta daquele de tipo português? As dificuldades impostas por essas perguntas, com outras dúvidas delas derivadas, levaram-me a considerar mais prudente não lidar com o conceito de patriarcado, evitando assim recorrer a uma teoria cujas fraturas se mostraram evidentes.

A mais sedutora das palavras mágicas com que me deparei na pesquisa das narrativas jornalísticas dos sites brasileiro e português foi a noção de masculinidades hegemônicas, de largo uso em investigações sobre homofobia, violências contra mulheres e outros estudos que têm as relações de gênero como foco. Inspirada pelo conceito de hegemonia de Gramsci, Raewyn Connell (1995) propôs a noção como parte da compreensão das estratégias de dominação masculina, em estudos realizados na Austrália que evidenciaram os modos de construção de masculinidades nos contextos escolar e sindical, com atenção a modulações corporais e obtenção de privilégios. O sucesso da

teoria levou não somente ao seu largo uso mundo fora, como a uma série de críticas, das possíveis impertinências na correlação com o conceito gramsciano de hegemonia, a riscos como reificação do conceito e inadequação a contextos distintos, além da condição de fórmula pronta em suas configurações teóricas e metodológicas.

Embora a autora, em parceria com James W. Messerschmidt (Connell & Messerschmidt, 2013), tenha escrito um bem argumentado artigo reconhecendo alguns limites e refutando outras críticas à perspectiva das masculinidades hegemônicas, não me parece que no essencial o fundamental tenha sido superado. Permanece a aplicação dos princípios teóricos e metodológicos que, a despeito de descrições de algumas especificidades de cada realidade investigada, mantêm os pressupostos teóricos e metodológicos que acabam por levar a conclusões que preservam um conjunto taxonômico cujas variações podem ser mais na nomeação do que propriamente na inovação conceitual. Consequentemente, ainda que as contraposições de mulheres às masculinidades hegemônicas sejam lembradas em alguns estudos ou que sejam incorporadas noções como masculinidades subalternas ou cúmplices, mantem-se a lista taxonômica, com possíveis analogias com as listas dos critérios de noticiabilidade criticadas no tópico anterior. A criatividade de quem pesquisa pode levar, nesse sentido, a taxonomia das masculinidades a uma lista infinita, sempre internamente coerente, mas com pouca possibilidade de ruptura de princípios reificados, por mais sinceros que tenham sido os argumentos de Connell e Messerschmidt em afirmar o contrário.

A prudência novamente me levou a não utilizar o conceito de masculinidades hegemônicas na pesquisa sobre violências físicas e simbólicas contra mulheres em contexto de relações de gênero, evitando assim recorrer a uma noção mais motivado pela sua ampla utilização do que pela potência heurística. Nesse sentido, usar conceitos e metodologias fazendo ressalvas sobre seus problemas e reconhecendo seus limites equivaleria a um duplo equívoco. Primeiro, recorrer a esquemas que impõem os resultados antes do percurso analítico, como indiquei relativamente a outras teorizações e aportes metodológicos nos campos da comunicação, do jornalismo e das relações de gênero. Segundo, o reconhecimento dos limites se torna mera formalidade destituída de sentido prático, pois ao repetir o que em tese estava sob crítica, elimina-se a validade ou sinceridade da crítica, pela capitulação evidenciada pela repetição do uso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitiei na introdução, meu objetivo neste artigo não é oferecer as alternativas aos princípios teóricos e metodológicos que têm me causado incômodos segundo a perspectiva das palavras mágicas, conceito tomado de empréstimo a Silvia Rivera Cusicanqui (2018). A cada pesquisa meu esforço — nem sempre recompensado, é importante frisar — tem sido o de buscar perspectivas analíticas que fujam dos esquemas fáceis, com um olhar vigilante sobre as particularidades de cada investimento de pesquisa. Nesse sentido, se as contribuições teóricas e metodológicas dos estudos no entorno das relações de gênero têm se mostrado fundamentais para que eu proponha

novas abordagens sobre modos de compreensão da comunicação e do jornalismo, o caminho inverso ainda está por ser trilhado.

Mas algumas considerações acumuladas nas últimas 2 décadas de esforço de pesquisa me parecem, no mínimo, sugerir algumas pistas a seguir. A falácia de pretender para os estudos sobre relações de gênero, comunicação e jornalismo aplicar princípios de falseabilidade, como algumas ciências adotam em seus processos de verificação de cientificidade, deve ser evitada. Por essa razão, tomei sempre o cuidado de indicar limites heurísticos e o caráter de fórmulas prontas de teorias e metodologias, e não de simplesmente desqualificá-las como se pouco científicas fossem. São limitadas e tais limitações devem ser objeto de superação em que se reconheça a impertinência de pretender a universalidade de pressupostos independentemente das condições específicas do que está sob escrutínio.

A tentação de transformar a repetição de modelos teóricos e conceituais em prova de validade científica, no mínimo de capacidade de constituir procedimentos analíticos universalmente aceitos, é outro risco a ser evitado. Estamos, no universo da comunicação, do jornalismo e das relações de gênero, nunca é demais lembrar, lidando com o inexato, com processos humanos em seus mais elevados graus de disputas de sentido e pesados jogos de poder. São mutáveis, portanto, inclusive a partir das próprias pesquisas com seus resultados que inspiram e se inspiram em ações políticas com vistas a superar as mazelas aqui indicadas como próprias das relações de gênero e das lutas que envolvem os campos da comunicação e do jornalismo como estratégicos para o combate àquelas mazelas referidas, sem maniqueísmos e reducionismos de quaisquer espécies. É fundamental destacar que as mídias, não raro, são historicamente promotoras de violências de gênero, por exemplo, na reafirmação de estereótipos das pessoas LGBTIQAP+ em produtos e processos informativos e de entretenimento, em coberturas jornalísticas sensacionalistas de violências físicas e simbólicas contra mulheres e contra pessoas LGBTIQAP+, dentre uma série de outras possibilidades.

Parece-me urgente a necessidade de uma reescrita mais coletivizada sobre as relações de gênero, que incorpore de maneira efetiva a multiplicidade de pessoas concernidas, com seus modos particulares de percepção sobre os desafios cotidianamente enfrentados. Fazer valer, para trans e travestis, por exemplo, a efetivação dos lugares de fala que venham acompanhados dos lugares de ocupação de poder, assim como feministas, lésbicas e gays, com todos os percalços, têm aos poucos conseguido. A pesquisa acadêmica não está isenta de repetir estereótipos e preconceitos e isso, ao menos em parte, é consequência dos problemas que tentei evidenciar neste artigo.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vechio* (C. A. Medeiros, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 2004)
- Borrillo, D. (2001). *Homofobia*. Belaterra.
- Butler, J. (2007). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo” (T. T. Silva, Trad.). In G. L. Louro (Ed.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 110–127). Autêntica.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.) Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Carrara, S., & Vianna, A. R. B. (2004). “As vítimas do desejo”: Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In S. Carrara, M. F. Gregori, & A. Piscitelli (Eds.), *Sexualidades e saberes: Convenções e fronteiras* (pp. 365–383). Garamond.
- Carvalho, C. A. (2009). *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas — A cobertura da A pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987*. Annablume.
- Carvalho, C. A. (2012). *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. Appris.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação e Sociedade*, 20(2), 187–206. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Cusicanqui, S. R. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente em crisis*. Tinta Limón.
- Daniel, H. (2018). *Vida antes da morte/Life before death*. Abia.
- Daniel, H., & Parker, R. (2018). *Aids, a terceira epidemia: Ensaio e tentativas*. Abia.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay* (P. Abreu, Trad.). Companhia de Freud. (Trabalho original publicado em 1999)
- França, V. (1999). *Jornalismo e vida social*. UFMG.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Tchê!
- Green, J. N. (2000). *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Editora Unesp.
- Green, J. N., Quinalha, R., Caetano, M., & Fernandes, M. (Eds.). (2018). *História do movimento LGBT no Brasil*. Alameda.
- Junqueira, R. D. (2007). Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas: Estudos Gays - Gêneros e Sexualidades*, 1(1), 1–22. <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Louro, G. L. (Ed.). (2007). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Autêntica.
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. In R. D. Junqueira (Ed.), *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO.
- Meditsch, E. (1998). Jornalismo como forma de conhecimento. *Revista Brasileira da Comunicação*, 21(1), 25–38.

Parker, R. (2002). *Abaixo do equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Record.

Pasinato, W. (2011). “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, (37), 219–246. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>

Perlongher, N. (1987). *O negócio do michê*. Editora Brasiliense.

Rodrigues, A. D. (1993). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. 27–33). Vega.

Wolf, M. (1994). *Teorias da comunicação*. (M. J. V. Figueiredo, Trad.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 1985)

NOTA BIOGRÁFICA

Carlos Alberto de Carvalho é professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, com atuação na graduação e na pós-graduação. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. É bolsista produtividade nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8433-8794>

Email: carloscarvalho0209@gmail.com

Morada: Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901

Submetido: 29/01/2022 | Aceite: 18/03/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

DEBATES MUDIÁTICOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA EM CONTEXTOS DE RUPTURA INSTITUCIONAL: 1932–1936 NA ESPANHA E 1964 NO BRASIL

Camila Garcia Kieling

Escola de Comunicação, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

José Manuel Peláez Ropero

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparada de discursos da imprensa em relação ao tema da reforma agrária em dois importantes eventos que marcaram o século XX: a tentativa fracassada de golpe de Estado que deu início à Guerra Civil Espanhola no ano 1936 e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Nossos objetos de estudo são textos jornalísticos publicados pelo periódico monárquico *ABC* na Espanha e pelo brasileiro *O Estado de S. Paulo* sobre o tema da reforma agrária, proposta central dos governos reformistas em questão e, consequentemente, importante eixo discursivo midiático. Como resultado, procuramos demonstrar, em uma proposta metodológica de articulação dos campos da comunicação e da história, placas de encadeamento que ajudam a compreender os eventos em questão, como o ambiente político de pluralismo antagônico, a consciência histórica, o discurso coordenado da grande imprensa e, finalmente, a concepção da mudança como um acontecimento midiático, impulsionado por uma ideologia da transparência pública desse tipo de discurso.

PALAVRAS-CHAVE

imprensa, reforma agrária, Brasil, Espanha, século XX

MEDIA DEBATES ON AGRARIAN REFORM IN CONTEXTS OF INSTITUTIONAL BREAKDOWN: 1932–1936 IN SPAIN AND 1964 IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to develop a comparative analysis of press discourses concerning the agrarian reform issue in two critical events that marked the 20th century: the failed attempt of a coup d'état that triggered the Spanish Civil War in 1936 and the 1964 civil-military coup in Brazil. The study objects are journalistic texts published by the monarchic periodical *ABC* in Spain and the Brazilian newspaper *O Estado de S. Paulo* on the agrarian reform. That was a central proposal of the reformist governments in question and, consequently, a critical media discursive axis. Within a methodological proposal for articulating the fields of communications and history, we attempt to demonstrate the interconnected plates that help understand the two events: the political environment of antagonistic pluralism, historical consciousness, the coordinated discourse of the mainstream media, and finally, the conception of change as a media event boosted by an ideology of public transparency in this type of discourse.

KEYWORDS

press, agrarian reform, Brazil, Spain, 20th century

1. INTRODUÇÃO¹

O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparada sobre a atuação de jornais representativos das grandes imprensas brasileira e espanhola em dois importantes eventos que marcaram o século XX: (a) a tentativa fracassada de golpe de Estado que deu início à Guerra Civil Espanhola (1936–1939), permitindo a instauração do mais longo dos regimes fascistas na Europa, e (b) o golpe civil-militar de abril de 1964 no Brasil, ato inaugural de uma ditadura que durou 21 anos (1964–1985). Apesar da distância geográfica e das quase 3 décadas que separam essas ocorrências, elas guardam diferentes aspectos em comum: entre os mais importantes, a participação-chave dos meios de comunicação de massa no processo de deslegitimação das instituições democráticas de ambos os países e sua aposta decidida por soluções autoritárias (Barreiro, 2004; Chammas, 2012; Lorangeira, 2014; Luis Martin, 1987; Silva, 2014).

Na Espanha, o frustrado golpe de Estado confrontou duas visões de mundo antagônicas que vinham se enfrentando desde a proclamação do novo regime em 1931: ao lado do governo democrático, ideologias progressistas de centro e de esquerda; com os militares insurrectos, posições conservadoras de cunho fascista. Tal como vinha acontecendo desde abril de 1931, o posterior episódio bélico revelou um conflito de natureza simbólica e ideológica, durante o qual foram desenvolvidas e experimentadas estratégias, técnicas e tecnologias de comunicação para fins de propaganda política (Pena-Rodríguez, 2014). O evento serve para compreender — tanto nos aspectos políticos e ideológicos quanto nos midiáticos — outros acontecimentos que marcaram o século XX, inclusive ditaduras que se espalharam pela América Latina entre os anos 1960 e 1970.

O golpe civil-militar que colocou o Brasil sob uma ditadura (1964–1985) pode ser chamado também de golpe midiático (Silva, 2014). Os meios de comunicação contribuíram ativamente para o clima de instabilidade política e para a legitimação de atos inconstitucionais que levaram ao afastamento do Presidente João Goulart. Nesse processo, há, em comum com a Segunda República Espanhola, a atuação da mídia no enquadramento dos acontecimentos como uma “encruzilhada histórica”. De acordo com a grande imprensa brasileira, o país via-se acossado diante da ameaça comunista, não havendo alternativa senão a intervenção de forças em defesa da legalidade e da democracia (Silva, 2014).

Estruturamos este artigo em duas etapas principais. A primeira consiste em uma discussão a respeito do método comparativo e sobre como as relações entre os campos da comunicação e da história podem contribuir para um avanço nas pesquisas que abordam a mídia em uma perspectiva histórica. A segunda pretende avançar, de forma

¹ Uma versão ampliada deste artigo foi apresentada no “8.º Congresso do Consejo Europeo de Investigaciones Sociales en América Latina”, organizado pelo Instituto de Iberoamérica da Universidade de Salamanca entre os dias 28 de junho e 1 de julho 2016.

empírica, na aplicação do método comparativo ao estudo dos discursos propostos, consistindo, em um primeiro momento, no exame de bibliografia sobre a atuação da imprensa na etapa da Segunda República Espanhola e no golpe de 1964 no Brasil. A seguir, empreendemos a análise comparada de textos publicados pelo jornal monárquico *ABC* (<http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca>) na Espanha e pelo jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo* (OESP; <https://acervo.estadao.com.br/>) sobre o tema da reforma agrária, proposta central de ambos os governos reformistas em questão e importante eixo discursivo.

Por fim, concluímos com uma autorreflexão sobre a experiência comparativa e os resultados apresentados por este exercício, tendo como objetivo contribuir para o encorajamento de novas experiências dedicadas a “comparar o incomparável” (Detienne, 2002/2004).

2. O MÉTODO COMPARATIVO E SUA PERTINÊNCIA NOS ESTUDOS DE MÍDIA EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Nossa abordagem teórico-metodológica é comparativa. Assim, ambos os eventos (Veyne, 1971/2008) são compreendidos como específicos, mas, ao mesmo tempo, como reflexos de contextualidades alargadas, acessíveis pela comparação: “certos elementos de abstração comparada permitem compreender a complexidade das particularidades. Evita principalmente que o historiador visualize *a priori* a especificidade como excepcionalidade, originalidade, unicidade” (Lima, 2007, p. 28).

Em *Comparar o Incomparável*, o historiador francês Marcel Detienne (2002/2004) apresenta uma defesa do método comparado no campo da história, apoiando-se na crítica à adesão irrestrita de parte dos estudos desta disciplina ao construto de seu lugar como “ciência” e “nacional”. Propõe, assim, uma aproximação com o campo da antropologia, que, por sua vez, não respeita limites pré-concebidos no exercício comparativo.

O autor identifica os historiadores da Renascença, colocados frente à exploração do que se chamou “novo mundo”, como aqueles que abriram caminho para uma abordagem “crítica das tradições e de tudo que nos é transmitido” (Detienne, 2002/2004, p. 21). Naquele momento, em busca da “perfeição histórica”, historiadores como La Popelinière (1541–1608) propunham a exploração presencial dos locais e das humanidades que ali habitavam, demonstrando uma disposição etnográfica, uma “vontade de experimentar sobre si da mesma forma que sobre os outros, distantes e próximos, mortos ou vivos” (Detienne, 2002/2004, p. 22). As primeiras experiências etnológicas aparecem no começo do século XVIII. Os estudos são enquadrados em uma perspectiva evolucionista; as culturas, classificadas das mais primitivas às mais evoluídas, e o mundo helênico é interdito ao exercício comparativo.

O historiador francês Marc Bloch (1886–1944) contribuiu com uma nova visão sobre os estudos comparados a partir do método de trabalho próprio dos filólogos e antropólogos. Destacou a importância que devia ser concedida ao método comparado como via necessária para desenvolver a síntese historiográfica. Partidário de um método de trabalho que misturava a divisão do trabalho e o trabalho em equipe, Bloch tem

influência decisiva na atual história comparada, especialmente depois da eclosão da sociologia histórica e dos estudos culturais.

Detienne (2002/2004) apresenta um ponto de vista crítico aos movimentos comparativos de historiadores do século XX na França, Inglaterra e Alemanha — inclusive em relação ao próprio Marc Bloch — por considerar estas abordagens restritas, ainda, ao caráter nacional e aos limites de “sociedades vizinhas, contemporâneas e de mesma natureza” (p. 35) — natureza europeia, frise-se. Ao comentar o caso inglês, provoca: “é claro que nenhuma sociedade extraeuropeia é recomendável para pensar o que significa fundar uma colônia, conquistar um território ou inaugurar modos de viver juntos em um espaço novo” (Detienne, 2002/2004, p. 35).

Para o autor, “construir comparáveis” é uma atividade eminentemente coletiva, baseada na noção de singular-plural, favorecendo o trabalho de cooperação entre historiadores e antropólogos e rompendo com limites pré-concebidos de tempo e espaço:

o essencial para trabalhar junto é se libertar do mais próximo, do natal e do nativo, e tomar consciência, bem cedo e bem rápido, de que temos de conhecer a totalidade das sociedades humanas, todas as civilidades possíveis e imagináveis, sim, a perder de vista, historiadores e antropólogos da mesma forma confundidos. Esqueçamos os conselhos, prodigalizados por aqueles que repetem há meio século, de que é preferível instituir a comparação entre sociedades vizinhas, limites e que progrediram na mesma direção, de mãos dadas, ou então entre grupos humanos que atingiram o mesmo nível de civilização e que, à primeira vista, oferecem de modo suficiente homologias para navegar com toda a segurança. (Detienne, 2002/2004, p. 46)

Para motivar o trabalho de comparação, Detienne (2002/2004) sugere a procura de categorias “suficientemente genéricas” (p. 49), evitando-se aquelas demasiadamente específicas de uma cultura. Por exemplo, para responder à pergunta “o que é um lugar?”, seu grupo de pesquisa recorreu às categorias “fundar, fundação, fundador”. Elas serviram para compreender o objeto de estudo como um mecanismo de pensamento, permitindo aos pesquisadores recompô-lo, desmontá-lo, articulá-lo, refiná-lo sob diferentes configurações, condicionadas pelo exercício comparativo.

As entradas escolhidas por aqueles que se dedicam à investigação para empreender o exercício comparativo são denominadas por Detienne (2002/2004) como “comparáveis”. Eles não devem servir à produção de temas, tipologias ou morfologias, mas, sim, trabalhar como “placas de encaixe” que colocam em perspectiva as configurações de uma sociedade. “Quando uma sociedade (...) adota um elemento de pensamento, ela faz uma escolha entre outras que teria podido fazer” (Detienne, 2002/2004, p. 58). Em resumo, o comparativismo de comparáveis defendido pelo autor preocupa-se em detectar e analisar mecanismos de pensamento (Detienne, 2002/2004, p. 65).

Há na comparação, ainda, um valor ético que conduz o pesquisador a empreender um olhar crítico sobre sua própria tradição e valores, procurando identificar e interrogar seus pressupostos. Significa admitir que todas as sociedades são históricas e que é

possível, especialmente através da comparação, construir categorias para compreender aquilo que Detienne (2002/2004) chama de “consciência histórica” e que se manifesta, especialmente, através de três noções: memória, mudança e passado.

Nesse sentido, a memória não se consagra no domínio de um estoque de informações, mas na complexa construção do tempo humano: a “apreensão no tempo de uma distância de si em relação a si mesmo” (Detienne, 2002/2004, p. 74). Interessa ao pesquisador atentar para as formas humanas de projetar essa distância dentro de diferentes arquiteturas do tempo, lembrando que aquilo que concebemos como consciência histórica começa com a organização dessa “ausência presente” (Detienne, 2002/2004, p. 76) e que esse movimento não é espontâneo.

O papel da mudança na constituição da consciência histórica está atrelado à composição de espaços críticos nos quais são compartilhadas as experiências de mudança, ainda que sejam “numerosas as sociedades que sofreram transtornos e mudanças radicais, sem tê-las reconhecido, ou pensando, ou teorizado” (Detienne, 2002/2004, p. 77). Nas sociedades ocidentais, fundamentadas nas técnicas da escrita e no saber histórico, que acredita que seu objeto é o passado em si mesmo, a mudança é compreendida em uma ideia de tempo linear e irreversível, manifesta em acontecimentos imprevisíveis e singulares.

Por fim, os modos de representação do passado são também manifestações da consciência histórica. Do passado como “aquilo que foi” — radicalmente cortado do presente — ao passado presente, que ensina, autoriza e também se abre em direção ao futuro, estão diversos modos de abordagem da tradição e da ancestralidade. É nesta última direção que aponta a definição de história proposta por Huizinga (1936): “é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas a si mesma a respeito de seu próprio passado” (p. 9).

Paul Veyne (1971/2008) argumenta que podem ser considerados históricos os acontecimentos específicos: nem universais, nem singulares. Suas especificidades aparecem ao serem situados no tecido da história por meio da organização de uma intriga:

é histórico o que não é universal e o que não é singular. Para que isso não seja universal, basta que haja diferença; para que isso não seja singular, basta que seja específico, que seja compreendido, que remeta para uma intriga. (Veyne, 1971/2008, p. 72)

Os discursos jornalísticos, ao organizarem-se de acordo com critérios de noticiabilidade — os quais incluem a atualidade e a excepcionalidade — podem ser compreendidos como potenciais organizadores das intrigas por meio das quais os acontecimentos serão compreendidos, efetuando uma pré-seleção das intrigas que interessarão à história.

Empregando essas reflexões no campo jornalístico, propomos uma definição de jornalismo sob a perspectiva de sua inserção na consciência histórica: é um espaço de crítica característico da modernidade, no qual a sociedade presta contas a si mesma a respeito de seu presente, através de técnicas profissionais específicas e de uma concepção narrativa própria da noção de acontecimento, submetidas, por sua vez, a uma lógica de mercado capitalista e, conseqüentemente, a enviesamentos ideológicos análogos às suas condições de produção, circulação e recepção.

A imprensa, do modo como é concebida neste artigo, age de forma bastante específica na manifestação do que seja a mudança — e, por consequência, o acontecimento — nas sociedades modernas. A extraordinária expansão dos meios de comunicação no último século inseriu a civilização ocidental em um espaço inédito de crítica da mudança. Parece-nos que o estudo das diferentes manifestações dos fenômenos da comunicação social é essencial para compreender a consciência histórica manifesta nos casos que apresentamos.

Para Sodré (2009), a imprensa, como meio de comunicação preferencial da burguesia, tem sua modernidade “visceralmente ligada às mesmas exigências históricas que presidem ao fenômeno da construção do mundo por meio do discurso esclarecido” (p. 11). Sua legitimidade é fundada no princípio da superioridade da razão discursiva, alimentando o que autor chama de uma “ideologia da transparência pública” (Sodré, 2009, p. 11). A imprensa moderna constitui-se dentro da ética liberal como porta-voz dos direitos civis e reduto fundamental da liberdade de expressão. Sodré (2009, pp. 13–14) compõe um quadro da forma ideológica assumida pela imprensa industrial do seguinte modo: ela é universalmente burguesa e europeia; tecnicamente, foi aperfeiçoada pelos norte-americanos; e os ingleses, por sua vez, contribuíram para a constituição da notícia como a narração do acontecimento racionalizada como mercadoria. Assim, vemos que, guardando as particularidades de cada campo, a crítica de Sodré à inserção da imprensa nas sociedades modernas se dá na mesma perspectiva que a de Detienne (2002/2004) quando aponta a emergência da história como “ciência nacional” que estuda o passado em si mesmo.

Não se pode esquecer que a imprensa, porém, funda-se em um paradoxo, uma vez que não deixa de lançar mão de recursos mitológicos, como o da “construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade” (Sodré, 2009, p. 12). A mitologia do liberalismo encobre as disputas em torno da atribuição de sentidos que presidem à constituição do discurso jornalístico ao mesmo tempo em que confere à notícia o estatuto de esclarecimento neutro.

É sobretudo a partir do século XX, através da ação dos meios de comunicação de massa, que a mudança — ou leitura midiática dessa noção — emerge como um valor preponderante na consciência histórica ocidental. Essa é a primeira “placa de encadeamento”, como denomina Detienne (2002/2004), que utilizamos para dar início à proposta comparativa deste artigo.

Sabemos que o golpe militar cujo fracasso levou à Guerra Civil Espanhola vinha envolvido no que chamamos de “placenta do golpe”, isto é, um conjunto de atividades de deslegitimação da política e das instituições republicanas dentro do qual a imprensa conservadora desempenhou um papel crucial, como órgão de mobilização antirrepublicana e porta-voz dos planos conspirativos contra o legítimo governo democrático. O método de desestabilização da opinião pública com fins golpistas aperfeiçoou-se ao longo do tempo e foi reproduzido em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil em 1964, onde também pôde ser constatada a existência dessa placenta conspirativa que

gerou o ambiente necessário para o golpe. A partir dessa primeira noção, desenvolvida com mais profundidade no tópico a seguir, analisamos em pormenor a questão reformista (em especial a reforma agrária) em dois importantes jornais: ABC, na Espanha, e OESP, no Brasil. Este artigo enfrenta a tarefa de romper com fronteiras geográficas e temporais pré-concebidas no exercício comparativo. Parte do diálogo singular-plural entre pesquisadores oriundos de diferentes campos de trabalho, países e experiências.

3. IMPRENSA E OS GOLPES MIDIÁTICOS NA ESPANHA E NO BRASIL

A imprensa desempenhou um papel fundamental na sociedade espanhola dos anos 1930. A chegada do novo regime supôs um importante estímulo para os diários no marco de um Estado social e democrático de direito, “o primeiro regime autenticamente democrático” na história da Espanha (González Calleja et al., 2015, p. 18). Em um contexto de modernização geral do país, de democratização do poder, em todos seus aspectos, a imprensa foi o reflexo de um modelo do governo que, pela primeira vez, dava protagonismo aos setores mais inovadores, que demandavam mudanças que o país precisava. Ainda que a censura de notícias e as suspensões de jornais fixadas pela Ley de Defensa de la República (lei da defesa da república) e a Ley de Orden Público (lei de ordem pública) — legislações que não resultavam excepcionais no marco dos estados democráticos do momento — tenham sido fatos realçados pelos seus detratores para chamar à república como “a grande oportunidade frustrada da liberdade da imprensa em Espanha” (Sinova, 2006), na etapa republicana assistimos a um momento dourado da liberdade jornalística. Uma etapa de mobilização política sem precedentes, de modernização social e cultural, cuja crônica foi recolhida por alguns dos melhores autores da história do jornalismo espanhol, nas páginas de diferentes periódicos do momento.

Desde seu início, as diferentes formações da direita espanhola acusaram ao regime republicano de ilegitimidade, qualificando de comunistas o que eram, simplesmente, as necessárias mudanças que a Espanha precisava dentro de um marco político que em nenhum momento rompeu com a realidade sociopolítica circundante. Dentro de um processo de radicalização crescente, que levaria a direita espanhola a apoiar a intervenção do exército, desde posturas próximas ao fascismo, a imprensa conservadora se somaria muito cedo a esta ofensiva contra o estado republicano. Jornais como os monárquicos alfonsinos *ABC*, *La Época* e *La Nación*, o diário tradicionalista *El Siglo Futuro* e, de maneira muito mais obscura, os jornais católicos *El Debate*, *Ya* e *Informaciones* alimentaram a ofensiva de deslegitimação contra a república, criando a placenta necessária para o golpe que posteriormente seria utilizada pelo franquismo para justificar o seu projeto de extermínio contra um importante setor da população espanhola e o seu próprio modelo de estado católico-fascista².

Sem dúvida, o diário mais ativo nesta campanha antirrepublicana foi o monárquico *ABC*. Fundado em Madrid em 1903 pelo jornalista e empresário Torcuato Luca de Tena y Álvarez Ossorio, o diário *ABC* — que desde 1929 contava com uma nova edição

² Sobre este particular, ver Checa Godoy (1989) e, especialmente, Barreiro (2004).

publicada em Sevilha — era o órgão da direita monárquica alfonsina, que desde o início do novo regime apostou decididamente pela ruptura total com o mesmo (Barreiro, 2004). Com vínculos importantíssimos com a aristocracia latifundista, e partidário de uma monarquia autoritária, seguindo o modelo fascista da Itália que já se tinha experimentado na Espanha durante os anos 1920, sob outras publicações de direita, como a revista *Acción Española*, foi um importante laboratório de ideias autoritárias (Morodo, 1985). Essas ideias eram baseadas fundamentalmente na defesa da ordem social herdada da monarquia, a apologia de um nacionalismo antiliberal e a exaltação e saudosismo pelo passado imperial da Espanha. Convertidas sem referência da imprensa conservadora espanhola, suas páginas foram, também, o viveiro que nutriu de conceitos e militantes as diversas formações das direitas nestes anos cruciais. Muitos de seus colaboradores, além disso, constituiriam o núcleo da imprensa espanhola durante o franquismo, destacado por sua defesa entusiasta da ditadura (Luis Martin, 1987).

Cinco foram os temas utilizados pelo diário monárquico *ABC* em sua campanha antirrepublicana. Em primeiro lugar, a questão religiosa. O projeto de construir um Estado laico foi considerado pelo jornal conservador como um ataque frontal aos católicos espanhóis por parte de uma república ferozmente anticlerical e contrária às essências nacionais. O resultado foi gravar na memória coletiva de muitos católicos a ideia de que religião e república eram termos incompatíveis, contribuindo para privar o novo regime de um apoio fundamental para sua sobrevivência.

Em segundo lugar, a questão militar. As reformas militares desenvolvidas pelo novo governo, as quais procuravam racionalizar os efetivos, eliminando o alto número de oficiais existente, foram qualificadas como uma vingança contra a honra do exército. Um fato que, sem dúvida, contribuiu para esquentar os ânimos de muitos militares, e que explica o apoio do jornal à tentativa de golpe protagonizada pelo General Sanjurjo em agosto de 1932.

Terceiro: o tema autonômico. A questão catalã foi chamada pelo *ABC* de “traição”, e se manifestou na rejeição do diário ao projeto de Estatuto de Autonomia para Catalunha e, mais tarde, na negativa a aceitar o autogoverno na região. As consequências foram avivar o fantasma do separatismo e contribuir para criar um nacionalismo excludente, de cunho castelhano, que inviabilizaria qualquer saída racional ao labirinto plurinacional do país.

Em quarto lugar, a questão social. *ABC* faria da legislação social do primeiro biênio republicano e, especialmente, do projeto de reforma agrária seu grande cavalo de batalha. Seu propósito foi consolidar o bloco social dos grandes proprietários, aos que se somariam os pequenos e médio camponeses contrários à reforma, ao mesmo tempo que deterioravam a imagem do novo regime, qualificado de coletivizador e socialista.

E, em último lugar, o tema da ordem pública. As diversas desordens protagonizadas pelo movimento anarquista foram instrumentalizadas pelo diário conservador para mostrar a imagem de um regime débil, com evidentes simpatias para os revoltosos, incapaz de manter a lei e a ordem e garantir o direito à propriedade. Posteriormente, a tentativa insurrecional encabeçada pela esquerda asturiana, em outubro de 1934, foi

utilizada pelo jornal para manifestar a vontade revolucionária do mesmo regime. Um fato que se agravaria depois do triunfo da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936, quando a imprensa conservadora falava, já sem rodeios, do perigo comunista que se assomava sobre Espanha e da necessidade de impedir por todos os meios, incluindo a força, se fosse necessário.

Se teve um momento em que *ABC* refletiu todas essas tensões, foi aquele motivado pelas sessões parlamentares de 16 de junho e de 1 de julho de 1936, centrado precisamente na deterioração da ordem pública. O jornal manifestou, através do colaborador Manuel Delgado Barreto, seu desprezo pelo governo, o qual chegou a acusar de estar diretamente implicado em vários destes acontecimentos. Nos dias seguintes, o diário fez alusão a uma intervenção do líder da direita monárquica, José Calvo Sotelo, que afirmava que a situação social e política não podia ser mantida por mais tempo e que advertia sobre a possibilidade de um golpe de Estado preventivo. Frente à inércia do governo, acusado de precipitar o país na revolução e na anarquia, Calvo Sotelo exigiu ordem, e não duvidou em se declarar partidário de um estado fascista que pusesse fim à luta de classes impulsionada pelo marxismo.

Observamos, assim, como um importante setor da imprensa espanhola da época considerou a mudança democrática de 1931 como uma patologia, uma sequela demagógica do sistema parlamentar que o General Primo de Rivera tratou de resolver com métodos autoritários, já nos anos 20. Daí que procedesse, em primeiro lugar, a identificar, indistintamente, república, revolução e democracia, e, após, a realizar uma denúncia feroz das iniquidades do regime republicano em suas páginas. A denúncia da radicalidade do projeto reformista republicano conduziu, de forma inevitável, a questionar seu caráter democrático, e sua adaptação à realidade nacional, convertida no símbolo de todos os males produzidos pela anti-Espanha. Um discurso fecundo, que posteriormente se converteria na pedra angular do imaginário social do franquismo, e cujas impressões têm perdurado até nossos dias.

Mais tarde 30 anos, ecos desse discurso atravessam oceanos. No contexto de confronto da chamada “Guerra Fria”, as experiências desenvolvidas em matéria de propaganda pelos estados fascistas foram utilizadas pelas potências democráticas vencedoras na Segunda Guerra Mundial e, singularmente, pelos Estados Unidos.

Nos anos 1960, o Brasil vive, à sua maneira, as grandes questões globais: as tensões da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a efervescência dos movimentos de contracultura. Para Gaspari (2002), um dirigismo conservador e anticomunista foi encampado pela direita brasileira, manifestando-se como uma utopia planejadora, centralizadora e que via com maus olhos o voto popular. A crença na ameaça comunista esteve na base dessa utopia, para fins de propaganda, como cimento para unir interesses divergentes e como estereótipo para encobrir bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas. Esse movimento conservador encontrou apoio na caçada ao “inimigo vermelho” empreendida pelos Estados Unidos — especialmente, no Brasil, na figura do embaixador Lincoln Gordon (Green & Jones, 2009) —, assim como, na Espanha, foi abraçado pelo fascismo que se espalhava

pela Europa. No Brasil, a Escola Superior de Guerra era dominada pela Doutrina de Segurança Nacional, um conjunto de diretrizes geopolíticas que estabelecia entre os principais objetivos nacionais a proteção do Brasil frente à internacionalização do comunismo através de compromissos recíprocos entre Brasil e Estados Unidos da América para defesa do hemisfério (Couto & Silva, 1981).

João Goulart, conhecido como “Jango”, chega à presidência com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Nas eleições de 1960, elegera-se vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Quadros (Partido Trabalhista Nacional) foi eleito presidente com o apoio da conservadora União Democrática Nacional, com a maior votação que um candidato já recebera no país: 48% dos votos (Costa, s.d.).

O governo de Quadros começa com dificuldades: sem maioria no congresso, enfrenta problemas. Pretende tornar-se uma liderança terceiro-mundista através de uma política externa independente dos Estados Unidos. Exemplos dessa política são a recusa do Brasil em apoiar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos e a condecoração com a Ordem do Cruzeiro do Sul do Ministro cubano Ernesto “Che” Guevara. O excêntrico Quadros fez um governo ambíguo e as reais motivações para sua renúncia não são claras. A literatura da história e das ciências sociais concorda que ele tinha a intenção de dar um golpe de Estado (Ferreira & Gomes, 2014). Quadros renuncia justamente enquanto Jango encontra-se em visita oficial à China comunista. Contrariando seus planos, a renúncia é aceita. Em seguida, forma-se uma junta militar que tenta impedir a posse de Jango, acusando-o de proximidade com os comunistas. O congresso forma uma ampla aliança pela defesa da constituição, em confronto com os militares. No sul do país, o Governador Leonel Brizola encabeça a Campanha da Legalidade. O vice-presidente assume, mas em regime parlamentarista.

Jango governa em um ambiente hostil, mas segue tentando avançar com o programa trabalhista, as reformas de base: reforma agrária, fiscal, bancária, urbana, tributária, administrativa e universitária, além do controle do capital estrangeiro e monopólio estatal de setores estratégicos da economia brasileira.

A direita anticomunista articula-se através de organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, articulando os interesses de grandes corporações americanas, grupos privados nacionais e rurais e financiando a campanha de deputados da oposição nas eleições legislativas de 1962 (Ferreira & Gomes, 2014). Em um plebiscito realizado em janeiro de 1963, a população opta pelo retorno ao presidencialismo.

Em 13 de março de 1964, o Comício das Reformas reúne entre 150.000 e 200.000 pessoas no Rio de Janeiro. No palanque, Jango defende a elegibilidade dos sargentos, o direito de voto dos analfabetos e, principalmente, a reforma agrária. A reação da oposição vem em 19 de março. A “Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade”, em São Paulo, reúne por volta de 500.000 pessoas — entre empresários, militares, padres e senhoras católicas — e alerta para o “perigo do comunismo no Brasil”. No dia 25, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil ignora ordem do ministro da Marinha e promove uma reunião. A hierarquia militar é colocada em questão. Jango não pune os insurgentes, como exigiam os oficiais.

A última gota foi o discurso de Jango na sede do Automóvel Club, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964, ocasião na qual era homenageado pelos sargentos. O General Mourão Filho inicia a marcha para depor o presidente desde Minas Gerais. Os Estados Unidos desencadeiam a operação Brother Sam como suporte aos golpistas, dispondo a força militar da frota do Caribe na costa brasileira (Kornbluth, 2004). O presidente do senado, Auro de Moura Andrade, na madrugada do dia 2 de abril, mesmo com o presidente em solo nacional, declara vacante a presidência, ato sem qualquer amparo legal (Skidmore, 1989/2000). Goulart exila-se no Uruguai. Os Estados Unidos reconhecem imediatamente o novo governo. Os militares só deixariam o poder 21 anos depois.

Os meios de comunicação participam ativamente do golpe. A grande imprensa, que já promovia intensa campanha de desestabilização do governo Goulart, colabora para que a ação seja vista como legítima. É de amplo reconhecimento no campo da história da imprensa brasileira o apoio dos grandes meios de comunicação ao movimento civil-militar golpista de 1964. Apesar disso, parte das relações entre a grande imprensa e o regime militar reside em uma área nebulosa. A ênfase e a generalização sobre a atuação da censura — que sem dúvida sacrificou empresas, profissionais e o público, como demonstram consistentes pesquisas acadêmicas e relatos pessoais — contribuíram para a formação de um discurso mítico, fomentado pela própria imprensa e pelos jornalistas, que se apresentam como inequívocos defensores da liberdade e da legalidade e, portanto, vítimas do golpe e do regime civil-militar (Barbosa, 2007). Esse terreno vem sendo identificado, pesquisado, analisado e trazido a público, movimento do qual são exemplares os trabalhos de Abreu (2004), Amado (2008), Chammas (2012), Kushnir (2004), Silva (2013, 2014), Lorangeira (2014), entre outros. Neste artigo, buscamos contribuir para esse des(en)cobrimto (Silva, 2010) por meio de uma proposta metodológica comparativa.

4. DISCURSOS DA GRANDE IMPRENSA SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA ESPANHA (1932–1936) E NO BRASIL (1964)

No início dos anos 1930, a Espanha continuava um país majoritariamente rural, no qual quase 50% da população ativa desenvolvia atividades relacionadas com a agricultura e a pesca. Não obstante, e longe dos tópicos regeneracionistas — que falavam de uma agricultura atrasada e incapaz de experimentar um mínimo processo de modernização —, experimentou um importante desenvolvimento durante as primeiras décadas do século XX, permitindo a configuração de uma próspera agricultura de exportação, baseada fundamentalmente na obtenção de azeite de oliva, vinho, hortaliças e frutas, e que convivia com uma agricultura extensiva, de latifúndio, estendida sobretudo nas províncias do sudeste, de muito baixa produtividade e com fortes índices de desemprego estrutural.

Na chegada do regime republicano, o processo de abertura viu-se seriamente afetado pela queda dos preços agrários, como consequência da crise económica internacional iniciada nos Estados Unidos em 1929. A redução do benefício empresarial, a queda dos salários e o aumento do desemprego agrário provocou um incremento das greves

e das reivindicações sindicais, no mesmo momento que o novo governo tentava aplicar uma avançada legislação sociolaboral, orientada a satisfazer os interesses dos boias-frias e outros assalariados agrícolas.

Uma das bases deste projeto era uma profunda reforma da propriedade da terra, encaminhada para pôr fim à injusta distribuição que se tinha consolidado no longo processo de assentamento do capitalismo na Espanha. O objetivo final, tal como assinala Robledo (2015), era transformar a realidade do setor primário espanhol, especialmente nas zonas latifundistas, para atuar como fator anticíclico do desemprego e consolidar o compromisso político do campesinato com o novo regime.

O debate sobre a reforma agrária, entre 1931 e 1932, manifestou as tensões existentes no seio do governo de coalizão republicano sobre este tema. Se os socialistas do Partido Socialista Obrero Espanhol, presentes no governo de coligação, eram partidários de um modelo de expropriação da terra que a colocasse em mãos dos coletivos de boias-frias organizados sindicalmente, indicando assim sua preferência pelo cultivo coletivo e as explorações modernas, eficazes e mecanizadas, os demais partidos do governo consideravam esta proposta radical demais. Finalmente, no debate que antecedeu à aprovação da lei da reforma agrária, em setembro 1932, os socialistas moderaram suas posturas, optando por uma solução de compromisso com o resto das forças republicanas, apoiando a proposta do ministro da agricultura, Marcelino Domingo. Um projeto pragmático e ambivalente, que abarcava desde a partilha dos latifúndios em pequenos lotes até a gestão coletivizada dos assentamentos camponeses (Malefakis, 1971).

Apesar destas propostas moderadas, a direita, nas suas diferentes vertentes — desde a católico-agrária à monárquico-autoritária —, opôs-se radicalmente a qualquer projeto de reforma. Na visão dos monárquicos — que nunca aceitaram os resultados das eleições plebiscitárias do 14 de abril 1931 —, a Segunda República era um regime ilegítimo, e qualquer projeto de lei proveniente das novas autoridades devia ser chamado ilegal. Nessa linha, a grande imprensa conservadora, liderada pelo diário monárquico *ABC*, fez da reforma agrária o cavalo de batalha contra o regime republicano, o qual, em sua visão, apenas procurava a dissolução de valores tradicionais, começando pela propriedade privada, conceituada sagrada pela direita. Isso não impediu que esta imprensa, em momentos concretos, adotasse uma postura oportunista e aparentemente conciliadora, dentro da política acidentalista auspiciada pela direita católico-agrária, em função do signo da conjuntura política e do equilíbrio de poderes entre as diferentes famílias conservadoras.

Durante esta primeira etapa, o *ABC* esforçou-se em descrever a reforma agrária como a ponta de lança do projeto coletivizador impulsionado pela república e, mais especificamente, pelo gabinete reformista presidido pelo primeiro-ministro, Manuel Azaña, a quem não hesitaria em criminalizar, acusando-o de ser o responsável pela onda violenta no campo, pelo movimento anarquista, contrário ao projeto reformista. A tática seguida pelo diário teve vários objetivos: por um lado, desacreditar o governo republicano ante o campesinato pequeno e médio, acusando suas políticas de serem a causa dos constantes episódios de violência agrária que tiveram lugar durante o primeiro biênio republicano; e, por outro, reclamar uma política de mão de ferro em frente dos excessos dos

sindicatos, e a volta à ordem tradicional no campo, com a anulação de todas as políticas auspiciadas pelas autoridades republicanas. De fato, o *ABC* — sobretudo, na sua edição de Sevilha — exibiria sua simpatia pela tentativa de golpe de Estado do General Sanjurjo em agosto de 1932, que utilizaria a reforma agrária, junto às reformas militares, como pretexto para o seu projeto de restauração monárquica, dentro da ação conspirativa que a direita alfonsina vinha mantendo praticamente desde a queda da monarquia, o que lhe valeria um novo fechamento por parte das autoridades republicanas. Posteriormente, o jornal se somaria de forma entusiasta ao projeto de reconstrução da ordem agrária tradicional impulsionado pela direita no governo, entre 1933 e 1935.

Um exemplo pode ser apreciado na forma como o diário abordou o debate parlamentar sobre o projeto da reforma agrária no mês de junho de 1932. Nos dias 29 e 30 de junho, e após diversos artigos muito críticos ao próprio ministro da agricultura, o *ABC* (*ABC* de Madrid) tratou o debate num tom conciliador, em aparência. Para isso, elegeu determinada estrutura esquemática: reprodução das intervenções dos parlamentares, com escassos comentários que procuravam acentuar uma postura de retificação por parte do governo, depois que o Ministro Marcelino Domingo optou por um projeto mais restrito e ambivalente. O diário também usou expressões ideológicas — num tom supostamente neutro, no qual a sintaxe eleita pretendia reforçar a ideia de que o governo republicano, por fim, tinha optado pela via do sentido comum, limitando os efeitos mais progressistas da reforma. Nesta ocasião, o jornal optou intencionalmente pela moderação, num momento no que o jogo de poder entre as diversas formações da direita parecia inclinar-se pela via acidentalista e oportunista do bloco católico-agrário, dada a debilidade dos partidos conservadores-autoritários alfonsinos nessa altura.

A segunda etapa inicia-se em fevereiro de 1936, depois do triunfo do Frente Popular e do regresso da esquerda e do Primeiro-Ministro Azaña ao poder. Na altura, os republicanos já dispunham de uma ideia mais clara sobre como executar a reforma agrária e os seus efeitos. O objetivo, então, foi experimentar uma via camponesa, ou seja, fazer da Espanha um país de pequenas explorações a partir da redistribuição dos grandes latifúndios, numa primeira fase, para dotá-la de um marco institucional que incrementasse a produtividade no campo, permitisse a transferência da população agrária aos setores secundário e terciário, e criasse uma base de pequenos proprietários comprometidos com os valores republicanos, seguindo o modelo francês.

Os objetivos dos partidos republicanos chocaram-se com a direita, que nessa altura iniciou o processo conspirativo que terminou no frustrado golpe de Estado de julho de 1936. Neste contexto, o *ABC* — e o resto da imprensa da direita — desempenhou um importante papel na criação do que temos chamado de “placenta do golpe”, ou seja, o ambiente de deslegitimação das instituições democráticas no qual se desenvolve a conspiração e criam-se os argumentos que, posteriormente, servirão de legitimação ao golpe. E isto é algo que pode ser apreciado tanto nas formas como no léxico do diário conservador nestes meses cruciais. Para agitar as classes proprietárias, sobretudo no sul e no leste do país — onde posteriormente aconteceriam alguns dos piores massacres perpetrados pelos franquistas —, recorre ao medo, um pânico cênico que tem

como objetivo mobilizar aos proprietários frente ao perigo de uma revolução comunista e preparar o caminho ao futuro golpe. Um recurso que foi magnificado no contexto de uma campanha de polarização que tinha como objetivo criar um clima favorável à intervenção militar e preparar as consciências para a sangrenta repressão posterior (Espinosa Maestre, 2007).

Os exemplos neste caso são numerosos e estão relacionados com o fato de que o governo da Frente Popular estava decidido a retomar a reforma agrária e as ocupações de propriedades agrícolas junto com boias-frias e sindicatos. Destacamos uma edição do *ABC* que consideramos significativa. No dia 28 de março 1936, o diário informa o incremento dos quadros de pessoal do Instituto de Reforma Agraria, órgão encarregado da execução da reforma. De súbito, o tom das notícias muda, e a estrutura esquemática da página altera-se para informar como uma assembleia de autarcas na província de Sevilha acordou solicitar ao governo o restabelecimento da Ley de Términos Municipales (lei de termos municipais), uma medida adoptada pelo governo Azaña nos seus primeiros meses, em 1931, para remediar a situação do desemprego forçado de muitos boias-frias, sobretudo no sul do país. Evidentemente, a escolha deste assunto não é inocente, já que esta lei foi uma medida contra as práticas de caciquismo agrário, e uma das que mais contrariou os proprietários agrícolas, ao obrigá-los a contratar trabalhadores desempregados das populações e aldeias onde estavam situadas as propriedades agrárias. Se temos em conta que a notícia faz referência à ocupação de propriedades agrícolas por boias-frias fora de todo o controle, podemos compreender como o círculo informativo se completa, no intento de refletir um medo cênico que mobilize os proprietários frente ao que seria considerado uma revolução comunista em amadurecimento, tolerada por um governo débil, ante o que urge tomar medidas excepcionais, incluindo, naturalmente, o recurso ao exército. Neste sentido, a ação da imprensa conservadora, apresentando os boias-frias como uma ameaça, terá efeitos demolidores para o futuro. A desumanização de amplos setores das classes populares e trabalhadoras seria um passo necessário para compreender a posterior e sangrenta repressão franquista (Langa Nuño, 2007; Preston, 2011).

Passamos à análise, do mesmo tema, agora no Brasil, em 1964. O longo e tradicional OESP nasceu em 1875, por meio de um grupo ligado aos interesses das oligarquias cafeeiras paulistas comprometidas com um programa liberal. Adversário histórico do trabalhismo representado pelos governos de Getúlio Vargas (1930–1945 e 1951–1954), o diário alinha-se politicamente com a ala conservadora da política nacional que se organiza na União Democrática Nacional a partir de 1945. Quando Jânio Quadros renuncia, em agosto de 1961, o jornal reage de acordo com seu histórico antivarguismo, colocando-se contra a posse do Vice-Presidente João Goulart, a solução parlamentarista e o plebiscito que restaurou o presidencialismo.

OESP foi além da oposição política e midiática, contribuindo não apenas editorialmente para a desestabilização do governo Goulart, mas também, especialmente através de sua direção, de forma conspiratória em conjunto com grupos políticos, econômicos e militares favoráveis ao golpe. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal à época, é o redator de um documento conhecido como “Roteiro da Revolução”, orientador de algumas das primeiras ações dos golpistas.

O golpe de 1964 foi bem-recebido pelo jornal, fato reconhecido pelo Grupo Estado no resumo histórico que consta em seu site:

editorialmente o jornal sempre manteve sua linha de apoio à democracia representativa e à economia de livre-mercado. Em 1964, “O Estado” apoiou o movimento militar que depôs o presidente João Goulart ao constatar que o mesmo já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidenciava que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, O Estado retirou seu apoio e passou a fazer oposição. (Grupo Estado, s.d., para. 2)

Realizamos uma análise de textos publicados pelo jornal OESP durante o mês de março de 1964. De acordo com o acervo online do jornal, o resultado da busca pelos termos “reforma agrária”³ indica que esse é o mês que reúne mais referências naquele ano: ao todo, 63 resultados. A fim de reduzir o recorte, selecionamos textos publicados na página 3, tradicional espaço de opinião e política do jornal, às vésperas e logo a seguir ao Comício das Reformas, ocasião em que Goulart anuncia a assinatura do decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA; Rio de Janeiro, 13 de março de 1964).

Cabe destacar que o tema da reforma agrária apresenta grande relevância nos resultados da busca do acervo online de OESP no início dos anos 1960, fato que só voltaria a se repetir a partir de 1985, com o fim da ditadura. No Brasil do início dos anos 1960, as reformas sociais estavam na agenda das mais diversas forças políticas. Partidos, sindicatos, igreja, militares e sociedade civil discutiam a necessidade de amplas reformas para superar os mais graves problemas estruturais do Brasil: a fome, a pobreza, a desigualdade social. Entre as reformas, a mais emblemática era a agrária.

No contexto da Guerra Fria, o governo norte-americano, com John Kennedy à frente, via nas reformas uma possibilidade de combater movimentos de internacionalização do comunismo na América Latina. Para tanto, os Estados Unidos da América comprometem-se, através do programa Aliança para o Progresso (agosto de 1961), a incentivar reformas que promovessem o desenvolvimento econômico e social na região. O programa representa para o governo Goulart uma chance de contornar problemas econômicos e políticos, além de levar adiante o compromisso reformista defendido por seu governo e assumido perante seus eleitores (Yamauti, 2005).

Em 15 de abril de 1963, Jango propõe uma emenda constitucional que permita a indenização de desapropriações com títulos da dívida pública (só era previsto o pagamento em dinheiro). O partido conservador, a União Democrática Nacional, posiciona-se contrário à emenda. Goulart é pressionado pela esquerda (setores que consideram as reformas imperialistas excessivamente moderadas, ao gosto dos ianques) e pela direita

³ A busca por descritores exatos produz distorções. O tema da reforma agrária é debatido em outros espaços do jornal além dos apresentados pela busca do acervo online com esses termos. “Decreto da SUPRA” ou “reforma no campo” seriam termos adequados para produzir um resultado mais completo sobre a cobertura a respeito do assunto. De qualquer forma, acreditamos que a amostra selecionada, ainda que parcial, é consistente para desenvolver os objetivos deste artigo.

(que, ao defender a indenização em dinheiro e a “inviolabilidade da constituição”, conseguia bloquear as reformas e, ao mesmo tempo, desestabilizar o governo, aprofundando a crise econômica). Esse nó político alimenta o forte antagonismo na cena política brasileira e é uma das chaves discursivas da imprensa do período, porque articula uma argumentação que traveste o golpismo de legalidade ao mesmo tempo que imputa ao governo Goulart tendências arbitrárias e totalitárias.

Jango opta por fazer das reformas o seu instrumento político de comunicação com as massas, neutralizando o discurso conservador pela mesma linha de Kennedy (a miséria e desigualdade não fazem prosperar um país). Imputa ao congresso conservador e às estruturas arcaicas do Brasil a resistência às reformas.

No discurso de OESP, enfrentar e pressionar o congresso torna-se sinônimo de desrespeito pelo jogo político e, portanto, confirmaria as suportas tendências totalitárias e demagógicas de Goulart. Isso fica claro na edição de 4 de março de 1964, na Página 3: o texto “Goulart Decidido a Realizar Consultas Sobre as Reformas” informa que o presidente estaria decidido a realizar oficialmente — através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — uma consulta nacional da opinião pública sobre as reformas de base, em especial a reforma agrária. Sobre essa iniciativa, o jornal afirma:

mas está claríssimo que o sr. João Goulart deseja é obter um instrumento de pressão política para ser manobrado com habilidade e *ser imposto ao Congresso e dele arrancar as reformas em termos realmente revolucionários* ou servir para a intriga junto às classes armadas [ênfase acrescentada]. (“Goulart Decidido a Realizar Consultas Sobre as Reformas”, *O Estado de S. Paulo*, 4 de março 1964)

A pesquisa foi mesmo realizada, em oito capitais do país entre os dias 9 e 26 de março de 1964. Seus resultados não foram divulgados na época, sendo resgatados nos anos 1990 por pesquisadores nos arquivos da Universidade de Campinas. A pesquisa apontava que, em média, 70% dos brasileiros consideravam necessária a realização da reforma agrária no Brasil (Dias, 2014). Às vésperas do comício das reformas, OESP especula: “está o sr. João Goulart sendo muito estimulado por alguns de seus assessores para dirigir um ataque frontal ao Congresso, inclusive com o suspeitíssimo objetivo de fazer um teste sobre as reações populares” (“Goulart Ainda Não Fixou as Diretrizes de Seu Discurso”, *O Estado de S. Paulo*, 6 de março de 1964).

O discurso construído acerca da possível consulta popular sobre as reformas demonstra uma das estratégias de representação negativa do *outgroup* (exogrupo; van Dijk, 2005). Neste caso, ela ocorre através da projeção dos desdobramentos dos fatos a partir das ações do governo. Estas últimas, objetos de forte especulação, são esmiuçadas e projetadas em um enquadramento que coloca Goulart na posição de oportunista, demagogo, antidemocrático. O mesmo não ocorre em relação às articulações da oposição, ocasionando um silenciamento sobre suas eventuais consequências. A projeção de futuro é uma das formas através das quais o discurso jornalístico afirma opinião (van Dijk, 2005). Ao comentar as articulações para a eleição do então Ministro do Trabalho Almino Afonso na liderança da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro na câmara, OESP afirma:

o objetivo agora (...) é um novo plebiscito, eufemisticamente chamado inquérito, ou “enquete”, previsto para maio e do qual espera o sr. João Goulart extrair a reforma constitucional que lhe permita entrar na campanha eleitoral com o “slogan” JG-65, já impresso em cartazes. (“A Penetração Lacerdista no PSD Preocupa Kubitschek”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1964)

Assim, a consulta, na visão do jornal, é diretamente relacionada ao fim político eleitoral. Atentamos, aqui, para a escolha lexical: “plebiscito” foi o instrumento democrático que restaurou o presidencialismo no Brasil, devolvendo a Goulart os poderes tolhidos através da solução parlamentarista de 1961. O OESP foi contra a realização desse plebiscito e desfavorável a seu resultado. “Plebiscito”, no trecho destacado, refere-se à consulta popular que resulta positiva para o governo Goulart, a contragosto do OESP: um novo plebiscito só poderia resultar em nova vitória da situação. A oposição já demonstrava nitidamente seu desprezo pelas consultas populares.

A expectativa em relação ao comício das reformas, que ocorreria no dia 13 de março, espalha-se pelas páginas de OESP:

têm sido inquietadores em alguns círculos políticos e, principalmente, desalentadores, nos mais expressivos centros das classes empresariais, esses dias de expectativa que antecedem o 13 de março, dia de assinatura do decreto da SUPRA, que uns e outros indicam como sendo uma provável data sangrenta e triste na história da República. (“A Penetração Lacerdista no PSD Preocupa Kubitschek”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1964)

Além de lançar mão, novamente, do expediente da projeção do futuro (sombrio), neste trecho o OESP utiliza-se do recurso de apagamento dos sujeitos, revelador da dinâmica *ingroup* (endogrupo) versus exogrupo. “Uns e outros”, “círculos políticos”, “classes empresariais” remetem a grupos vagos, genéricos, indefinidos; por outro lado, as ações do governo são personificadas na figura do chefe do executivo. “A simples assinatura do decreto deverá provocar invasões de terras naquelas áreas de mais agudo atrito, onde a questão está sendo posta em termos revolucionários” (“A Penetração Lacerdista no PSD Preocupa Kubitschek”, *O Estado de S. Paulo*, 5 de março de 1964).

Em 13 de março de 1964, no comício das reformas, na estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart anuncia a assinatura do decreto da SUPRA, que determina a desapropriação de propriedades rurais com extensão superior a 500 hectares às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais.

No dia seguinte, 14 de março, o OESP afirma que o país vive em “regime pré-totalitário” e que depois do comício “não tem mais sentido falar-se em legalidade democrática como coisa existente”.

Quando o chefe do executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura,

embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (“O Comício”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964)

No comício, Goulart dedicou boa parte de seu discurso a explicar que a reforma agrária não subverteria as relações capitalistas de produção e que o modelo de indenização proposto pelo decreto (títulos da dívida pública) era corrente em diversos países que já haviam realizado reformas, como Japão, Itália, México:

reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. (EBC, 2015, para. 43)

Para o OESP, o discurso do presidente reuniu “considerações confusas” e que “demonstram falsa erudição”. A indenização em títulos da dívida consistiria em “espoliação pura e simples dos proprietários legítimos de terra” (“O Comício”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964).

O OESP insiste na associação entre reformas e comunismo: “sob a bandeira das ‘reformas’, as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do país”. Para o jornal, a “revolução foi pregada” apenas com “pequenas variações de acordo com as necessidades da estratégia e da tática revolucionárias”. Sobre Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango que também discursou no comício, “dir-se-ia que se julga na Rússia de 1917” (“O Comício”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964).

Vemos, assim, que o discurso jornalístico analisado acerca da reforma agrária dá acesso à complexidade das disputas políticas do período e reforça a compreensão do tema, naquele período, como aspecto essencial no debate público. Dezemone (2016) aponta para necessidade de se contemplar de forma ampliada a compreensão de “reforma agrária” nesse momento histórico, a qual nem sempre corresponde a um consenso sobre a distribuição da propriedade, diferente de outras questões, como a contenção do êxodo rural e o desenvolvimento econômico.

5. COMPARAÇÃO E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: UMA PROPOSTA DE COLABORAÇÃO ENTRE OS CAMPOS DA COMUNICAÇÃO E DA HISTÓRIA

Partimos ao exercício comparativo propriamente dito: a busca pelas placas de encadeamento propostas por Detienne (2002/2004).

No ambiente político interno, são muitas as semelhanças. Em ambos os países, governos progressistas, comprometidos com sindicatos e movimentos populares, estão no poder e enfrentam graves crises econômicas. Podemos afirmar que, frente a isso, as respostas apresentadas por esses governos apontam para uma mudança em estruturas de produção consideradas arcaicas, injustas e incoerentes com o desenvolvimento econômico, social e humano projetado por essas lideranças.

Os setores oligárquicos e conservadores, por sua vez, articulam-se em torno da defesa de valores tradicionais e da manutenção de privilégios, amparados por um discurso

que naturalizava as injustiças em torno de um pragmatismo conservador, um legalismo instrumental e uma política autoritária. Nesse sentido, a questão da reforma agrária assume protagonismo no cenário interno e expõe o confronto das forças políticas em questão.

O ambiente político de pluralismo polarizado é uma importante placa de encadeamento neste exercício comparativo. Ele coloca os governos progressistas, tanto no Brasil quanto em Espanha, em situação delicada, pressionados pela esquerda e pela direita. No Brasil, a esquerda mais radical criticava as reformas ao gosto ianque. Já os setores conservadores evitariam de toda a forma o acesso do governo Goulart aos recursos da Aliança para o Progresso, pois isso tornaria uma candidatura de esquerda imbatível nas eleições de 1965. As reformas, se levadas a cabo na posposta de Goulart, solapariam as bases socioeconômicas da oligarquia, produzindo de qualquer forma efeitos na representatividade política. Assim, as elites sentem-se ameaçadas, ainda que as medidas propostas pelo governo fossem progressistas e não comprometidas com um programa revolucionário. Na Espanha, os republicanos negociam e aprovam um projeto de reforma excessivamente ambíguo, recusado pelo movimento anarquista, e cuja implementação levaria a um quadro dramático de radicalização política. No Brasil, não houve consenso sobre o projeto de reforma agrária, e o decreto da SUPRA foi um “primeiro passo” (nas palavras do próprio Jango, no discurso do comício) muito duro para as elites.

O forte antagonismo político interno nos remete a uma outra importante placa de encadeamento, que diz respeito à consciência histórica (Detienne, 2002/2004) de cada período analisado. Na Espanha, o ambiente é de ascensão do fascismo, uma onda autoritária que engoliu o movimento progressista espanhol e que levou o continente europeu a ser novamente palco de um trágico confronto mundial. No caso brasileiro, a questão da conjuntura externa manifesta-se em uma intervenção direta de Washington, reflexo dos resultados da Segunda Guerra Mundial: com uma mão, os Estados Unidos da América cortejavam o governo Goulart com a promessa dos recursos da Aliança para o Progresso, visto que o Brasil era território estratégico no cenário da Guerra Fria; com a outra, financiavam deputados e organismos conservadores comprometidos em manter a “ordem” e representar os interesses econômicos norte-americanos no país. Nesse contexto internacional de polarização, torna-se corrente, com o apoio da imprensa estudada, a ideia de que as reformas de que o Brasil precisava para superar as dificuldades econômicas e a miséria aconteceriam pacificamente ou através de uma revolução comunista. De fato, a arena parlamentar não se mostra capaz de formar uma coalizão hegemônica estável para conduzir as reformas. A imprensa ajuda a construir a hegemonia necessária para suportar uma solução autoritária de ruptura institucional, em um amálgama de interesses de classe e de um lugar discursivo privilegiado, amparado por um imaginário que a coloca “fora da política” e como porta voz da opinião pública. O discurso coordenado da grande imprensa forma uma nova placa de encadeamento, central para a análise proposta neste artigo.

Os jornais analisados, o *ABC* na Espanha e o *O Estado de S. Paulo* no Brasil, são ambos representantes de setores oligárquicos que seguem no controle político em seus países mesmo após certo desenvolvimento agrário, como no caso da Espanha dos anos 1930, e industrial, no caso do Brasil dos anos 1960. Operam aquilo que aqui

denominamos “placenta do golpe”, ou seja, o conjunto de atividades de deslegitimação da política e das instituições democráticas e a antecipação e naturalização da solução autoritária. Isso ocorre através de estratégias que ficaram evidentes através do exercício de análise do discurso dos jornais selecionados, dentre elas:

- desmoralização do governo como um todo e do chefe do executivo, em particular. O Presidente Goulart, no Brasil, era qualificado como golpista, acusado de vínculo com o comunismo, populismo, getulismo, incompetência, totalitarismo e caudilhismo. Na Espanha, o mesmo se passa com os republicanos e seu líder mais significativo, o Primeiro-Ministro Manuel Azaña, acusado de demagogia, caudilhistas e rancoroso, e responsabilizado pela violência no campo;
- deturpação das propostas de reformas, conectando-as com a ameaça comunista;
- antecipação e naturalização dos movimentos dos grupos conservadores;
- apagamento ou desqualificação das lutas camponesas e das classes desfavorecidas;
- defesa de uma legalidade instrumental: esse é um movimento que pode ser percebido na longa duração. As leis e a constituição servem às mais variadas deturpações retóricas. Na Espanha, a direita monárquica nem sequer aceita o resultado do plebiscito de 14 de abril de 1931, e considera o governo republicano um governo ilegítimo. No Brasil, a posse de Jango e o plebiscito que restaura o presidencialismo são motivo de revolta entre os conservadores e alimentam um discurso que serve tanto para acusar o governo Goulart de autoritário e ilegal, como emprestar ao movimento golpista um oportuno verniz de legalidade.

Apontamos, ainda, na esfera do que Detienne (2002/2004) indica como pontes de acesso à consciência história, a questão da invocação da memória. Na Espanha, os conservadores evocam o passado antiliberal, elitista, glorioso e imperial em frente uma etapa democrática de massas, caracterizada pela decadência e a dissolução de todos os valores; no Brasil, centram na articulação de Jango com o período ditatorial de Getúlio Vargas, de quem Goulart é herdeiro político, e sobretudo com a vinculação das reformas propostas com suposições como ameaça comunista, golpismo, ataques à constituição.

A relação entre consciência histórica e imprensa está articulada — em nossa proposta, apoiada em Sodré (2009) — na concepção da mudança assimilada como acontecimento midiático, visão consolidada na modernidade. Nesse sentido, o exercício comparativo realizado neste artigo serve como porta de entrada para um entendimento específico sobre os modos de produção e acesso aos discursos jornalísticos, entendidos como interfaces midiáticas da compreensão da mudança nas sociedades modernas. No caso Espanhol, um laboratório de técnicas propagandísticas de todo tipo de manipulação; no caso brasileiro, uma versão sofisticada de grande esquema ideológico que fomenta aquilo que denominamos “placenta dos golpes”. Em ambos os casos, a imprensa analisada, ao se colocar como lugar privilegiado de fala (no caso espanhol, com uma imprensa de matriz opinativa europeia) ou como lugar fora da política, isento e objetivo (no caso brasileiro, com o jornalismo de matriz norte-americana), funda sua legitimidade no princípio da superioridade da razão discursiva, alimentando o que Sodré (2009) chama de uma “ideologia da transparência pública”, mas que, contraditoriamente, como pudemos observar neste exercício de análise, serve à construção de uma hegemonia que evidencia no plano macroestrutural do discurso as relações entre endogrupo e exogrupo (van Dijk, 2005).

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Camila Garcia Kieling atuou de forma conjunta na conceituação, metodologia e investigação do artigo proposto. Participou de todo o processo de redação (redação do rascunho original; redação – revisão e edição). José Manuel Peláez Roperó atuou de forma conjunta na conceituação, metodologia e investigação do artigo proposto. Participou de todo o processo de redação (redação do rascunho original; redação – revisão e edição).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático). Agradecemos ainda o apoio da bolsa Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2013-2017).

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. (2004). A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In C. Fico, C. Castro, & I. de L. Martins (Eds.), *1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil* (pp. 15–25). 7Letras.
- Amado, J. (2008). *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13156>
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa*. Mauad X.
- Barreiro, C. (2004). *La prensa monárquica en la segunda república: Los diarios madrilenos*. Grafite Ediciones.
- Chammas, E. Z. (2012). *A ditadura militar e a grande imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>
- Checa Godoy, A. (1989). *Prensa y partidos políticos durante la segunda república*. Universidad de Salamanca.
- Costa, C. M. L. (s.d.). *A trajetória política de João Goulart: A campanha presidencial de 1960*. FVG CPDOC. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960
- Couto e Silva, G. (1981). *Conjuntura política nacional: O poder executivo e geopolítica do Brasil*. José Olympio.
- Detienne, M. (2004). *Comparar o incomparável* (I. Storniolo, Trad.). Ideias e Letras. (Trabalho original publicado em 2002)
- Dezemone, M. (2016). A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, 36, 131–154. https://doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_006
- Dias, L. A. (2014). O golpe impresso: Análise da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* no golpe civil-militar de 1964. In *Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405700326_ARQUIVO_ANPUH2014_LuizAntonioDias.pdf

- EBC. (2015, 2 de janeiro). *Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964*. <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>
- Espinosa Maestre, F. (2007). *La primavera del Frente Popular. Los campesinos de Badajoz y el origen de la Guerra Civil (febrero-julio de 1936)*. Crítica.
- Ferreira, J., & Gomes, A. de C. (2014). *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Gaspari, E. (2002). *A ditadura envergonhada*. Companhia das Letras.
- González Calleja, E., Cobo Romero, F., Martínez Rus, A., & Sánchez Pérez, F. (2015). *La segunda república española*. Pasado y Presente.
- Green, J. N., & Jones, A. (2009). Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, 29(57), 67–89. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100003>
- Grupo Estado. (s.d.). *Resumo histórico*. <https://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont1.htm>
- Huizinga, J. (1936). A definition of the concept of history. In R. Klibansky & H. Paton (Eds.) *Philosophy and history. Essays presented to Ernst Cassirer* (pp. 7–17). Clarendon Press/Humphrey Milford.
- Kornbluth, P. (Ed.). (2004). *Brazil marks 40th anniversary of military coup – Declassified documents shed light on U.S. Role*. The National Security Archives. <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm#docs>
- Kushnir, B. (2004). Entre censores e jornalistas: Colaboração e imprensa no pós-1964. In C. Fico, C. Castro, & I. de L. Martins (Eds.), *1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil*. (pp. 80–90). 7Letras.
- Langa Nuño, C. (2007). *De cómo se improvisó el franquismo durante la Guerra Civil: La aportación del ABC de Sevilla*. Centro de Estudios Andaluces.
- Larangeira, A. (2014). *A mídia e o regime militar*. Sulina.
- Lima, A. G. S. (2007). A história comparada: Potencialidades e limitações. *História Social*, (13), 23–37. <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/208>
- Luis Martin, F. de. (1987). *El grupo monárquico de ABC en la Segunda República española*. Universidad de Salamanca.
- Malefakis, E. (1971). *Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX*. Ariel.
- Morodo, R. (1985). *Los orígenes ideológicos del franquismo. Acción española*. Alianza Editorial.
- Pena-Rodríguez, A. (2014). *A guerra da propaganda*. Edipucrs.
- Preston, P. (2011). *El holocausto español. Odio y exterminio en la guerra y despues*. Debate.
- Robledo, R. (2015). La reforma agraria durante la II República (1931-1939). *Revista de Estudios Extremeños* [Número especial], LXXI, 19–48. https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/reex_digital/reex_LXXI/2015/T.%20LXXI%20numero%20extraordinario%202015/76854.pdf
- Silva, J. M. (2010). *O que pesquisar quer dizer*. Sulina.
- Silva, J. M. (2013). *Jango: Vida e morte no exílio*. L&PM.

- Silva, J. M. (2014). *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Sulina.
- Sinova, J. (2006). *La prensa en la segunda república. Historia de una libertad frustrada*. Debate.
- Skidmore, T. (2000). *Brasil: De Castelo a Tancredo* (M. S. Silva, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1989)
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Vozes.
- van Dijk, T. (2005). *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso* (Z. Pinto-Coelho, Trad.). Campo das Letras.
- Veyne, P. (2008). *Como se escreve a história* (A. J. da S. Moreira, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1971)
- Yamauti, N. N. (2005). A questão da reforma agrária no governo João Goulart. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 27(1), 69–86.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Camila Garcia Kieling é professora adjunta da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), e doutora em comunicação social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da mesma instituição.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1584-4244>

Email: camila.kieling@pucrs.br

Morada: Av. Ipiranga, 6681. CEP 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil

José Manuel Peláez Roperó é doutor em história pela Universidade de Salamanca e doutorando em ciências da comunicação, sendo investigador da linha de estudos culturais do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Portugal).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3841-2871>

Email: rubeum@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

Submetido: 15/02/2022 | Aceite: 18/03/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS. VÍTIMAS DE CATÁSTROFES EM *BRUMADINHO: A ENGENHARIA DE UM CRIME E TRAGÉDIA EM MARIANA*

Carlos Henrique Pinheiro

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Elton Antunes

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

RESUMO

Neste artigo, abordamos dois livros-reportagem que tratam de catástrofes ocorridas no Brasil, recentemente: *Tragédia em Mariana*, de Cristina Serra (Record, 2018) e *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, de Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (Letramento, 2021). Embora estes trabalhos compartilhem similaridades tais como aspectos formais e temáticos, entendemos que indiciam diferentes modos de apreensão jornalística do mundo, com distintas implicações éticas particularmente no que concerne ao modo como as personagens vítimas dessas catástrofes emergem nas reportagens. Consideramos que os personagens jornalísticos têm dupla existência: no texto e fora dele, e é uma responsabilidade ética refletir sobre as formas como são constituídos tendo em vista possíveis passagens entre um e outro. Propomos então discutir, valendo-nos das duas obras, os modos de aproximação jornalística com tais acontecimentos a partir de três dimensões analíticas articuladas. No tópico “Marcas de Escuta e Presença Autoral”, damos atenção a indícios de como os autores e autora apuraram as informações que constam em seus livros, colocando sua escuta junto às vítimas ou apurando outros registros das catástrofes. Em “Personagens (S)em Enredo”, discutimos quem são aqueles cujas histórias são contadas nesses livros, como isso se faz e com que possíveis efeitos. Em “Projeto e Paratextos”, abordamos as intenções declaradas por cada autor-repórter, bem como o quanto exploram ou não as potencialidades de um livro-reportagem no aspecto específico do desenvolvimento de personagens. Por fim, cotejamos abordagens de outros repórteres sobre as representações de seus personagens para pensar como cada autor-repórter das obras que analisamos aqui se posiciona diante da catástrofe e que tipo de registro jornalístico sua postura reflete.

PALAVRAS-CHAVE

livro-reportagem, jornalismo, catástrofe, personagem, vítima, ética

APPROXIMATIONS AND DISTANCING. DISASTER VICTIMS IN *BRUMADINHO: A ENGENHARIA DE UM CRIME* AND *TRAGÉDIA EM MARIANA*

ABSTRACT

In this article, we discuss two books that deal with catastrophes that occurred in Brazil recently: *Tragédia em Mariana* (Tragedy in Mariana) by Cristina Serra (Record, 2018) and *Brumadinho: A Engenharia de um Crime* (Brumadinho: The Engineering of a Crime) by Lucas Ragazzi and Murilo Rocha (Letramento, 2021). Although these works share similarities in formal and thematic aspects, we understand that they indicate different modes of journalistic approach to the world, with distinct ethical implications, particularly regarding how the victims of these catastrophes emerge in the reports. We consider that journalistic characters have a double existence: inside and outside the text. Furthermore, it is an ethical responsibility to reflect on how they are constituted, considering possible connections between one and the other. We propose, therefore, to discuss the modes of journalistic approach to such events from three articulated, analytical dimensions, using the two works. On the topic of “Indications of Listening and Authorial Presence”, we focused on how the authors checked the information in their books, listened to the victims or investigated other catastrophes’ records. In “Characters With(out) a Plot”, we discuss who they are, whose stories are told in these books, how it is done, and possible effects. In “Project and Paratexts”, we address the intentions declared by each author-reporter. We also examine whether or not they explore a book’s potential as to the specific aspect of character development. Finally, we compared the approaches of other reporters to the representations of their characters to reflect on how each author-reporter of the works we analysed faces the catastrophe. We also examined what kind of journalistic record their postures reflect.

KEYWORDS

reporting book, journalism, catastrophe, character, victim, ethics

1. APRESENTAÇÃO

Neste artigo, abordaremos dois livros-reportagem sobre catástrofes ocorridas no Brasil, recentemente — *Tragédia em Mariana* (Record, 2018), de Cristina Serra, e *Brumadinho: A Engenharia de um Crime* (Letramento, 2021), de Lucas Ragazzi e Murilo Rocha. Tais trabalhos compartilham similaridades como a temática, visto que ambos tratam dos eventos trágicos decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos mineiros no estado de Minas Gerais, e a organização formal, sob a alcunha do livro-reportagem. Nossa premissa, a ser verificada, é a de, apesar disso, eles indiciarem diferentes modos de apreensão jornalística do mundo, com distintas implicações éticas. Interessamos discutir suas formas de aproximação dos eventos que narram, com ênfase nas condições que oferecem para a emergência de vítimas de catástrofes nessas histórias.

Por condições de emergência, compreendemos que a condição de vítimas não deve ser tomada como uma evidência natural para percepção das experiências que se tem em torno de tais acontecimentos. Há que se ter em conta os deslocamentos epistemológicos que se dão entre lidar com o conhecimento baseado na vivência direta de alguém em uma dada situação e os modos do testemunho como forma de conhecer (Leal

& Antunes, 2018), que, no jornalismo, parecem implicar na formação de uma verdadeira comunidade de personagens.

As personagens jornalísticas, à diferença daquelas puramente ficcionais, sabemos com Serelle (2020), têm dupla existência: na narrativa e no mundo histórico, e sua construção deve observar possíveis limites e passagens entre um e outro, visto que aquilo que aparece na narrativa pode impactar as vidas que as inspiraram e as existências concretas impõem restrições à composição das personagens (Malcolm, 1990/2011). A atenção a este traço aparece expressa, por exemplo, nas reflexões que Brum (2018) faz sobre um trabalho seu, “A Casa de Velhos”. Diz a autora que “nenhuma reportagem é mais importante que uma pessoa”, “já perdi, algumas vezes, as melhores aspas de uma matéria em nome desse cuidado fundamental com o outro” (Brum, 2018, pp. 111–112), apontando para o horizonte ético de seu fazer.

Lendo Mônica Martinez (2017), Serelle (2020) chama a atenção para a centralidade de histórias de vida no jornalismo narrativo, que engloba textos com formatos tais como o perfil, grande reportagem ou livro-reportagem em articulação com elementos da prosa literária. Por meio das histórias de vida, aquilo que figuraria na cobertura diária apenas como “número ou estatística ou ainda reduzido a uma única face da personalidade que serve ao acontecimento noticiado”, ganha “perspectiva biográfica, complexidade psicológica e contexto social” (Serelle, 2020, p. 45). Acrescentaríamos que essa dinâmica se faz particularmente sensível em um recorte de reportagens sobre catástrofes: em *Hiroshima*, de John Hersey (1946/2017), toda a narrativa estrutura-se em torno das histórias de seis personagens; apresentada aos leitores mais de um ano após a conhecida explosão que dizimou a cidade japonesa, o texto “não trazia revelações técnicas nem dados desconhecidos sobre os efeitos da bomba atômica. Seu impacto veio do enfoque e da abordagem escolhidos por Hersey. (...) O horror tinha nome, idade e sexo” (Suzuki, 1946/2017, p. 168). No discurso que apresentou quando da premiação Nobel pelo conjunto de sua obra, Svetlana Aleksievitch (1997/2016), cujos textos investigam grandes acontecimentos da União Soviética, como a explosão da usina nuclear em Tchernóbil, na escala de seus indivíduos comuns, disse que a atraía “esse pequeno espaço – o homem... o ser humano. Na realidade, é lá que tudo acontece” (p. 372).

Ressalvamos aqui que *Tragédia em Mariana* e *Brumadinho: A Engenharia de um Crime* não podem ser completamente apreendidas como obras inscritas na tradição do “jornalismo literário”. Ambas têm passagens em que se reconhecem recursos narrativos típicos de certa tradição realista para narrar os fatos, notadamente a descrição de cenas inteiras (Wolfe, 1970/2005), mas são, principalmente, livros com reportagens que buscam denunciar um crime, no caso do livro de Serra, e documentar uma investigação policial, como fazem Ragazzi e Rocha, sem que o investimento literário se sobressaia. Porém, enquanto livros-reportagem, espera-se deles que apresentem uma abordagem distinta da que caracteriza o jornalismo diário, inclusive em relação aos personagens de suas histórias.

Ademais, o livro-reportagem parece ter se constituído como um objeto cultural privilegiado entre repórteres. Na história que conta a respeito do “novo jornalismo”, Tom Wolfe (1970/2005) diz que os repórteres especiais das redações almejavam justamente

conquistar as condições para deixá-las e, idilicamente, isolados, escreverem “o livro” que lhes daria fama e riqueza como retorno. Efetivamente, o livro-reportagem foi capaz, neste período, de cruzar fronteiras geográficas e linguísticas que mesmo as grandes reportagens de autores, como Gay Talese, Truman Capote e o mencionado Tom Wolfe, publicadas em revistas como *The New Yorker*, *Esquire*, *Playboy* e outras grandes revistas, não atravessavam facilmente. No Brasil, o que foi traduzido destes autores — e de muitos outros — foram seus livros, principalmente.

Os livros-reportagem resultavam, então, de pautas melhor apuradas e desenvolvidas que as reportagens preparadas para publicações periódicas e, com o privilégio de serem feitos em mais tempo, com mais recursos e uma estrutura de divulgação e discussão mais estruturada. Por meio de lançamentos, críticas e debates, se constituíram como um objeto jornalístico do qual podemos esperar mais do que usualmente esperamos daqueles feitos para nos informarem no calor do momento, ou para nos mantermos atualizados sobre situações diversas.

A compreensão de que o livro-reportagem seria um objeto especial entre aqueles que o jornalismo faz circular é atualizada, no Brasil contemporâneo, por meio de falas como a de Daniela Arbex, para quem um de seus trabalhos, *Holocausto Brasileiro*, estaria mais próximo ao status do documento histórico que da cobertura jornalística fugaz. “O *Holocausto Brasileiro* é atemporal. Daqui 50 anos, quando alguém ler esse livro, ele vai continuar atual; vai continuar necessário e fundamental”, chegou a dizer (Amorim, 2020, para. 43). Ainda para a autora, o livro-reportagem se descola de certas práticas da imprensa, tomando um caminho que é suplementar:

acho que faz parte do nosso ofício dar visibilidade para temas importantes e pungentes. Pena que a imprensa não possa fazer isso com mais frequência. Nossas coberturas têm prazo, tem datas, e aí vejo uma vantagem do meu trabalho porque eu não tenho prazo, porque um livro é atemporal. (Autora de *‘Todo Dia a Mesma Noite’*, Daniela Arbex diz: “Eu não abandono a minha pauta”, 2021, para. 4)

A seu modo, os autores de *Brumadinho: A Engenharia de um Crime* parecem indicar que reconhecem as condições dadas pelo livro-reportagem ao escreverem “a partir de uma visão privilegiada, [há] a intenção de entender o papel de cada personagem na engrenagem de um desastre ambiental e humano com consequências imensuráveis” (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 12). Nos termos de Serra (2018), é o livro que possibilitaria superar uma repetição apresentada na cobertura periódica:

quando pensei em escrever um livro sobre o desastre da barragem de Fundão, um número não me saía da cabeça: os dezenove mortos na tragédia. Esse número se repetia no noticiário junto a muitos outros que procuravam traduzir a extensão de uma calamidade socioambiental jamais vista no Brasil: 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro despejados na natureza; cerca de 660 quilômetros percorridos pela lama no

curso do rio Doce; 38 municípios atingidos; 14 toneladas de peixes mortos recolhidas no rio; centenas de milhares de moradores da bacia sem água potável. O jornalismo adora números. E, sem dúvida, eles são importantes. Mas não são capazes de traduzir a dimensão humana de uma catástrofe como essa. Não dão rosto à história. Era preciso mostrar esses rostos, revelar suas identidades, dar-lhes voz. (p. 14)

Tragédia em Mariana propõe contar, como informa o complemento do título da obra, “a história do maior desastre ambiental do Brasil”. Em 51 capítulos aborda o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em novembro de 2015, além da história de seu licenciamento, construção e operação. O livro traz também uma reflexão sobre a história da mineração em Minas Gerais e suas relações com políticos e órgãos de fiscalização. Em diversos capítulos dedica-se às vítimas dessa catástrofe — as que sobreviveram e as que sucumbiram, as que foram diretamente afetadas por elas e as que indiretamente sofrem seu impacto (Serelle & Pinheiro, 2021). A publicação, feita 3 anos após o desastre, investiga, põe alguns fatos em perspectiva. Por isto, uma de nossas hipóteses é que, em função deste prazo, resulta bastante diferente de *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, redigido e lançado no mesmo ano da catástrofe que tematiza, 2019.

Propomos então discutir, valendo-nos das duas obras, os modos de aproximação jornalística com tais acontecimentos a partir de três dimensões analíticas articuladas. Refletiremos, inicialmente, sobre possíveis implicações desse tempo de redação e investimento em apuração jornalística que revelam *marcas de escuta e presença autoral* — indícios de como os autores e autora apuraram as informações que constam em seus livros. Em seguida, lançamos mão da observação de traços de cada uma das obras naquilo que oferecem como elementos para compreender a maneira como as vítimas emergem enquanto personagens nessas histórias e as implicações éticas decorrentes das escolhas feitas por cada autor ou autora. Assim sendo, tratamos dos seguintes aspectos: *personagens (s) em enredo*, em que discutiremos quem são aqueles cujas histórias são contadas nesses livros e como isso se faz e com que possíveis efeitos; e *projeto e paratextos*, eixo por meio do qual discutiremos as intenções declaradas por cada autor-repórter (Marocco, 2020), bem como o quanto exploram ou não as potencialidades de um livro-reportagem no aspecto específico do desenvolvimento de personagens. Por fim, encaminharemos nossos comentários finais cotejando abordagens de outros repórteres sobre as representações de seus personagens para pensar como cada autor-repórter das obras que analisamos aqui se posiciona diante da catástrofe e que tipo de posicionamento jornalístico esta posição reflete.

2. MARCAS DE ESCUTA E PRESENÇA AUTORAL

Certas reportagens contemporâneas apresentam elementos metanarrativos por meio dos quais seus autores podem ponderar, por exemplo, sobre desafios enfrentados para a feitura de seu trabalho — éticos, de apuração e redação. Nas reportagens que abordamos neste trabalho, interessam-nos estes elementos metanarrativos em função

daquilo que indiciam: a qualidade do tempo dedicado pelos seus autores para a produção das obras. Ainda: estes elementos revelam a escuta dos repórteres de cada história, aqui entendida não apenas como um gesto passivo de audição das histórias alheias, seguido de sua transcrição e formatação em um texto que se diga jornalístico. A escuta, como sugere Eliane Brum (2021), estaria mais próxima da construção comum que repórter e sua fonte fazem de uma história, com implicações inclusive pessoais para ambas as partes:

ao escutar “empresto” meu corpo para as palavras de outre¹. É uma experiência que se assemelha a uma possessão, mas não é. Meu corpo, eu, é um mediador ativo da outra voz. É evidente que, ao tornar essa voz palavra escrita por mim, a mediação delicada estará presente. É a narrativa de outre, a experiência de outre, as palavras de outre depois de atravessar o meu corpo. Mas o meu corpo não é um vazio absoluto pelo qual a narrativa de outre passa sem ser alterada pela experiência de passar por mim. (p. 60)

Por exemplo: *Tragédia em Mariana* traz um capítulo em que Serra relata um Natal passado junto de famílias atingidas, ainda no ano do rompimento da barragem de Fundão, 2013. A autora, que à época trabalhava para o programa televisivo *Fantástico* e estava empenhada na cobertura da catástrofe desde seus primeiros momentos, pôde escutar, da forma ativa como nós referimos — e trazer para esta narrativa —, uma série de elementos que indicavam o estado das famílias naquela circunstância. Maria Lúcia

não conseguia se acostumar ao ritmo e ao barulho da cidade. “Sinto falta da minha casa arejada, de sentir o ar correndo, entrando pelas janelas...” Também estranhava usar coisas doadas por anônimos ou compradas pela Samarco. Em algumas idas ao vilarejo em ruínas, recuperou pequenas peças de seu cotidiano desfeito. A capa do botijão de gás, panos de prato, toalhas de mesa, colchas, um liquidificador, garrafa térmica, louças, um edredom. “Lavei, clareei e estou feliz de usar coisas que eu usava lá em Bento Rodrigues”. (...) Antes do almoço, dona Maria Lúcia comandou as orações. “Temos que agradecer a Deus porque estamos vivos. Não vamos esquecer, mas também não devemos ficar só olhando o passado. Tivemos uma lição de vida e temos que ser fortes para começar de novo”. (Serra, 2018, p. 100)

Por meio de passagens descritivas como esta, Serra informa que esteve junto aos atingidos no momento de suas elaborações iniciais e nos apresenta algumas delas. São falas de dor, bastante típicas de quem sofreu há pouco uma catástrofe, mas também de resiliência, capazes de já colocar em perspectiva algo tão desolador quanto a perda da própria casa e de diversos vínculos com a comunidade em que se viveu. Ao longo do livro, além de trechos que indicam a escuta de Serra nos primeiros meses que sucederam à catástrofe, aparecem também passagens por meio das quais se pode perceber

¹ A palavra “outre” foi utilizada pela autora como parte de uma forma de linguagem inclusiva e não binária.

a continuidade deste trabalho. No capítulo final de *Tragédia em Mariana*, por exemplo, retomam-se as histórias de algumas pessoas cujas trajetórias foram contadas na reportagem. Entre elas, a de Maria Lúcia:

em Mariana, a família seria acomodada numa casa na rua de Santana, perto do centro histórico. Foi lá que receberam a visita do ainda diretor-presidente da Samarco Ricardo Vescovi, que queria saber se estavam bem instalados. “Ele nos pediu desculpas. Estava acabado. Senti pena dele”, disse dona Maria Lúcia. À medida, porém, que as investigações revelaram o conhecimento dos dirigentes da mineradora sobre os riscos da barragem, os sentimentos mudaram. “Não senti dó mais, não. Mas eu o receberia de novo. Só tenho até a quarta série, mas ignorância é uma palavra que não está no nosso dicionário. Não se faz justiça com as próprias mãos”. (Serra, 2018, p. 444)

A escuta continuada a que nos referimos parece-nos fundamental para que falas como a de Maria Lúcia apareçam e permitam que sua constituição enquanto personagem de um livro-reportagem seja complexa. Ela é uma vítima que não pretende esquecer o que lhe foi feito, mas tampouco irá se fixar no horror; ela muda sua perspectiva em relação àqueles que são responsáveis pela catástrofe que alterou sua vida, mas preserva seus valores. Aparece, por meio das falas dispostas no livro, como uma personagem repleta de nuances — tal qual, imaginamos, seja no mundo histórico. Embora essa complexidade se apresente desde suas primeiras declarações, entendemos que o tempo ampliado da escuta jornalística permitiu que suas características singulares aparecessem mais uma vez, como se em uma confirmação.

Já em *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, que teve todo seu processo concluído no mesmo ano da catástrofe que narra, 2019, as marcas de escuta e presença de Ragazzi e Rocha são escassas. Neste trabalho, os trechos autorreferentes buscam destacar as fontes em que os autores se basearam para a feitura do trabalho, como quando escrevem que a “sequência de eventos narrada neste capítulo é construída, essencialmente, pelo cruzamento de dados feito pela equipe do delegado Luiz Augusto Nogueira” (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 73), e mais adiante que

para escrever este livro-reportagem, os autores se basearam na farta documentação levantada pelos órgãos de investigação, em especial pela força-tarefa da Polícia Federal por meio do inquérito 62/2019, presidido pelo delegado Luiz Augusto Pessoa Nogueira, e também em entrevistas e depoimentos dados por personagens envolvidos direta ou indiretamente com a rotina de gestão, monitoramento e validação das condições da barragem I da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 209)

Há, neste livro, poucas passagens dedicadas às vítimas da catástrofe, entre as quais destaca-se o Capítulo V, “Enterrar Seus Mortos”. Nele, conta-se a história de Maria de Lourdes e sua família. Ela perdeu irmã e genro no deslizamento, e algum tempo depois viu seu sobrinho ser levado da cidade em que viviam, porque o pai da criança não

conseguia mais morar ali — “caiu outra barragem em cima da gente” (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 60). Tais histórias, porém, esgotam-se nesses termos, sem que sejam retomadas ou postas em perspectiva. Não sabemos, pela leitura do texto, portanto, o que se passou com as vítimas para além da catástrofe — e não podemos observá-las para além do que sentem no tempo em que a dor da perda é ainda mais candente. Pensando nos aspectos metanarrativos a este respeito, poucos elementos temos para saber de orientações éticas que os profissionais buscaram seguir tais como obter o consentimento informado das vítimas para relatar suas histórias e torná-las de domínio público e tomar os cuidados possíveis para evitar a chamada retraumatização. Tampouco pudemos perceber por meio dessas passagens se os autores se puseram junto às vítimas para escutá-las.

Embora sejam ambos livros-reportagem, *Brumadinho: A Engenharia de um Crime e Tragédia em Mariana* apresentam indícios de investimento autoral e investigativo muito diferentes. A atenção à documentação é significativa nos dois trabalhos, mas no livro de Serra divide espaço com um acompanhamento extensivo das vítimas, o que permite que apareçam de forma mais complexa no texto, como personagens nuançadas, que sofrem e põem a catástrofe em perspectiva — inclusive porque é de se esperar que, passado um tempo do choque inicial, outros sentimentos em relação ao trauma se manifestem. No livro de Ragazzi e Rocha, parece-nos que as vítimas aparecem como que para cumprir um papel previamente designado — e ele é menor em relação aos demais interesses do livro; a escuta dos autores, nesse trabalho, toma como norte a investigação policial e se manifesta com uma estrutura similar à da cobertura diária.

Não há prescrição quanto às formas de aproximação de um episódio no jornalismo, o que se pode fazer com recurso à investigação autoral, documental, antropológica, psicológica, ou policial, por exemplo. Nesse sentido, tanto as soluções adotadas por Serra quanto as de Ragazzi e Rocha são jornalisticamente validadas. O que buscamos observar aqui é se há uma diferença quanto à emergência das personagens, nesses trabalhos, quando se opta por um caminho ou outro, e o que merece atenção nesses casos. Nesse sentido, chamamos atenção para o efeito que decorre de o repórter empenhar sua presença e sua escuta junto às vítimas: funciona como o reconhecimento de que as palavras dessas pessoas têm um valor em si, sem intermediações, junto da palavra do repórter. Lembramos que as histórias produzidas jornalisticamente podem reincidir sobre as pessoas, no mundo histórico. Nestes casos, pessoas que tiveram uma trajetória de lutas fortemente marcada pela catástrofe que as abalou. Convém assim refletir se um determinado modo de emergência as posiciona junto aos leitores mais como o que são em um contexto de disputas — agentes, sujeitos — ou como o que são conforme uma mediação simplificadora, tal qual uma peça de investigação policial, como algo próximo de depoentes, pessoas cuja fala têm um propósito mais delimitado.

3. PROJETO E PARATEXTOS

O privilégio que mencionamos ser dado em *Brumadinho: A Engenharia de um Crime* para a investigação policial e aos investigadores que atuaram no caso do rompimento da

barragem B1, em Córrego do Feijão, é explícito desde a capa do livro. Nela, além do título e de uma fotografia em que se vê um escritório inteiramente manchado por lama, lê-se que o livro-reportagem é “baseado nas investigações dos delegados da polícia federal Cristiano Campidelli, Luiz Augusto Pessoa Nogueira, Rodrigo Teixeira, [e] Roger Lima de Moura”; os nomes negritados, como se assinassem junto de Ragazzi e Rocha a autoria da obra. Ao final do livro, uma fotografia destes policiais abre uma secção de imagens, antecedendo outra em que se veem os jornalistas e um bombeiro; retratos das vítimas não há. Em secção intitulada “Por Que Este Livro?”, anterior ao Capítulo I e posterior aos agradecimentos, os autores escrevem que

não há na narrativa uma busca por punitivismo nem por vingança, muito menos o propósito de se elegerem ou de se personificarem heróis e vilões. Há, sim, a partir de uma visão privilegiada, a intenção de entender o papel de cada personagem na engrenagem de um desastre ambiental e humano com consequências imensuráveis. O conteúdo publicado neste livro não está sob segredo de Justiça, tendo sido obtido por meio de entrevistas e acesso autorizado a documentos públicos, depoimentos e partes dos processos judiciais destituídas de sigilo ou já publicadas pela imprensa. (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 12)

Inexiste, nos paratextos ou mesmo em passagens de *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, o apelo de uma “história não contada”, ou da “catástrofe vista pela perspectiva das vítimas”; nesse sentido, o livro é direto no cumprimento daquilo que propõe: abordar a história desde o que dispõe sua investigação policial. A ausência de menções que indiquem escuta próxima das vítimas da catástrofe nos dá elementos para pensar as questões que colocamos neste trabalho, acerca de suas condições de emergência: se elas sequer são consideradas na proposta do livro, então não haveria porque ler a obra considerando os modos como aparecem no texto. O problema, porém, é que, a despeito do foco declarado por Ragazzi e Rocha, as personagens vítimas da catástrofe aparecem — em termos protocolares —, como os descritos na sessão anterior, ou, mais de uma vez, apenas mencionadas em listas.

Tragédia em Mariana, por sua vez, põe em destaque as vítimas da catástrofe que narra em diversos de seus paratextos, além de, como dissemos, tematizar capítulos com suas histórias. Na capa, o que se observa é uma vasta área coberta por lama em que trabalham alguns socorristas; e já em suas primeiras linhas se lê que o “livro é dedicado às vítimas da maior tragédia socioambiental do Brasil”, com menção direta a duas delas — Romeu Arlindo e Paula Geralda Gomes —; apresentação, miolo e fotografias reforçam atenção a esses personagens. Na apresentação, por exemplo, Serra (2018) declara que

compreender uma tragédia dessa magnitude em suas múltiplas perspectivas não estaria ao meu alcance sem a extrema generosidade e a confiança dos que me contaram suas histórias de vida, antes e depois do dia 5 de novembro de 2015. Entre eles, estão os parentes daqueles que foram tragados para

sempre pelos vagalhões de lama; as vítimas que sobreviveram, machucadas no corpo e na alma; e dezenas de moradores da bacia do rio Doce de alguma forma afetados, seja com a perda de laços comunitários, de patrimônio, de emprego ou de seu sustento, antes proporcionado pelo rio. (p. 14)

Personagens, como dissemos, são centrais para livros-reportagem. Além das histórias sobre catástrofes como as citadas na abertura deste trabalho, protagonizam célebres obras como *O Jornalista e o Assassino*, da jornalista americana Janet Malcolm (1990/2011), *O Segredo de Joe Gould*, do escritor americano Joseph Mitchell (1965/2003), e *Ricardo e Vânia*, do jornalista brasileiro Chico Felitti (2019). Há livros-reportagem em que as personagens parecem ocupar papel menos central, como indivíduos cuja história singular se destaca e que aparecem bem constituídos, mas aparecem fortes no texto como vários outros, caso de *Fama & Anonimato*, do estadunidense Gay Talese, e, ainda que de modo diferente, de *República das Milícias*, do jornalista brasileiro Bruno Paes Manso (2020), livros em que o protagonismo parece distribuído entre várias histórias de vida, abordadas de forma complexa mas sem elementos que apresentem maior aprofundamento na caracterização biográfica. Os repórteres têm autonomia para abordar os personagens em escopo e intensidade, está claro, e o que propomos pensar aqui é como os livros analisados exerceram essa prerrogativa. Conforme os elementos paratextuais que analisamos, portanto, observamos uma diferença nessa empreitada: em *Tragédia em Mariana*, os personagens, principalmente os que são vítimas da catástrofe, são figuras destacadas; ao passo que, em *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, o privilégio é dado aos investigadores — cumpre pensar com que efeitos.

4. PERSONAGENS (S)EM ENREDO

Se *Tragédia em Mariana* apresenta uma ampla gama daqueles que se podem considerar atingidos pela catástrofe, conforme citação destacada anteriormente, há nele também o empenho de colocar suas histórias em enredo. Assim, sabemos que o

químico Marcos Aurélio Pereira de Moura, 34 anos, estava num momento especial da vida. Em ascensão profissional na empresa Produquímica, de São Paulo, comprara havia pouco tempo o apartamento onde morava com a mulher, Lira, 32. Os dois tinham planos. (Serra, 2018, p. 63)

O Marcos foi uma das 19 pessoas que morreram com a enxurrada de lama e sua história aparece por meio do que diz sua companheira, como que tecendo uma homenagem. Filomeno da Silva, “historiador informal de Bento Rodrigues” (Serra, 2018, p. 286), fala da perda de sua casa, mas antes recupera diversos elementos de sua trajetória — fundou clube de futebol, associação comunitária, zelava pela igreja da comunidade. O esforço para contar as histórias de vivos e mortos é uma marca deste trabalho; a catástrofe que atravessa todos os personagens é como o motor deste livro-reportagem, mas são as trajetórias singulares de pessoas afetadas por ela que imprimem o movimento. Colocar as personagens em enredo significa incorporar suas histórias à narrativa, para

além de um papel pré-estabelecido que lhes tenha sido designado, como o de exemplificar determinado fenômeno; significa, neste caso, que contar a história da maior tragédia socioambiental do Brasil é também contar as histórias de pessoas atingidas por ela, dando vez não só aos elementos mais diretamente ligados à catástrofe como a eventos que permitam caracterizar as vidas desses personagens de modo mais abrangente.

Brumadinho: A Engenharia de um Crime não parece ter essa abertura. Chega a explorar narrativamente eventos ocorridos com os investigadores: “no dia 9 de julho de 2016, ignorando o clima frio do início da noite, o delegado Roger parou o carro perto de casa e caminhou até um bar na vizinhança” (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 43). Todavia, quando aborda as histórias das vítimas, ocorre de apenas mencionar uma sequência de acontecimentos corriqueiros de suas vidas, como acontece no Capítulo XII, “Em Busca das Últimas Jóias”, dedicado ao esforço das equipes de resgate na busca por desaparecidos, passados mais de 200 dias da catástrofe. Sobre Robert Ruan, auxiliar-geral desaparecido na enxurrada, escrevem que foi

atacante do time amador Brumadinho Futebol Clube, ele sonhava em ser jogador profissional – chegou a fazer testes no Atlético, mas foi recusado para as categorias de base. Três meses antes da tragédia, o irmão mais velho de Robert foi assassinado. (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 174)

O recurso, aqui, parece ser o de abordar uma vida por meio de um sequenciamento de eventos que, no entanto, não influenciam os rumos da narrativa e se esgotam logo que apresentados, visto que esses personagens e suas histórias não retornam no texto. Sobre outros trabalhadores, escrevem:

o soldador e mecânico Renato Eustáquio de Souza, de 31 anos, estava vivendo um dia importante, cheio de expectativas. Após nove anos na Vale, ele participava de treinamento na mina do Córrego do Feijão. Se tudo corresse bem naquela sexta-feira, ele seria promovido e poderia ajudar ainda mais a mulher na criação das duas filhas. O lubrificador de máquinas e equipamentos Tiago Tadeu Mendes da Silva, de 34 anos, com poucos meses de trabalho no complexo em Brumadinho, não via a hora de retornar para casa, no Barreiro, em Belo Horizonte, para curtir os filhos no último final de semana de janeiro – um menino, recém-nascido, e uma menina, de 4 anos. Pouco depois do meio-dia do dia 25 de janeiro de 2019, Tiago, como fazia sempre, se dirigiu para o refeitório da Vale. No cardápio, havia feijoada. (Ragazzi & Rocha, 2021, p. 171)

Entendemos que há uma diferença entre dispor uma série de acontecimentos — como a perda de um parente, o almoço do dia, uma promoção — e uma narrativa a seu respeito, que buscaria concatená-los, dar-lhes sentido, ou até articular uma homenagem, como ocorre, muitas vezes, nos relatos sobre pessoas que faleceram — possibilidade que emerge, provavelmente, do contato direto com as vítimas sobreviventes. Em *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, as histórias das vítimas não parecem influir na narrativa, não são postas em enredo — parece que neste livro seria possível contar a

história da catástrofe sem recorrer às trajetórias singulares das pessoas afetadas por ela. Quando se aproximam dessas histórias, os repórteres o fazem ao modo do documento policial, com uma escuta cujo objetivo é claro: a produção de uma peça de denúncia. As vítimas se revelam, assim, a partir de artefatos documentais mais afeitos a outros campos, como os procedimentos periciais forenses ou médicos, aparecendo a partir de laudos ou exames. Detalhes e vestígios que constituem a “materialidade das vítimas” e certificam sua existência, mas, contrariando em parte a ação do autor-repórter, obliteram os elementos para uma outra aproximação jornalística e seus modos de interpelação da dor e do sofrimento que se quer escutar.

Por meio dessa abordagem, sabemos que certas pessoas são vítimas, mas não como o são. Cumpre dizer que isto é fato conhecido desde que seus nomes foram primeiro listados como os de indivíduos que perderam vidas ou pessoas próximas na enxurrada de lama.

5. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Entendemos que o modo singular como muitas das vítimas são apresentadas no livro de Serra, com atenção às suas trajetórias individuais, está ligado a modos de escuta e proximidade que a autora propôs ter com elas, conforme indicam passagens destacadas em “Marcas de Escuta e Presença Autoral”, e também de compromissos que declara na apresentação de seu livro, como os indicados em “Projeto e Paratextos”. A repórter se pôs em cena, e daí deriva sua perspectiva: mais próxima das pessoas que foram atingidas pela catástrofe — diríamos também que mais aprofundada, em consonância com o que pode ser um livro-reportagem.

Caminho diferente é o de *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, no qual a proximidade com as vítimas não parece ser decisiva. Na constituição deste livro-reportagem, Ragazzi e Rocha privilegiaram outra forma de abordar a catástrofe — por meio da investigação policial em seu entorno. Também daí deriva sua perspectiva narrativa e as condições de emergência das vítimas, que aparecem mais como depoentes: suas trajetórias não parecem direcionar o documento que produzem, cujo objetivo declarado é o de contar a história da investigação policial. Os atingidos, neste trabalho, não são sondados nem mesmo em sua posição sobre essa investigação — sua celeridade, aparente eficiência, cuidado ou impactos que produziram em suas vidas.

Tais diferenças e nuances dizem respeito não apenas a procedimentos internos ao fazer jornalístico, mas, na chave de uma análise cultural, tratam da percepção do jornalismo como prática contextual e situada (Escosteguy, 2012; Zelizer, 2017). Tanto a maneira de permitir a emergência da palavra das vítimas como o modo mesmo de lidar com o relato de acontecimentos catastróficos assinalam modos culturais particulares que se cristalizam nesse jornalismo encarnado contemporaneamente no livro-reportagem brasileiro. Por um lado, destaca-se uma espécie de elogio da anonimidade, pela celebração da vida comum; isso que Eliane Brum (2012) traduziu como “insubordinação do olhar”, o gesto de “contar os dramas anônimos como os épicos que são, como se cada Zé fosse um Ulisses, não por favor ou por caridade, mas porque cada Zé é um Ulisses” (p. 187).

No livro-reportagem assim conformado ganha realce a apresentação de uma parateoria, que parece tocar enfaticamente em pontos como a dimensão ética do encontro com o outro, as possibilidades e impossibilidades da linguagem para dar conta da experiência no jornalismo contemporâneo. As reportagens, além de incorporarem a reflexividade, expressam menos segurança para falar do real. Nelas o que percebemos é a suspensão da autoridade narrativa em face a um mundo que parece difícil de ser interpretado. Diante daquilo que é complexo, o narrador pergunta recorrentemente como abordá-lo.

Noutra perspectiva, apoiando-se em abordagens e epistemes características de outros campos (a apuração judicial; a investigação policial), a forma cultural do livro-reportagem da catástrofe atualiza a reinvidicação jornalística de pôr a ancoragem narrativa em “fatos”, “verdade” e “realidade” dos acontecimentos do mundo. Reitera, assim, que sua legitimidade se funda na capacidade narrativa de indexar e referencializar o mundo dos acontecimentos trágicos alicerçado na apresentação da “história” das vítimas, sobretudo as vítimas fatais, com relatos que tendem a uma “exaltação” dos personagens a partir de uma normatividade da condição contemporânea de vítima.

Não discutimos aqui a “precisão” com que as representações das vítimas se deram, mas reconhecemos a importância de buscar fazê-las mais nuançadas, o que nos livros analisados aparece como consequência de um tipo de proximidade assumida ou apenas “sugerida” pelos autores com as pessoas cujas histórias se contam. No limite, uma representação jornalística será sempre incompleta em relação ao sujeito que a inspirou, como reconhece Fabiana Moraes (2015) acerca de Joicy, foco da reportagem *O Nascimento de Joicy*, em que acompanhou a redesignação de gênero e outras transformações na vida desta camponesa. Ao refletir sobre o reconhecimento que o trabalho obteve com o Prêmio Esso de Reportagem, Moraes (2015) observa que ele foi dado ao recorte midiático que ela produziu da personagem, pois “Joicy, claro, é bem maior que a série na qual a retratei” (p. 19). Também Agee e Evans (1939/2009) demonstram ciência da distância que um personagem jornalisticamente construído mantém em relação ao indivíduo sociohistórico a que se refere. Para os autores, contudo, esta precariedade da equivalência não justifica que se abra mão da tentativa de narrá-los. Escrevem:

devo mediar, devo tentar registrar as vidas humanas, estranhas e cálidas de cada um de vocês em relação a seu mundo.

E isso também não pode ser feito levianamente: levianamente não, nem brevemente, de forma alguma: e nem com qualquer esperança de “sucesso”. (Agee & Evans, 1939/2009, p. 107)

A proximidade com pessoas tornadas personagens parece, ainda, ter um custo pessoal alto para os repórteres. Mitchell (1965/2003), por exemplo, relata as implicações pessoais que lhe tocaram após a publicação de “Professor Sea Gull” (O Professor Gaivota), em que tematizou a história de Joe Gould, homem pobre que se apresentava como escritor na boêmia Greenwich Village. Publicada a reportagem, o artista exibicionista não deixou de procurá-lo, pedindo que lhe ouvisse mais, que escrevesse mais, que contribuísse financeiramente, que dividisse com ele seu espaço de trabalho, na redação

de *The New Yorker* — até que romperam. De forma semelhante, Moraes (2015) conta sobre cobranças que Joicy lhe fazia — mais: sobre a desconfiança que a mulher lhe apresentou após muitos meses de trocas e acompanhamento próximo.

“Há inclusive quem diga que você vem ficando com todo o dinheiro que deveria me dar”, disse Joicy, falando de um telefone a quase 300 quilômetros de distância de mim. Eu estava quase acostumada a ouvir absurdos de diferentes graus nas conversas que mantínhamos há mais de um ano, mas a frase foi fulminante. Primeiro, me calou. Depois, estapeou. Veio uma indignação triste, comedida, aquela que nos mostra claramente que, dali em diante, nenhuma ação será proveitosa ou ajudará na manutenção das coisas, pelo contrário: é preciso parar. (Moraes, 2015, p. 91)

Ainda para Moraes (2015), dor, suor, assombro e alegria “invariavelmente estão presentes na relação estabelecida entre jornalista e personagem — principalmente quando esta relação ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um ‘muito obrigada’ e um ilusório ‘até logo’” (p. 17). Como o Gould que reconhece ter sido socialmente visto por um novo prisma desde que sua vida foi contada por Mitchell, os personagens de uma narrativa jornalística ganham uma nova camada de existência, uma vez narrados — aqui reside parte da responsabilidade ética dos repórteres, e por isso seria ilusório o “até logo” que as partes se dizem. Os aspectos que concernem à questão das vítimas-personagens, tais como sua conceituação, os aspectos normativos relacionados com a formulação de suas histórias, as dimensões afetivas e o papel da empatia na abordagem de tais sujeitos e a ética no uso de tais relatos não se resolvem apenas no anúncio feito por esses projetos jornalísticos de que ouvir as histórias das vítimas faz parte de sua prática como instrumento de ações que visam ampliar o conhecimento público e a reparação de direitos.

É possível, como parece ter sido o caso de *Brumadinho: A Engenharia de um Crime*, manter um distanciamento ampliado das pessoas cujas histórias se contam. Isso que, no caso de Ragazzi e Rocha, fizeram por meio do privilégio dado ao documento policial, não cria, porém, solução ética para o problema que é colocar no mundo uma representação que, como sabemos, pode reincidir sobre essas pessoas. Ao não percebermos ênfase em questões sobre como lidar com histórias pessoais de vítimas, acerca do equilíbrio moralmente delicado entre ouvir tais histórias e difundi-las, por meio da estratégia adotada no livro, as vítimas aparecem como personagens cujas trajetórias singulares têm menor importância, cujas falas têm um lugar preestabelecido, mais ao modo de como o jornalismo diário realiza sua cobertura noticiosa que como um livro-reportagem pode abordar uma catástrofe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamos na apresentação deste texto, muitos livros-reportagem produzidos no século XX tematizaram catástrofes. *Hiroshima*, de Hersey (1946/2017), é emblemático — “nenhuma outra reportagem na história do jornalismo teve a repercussão

de Hiroshima. Os cerca de 300 mil exemplares da revista *The New Yorker* com data de 31 de agosto de 1946 no cabeçalho esgotaram-se rapidamente nas bancas”, conta-nos Suzuki (1946/2017, p. 161). “Do país todo e do estrangeiro chegavam à redação pedidos de autorização para a reimpressão da matéria” (Suzuki, 1946/2017, p. 161). O que esta reportagem trouxe de mais especial foi o foco nas vidas de seis pessoas — entre as milhares — atingidas pela bomba, e por meio dele sabemos melhor como a cidade e as pessoas foram destroçadas pela bomba.

O enfoque sobre as vidas das pessoas atingidas por uma catástrofe como a da explosão da usina nuclear de Tchernóbil em 1986 também foi o que deu a *Vozes de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksievitch (1997/2016), seu prestígio e reconhecimento. Sua obra, composta de outros livros em que a autora investiga “a história do socialismo ‘doméstico’, do socialismo ‘interior’. Aquele que vivia na alma das pessoas” (Kuruvilla, 2016, para. 10) e feito de ainda outras catástrofes, recebeu um Prêmio Nobel.

No Brasil e contemporaneamente, muitos livros-reportagem têm se dedicado às catástrofes que acontecem em nosso país. A repórter Daniela Arbex, de fato, parece estar se especializando nessas histórias. Entre seus livros, estão *Holocausto Brasileiro*, em que conta a história do Hospital Colônia, em que cerca de 60.000 pessoas julgadas doentes ou inadequadas para a sociedade brasileira dos anos XX morreram; *Todo Dia a Mesma Noite*, sobre o incêndio que no ano de 2013 foi acendido em uma boate mais que cheia no sul do Brasil e deixou 242 vítimas mortais, e *Arrastados*, sobre o rompimento da barragem de Brumadinho.

Na maioria desses livros — aqui incluímos o de Cristina Serra —, a centralidade das fontes é notável e muitas vezes declarada por meio de afirmações como as que analisamos em “Projeto e Paratextos”. A preocupação em contar as histórias das vítimas sobreviventes e mortais está no horizonte dos livros-reportagem sobre catástrofes no Brasil, portanto. Contudo, para que esse horizonte seja eticamente forte, não basta a intenção de narrá-las e é preciso que seus autores indiquem também uma preocupação acerca do modo como o fazem — o que indicamos em “Marcas de Escuta e Presença Autoral”. Por meio dos livros que cotejamos aqui, percebemos duas perspectivas. Uma se coloca próxima às personagens, como a de Cristina Serra, e parece perseguir esse horizonte eticamente forte de que falamos. A outra, que aborda as personagens sem, contudo, tomar suas trajetórias pessoais como definidoras para a história de catástrofe que conta, como fazem Ragazzi e Rocha, indica outro posicionamento — este ancorado em práticas jornalísticas validadas nas práticas mais comuns em redações periódicas, mas que nos parece carente complexidade que faça justiça à dimensão sensível das histórias que narra. As duas perspectivas, ao reivindicarem, por um lado, a narrativa jornalística alicerçada na tradição de apresentar os “fatos”, a “verdade” e a “realidade”, ou, por outro lado, que a narrativa opere com protocolos calcados na reflexividade, na força da subjetividade e no engajamento, apontam a relevância de compreender os livros-reportagem e seus jornalismo como uma forma cultural, cuja análise os perceba enquanto práticas contextuais e situadas.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Carlos Henrique Pinheiro participou na conceitualização, investigação, redação do rascunho original e redação – revisão e edição. Elton Antunes participou na conceitualização, investigação e redação – revisão e edição.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil, pelos recursos para as pesquisas realizadas pelos autores.

REFERÊNCIAS

- Agee, J., & Evans, W. (2009). *Elogiemos os homens ilustres* (C. W. Galindo, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939)
- Aleksiévitch, S. (2016). *Vozes de Tchernóbil* (S. Branco, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1997)
- Amorim, I. A. de. (2020, 28 de outubro). *Daniela Arbex: “Nunca fiz o que quis no jornal, mas jamais fiz o que não quis”*. Colab. <https://blogfca.pucminas.br/colab/entrevista-daniela-arbex/>
- Brum, E. (2012). *A vida que ninguém vê*. Arquipélago Editorial.
- Brum, E. (2018). *O olho da rua*. Globo.
- Brum, E. (2021). *Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo*. Companhia das Letras.
- Autora de ‘*Todo Dia a Mesma Noite*’, Daniela Arbex diz: “*Eu não abandono a minha pauta*”. (2021, 7 de dezembro). Coletiva.net. <https://www.coletiva.net/coberturas/autora-de-todo-dia-a-mesma-noite-daniela-arbex-diz-eu-nao-abandono-a-minha-pauta-,407298.jhtml>
- Escosteguy, A. C. (2012). *Jornalismo e estudos culturais: Uma perspectiva cultural*. In I. M. Gomes (Ed.). *Análise de telejornalismo: Desafios teórico-metodológicos* (pp. 25–38). UFBA.
- Felitti, C. (2019). *Ricardo e Vânia*. Todavia
- Hersey, J. (2017). *Hiroshima* (H. Feist, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1946)
- Kuruvilla, E. (2016, 11 de novembro). Svetlana Alexievich: A history of the soul. *Mint*. <https://www.livemint.com/Leisure/GznB9e1h8vHmt64iGgolV0/Svetlana-Alexievich-A-history-of-the-soul.html>
- Leal, B. S., & Antunes, E. (2018). Os desafios de dizer: Aproximações ao testemunho midiático a partir de notícias sobre violência contra a mulher no Brasil. *Chasqui*, (137), 275–293. <https://doi.org/10.16921/chasqui.voi137.3192>
- Malcolm, J. (2011). *O jornalista e o assassino* (T. R. Bueno, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1990)
- Manso, B. P. (2020). *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. Todavia.
- Marocco, B. (2020). Um percurso para esboçar o ‘novo intelectual’ que se faz necessário no jornalismo contemporâneo. *Index.comunicación*, 10(2), 11–34. <https://doi.org/10.33732/ixc/10/02Umperc>

- Mitchell, J. (2003). *O segredo de Joe Gould* (H. Feist, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1965)
- Moraes, F. (2015). *O nascimento de Joicy*. Arquipélago.
- Ragazzi, L., & Rocha, M. (2021). *Brumadinho: A engenharia de um crime*. Editora Letramento.
- Serelle, M. (2020). A personagem no jornalismo narrativo: Empatia e ética. *Revista Mídia e Cotidiano*, 14(2), 44–64. <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i2.42179>
- Serelle, M., & Pinheiro, C. (2021). Representações da vítima no jornalismo narrativo sobre catástrofes. *Brazilian Journalism Research*, 17(2), 96–119. <https://doi.org/10.25200/bjr.v17n2.2021.1393>
- Serra, C. (2018). *Tragédia em Mariana*. Record.
- Suzuki, M., Jr. (2017). Jornalismo com H (H. Feist, Trad.). In J. Hersey (Ed.), *Hiroshima* (pp. 161–172). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1946)
- Wolfe, T. (2005). *Radical chic e o novo jornalismo* (J. R. Siqueira, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1970)
- Zelizer, B. (2017). *What journalism could be*. Polity Press.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Carlos Henrique Pinheiro é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2380-7101>

Email: caique@com-soc.dout.ufmg.br

Morada: Rua Frei Otto, 494, bairro Santa Mônica. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cep: 31.525-250

Elton Antunes é doutor em comunicação e cultura contemporânea pela Universidade Federal da Bahia. É professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5265-6584>

Email: eantunes@ufmg.br

Morada: Departamento de Comunicação Social - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901

Submetido: 19/02/2022 | Aceite: 18/03/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

LEITURAS | *BOOK REVIEWS*

RECENSÃO DO LIVRO *ROCKONOMICS: O QUE A INDÚSTRIA DA MÚSICA NOS PODE ENSINAR SOBRE ECONOMIA E SOBRE A VIDA*

BOOK REVIEW OF *ROCKONOMICS: A BACKSTAGE TOUR OF WHAT THE MUSIC INDUSTRY CAN TEACH US ABOUT ECONOMICS AND LIFE*

Daniel Morgado Sampaio

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Krueger, A. (2020). *Rockonomics: O que a indústria da música nos pode ensinar sobre economia e sobre a vida* (L. O. Santos, Trad.). Temas e Debates. (Trabalho original publicado em 2019)

Rockonomics (Krueger, 2019/2020) é, até à data, a única obra póstuma deixada por Alan B. Krueger, uma obra na qual expande as suas análises de várias facetas da indústria musical. Krueger, docente na Universidade de Princeton com uma extensa produção académica, colaborador do *The New York Times*, principal economista do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos durante a presidência de Bill Clinton e detentor de diferentes cargos ao longo da presidência de Barack Obama, entre eles a chefia do Conselho Económico dessa administração, tornou-se um nome familiar para o grande público com o seu primeiro livro, escrito em coautoria com o economista David Card. Em *Myth and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage* (Mito e Medição: A Nova Economia do Salário Mínimo, Card & Krueger, 2016), publicado em 1995, os autores almejam refutar a popular ideia de que um aumento do salário mínimo prejudica a economia nacional ou que aumenta a taxa de desemprego, recorrendo tanto a um escrutínio da produção académica defensora dessas premissas como a uma análise empírica das consequências do aumento do salário mínimo em estados como a Califórnia ou New Jersey. A sua quinta obra foi publicada poucos meses após o seu falecimento em 2019 e apresenta-nos um pensamento de difícil catalogação, mas bastante ciente dos avanços na economia comportamental e distanciado do fantasma do *homo economicus* que tantas vezes assombra as análises económicas de microcosmos. Krueger não espera decisões consistentemente racionais por parte dos indivíduos que estuda nem minimiza o impacto de fatores como a emoção, a sorte, ou os simples caprichos na tomada de decisões e no sucesso económico.

Krueger reconhece que não foi o primeiro a utilizar o termo “rockonomics”, mas faz dele um uso próprio, ainda que bastante amplo: na conceção do autor, *rockonomics* refere-se aos princípios económicos que movem a indústria da música popular, desde

a negociação de contratos discográficos até à venda de bilhetes em segunda mão. No primeiro capítulo sumariza os sete conceitos-chave de *rockonomics*:

- “Oferta, procura, e *all that jazz*” (p. 15): como noutros mercados, a oferta e a procura determinam preços, mas outros fatores entram em consideração na música, como o risco de um artista, ao aumentar os preços, ser visto como demasiado ganancioso pelos seus fãs. Logo neste princípio essencial, Krueger tem em consideração tanto os agentes externos (revendedores de bilhetes, movidos apenas pelo lucro) como os fatores emocionais (a necessidade de o preço parecer justo aos olhos do público, ainda que este não esteja familiarizado com os custos de produção de eventos ou de gravações musicais).
- Escala e insubstituibilidade: a combinação destes elementos é considerada essencial para formar superestrelas. É necessário atingir um grande público, mas o produto, serviço ou músico não pode ser substituído por uma alternativa ligeiramente inferior, pois o público quer aquele e somente aquele.
- O poder da sorte: não só a sorte faz parte de todos os mercados, o seu poder intensifica-se num mercado de superestrelas. O lançamento de um álbum no momento certo, ainda que por mera coincidência, pode determinar o sucesso da carreira de um artista.
- A teoria Bowie: resgatando uma observação de David Bowie numa entrevista de 1999, na qual o cantor afirma que, num futuro próximo, a música estaria em todo o lado e que os concertos seriam a principal fonte de rendimento dos músicos, Krueger sublinha de igual modo a importância das complementaridades na música, isto é, tudo aquilo para lá da música gravada (concertos, vídeos e *merchandise*, entre outros).
- Diferenciação de preços: levar clientes que podem ou querem pagar mais a fazê-lo é uma estratégia eficaz das companhias aéreas e, para Krueger, também na música pode ser altamente lucrativa, desde a segmentação de lugares na música ao vivo até ao lançamento de álbuns em edições de colecionador.
- “Custos podem matar” (p. 18): o *efeito Baumol* refere-se ao aumento de custos em setores que não podem aumentar proporcionalmente a sua produtividade, e William Baumol, que identificou o fenómeno, usou como exemplo um quarteto de cordas de Schubert. Seja hoje ou há 200 anos, é sempre tocado pelo mesmo número de indivíduos e durante o mesmo intervalo de tempo; com isso em mente, torna-se necessário controlar o possível aumento de custos de um produto ou artista que aumente drasticamente as suas vendas.
- O dinheiro não é tudo: Krueger atribui a perseverança da indústria musical a vários fatores, desde o poder emocional até à criação de ocasiões sociais e momentos especiais que se tornam, posteriormente, poderosas memórias.

Cada um destes sete conceitos serve de mote a um ou mais dos 11 capítulos que formam este volume, não obstante a inevitável sobreposição em algumas instâncias e a maior ou menor ênfase colocada em subcontextos. O capítulo dedicado à economia da música ao vivo é, com efeito, o mais longo da obra, mas Krueger não subestima a possibilidade de mudanças no universo do streaming ou a importância dos direitos de autor numa indústria musical lucrativa. Aponta, como contraexemplo, o mercado chinês, que considera ter um enorme potencial, mas condicionado por questões de censura e pelo fraco controlo do uso das músicas, seja a nível de plágio ou de remuneração por direitos autorais.

Apresentar a um vasto público uma indústria complexa, explicando conceitos legais ou económicos inevitáveis, não é uma tarefa fácil, mas Krueger escreve com clareza e consegue compartimentar eficazmente os seus tópicos de modo a expandir cada um deles, servindo-se de inúmeros exemplos para reforçar os conceitos mencionados. Não

existe, porém, um verdadeiro contributo teórico inovador, mas antes uma tentativa de sistematizar e corroborar argumentos dos já mencionados Bowie e Baumol, bem como de Sherwin Rosen (que demonstrou os fatores necessários para a criação de superestrelas). A escrita do autor é persuasiva e a sua análise e explicação de princípios económicos na indústria musical destaca-se como sendo a sua zona de conforto. No entanto, as contradições e seletividade na escolha de fontes revelam, com alguma frequência, que Krueger procura premissas que conduzam às conclusões que decidira apresentar.

Algumas dessas contradições poderão dever-se meramente a uma falta de rigor terminológico. Krueger afirma que há cada vez mais artistas a solo (i.e., sem banda) no topo das tabelas de vendas, e que a razão mais provável é a facilidade que a tecnologia trouxe ao processo de criação de música, permitindo que essa criação seja levada a cabo com recurso a um menor número de indivíduos do que no passado (p. 79). Pouco depois, justificando o facto de haver cada vez mais colaborações e de as músicas de sucesso terem cada vez mais compositores, o autor afirma que há várias possíveis explicações para o fenómeno, entre elas a maior complexidade da música e a necessidade de especialistas em diferentes elementos (p. 80). Com a ênfase, em tantas instâncias, nos processos por detrás do sucesso musical, Krueger deixa meramente implícita a distinção entre artistas-intérpretes (as figuras públicas a quem é atribuída uma dada música) e os artistas-compositores (que poderão escrever músicas para os primeiros sem se envolverem na gravação e/ou interpretação).

Noutra instância, demonstra que o mercado da música ao vivo (que é, há várias décadas, a principal fonte de rendimento para os músicos) não só é profundamente desigual, mas que a desigualdade tem crescido, não obstante o efeito democratizador da tecnologia: em 1982, 1% dos artistas recolhia 26% das receitas deste mercado, ao passo que em 2017 o mesmo 1% no topo recolhia 60% (p. 102). Ainda que a análise que se segue seja pertinente, contrariando a ideia de que o mercado da música se tornou mais equitativo na era digital, realce-se que as receitas nesse percentil aumentaram mais de 15% entre 1982 e 1984, não sendo explicado esse aumento (um dos principais motivos terá sido a popularização do CD) nem o motivo para o gráfico de Krueger escolher 1982 como o ano inicial. Ao analisar os lucros da indústria discográfica (p. 43), terminando igualmente em 2017, Krueger toma antes o ano de 1974 como ponto de partida, também sem uma justificação.

Apesar de apresentar com uma frequência adequadas fontes para as suas afirmações, o autor é, por vezes, bastante seletivo: servindo-se de uma fonte jornalística para atribuir as compras atuais de CD a indivíduos com carros com leitores de CD (p. 209), omite as restantes motivações listadas no artigo citado, como a nostalgia ou o enraizamento do hábito de os comprar. O motivo compreende-se pelo contexto: Krueger pretende argumentar que o streaming estará a substituir a compra de CD; à medida que carros com o leitor necessário deixem de ser vendidos, a principal motivação para a compra de música neste formato seria, assim, eliminada.

O peso que Krueger atribui à sorte no sucesso será, porventura, uma das maiores forças da obra, pois não desvaloriza o trabalho dos músicos e das editoras durante a sua

desconstrução das visões meritocráticas. Fá-lo através de uma combinatória de exemplos, como a relutância de algumas editoras em assinar contrato com os então desconhecidos Elvis Presley ou The Beatles, e com a exposição de práticas estabelecidas na indústria precisamente devido à dificuldade em prever o sucesso, como a aquisição, por parte das maiores editoras, de pequenas editoras dedicadas a diferentes géneros musicais, ou a aposta em inúmeros artistas em simultâneo na esperança de que o enorme sucesso de um deles seja suficientemente lucrativo para compensar as perdas nos restantes investimentos. Similarmente, considera uma questão de sorte lançar a tecnologia certa no lugar ou momento certo, pois uma tecnologia superior pode fracassar devido a um lançamento inoportuno.

A detalhada exposição dos motivos para o sucesso de diferentes artistas, seja de country (Garth Brooks), pop (Taylor Swift), hip-hop (Drake), rock (Paul McCartney) ou heavy metal (Korn) é enriquecedora, e o recurso a entrevistas a advogados, managers e outros agentes ligados a estas figuras permite a Krueger obter informação privilegiada, uma forma eficaz de contornar a sua aparente falta de familiaridade com os estudos musicológicos centrados na música popular. Figuras com um enorme impacto em diversos campos das ciências sociais, desde Dick Hebdige, com o seu marcante estudo das subculturas musicais ainda nos anos 70, a Sarah Thornton, que, inspirada por Bourdieu, propõe nos anos 90 o conceito de capital subcultural para realçar o valor social das diversas experiências musicais, não são citadas por Krueger e a sua influência não parece presente. Quanto ao campo mais estritamente económico, Krueger tenta não presumir conhecimentos profundos por parte do público-alvo desta obra, recuando até Adam Smith para explicar conceitos básicos, mas nota-se igualmente a ausência de economistas que estudaram a música na sua vertente social, como Jacques Attali. Na década de 70, Attali sugerira já que alterações nas práticas musicais prenunciavam alterações socioeconómicas, seja nas décadas anteriores à expansão do mercantilismo, do capitalismo, ou de uma eventual era pós-capitalista, na qual a música deixaria de ser encarada enquanto mercadoria e o seu papel social seria (re)valorizado antes de o mesmo acontecer com outras atividades económicas. Ainda que as linhas argumentativas difiram e que haja um contraste entre o plano macro e o microeconómico, seria oportuno criar um diálogo com uma das obras mais marcantes sobre o universo da música escrito por um economista. Esta e outras omissões, contudo, são atenuadas pela capacidade de Krueger de demonstrar o papel da economia comportamental no estudo de um universo fortemente moldado pelas emoções. É evidente o interesse do autor pela temática do bem-estar subjetivo, que em anos recentes tratou em vários artigos coautorados por Daniel Kahneman, nome incontornável nesse campo (veja-se, por exemplo, Krueger et al., 2009).

Embora o autor se centre no universo americano, a hegemonia da música popular americana trabalha a favor das considerações expostas, pois não só os artistas que refere são geralmente conhecidos internacionalmente, como o funcionamento da indústria musical de cada país ocidental é, salvo raras exceções, semelhante. Comparando os dados relativos a mercado global em 2019 publicados pela Federação Internacional da Indústria Fonográfica (International Federation of the Phonographic Industry, 2020)

com os dados portugueses divulgados conjuntamente pela Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos e pela Associação Fonográfica Portuguesa (2020) observam-se, no geral, as mesmas tendências: um crescimento das receitas da indústria musical ao longo dos últimos anos; uma quebra nas vendas de formatos físicos, mas uma subida nas vendas de vinil; um crescimento geral nas receitas provenientes dos direitos performativos (a queda de 2018 para 2019 a nível global deveu-se a ajustes muito circunstanciais); e um mercado digital que, apesar da diminuição dos downloads digitais, se encontra em constante crescimento graças às plataformas de streaming, representando já mais de metade das receitas das vendas. Já a influência da música anglófona torna-se visível de modos distintos dependendo dos indicadores utilizados: entre os álbuns físicos mais vendidos e entre os artistas mais populares nas plataformas de streaming, os *punk rockers* Xutos & Pontapés e o *rapper* Plutónio recorrem à língua portuguesa nos seus estilos musicais de origem anglófona; já entre as 10 músicas mais ouvidas na rádio em Portugal, todas elas são cantadas em inglês, nove delas por artistas anglófonos.

A disrupção provocada pela pandemia de COVID-19, que teve início poucos meses após a publicação do livro em inglês, pode até reforçar os argumentos do autor, se atentarmos no modo como a pandemia finalmente quebrou a tendência ascendente das receitas dos direitos performativos ao longo do século XXI (em grande parte devido à suspensão de inúmeros concertos e festivais), no impacto de eventos imprevisíveis no sucesso de bandas ou artistas, ou até no impacto social e psicológico provocado pela interrupção da vida cultural.

Rockonomics não será, em rigor, um livro de divulgação científica, mas permite a um público amplo compreender os complexos processos económicos que movem a indústria musical. Terá um interesse limitado para estudiosos da música popular na sua vertente mais musicológica, mas a qualidade geral da escrita e a reputação do autor poderão motivar um maior interesse pela indústria musical por parte do público geral (um objetivo explícito de Krueger, que afirma que falar de economia através de histórias da indústria musical poderá ser uma forma eficaz de partilhar as lições da economia), de economistas e de sociólogos. Fazendo notar que o desinteresse dos economistas se deverá, pelo menos em parte, à dimensão relativamente reduzida da indústria musical face às maiores indústrias mundiais, o reconhecimento das diversas repercussões (*spillovers*) da música, seja na dinamização de pequenas aldeias que alojem festivais, no aumento da produtividade no trabalho, ou na criação de bem-estar emocional, sugere que o estudo da música sob uma perspetiva financeira será sempre incompleto, e que abordagens mais abrangentes serão necessárias para avaliar qualitativamente o peso da indústria musical na sociedade moderna.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e por fundos comunitários através do Fundo Social Europeu, no âmbito da bolsa de doutoramento SFRH/BD/132102/2017.

REFERÊNCIAS

Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos & Associação Fonográfica Portuguesa. (2020). *Números de mercado da música 2019*. [http://audiogest.pt/documents/files/Dados%20Mercado%20ano%202019%20P%C3%ABalico%20Final\(5\).pdf](http://audiogest.pt/documents/files/Dados%20Mercado%20ano%202019%20P%C3%ABalico%20Final(5).pdf)

Card, D., & Krueger, A. (2016). *Myth and measurement: The new economics of the minimum wage* (20.^a ed.). Princeton University Press.

International Federation of the Phonographic Industry. (2020). *Global music report: The industry in 2019*. https://www.ifpi.org/wp-content/uploads/2020/07/Global_Music_Report-the_Industry_in_2019-en.pdf

Krueger, A. (2020). *Rockonomics: O que a indústria da música nos pode ensinar sobre economia e sobre a vida* (L. O. Santos, Trad.). Temas e Debates. (Trabalho original publicado em 2019)

Krueger, A., Kahneman, D., Fischler, C., Schkade, D., Schwarz, N., & Stone, A. (2009). Time use and subjective well-being in France and the U.S. *Social Indicators Research*, 93, 7–18. <https://doi.org/10.1007/s11205-008-9415-4>

NOTA BIOGRÁFICA

Daniel Morgado Sampaio é doutorando em ciências da comunicação, tendo como principais interesses a comunicação organizacional, as relações públicas e a sociologia da música. Desenvolve de momento a sua tese de dissertação intitulada “A Produção e Execução de Música em Portugal: Direitos e Deveres dos Artistas e o Papel das Organizações”.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8178-6970>

Email: id6457@alunos.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Submetido: 01/11/2021 | Aceite: 17/12/2021



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.